

RURIS

SETEMBRO08

02{02}

RURIS 02{02}

02{02}

SETEMBRO08

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS RURAIS
IFCH — UNICAMP

RURIS
02{02}
CERES/IFCH — UNICAMP



Ministério do
Desenvolvimento Agrário





RURIS
BIBIS



RURIS • REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS RURAIS é uma publicação do Centro Interno de Estudos Rurais (Ceres), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), cuja proposta é apresentar e discutir resultados de pesquisas realizadas em contextos nacionais e internacionais que envolvam atores e situações relacionados ao *mundo rural*, de forma a trazer para o leitor temas e questões que emergem dos processos sociais contemporâneos. A revista, seguindo o caráter interdisciplinar do Ceres, publica trabalhos inéditos realizados no âmbito de diferentes campos do conhecimento.

Editores ANA CAROLINA BAZZO DA SILVA, ANA PAULA FRAGA BOLFE, CARMEN SILVIA ANDRIOLLI, CRISTIANO RAMALHO, EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI, FERNANDA DE FREITAS GONÇALVES, FERNANDO ANTONIO LOURENÇO, JOSÉ CARLOS ALVES PEREIRA, JULIANA BIONDI GUANAIS, MARIANA MIGGIOLARO CHAGURI, MARISA BARBOSA ARAUJO LUNA, NASHIELI RANGEL LOERA, SENILDE ALCÂNTARA GUANAES, THAIS TARTALHA DO NASCIMENTO, VANDA APARECIDA SILVA, VANDERCI RUSCHEL, VERENA SEVÁ NOGUEIRA

Comissão Editorial (Ceres/IFCH/Unicamp) EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI, FERNANDO ANTONIO LOURENÇO, MAURO WILLIAM BARBOSA DE ALMEIDA, NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO, SONIA BERGAMASCO

Conselho Editorial AFRÂNIO GARCIA JÚNIOR (CRBC/EHESS – Paris), ALDENOR GOMES DA SILVA (UFRN), ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA (Ufam), ANDREA CIACCHI (UFPPB), ANDRÉ PIRES (PUC – Campinas), ANTONIO CARLOS DIEGUES (Nupaub/USP), ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA (USP), CARLOS RODRIGUES BRANDÃO (Unicamp), DARLENE AP. DE OLIVEIRA FERREIRA (Unesp), EDGARD MALAGODI (UFCEG), EDSON LUIS BOLFE (Embrapa /Unicamp), ELIANE DA FONTE (UFPE), ELIDE RUGAI BASTOS (Unicamp), ELLEN WOORTMANN (UnB), ERIC SABOURIN (Cirad – França), GUADALUPE RODRÍGUEZ GÓMEZ (Ciesas – México), JOÃO DE PINA CABRAL (Universidade de Lisboa), JOHN CORDEL (Nupaub/USP), JOSÉ MACHADO PAIS (Universidade de Lisboa), JOSÉ MAURÍCIO ARRUTI (Cebrap), JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES (Museu Nacional), JOSEFA SALETE B. CAVALCANTI (UFPE), LEONILDE S. DE MEDEIROS (UFRRJ), LÍGIA MARIA OSÓRIO SILVA (Unicamp), LYGIA SIGAUD (Museu Nacional), MANOELA CARNEIRO DA CUNHA (Universidade de Chicago), MOACIR PALMEIRA (Museu Nacional), MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY (UFPE), MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA (Unesp), MARIA DO LIVRAMENTO (UFRN), MARIA JOSÉ CARNEIRO (UFRRJ), MARIA TEREZA D. P. LUCHIARI (Unicamp), MARILDA APARECIDA DE MENEZES (UFCEG), NEIDE ESTERCI (UFRRJ), NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO (Unicamp), RENATA MEDEIROS PAOLIELLO (Unesp), RUBEM MURILO LEÃO REGO (Unicamp), RUSSEL PARRY SCOTT (UFPE), SIMONE MALDONADO (UFPPB), SONIA BERGAMASCO (Unicamp)

Parecerista ad hoc deste número ELISA GUARANÁ DE CASTRO (UFRRJ), JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA (Unicamp), MÔNICA CASTAGNA MOLINA (UnB)

Projeto gráfico ANA BASAGLIA

Diagramação RAFAEL FRANCO COELHO

Capa VITOR LOURENÇO

Preparação dos originais e revisão final VILMA APARECIDA ALBINO

Impressão GRÁFICA DA UNICAMP



RURIS

RURIS

{02}

SETEMBRO08

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS RURAIS

IFCH — UNICAMP

ceres



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 2, n. 2. (2008). Campinas: Unicamp/IFCH, 2008. 242 p.

2008 (2)
ISSN 1980-1998

Título da capa: Ruris. Revista do Centro de Estudos Rurais

1. Sociologia rural. 2. Desenvolvimento rural – Aspectos sociais. 3. Agricultura – Aspectos ambientais. 4. População rural – Aspectos antropológicos. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Rurais. II. Título.

CDD – 307.72



Ministério do
Desenvolvimento Agrário





"Este número de Ruris é dedicado à professora Vera Graziano"





SUMÁRIO

ARTIGOS

- OS “TRONCOS VELHOS” E OS “QUILOMBINHOS” 11
MEMÓRIA GENEALÓGICA, TERRITÓRIO E AFIRMAÇÃO ÉTNICA EM BOA VISTA DOS
NEGROS (RN)
Julie A. Cavnagnac
- A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A SUA REALIDADE 43
POR UM NOVO PATAMAR DE DISCUSSÃO
Ana Lúcia Valente
- EDUCAÇÃO, GÊNERO E OS PROJETOS DE VIDA DOS
JOVENS RURAIS DE BAIXADA DE SALINAS (RJ) 71
Jorge Luiz de Goes Pereira
- A IGREJA CATÓLICA, O SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS E O ESTADO 99
MEDIÇÃO E CONFLITO NA REGIÃO ARAGUAIA PARAENSE
Airton dos Reis Pereira
- AGRICULTURA ORGÂNICA, REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL E
REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR 137
OS AGRICULTORES ECOLOGISTAS DA ENCOSTA DA SERRA GERAL EM SANTA
CATARINA
Tatiana Ferreira Nobre de Lacerda
Paulo Eduardo Moruzzi Marques
- A DIFICULDADE EM GERAR CAPITAL SOCIAL 159
A QUESTÃO DA FALTA DE CONFIANÇA NUMA ALDEIA PORTUGUESA
Renato Miguel do Carmo

CAPITAL SOCIAL E DILEMAS DE AÇÃO COLETIVA 181

ESTUDO DE CASO EM UM PEQUENO ASSENTAMENTO RURAL DE MINAS GERAIS

Ana Paula Wendling Gomes

Newton Paula Bueno

GEOTECNOLOGIAS NO PLANEJAMENTO

DE ASSENTAMENTOS RURAIS 207

PREMISSA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Jorge Luís Nascimento Soares

Carlos Roberto Espindola

RESENHAS

HISTÓRIAS SOCIAIS FEITAS À BEIRA-MAR 229

AS PRAIAS E OS DIAS: HISTÓRIA SOCIAL DAS PRAIAS DO RECIFE E DE OLINDA

*Rita de Cássia Barbosa de Araújo. Recife: Fundação de Cultura da
Cidade do Recife, 2007*

Cristiano Ramalho

CONTENTS 235

PROCEDIMENTOS PARA PUBLICAÇÃO 237



ARTIGOS
BIBLIOTECA





OS “TRONCOS VELHOS” E OS “QUILOMBINHOS”

MEMÓRIA GENEALÓGICA, TERRITÓRIO E AFIRMAÇÃO
ÉTNICA EM BOA VISTA DOS NEGROS (RN)*

JULIE A. CAVIGNAC

– Pretinho de Angola,
para onde vai?
– Para a Conceição,
vamo “festeja”!¹

* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada na VII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), realizada em julho de 2007, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no GT 33: “Memória, Família e Relações Geracionais”. Dois alunos de graduação que participaram da pesquisa auxiliaram na elaboração preliminar do texto: Gilson José Rodrigues Junior e Sebastião Geni-carlos dos Santos.

RESUMO *Durante a pesquisa visando à elaboração do relatório antropológico de Boa Vista dos Negros, comunidade quilombola do Seridó (RN), verificamos que o grupo conserva uma longa memória genealógica e que, apesar das mudanças ocorridas na organização econômica e social do grupo, as principais formas de solidariedade foram mantidas. Queremos, aqui, refletir sobre a importância da noção de família, a transmissão dos nomes e da memória genealógica na definição do território quilombola. Na ocasião, serão analisados como os elementos da cultura tradicional são ressignificados ao longo do processo de afirmação étnica.*

PALAVRAS-CHAVE *Memória genealógica; Irmandade do Rosário; território quilombola.*

ABSTRACT *During research for the anthropological report of Boa Vista dos Negros, a quilombola community located in the Seridó region of Rio Grande do Norte (RN) state, we verified that the group maintains a long genealogical memory and, in despite of changes occurred in the group’s economic and social organization, the main forms of solidarity have been kept. In this article we stress the role of the notion of family, of the name transmission and of the genealogical memory in the definition of the quilombola territory. We have analyzed how elements of traditional culture are re-elaborated through the process of ethnic affirmation.*

KEY WORDS *Genealogical memory; Sisterhood of Rosário; quilombola territory.*

¹ “Pretinhos de Angola”, versão de canto religioso de Congo coletada por Mário de Andrade (1982, p. 114-115) em 1928, durante sua viagem ao Rio Grande do Norte. É interessante notar que “Conceição” é o nome antigo de Jardim do Seridó.

2 No quadro de um convênio celebrado entre a UFRN e o Incra (RN), foram alocados recursos correspondentes a três meses de trabalho, para complementar e atualizar as informações coletadas em 1998 pelo pesquisador A. Ratts, prazo que se revelou insuficiente, tendo que ser estendido até o final de 2007, sem complementação orçamentária. De fato, sobretudo no caso de uma pesquisa realizada num contexto de conflitos, a familiaridade e a confiança mútuas adquiridas no convívio com os moradores aparece como essencial na garantia da qualidade das informações coletadas, no conhecimento da realidade cotidiana e na obtenção de uma visão clara da situação política local, tarefas que, certamente, requereriam um prazo superior a três meses!

3 Para tanto baseamos nossas reflexões nos princípios da pesquisa antropológica e sociológica, sobretudo no que diz respeito à memória genealógica (BOURDIEU, 1983, p. 11-106; CABRAL e LIMA, 2005; OLIVEIRA, 1988, 1995; ZONABEND, 1986, 2000). Utilizamos uma metodologia centrada nas histórias de vida e nas relações de parentesco, como a desenvolvida em trabalhos de outros pesquisadores que investigam a realidade brasileira, especificamente no Nordeste (MENEZES, 1992; SIGAUD, 1993; WOORTMAN, 1995), com os aportes do método regressivo adaptado às sociedades pós-coloniais (WACHTEL, 1990).

O presente artigo visa apresentar alguns resultados da pesquisa empreendida para a elaboração do relatório antropológico realizado ao longo do ano de 2007, numa comunidade quilombola localizada no município de Parelhas, no Seridó norte-riograndense.² Ao reivindicarem um território, os “negros da Boa Vista” encenam práticas culturais próprias: são conhecidos em toda região por estarem ligados à Irmandade do Rosário, perpetuando um culto em louvor à santa. A narrativa fundadora do local e a memória genealógica funcionam também como marcas identitárias, pois são constantemente acionadas para reivindicar a legitimidade da ocupação do território pelos seus herdeiros.

Partindo de uma perspectiva que prioriza a memória, a representação nativa do passado e a história das famílias, analisaremos aspectos ligados à afirmação étnica e à territorialidade. Serão analisados elementos da história local e da organização social que podem ser observados ou evocados, como as narrativas míticas e as versões explicativas da origem do grupo, o sistema de nominação, as estratégias matrimoniais, os contratos de trabalho, as formas de religiosidade etc.³ Queremos, em particular, refletir sobre a importância da transmissão da memória genealógica e a história das diferentes linhagens na ocasião da definição do território a ser titulado. Para isso, será preciso analisar o papel da solidariedade tradicional na constituição da imagem do grupo e investigar os processos de afirmação étnica através de vias simbólicas como o conjunto narrativo enunciado por nossos interlocutores. Dessa forma, veremos como a história de fundação de Boa Vista, os laços de parentesco, as formas de solidariedade operantes no interior da Irmandade do Rosário, as modalidades de transmissão do nome, a dança e o ritual religioso são definidores de uma identidade étnica que é acionada regularmente nas diferentes situações que

os “negros da Boa Vista” vivenciaram ao longo da sua história.⁴

A FUNDAÇÃO DE BOA VISTA

A ampla memória genealógica compartilhada pelos quilombolas fornece uma legitimidade ao grupo que, até hoje, ocupa as terras da Boa Vista dos Negros. Apoiando-se na tradição oral, os quilombolas apresentam de forma unânime as circunstâncias do povoamento inicial do lugar. A versão da história que se fixou nas memórias coloca em cena grupos sociais e étnicos diferenciados, os brancos e os negros que ocuparam uma fazenda chamada Boa Vista.⁵ Assim, os “negros” afirmam-se como grupo étnico, distinguindo-se dos seus vizinhos “brancos” – os Barros e os Lucianos. A evocação da narrativa de fundação informa também sobre as circunstâncias da chegada dos primeiros moradores no local, a repartição das terras entre os diferentes ocupantes, além de revelar uma situação histórica de dominação. É na referência ao encontro inicial entre uma “retirante” e um fazendeiro, assim como na reiteração da genealogia das famílias, que se consolida e se reelabora parte da identidade coletiva.

Todos reconhecem um ancestral comum, Tereza, que teria sido “adotada” por um fazendeiro, o coronel Gurjão. Os mais velhos, principalmente, conhecem a história de Tereza; narrativa que corresponde em vários momentos à evocação dos seus avôs e bisavôs. Assim, dona Chica e seu irmão Zé Veira, hoje falecido, seu Manoel Miguel e dona Geralda mostraram um grande interesse em lembrar os feitos dos seus antepassados e em apresentar suas genealogias que convergem para uma origem comum: Domingos, o filho de Tereza, é o nome mais evocado nas lembranças das diferentes genealogias. Todos retomam a versão contada por seu Emiliano (1911-2004), que era considerado como a pessoa de referência nos assuntos ligados ao passado de Boa Vista. Grande contador de histórias, dotado de uma memória extraordinária, o ancião era capaz de citar todos os nomes dos descendentes de Tereza:

4 Este artigo, de cunho eminentemente etnográfico, não traz uma discussão teórica mais aprofundada. Nosso horizonte referencial, no entanto, é dado pelos autores que adotam em suas análises a via de uma “antropologia simbólica”. A esse respeito consultar, principalmente, Castro, 2002, Galinier, 1999, Lévi-Strauss, 2003, Sahlins 1987, Wachtel, 1990.

5 Há também algumas referências feitas a índios (caboclos) que vieram do brejo paraibano e se casaram com os “negros da Boa Vista”.

Essa aldeia de negro aqui começou de uma mulher. Começou de uma Luzia... Luzia, não, era Tereza, começou de uma Tereza. Essa Tereza, dizem que era *negra retirante*, vinha de não sei d'aonde, vinha bem de lá (R). Porque ninguém sabe d'adonde essa Tereza vinha.

Agora, quando chegou, era um ano seco. O ano era seco quando chegou aqui. Tinha um tal de um coronel Gurjão. Essa Tereza ficou na casa dele, como *criada*, como sendo da casa, criada da casa. *Ela não ficou como escrava*. Ela ficou como criada da casa, e quando *ele passou esses negócios de terreno* aqui de Boa Vista *para ela*, esse coronel Gurjão, mas ninguém sabe quando foi isso... Porque minha avó é de 1825, a minha avó. E minha bisavó, de onde já vem? (R) Eu já sou da quinta geração dela, dessa Tereza.

A Tereza, o primeiro filho dela foi Domingo. De Domingo, foi Roberto. De Roberto, foi Inácio. De Inácio, foi Antônio, que justamente é meu pai.⁶ Ninguém ouviu falar do marido dela. O filho, o primeiro foi Domingo, o outro foi Roberto e o outro foi Inácio, justamente meu pai era filho desse Inácio. Esse Inácio era bisavô de Francisca e ela é filha de Zé Vieira... Imbém era irmã do meu pai. O meu avô, por parte de pai, nasceu aqui e aí foi a família todinha... *todinho nasceu aqui e se criando aqui* (seu Emiliano, 1991).

Retomando o relato detalhado de seu Emiliano e acompanhando a genealogia descrita por ele, voltamos, aproximadamente, para a segunda metade do século XVIII; momento em que a “retirante” teria chegado na casa do coronel Gurjão.⁷ Segundo uma versão edulcorada da história, o grande proprietário que morava no sítio vizinho, no Maracujá, teria cedido uma parte das suas terras a Tereza e a seu filho, Domingos, dando início à “comunidade de Boa Vista dos Negros”. Na versão contada por seu Emiliano, Tereza teve um caso com o fazendeiro e teve que ser afastada do domicílio do coronel Gurjão, após sua esposa saber da traição; porém, este teria presenteado a amante com as terras da Boa Vista, para ela poder criar o filho, fruto do adultério.

6 Seu Emiliano faz referência a seu pai, Antônio Fernandes da Cruz. O pai de seu Emiliano é Antônio Moreno (1869-1954), irmão de Manoel Gino, de Theôdozio e de Imbém, segundo o registro cartorial encontrado por seu Ulisses, seriam filhos de Domingos Fernandes da Cruz (1784-1857).

7 Na verdade, há uma diferença de uma geração entre a versão contada por seu Emiliano e a de seu Manoel Miguel. Nesse último caso, os desbravadores de Boa Vista teriam chegado no início do século XIX.

Seu Zé Vieira acrescenta detalhes à história do seu “tio”, seu Emiliano, e reforça a versão da união extraconjugal entre o fazendeiro e a retirante: segundo ele, Tereza veio acompanhada do pai e de duas outras irmãs. A família pediu ao proprietário um lugar para passar a noite e o coronel Gurjão solicitou a guarda de Tereza. Não se sabe mais sobre o destino do pai, mas conta-se que as outras irmãs foram morar na Caatinga Grande e em Jardim do Seridó.⁸ Seu Zé de Biu, cunhado de Zé Vieira, afirma também que parentes de Tereza foram morar em sítios nos municípios vizinhos, Jardim do Seridó e Parelhas (Carnaubinha, Caatinga Grande e Olho d’Água do Boi). Estes, de fato, são lugares onde encontramos registros históricos de escravos, com várias referências a um passado de escravidão e onde ainda hoje é festejada Nossa Senhora do Rosário.⁹ É como se a desestruturação da família nuclear original correspondesse ao desmembramento das terras e ao surgimento de vários outros núcleos de povoamento na região. Assim, a tradição oral indica que as comunidades quilombolas vizinhas teriam tido uma origem comum, pois mantinham antigas relações de parentesco através dos laços existentes entre as irmãs abandonadas durante a seca. Também podemos pensar a narrativa de fundação de Boa Vista como a metáfora da vinda dos ancestrais escravizados para o Brasil e do destino dos quilombolas, que, ao chegarem, se “espalharam nesse meio de mundo, criando família”. Assim, a memória genealógica remonta a um evento fundador e a um tempo primordial, época em que era preciso fugir da seca ou de um dono cruel. A saga de Tereza torna-se mito, apagando referências a datas e a lugares, retendo somente o nome dos personagens, cristalizando-se numa palavra que todos têm por verdadeira (LÉVI-STRAUSS, 1973). O evento desencadeador da situação, a seca, tem como consequência direta a povoação de Boa Vista dos Negros. O tempo evocado remete à época em que as terras eram doadas¹⁰ e existia uma relação amigável entre os grandes proprietários fundiários e os seus moradores. De qualquer modo, a saga de Tereza é a forma que os quilombolas escolheram para apresentar sua história:

8 Informação transmitida por Sebastião Genícarlos dos Santos em 6/5/2006.

9 Seu Jozias da Silva, morador de Carnaúba dos Dantas, entrevistado em 20/10/2007, conta a história de sua avó que era escrava. O pai de seu Jozias, José Antônio Maria, conhecido também como João Teodora (1877-1960), gostava de contar a história de vida de Maria Negrinha ou Mãe Negrinha, a Maria Sabina da Conceição, parteira renomada na região. Ela veio morar em Carnaúba, onde casou e chegou a falecer em 1954. Uma irmã de Mãe Negrinha foi morar no Olho d’Água do Boi, localidade situada no atual município de Parelhas. É interessante apontar que seu Jozias conta uma história parecida à do mito de origem de Boa Vista, mostrando ter orgulho da avó escrava, no entanto, ignorando a existência de laços de parentesco diretos com os moradores da Boa Vista. Há outras informações pouco precisas sobre possíveis relações de parentesco entre os negros da Boa Vista e os escravos da fazenda Olho d’Água do Boi, membros de comunidades do brejo paraibano e a família Caçote, que reside em Jardim do Seridó. Essas pistas deverão ser analisadas à luz da abundante documentação histórica referente a escravos na região.

10 Pode ser uma referência a uma época anterior a 1850, data em que é criada a Lei de Terras e em que o sistema colonial de sesmarias é abandonado (MATTO, 1985).

11 Dona Quintina, outra pessoa idosa da Boa Vista, evoca a possibilidade de Tereza ter chegado grávida: “Pra minha lembrança, eu acho que esse filho ainda veio guardado [...]”.

12 O termo “criado”, polissêmico e ambíguo, revela a situação de dependência em que se encontram as populações pobres da região, sejam eles negros ou brancos: designa um escravo, um agregado, uma criança/adolescente que faz companhia aos filhos dos donos e realiza pequenos serviços domésticos, em contrapartida da sua acolhida pela família.

13 Da mesma forma, a versão contada por seu Zé Vieira coloca em cena a união extraconjugal entre Tereza e o coronel, união da qual nascerá um filho, Domingos, que receberá as terras da Boa Vista como herança.

ao evocar o passado de Boa Vista, as referências à escravidão se apagam, pois todos insistem sobre a liberdade e a escolha de Tereza para criar seu filho.¹¹

De qualquer modo, os diferentes relatos apontam para uma situação social em que uma jovem mulher, livre e pobre (retirante) recebe a ajuda de um homem rico e poderoso (coronel). A partir daí, Tereza mudará de estatuto, pois se torna “criada da casa”, situação social inferior que encontramos com certa frequência ainda hoje na região.¹² Assim, trata-se de um estatuto ambíguo, que, por vezes, se assemelha ao trabalho doméstico ou mesmo escravo, pois não há relação monetária entre os interessados. A “hospitalidade”, forma de solidariedade quase obrigatória que encontramos no sertão, sobretudo no período das secas prolongadas, transforma-se numa relação de trabalho, baseada na confiança e/ou no afeto. Além da morada e dos cuidados especiais dispensados pelo coronel, Tereza é presenteada com as terras da Boa Vista, lugar onde se estabelecerá e irá criar sua família – inicialmente composta por um único filho, herdeiro legítimo das terras em linha materna. Esse relato, que contém vários elementos míticos, tem como principal propósito informar sobre o estatuto das terras. A doação inicial por parte de um “coronel”, cujo nome é conservado na memória dos moradores locais, um grande proprietário de terras com um enorme poder econômico e uma forte influência política, dá legitimidade à ocupação do território pelos quilombolas.¹³ De qualquer modo, retomando um dos ensinamentos do estruturalismo que nos diz que as produções narrativas não refletem a vida social, mas sua interpretação, a história de fundação da Boa Vista dos Negros apresenta uma explicação plausível de como os quilombolas se tornaram donos da terra (LÉVI-STRAUSS, 1970, 2003). São hipóteses relativas à ocupação do território por parte de populações que, de um modo ou de outro, fugiam da escravidão. A história contada oferece uma tradução narrativa de um fato histórico. Dessa forma, o ato de doação de terra ficou gravado na memória do grupo e a narrativa primeira informa sobre as relações de parentesco atuais.

Se, como as pesquisas genealógicas e documentais apontam, os primeiros moradores negros da Boa Vista chegaram entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, é possível que o grupo tenha inicialmente ocupado o espaço sem adquiri-lo legalmente, pois sabemos que, na região, pelo menos durante o período colonial, o principal modo de acesso à terra era a doação e, depois de 1850, a herança (MATTOS, 1985, p. 82-112). Apesar da ausência de estudos históricos sistemáticos, existem evidências que apontam para uma presença antiga dos “negros de Boa Vista”; na sua origem, a comunidade era composta por famílias afro-descendentes que tinham conseguido libertar-se e adquirir autonomia econômica, uma vez que, na região, conseguimos identificar proprietários de terra desde pelo menos 1889, isto é, apenas um ano após a abolição da escravatura.¹⁴ Dessa forma, a aplicação do método genealógico, em conjunto com a leitura dos poucos documentos encontrados, permite afirmar que já existia a Boa Vista dos Negros muito antes da abolição. Significa que, além da versão nativa, mostrando um fazendeiro generoso ou movido por deveres morais, há várias possibilidades que explicam o surgimento da comunidade: podem ser escravos da antiga fazenda que, com o seu trabalho, conseguiram comprar cartas de alforria – há documentos históricos comprovando que escravos-vaqueiros conseguiam reunir capital em gado¹⁵ – e continuaram a morar na antiga propriedade. Libertos podem ter-se instalados numa terra devoluta ou, finalmente, podem ser escravos fugidos que ocuparam um espaço esvaziado após a grande epidemia de cólera que assolou a região por volta de 1856. É provável também que se trate de uma combinação dessas diferentes situações, como apontam alguns registros orais: na região, sabia-se da existência de famílias negras livres em Boa Vista, o que atraiu escravos fugidos ou recentemente libertos de outros lugares, como o exemplo de Cosme Miguel que veio morar na “casa de pedra” depois da abolição e se casou com uma moça de Boa Vista. Assim, a versão local da história ensina que o destino dos remanescentes de quilombo mudou nos finais

14 Maiores detalhes são descritos no relatório antropológico.

15 Na região, não há registros de libertos comprando terras antes de 1850 (MATTOS, 1985).

do século XIX: os antigos “cativos” adquiriram sua liberdade e, com ela, puderam-se tornar donos de terras. Dessa maneira, antes de ser um movimento político, a afirmação étnica passa pelo reconhecimento de uma ancestralidade atrelada a um território e a um conjunto narrativo designado como a história da comunidade. Como iremos ver agora, é também na existência de uma “tradição” que se apóia a ancestralidade do grupo: a dança dos “Negros do Rosário” é designada como uma “prova” da existência histórica do grupo.

IRMÃOS DO ROSÁRIO E GRITO DE GUERRA

Viva Nossa Senhora do Rosário!

Viva São Sebastião!

Viva as pessoas de bem!

Viva a boa sociedade, tronco, ramos e raízes!¹⁶

16 Antônio Capitão, 1º/1/2006, citado por Góis, 2006, p. 22.

A Irmandade do Rosário abre caminhos para conhecer o passado e a atualidade de Boa Vista, pois, como a narrativa de fundação, a dança do espontão tem um papel importante de legitimação do pleito coletivo no processo de reivindicação étnica, insistindo sobre os aspectos tradicionais do ritual. Mas, se a dança é a ocasião do reconhecimento social de um grupo historicamente marginalizado, é também um momento de festa durante a qual os corpos se mostram e se libertam. Assim, graças à Festa do Rosário, sabemos da presença das populações afro-descendentes na região, desde o século XVIII até hoje. A festa, ao longo dos séculos, sofreu transformações: o rito religioso é visto pela sociedade envolvente como “folclore”, mas a devoção continua viva entre os quilombolas. Atraindo curiosos e admiradores, o grupo recebe o auxílio intermitente de agentes locais, sobretudo dos moradores das cidades circunvizinhas, dos membros da igreja e das prefeituras envolvidas ou, mais recentemente, do movimento negro, sendo visitado regularmente há décadas por estudantes, professores, fotógrafos, antropólogos, militantes etc.

Presentes em todo Brasil, as festas das irmandades pretas foram incentivadas pela Igreja como parte do esforço de evangelização e controle das populações escravizadas, sendo encontradas com grande frequência ainda nos séculos XIX e XX, em todo território brasileiro (ABREU, 1994; CARVALHO, 1998; CORD, 2003). No Nordeste, a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos existe desde o fim do século XVII, com a primeira coroação dos Reis do Congo em Recife em 1674 (CASCUDO, 1980, p. 44). Encontramos o primeiro registro da festa em Caicó, no ano de 1771, e, no decorrer do século XIX, nas outras cidades do Seridó (AZEVEDO, 1962-1963, p. 32; DANTAS, 1961, p. 56-62; LAMARTINE, 1965, p. 69-80; MEDEIROS, 1985, p. 25-26).¹⁷ Podemos pensar que as irmandades negras se desenvolveram, sobretudo no século XIX, com a cultura do algodão, que fez a fortuna de famílias renomadas na região.

17 Inicialmente sob a proteção de Nossa Senhora da Guia, a atual Igreja do Rosário de Acari foi construída pelo sargento-mor Manoel Esteves de Andrade entre 1737 e 1738. Em 1863, é doada à Irmandade do Rosário após a construção da Matriz de Nossa Senhora da Guia (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 109, 176). Até o fim do século XX, havia uma Festa do Rosário.



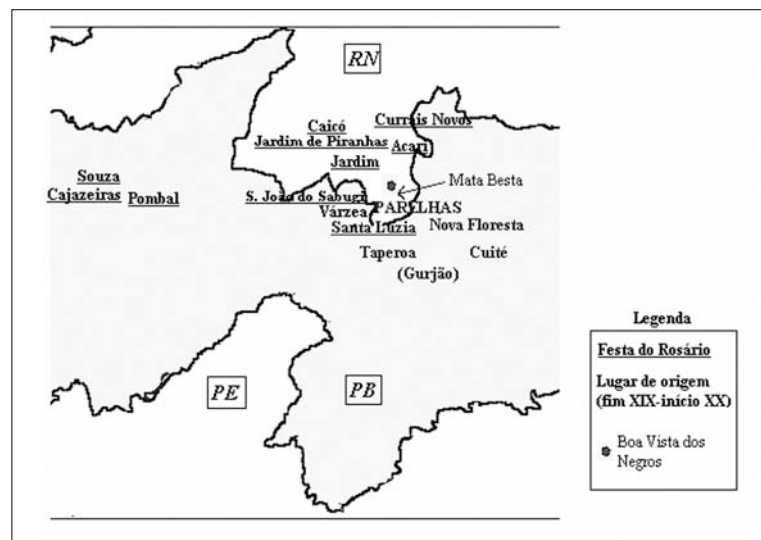
Igreja do Rosário, Acari (RN) (J. Cavignac, fev. 2007).

O registro da festa em todo Seridó, tanto no Rio Grande do Norte quanto na Paraíba, comprova a presença histórica de um grande número de escravos. Até as primeiras décadas do século XX, existiam fortes relações entre os integrantes das Irmandades do Rosário de diferentes lugares do interior do Rio Grande do Norte: em Caicó, em Jardim de Piranhas, em Jardim do Seridó, em Acari, em São Manáú, no Riacho de Fora, no Rio do Peixe, em São João do Sabugi. Também havia festas do Rosário em Santa Luzia, Pombal e Cajazeiras. Para a organização das festas e das eleições anuais dos reis e das rainhas, havia trocas entre as diferentes cidades.¹⁸

18 Informação coletada em Caicó, em 28/10/1990, com o portabandeira da irmandade, seu Paulo Mariano. Autores registram também festas feitas em devoção a santos negros em outras localidades do estado: São Benedito, em Pau dos Ferros, São Gonçalo, em Portalegre, Santa Efigênia (LIMA, 1988, p. 120; MEDEIROS, 1978, p. 99).

Quando colocamos, num mesmo mapa, os registros das irmandades negras e a referência geográfica dos lugares de origem de alguns moradores radicados no local e de parentes que moram longe da Boa Vista, verificamos que existem correspondências entre o registro memorial e as referências relativas à ocorrência do ritual. Este é um indício de que, em torno das irmandades, existia uma rede organizada de solidariedades, havendo, na ocasião das festividades, trocas entre os grupos, inclusive de informações. Ainda aqui, tudo converge para pensar que, pelo menos desde a segunda metade do século XIX, a mão-de-obra escrava e liberta utilizada no cultivo do algodão teve uma importante contribuição para a configuração da cultura e da economia da região, ainda que o número de escravos, localmente, tenha sido subestimado. De fato, em Jardim do Seridó, encontramos um livro de registro específico para os escravos nascidos entre 1871 e 1887, logo após a proclamação da Lei do Ventre livre.¹⁹

19 Encontramos dona Inácia Maria da Conceição, chamada Inácia Caçote, que nasceu em 1916. Ela nos contou que sua avó morava no Sítio São Roque, em Ouro Branco, e conseguiu comprar sua carta de alforria. Também informou que seu pai construiu a casa do Rosário e chamou o grupo de Boa Vista para participar da sua festa.



Mapa – Lugares das festas do Rosário e origem dos quilombolas (Boa Vista).

No Rio Grande do Norte, a Festa do Rosário é hoje celebrada somente em Caicó e Jardim do Seridó, em épocas diferentes – estratégia que permitia aos irmãos participarem das festividades nas cidades vizinhas. Segundo registros orais, a primeira festa em Jardim do Seridó data de 1863 e a irmandade foi criada em 1885. Todo ano, no dia 30 de dezembro, várias famílias da Boa Vista têm costume de se deslocar até a casa do Rosário, situada no município vizinho, Jardim do Seridó: os irmãos vão ao encontro da família Caçote, para “pular”, rezar e “farrear” nas ruas de Jardim do Seridó. Como em outras irmandades negras, é realizada uma eleição anual para escolher o rei e a rainha do ano, o juiz e a juíza do ano, o escrivão, a escrivã, além do rei, da rainha, do juiz, da juíza perpétuos.²⁰ Há também o porta-bandeira (bandeirista), que acompanha os dançarinos (lanceiros) comandados pelo capitão de lança, geralmente uma pessoa experiente. Finalmente, os caixeiros se juntam ao tocador de pífano de Jardim do Seridó, nem sempre presente. Essa hierarquia é cumprida rigorosamente para que os irmãos possam dançar juntos e a tradição seja seguida.

20 A eleição para os cargos ditos perpétuos só se realiza caso o titular se ausente ou faleça.

Luís da Câmara Cascudo (1962, p. 297-298), que observou a festa de Jardim do Seridó em 1943, define a dança como “um bailado de guerra, ao som do tambor marcial”:

Até 1944, havia no Jardim do Seridó, uma cerimônia alusiva ou semelhante: coroação dos Reis (sem denominação do Reino), missa em lugar privilegiado, e nas ruas, um longo bailado guerreiro, acompanhando a tambor a dança do Espontão, pequena lança, sem versos e sem cantos. Apenas um bailado ginástico de ataque e defesa, com lanças e à pé (CASCUDO, 1980, p. 46).

Até hoje, a roupa lembra soldados em campanha e a dança ensaia um combate armado, com gritos, pulos e muito ritmo. Ao desfilerem nas ruas, os dançarinos param em algumas residências para pedir alimentos e dinheiro que irão ajudar nas despesas da festa do ano: a lança que é colocada no ombro é um “convite” silencioso para que a pessoa colabore com comida, bebida ou dinheiro. A ameaça ritual lembra a todos que devem participar e ser solidários com os irmãos negros. Seguindo a tradição, o tesoureiro continua a ser um homem branco, de estatuto social elevado, mantendo uma afinidade com o grupo ao longo do ano – ele é responsável pela organização das finanças da irmandade na igreja – e recebendo os foliões em sua casa para fazer uma colação durante a festa do ano.

A dança do espontão se destaca em relação a outras festividades realizadas por irmandades negras por ser, antes de tudo, uma dança masculina – em traje de guerreiros – ritmada por percussões, sem canto:

As músicas tocadas pelo pífaro (eles chamam “pifa”) com acompanhamento das caixas ou zabumbas, chamam-se “Baionada”, “Catingueira”, “Palmeirinha” e “Piauí”. São melodias vivas e alegres. Próprias da festa ou do grupo de Boa Vista, pois nada ouvimos semelhante noutros folgedos do Estado. Interessante é que os negros não cantam nenhuma melodia. Tocam e dançam apenas, improvisando passos, gíngando (MELLO, 1973, p. 132).

Ainda hoje não há letras nem melodias, o ritmo ocupa todo o espaço musical e o pífano pode ser dispensado. A *performance* é inteiramente realizada pelos homens, pois a participação das mulheres na celebração oficial e religiosa limita-se a acompanhar o grupo de músicos e de dançarinos. Durante a festa, elas são encarregadas de cuidar da alimentação dos irmãos, dos filhos, da organização da casa do Rosário, sobretudo no que diz respeito à distribuição do espaço destinado a cada família.

A Festa do Rosário representa um dos eventos mais importantes dos quilombolas de Boa Vista e da cidade de Jardim do Seridó, uma vez que mobiliza os moradores dessas localidades e os “filhos ausentes”, sobretudo os parentes que residem na capital, Natal. Em cooperação com a igreja, desde o mês de novembro, são organizadas novenas e arrecadados fundos para subsidiar as despesas da festa do fim do ano: os uniformes dos irmãos, a comida, o transporte, entre outros, são fornecidos aos membros da irmandade e seus familiares que vêm especialmente para Jardim do Seridó para a ocasião. A tradição é mantida com muito cuidado, os integrantes do grupo ficando sob a responsabilidade do membro mais antigo, hoje Zé de Bil, “chefe dos negros”, que dirige o grupo nas suas apresentações: José Fernandes do Amaral ocupa o cargo de chefe há 20 anos, foi juiz perpétuo durante 45 anos e é um dos mais antigos a continuar participando da festa de Jardim do Seridó. Além de ser um ator principal da Festa do Rosário, é também leiloeiro durante as festas de Jardim do Seridó e de Carnaúba dos Dantas, no Monte do Galo, tendo uma autoridade incontestada.²¹ Assim, a devoção a Nossa Senhora do Rosário é automaticamente associada aos quilombolas, são eles os principais precursores do evento do fim do ano em Jardim do Seridó, deslocando-se nos últimos dias do ano, em número elevado, para passar três dias na “casa do Rosário”, mantendo acesa a chama que lembra o passado. Ocasião, também, de reatar laços de parentesco reais ou rituais e de afirmar a diferença. De fato, a dimensão festiva e ritual não esconde o caráter étnico da manifestação cultural, que ensaia um cortejo real ao som dos

21 Hoje, Zé de Bil é o responsável da organização do grupo, inclusive da casa em Jardim do Seridó, durante as festas.

zabumbas. Após ter indicado a importância da irmandade negra na organização social do grupo, é preciso observar outras formas de transmissão da história da Boa Vista.

OS REFLEXOS DA MEMÓRIA: NOMES E REGISTROS

Observamos um paralelismo entre os relatos orais e os diferentes registros históricos encontrados: os documentos recolhidos ao longo da pesquisa documental, sejam eles oriundos dos cartórios ou dos fóruns (certidões, inventários *post-mortem*, títulos e registros de terras), ou ainda provenientes dos arquivos paroquiais de Jardim do Seridó e de Parelhas (nascimentos, casamentos, obituários), convergem parcialmente com a versão oral do grupo. Assim, o final do século XVIII parece ser a época em que Boa Vista dos Negros foi fundada, um século antes da abolição. De fato, os registros da memória genealógica e os documentos encontrados sobre os antigos moradores da Boa Vista datam dessa época.

Mais que uma análise da narrativa de fundação de Boa Vista, podemos fazer uma leitura das genealogias coletadas com os moradores mais antigos da comunidade à luz da documentação encontrada. Seguindo o raciocínio do detentor da memória do grupo com quem tínhamos conversado em 1991, seu Emiliano, seriam, hoje, no mínimo seis gerações de pessoas que teriam nascido na Boa Vista, incluindo Domingos, o filho de Tereza. A referência à avó que nasceu no local, em 1825 [Joana de Jesus Cassimiro (1825-1896)?], mostra a longa memória dos moradores que, com essa referência, comprovam a antiguidade da presença do grupo no local.²² Constatamos, ainda, a reiteração dos nomes de família tanto na memória das pessoas entrevistadas, nas genealogias, quanto nos registros escritos. Porém encontramos distorções entre as duas fontes, pois nem sempre as datas correspondem e, como são evocados nomes de pessoas que morreram há 20 ou até 50 anos, é natural que haja trocas e imprecisões na atribuição do laço de parentesco. Mas a leitura dos documentos encontrados desperta o interesse dos nossos interlocutores, reconhecendo

22 Os pais de seu Emiliano eram Maria Luiza da Conceição, ou Mãe Galdina (filha de André Fernandes Vieira) e Antônio Fernandes da Cruz, Antônio Moreno ou Toto, filho de Inácio Roberto da Cruz. Segundo dona Chica e Manoel Miguel, Inácio Roberto teria nascido nos anos 1820 e tinha um irmão chamado André, casado com Isabel (Cabel). Inácio Roberto e André eram filhos de Antônio Lotério. Encontramos um registro, em 1859, de Antônio Eleotério, solteiro, que é testemunha do casamento realizado em Parelhas de Joaquim Manoel Fernandes (filho de Manoel Fernandes da Cruz, que teve seus bens inventariados em 1859) com Antônia Maria da Conceição, supostamente filha de André e Cabel.

nomes de ancestrais e lamentando a não-transmissão de suas histórias por seus pais. A experiência, no entanto, como veremos, é enriquecedora.

Ao analisar a atribuição do nome das pessoas, encontramos uma lógica que corresponde a uma divisão entre os universos masculino e feminino, que nos ajudam a pensar os modos de transmissão do patrimônio fundiário: no caso dos homens, constatamos uma freqüente repetição do nome e do sobrenome de uma geração para outra. Por exemplo, existem três José Vieira (pai, filho, neto). Existem também vários registros orais e escritos a respeito de Manoel Fernandes da Cruz, Theôdozio Fernandes da Cruz ou de André Fernandes da Cruz. Podemos pensar que a repetição dos nomes é uma estratégia para conservar um patrimônio fundiário e simbólico centrado no nome do pai, pois as mulheres aparecem pouco na relação terra-família. Também encontramos uma seqüência lógica na atribuição dos nomes: as mulheres, normalmente, adotam “Maria da Conceição” como sobrenome, incluindo algumas raras variantes: “de Jesus”, “do Amor Divino”, “do Sacramento”, “da Incarnação”.²³ Os homens adotam invariavelmente o sobrenome “Vieira”, “Fernandes Vieira” ou “Fernandes da Cruz”. Algumas alcunhas ou primeiro nome parecem ter incorporado os nomes de família: Gino, Timbu, Maria da Conceição ou Miguel. Como o relato de seu Emiliano indica, apesar da fundadora de Boa Vista ser uma mulher, podemos perceber que só os homens transmitiam o nome e, ao que tudo parece, são eles que herdavam preferencialmente as terras, pois são eles que cultivam; como veremos a seguir, no levantamento da memória relativa à distribuição interna das terras, não há nenhuma mulher constando como herdeira.²⁴ Assim, parece haver um esforço para conservar os sobrenomes “Fernandes da Cruz” ou “Vieira”, adotados pela maioria dos homens de Boa Vista, e corresponderia a uma estratégia de conservação do patrimônio fundiário. Desse modo, por exemplo, na genealogia de seu Manoel Miguel Fernandes, encontramos um caso interessante: a mãe dele chamava-se Severina Maria da Conceição e o pai dele, João Miguel

23 Nos registros paroquiais também encontramos uma mesma pessoa com nomes diferentes.

24 Ver mapa a seguir.

ou João Arcanjo da Cruz. Assim, Manoel adotou o nome do pai (Miguel) e do avô materno (Fernandes), mas não herdou o nome diretamente da sua mãe. Os arranjos da memória e a repetição na atribuição dos nomes, a recorrência dos sobrenomes em linha masculina e feminina mostram que existe um intenso trabalho de memorização. Geralmente, os membros das famílias são capazes de citar no mínimo três gerações, em linha direta e colateral. Indicam ainda uma vontade de conservação da identidade do grupo que está inscrita no espaço, pois os nomes dos ancestrais servem para memorizar os terrenos que serão herdados. Assim, nos registros documentais, aparecem frequentemente os ancestrais dos atuais moradores da Boa Vista, sendo indicados também, às vezes, a filiação e o cônjuge: existem inventários nos quais os bisavós dos anciãos aparecem como herdeiros de terras, de casas velhas, de cabeças de gado ou de utensílios; os livros de registros paroquiais informam sobre os momentos importantes da vida dos descendentes dos libertos (nascimento, casamento, morte) e indicam laços sociais importantes para a consolidação do grupo, como os padrinhos de batizado ou as testemunhas dos casamentos. Porém nem sempre é possível reencontrar uma correspondência entre os membros das famílias que têm um registro oficial e os que coletamos na memória dos entrevistados. No entanto, graças à indicação e à repetição dos nomes, sabemos que se trata dos bisavós dos nossos quilombolas, mesmo se existem confusões entre as diferentes pessoas citadas. A reiteração dos nomes mostra ainda que as memórias dos grupos familiares se constituem de maneira relativamente autônoma, cada grupo selecionando indivíduos e eventos em função de interesses particulares.

Para iniciar a viagem no tempo, partimos da leitura de inventários datados do meado do século XIX. Há um documento referente a Manoel Fernandes da Cruz (17??-1849), que era casado com Victorina Maria da Conceição. Esse inventário que é datado de 1859 registra uma propriedade agrícola “no Olho d’Água do Boi” e uma terra em Boa Vista (do rio Cobra), na

época, pertencente a Jardim do Seridó. Além das propriedades fundiárias, há poucos bens relacionados. Quando a herança é comparada com o número de herdeiros, verificamos que se tratam de pequenos proprietários: à viúva de Manoel Fernandes da Cruz e a seus dez filhos se dividem duas partes de terras – uma no Sítio Boa Vista e outra no Sítio Olho d'Água do Boi –, “uma casa muito ruim”, três pares de argolas de ouro, duas caixas velhas, uma mesa velha, um veio de roda e um varão, uma caixa “encourada com broxas”, “duas vacas, três novilhas e duas garrotas”. Não seria prudente afirmar categoricamente que se trata dos ancestrais dos quilombolas atuais. Porém constatamos haver uma imensa repetição de nomes que indicam uma relação com o grupo estudado: Manoel Fernandes da Cruz e Victorina Maria da Conceição podem pertencer à mesma linha genealógica dos “negros da Boa Vista”, libertos que conseguiram uma autonomia econômica antes da abolição, como também podiam ser proprietários de escravos que doaram seus nomes a seus cativos. Essa hipótese nos parece menos provável, sabendo da presença do nome Manoel Fernandes da Cruz na memória dos mais antigos como um ancestral.²⁶

Existe ainda outro inventário no nome de Domingos Fernandes da Cruz (1784-1857), que morreu de cólera aos 73 anos em Parelhas.²⁷ Nesse documento, os ancestrais dos quilombolas de Boa Vista aparecem como herdeiros: Manoel Gino que também se chamava Manoel Fernandes da Cruz e era conhecido como Manuel Timbu; Antônio Fernandes da Cruz (1869-1954) ou Antônio Moreno, pai de seu Emiliano; e, finalmente, Theôdozio Fernandes da Cruz (1866-1951), que, segundo nosso levantamento genealógico, era casado com Leocádia, nascida em 1864, filha de André Fernandes Vieira com Antônia Maria da Conceição.²⁸ Um registro de nascimento encontrado por seu Ulisses Potiguar indica que Theôdozio era filho de Inácio Fernandes Vieira (ou da Cruz) com Maria Galdina da Conceição.²⁹ Por sua vez, Maria Serafina da Conceição – Imbém (1840-1946) – é apresentada por nossos interlocutores como irmã de Theôdozio, de Antônio

26 O inventário de 1859 está no Labordoc-CERES-UFRN, Caicó. Esse mesmo processo foi encontrado pelo doutor Ulisses Potiguar.

27 O inventário foi encontrado pelo doutor Ulisses Potiguar.

28 A reconstituição genealógica de dona Chica apresenta Inácio Roberto casado com Antônia. Outras pessoas afirmam que era André. Também, encontramos na genealogia de Manuel Miguel outra Antônia Maria da Conceição, conhecida como Antônia Miguel, que adotou o nome do seu marido. Precisamos também desconfiar dos registros cartoriais, pois, no século XIX, poucas pessoas sabiam ler e escrever, razão talvez de encontrarmos situações como a da mesma pessoa ser registrada em diversas ocasiões com nomes diferentes.

29 Fala-se de uma “Tia ou Mãe Galdina”, que nasceu na Boa Vista em 1864.

Moreno e de Manoel Gino, embora não conste no inventário. Quando escutamos os mais velhos contarem a história dos seus pais, dos seus avós, ou mesmo dos seus bisavós, voltamos, às vezes, 150 anos. Trata-se do período de fundação da cidade de Parelhas, ocasião da epidemia de cólera. Foi preciso elaborar um inventário dos bens de Domingos Fernandes da Cruz, sendo necessário conhecer os seus herdeiros: ao todo, contam-se seis pessoas que receberam uma parte da herança de Domingos. Como na há referência a um passado escravo, é bem provável que o velho Domingos fosse liberto.

Assim, mesmo se as relações de parentesco entre os indivíduos encontrados nos registros e os que levantamos nas genealogias nem sempre correspondem, surgem alguns elos entre as famílias de Manoel Fernandes da Cruz e de Domingos Fernandes da Cruz: dois filhos de Manoel Fernandes da Cruz, falecido dois anos anteriormente – Joaquim Manoel Fernandes [da Cruz] e Antônio Fernandes da Cruz –, provavelmente após terem recebido sua parte do inventário, se casam em 1859, possivelmente, com pessoas da Boa Vista, pois as testemunhas dos casamentos foram identificadas pelos mais idosos: Antônio Eleotério da Cruz e André Fernandes Vieira,³⁰ que irá casar com Antônia Maria da Conceição. Assim, parece bastante razoável pensarmos que, como os quilombolas não se cansam de repetir, os herdeiros de Domingos são todos membros da comunidade e são detentores da terra há várias gerações.³¹ Também, provavelmente, Domingos era negro, pois todos os descendentes dos seus herdeiros se reconhecem como quilombolas: Antônio Moreno, Theôdozio e Manoel Gino, que foram respectivamente reconhecidos como o pai de seu Emiliano, o irmão de Imbém e proprietário de terras, o avô materno de Zé de Paulina, membro atual da comunidade. Porém Domingos Fernandes da Cruz, que encontramos nos registros cartoriais, não era escravo, pois encontramos um inventário no seu nome e outro de um dos seus herdeiros, Manoel Fernandes da Cruz, que também deixa bens e terras ao morrer. Ainda acompanhando a versão oral da história,

30 Era também conhecido como André Lotério.

31 A reconstrução genealógica não é mais segura para a primeira metade do século XIX, sabendo a distância temporal que separa os detentores da memória de Boa Vista dos seus ancestrais.

percebemos como a hipótese do estabelecimento definitivo de famílias libertas numa terra pouco cobiçada se confirma, pois todos os moradores do Sítio Boa Vista insistem sobre o fato de que os seus ancestrais não conheceram a escravidão, mesmo sabendo que fora da Boa Vista existia. O exemplo dos irmãos Theôdozio, Antônio Moreno e Imbém, falecidos entre os anos 1940-1950 e conhecidos dos moradores mais velhos, mostra que era possível a permanência de libertos em terras devolutas ou daqueles que possuíam um estatuto similar em pleno período escravista. A existência de inventários de negros libertos em que há registro de propriedade fundiária parece ser um fato novo que deve ser investigado sistematicamente pelos historiadores. De fato, se não encontramos documentos cartoriais em nome de escravos, existem raros inventários de libertos que conseguiram capitalizar o bastante para comprar sua liberdade e se estabelecer em terras compradas. Assim, no caso das terras da Boa Vista, a hipótese da doação faz sentido, sabendo da presença de ancestrais das famílias atuais antes da Lei de Terras (1850).³² Finalmente, podemos pensar que a epidemia de cólera de 1856 provocou uma súbita deflação populacional, o que deixou espaço para libertos sem terras se instalarem em locais pouco valorizados, como é o caso do leito pedregoso do rio da Cobra e da serra do Marimbondó.



Os herdeiros de Theôdosio: Zé de Paulina e Sandro (maio 2007).

32 Assim, Mattos (1985, p. 225), o qual fez uma pesquisa sistemática nos arquivos da freguesia de Caicó, que incluía o atual município de Parelhas, encontra alguns inventários em que há o registro de “liberto”. Dessa forma, a pesquisadora reproduz o inventário da liberta Mariana, datado de 1877, em que são registradas 11 cabeças de gado: não constam terras, deixa apenas bens móveis e semoventes (animais). Sabemos também, graças a Juvenal Lamartine e a Olavo Medeiros, que o liberto Feliciano era proprietário da Fazenda Cacimba de Cabras (Aca-ri) nos meados do século XVIII (LAMARTINE, 1965, p. 56, 99; MEDEIROS FILHO, 1981, p. 125-126).

Finalmente, encontramos uma escritura privada datada de 1889: dona Geralda conservou ao longo dos anos um “papel da terra” que seu pai lhe transmitiu. É o registro de compra de “quatro partes de terras no sítio Boa Vista do Monte do rio Cobra”, que Theôdozio Fernandes da Cruz comprou para sua sogra, Antônia Maria da Conceição; é a mesma Antônia que era casada com o tio paterno de Theôdozio, André Lotério. Assim, através desse exemplo, descobrimos a existência de uma estratégia matrimonial endogâmica, que tem como principal consequência evitar o parcelamento da propriedade e possibilitar a reprodução do grupo doméstico que gozava de uma certa autonomia: Theôdozio detinha um capital acumulado numa época em que o algodão era abundante e valioso. Dessa forma, parece difícil pensar que, um ano após a abolição, um jovem de 23 anos, que, provavelmente, já tinha filhos para criar, conseguisse comprar terras, se fosse um escravo recentemente saído da condição servil.³³ Curiosamente, há um registro de partilha dos bens de Domingos Fernandes da Cruz (1784-1857) somente em 1906 – possivelmente na ocasião da morte de um dos herdeiros, provavelmente José Fernandes Vieira. Aliás, quase todos os inventários apontam para que Domingos fosse o primeiro dono de Boa Vista, o que vem corroborar a versão oral da história.

33 A vendedora Antônia Maria da Conceição era casada com Cosme Miguel. Os vizinhos são: André Fernandes Vieira e José Marcolina da Silva. Ainda hoje existem conflitos com os descendentes deste último.

Seria necessária uma pesquisa aprofundada e sistemática em arquivos, para poder reconstruir fielmente a genealogia das famílias. Porém verificamos que uma leitura conjunta dos relatos orais e dos documentos históricos aponta para a ancestralidade do grupo no local, permitindo uma visão mais completa da história. Da mesma forma, encontramos sinais de uma autonomia econômica de grupos domésticos aparentados que desenvolviam estratégias para aumentar o seu domínio fundiário.

PATRIMÔNIO: TERRITÓRIO E FAMÍLIA

Analisando as genealogias e escutando as histórias das famílias, podemos perceber estratégias endogâmicas na escolha dos

cônjuges, mesmo se verificamos alianças matrimoniais realizadas no exterior do grupo. Assim, as relações de parentesco formam a base da organização social, espacial e política do grupo. Quando indagados, todos, sem nenhuma exceção, reconhecem uma ancestralidade comum, invocando o nome de Tereza e de Domingos, e sabem como se tornaram parentes. Assim, os laços consangüíneos produzem limites territoriais e desenham um espaço legitimado pela presença dos ancestrais, produzem regras e direitos no que se refere à ocupação e à reivindicação do direito sobre o território tradicionalmente ocupado (ARRUTI, 2003a, p. 35). A regra de filiação bilateral, reforçada pela reiteração dos nomes, aplica-se no caso da herança das terras, mesmo se os homens parecem privilegiados por serem designados como herdeiros, determinando a repartição e o uso do território.

Dessa forma, a lógica que rege as relações de parentesco e a transmissão do patrimônio encontra-se materializada no solo, na forma da distribuição das terras coletivas, que, antes das invasões feitas pelos vizinhos, não eram cercadas. A leitura das árvores genealógicas e das narrativas do grupo possibilita vislumbrar a história da divisão das terras entre as famílias quilombolas. Com o auxílio de alguns moradores, tentamos representar a distribuição das terras entre os herdeiros, com seu tamanho respectivo indicado em braças, que reflete o uso da terra até os anos 1970, momento em que a economia algodoeira irá afundar, provocando uma mutação drástica das condições de vida dos moradores. O uso tradicional do território é múltiplo, o que corresponde à lógica do sítio, definido como um “espaço total complexo, constituído de espaços menores articulados entre si, correspondendo cada um destes limites a determinadas atividades igualmente articuladas, como que numa relação de insumos-produtos” (WOORTMAN, 1998, p. 167).

A situação que encontramos hoje em Boa Vista é o retrato da utilização intensa de um espaço natural que está ainda claramente dividido entre moradia, cultivo, coleta e criação de animais, em particular o gado e as cabras. Mesmo se as condições

socioeconômicas foram modificadas, os quilombolas continuam realizando trabalhos agrícolas, ainda que não tirem mais a receita principal do grupo doméstico do cultivo da terra e lamentem a não-possibilidade de acessar as partes do seu território que foram invadidas. As famílias dos primeiros herdeiros continuam instaladas nas terras, com habitações agrupadas em torno da “casa-mãe”, o que revela uma tendência à escolha de uma lógica residencial matrifocal: as casas dos filhos são construídas nos arredores ou nos quintais, o que permite a realização de pequenos serviços domésticos mútuos e proporcione uma vida social mais intensa. Notamos que existe uma intensa circulação dos vizinhos que se deslocam para fazer uma visita aos familiares, mandar um recado, assistir à televisão ou pedir um serviço. Durante o dia, as casas ficam de portas abertas, sendo fechadas unicamente quando a família se recolhe para dormir. Assim, a segmentação do grupo leva à formação de linhagens e à constituição de patrimônios familiares que são inscritas no espaço: cada núcleo familiar é formado por uma casa central, de onde sairão os filhos que irão estabelecer-se nos arredores, conforme a lógica do “sítio camponês”. Desse modo, em Boa Vista, o acesso à terra e à moradia se faz essencialmente por herança ou pela inclusão de um membro novo a um núcleo residencial. Coloca-se em ação um sistema complexo, obedecendo a regras de descendência e de aliança que determinam os direitos do uso do solo. Aqui, como em todo sertão nordestino, a unidade elementar (a família nuclear) se espelha numa unidade maior, o “sítio”, que é visto como o território do conjunto das unidades familiares que são interligadas por laços de parentesco (WOORTMAN, 1995). A noção, muito próxima do “estabelecimento” de M. Mauss (2003, p. 437) ou da acepção atual de território, permite analisar conjuntamente elementos da organização social e os aspectos simbólicos das manifestações culturais.³⁴ De fato, a noção de casa elaborada por Claude Lévi-Strauss (1991) pode ser aplicada ao nosso caso, com algumas modificações. A “casa” seria antes de tudo um princípio organizador em torno do qual as sociedades,

34 A leitura simbólica do território está presente em autores clássicos de tradição francesa como Maurice Halbwachs (1990) e Maurice Lévinhardt (1971).

sobretudo as camponesas, se organizam. É uma “[...] pessoa moral detentora de um domínio, que se perpetua pela transmissão do seu nome, da sua fortuna e de seus títulos em linha real ou fictícia, considerada como legítima somente na condição de que essa continuidade possa se expressar na linguagem do parentesco ou da aliança e, na maioria dos casos, das duas em conjunto (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 186).

Em nosso caso, o patrimônio é essencialmente composto por um domínio fundiário e por bens imateriais (direitos, nomes, crenças, tradições): a história da fundação e a devoção a Nossa Senhora do Rosário caracterizam-se como os bens culturais mais valorizados, devido à ancestralidade e à importância que tem para a vida social e política do grupo. Dessa forma, não se pode pensar um grupo social fora da sua inscrição num determinado espaço geográfico, desvincilhado das condições ecológicas e materiais em que se encontra. Além disso, as dimensões culturais devem ser levadas em conta, pois, como demonstramos, em Boa Vista, a dança do espontão reforça uma fronteira étnica que é reproduzida ao longo das gerações. Encontramos, na história de fundação de Boa Vista, na atribuição dos nomes e nas estratégias matrimoniais, elementos constitutivos de um sistema cultural próprio ao grupo. Esses elementos tendem a convergir num mesmo sentido, o da conservação do patrimônio fundiário e da continuidade do grupo no território.

Elaboramos um mapa a partir das indicações coletadas em campo que permite visualizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelo grupo; fronteiras geralmente marcadas por acidentes naturais (rio, serra, pedras) onde aparecem monumentos históricos (a cruz do escravo, a casa da pedra, uma fonte d’água etc.) e casas dos antigos moradores:

historicamente com as outras comunidades definem uma identidade diferenciada, desenham os limites do grupo quilombola e legitimam sua ocupação espacial. Porém o território tradicionalmente ocupado até início do século XX foi drasticamente reduzido, quando os esbulhos de terras se acentuaram. De modo progressivo, chegamos à situação atual em que o território já não corresponde mais àquele ocupado pelos primeiros herdeiros de Domingos.³⁵ Além disso, o território quilombola encontra-se numa das áreas mais críticas de desertificação da região. Como consequência direta, observamos uma redução drástica das atividades agrícolas desde os anos 1990, levando, assim, os segmentos mais jovens a sair da Boa Vista para procurar empregos nas cerâmicas circunvizinhas e morar na sede do município, nas cidades vizinhas, nas capitais da região e do Sudeste.³⁶ Verificamos também que muitas mulheres deixaram de morar em Boa Vista por falta de opção de trabalho. Assim, Boa Vista perdeu sua frágil autonomia que era constituída por uma economia primitiva (coleta, caça, pecuária, agricultura) combinada a um trabalho assalariado. Hoje, configura-se como um bairro rural destinado a oferecer moradia para as famílias quilombolas – encontramos muitos aposentados e crianças – e acolher os parentes menos favorecidos.

As redes de sociabilidade que têm como fundamento a família ampliada continuam operatórias para construir novas alianças. Essas são reativadas nos casos de necessidade econômica ou durante as festividades, como é o caso da Festa do Rosário. A análise das representações e do parentesco, para ser completa, deverá ser ampliada para um nível extracomunitário, pois verificamos que o acesso e o uso da terra estão ligados a uma lógica tradicional fixada na memória dos mais velhos. Essa vem sendo alterada em parte com as mudanças da realidade econômica da região e a intensa circulação das pessoas. Até os que se afastaram das atividades agrícolas ou que migraram para as cidades e mantêm uma relação episódica com a Boa Vista, continuam a considerá-la como um lugar de referência: a “comunidade” desempenha um

35 Ouvimos diversas histórias sobre a venda de terras na Boa Vista “troçadas por cachimbo de fumo” (Manoel Miguel).

36 Segundo Tereza (45 anos), há muitas famílias originárias da Boa Vista morando em São Paulo, na Favela do Rubacão.

papel crucial na história individual dos membros da família e representa uma alternativa em caso de necessidade, cada um sabe que pode contar com a ajuda dos parentes. Essa situação revela mecanismos complexos de solidariedade que se articulam entre eles e são regularmente reativados, sobretudo, durante o maior momento festivo do ano que reúne os membros das linhagens. É também a ocasião de verificar que os grupos domésticos se mantêm interligados por um sistema complexo de prestações e contraprestações, ainda que os indivíduos não residam em Boa Vista. Esse sistema articula um conjunto de relações existente entre os membros da comunidade que continuam tendo obrigações de solidariedade entre eles. No caso da Boa Vista, concretizam-se com a lembrança da história de fundação, da ascendência comum, dos nomes de família, dos lugares históricos, das marcas delimitando as terras etc. (AUGUSTINS, 1998, p. 16-18). Assim, as formas de organização social-contemporâneas devem necessariamente ser entendidas a partir da dinâmica existente entre os vários grupos domésticos que se perpetuaram ao longo dos últimos séculos e que encontramos o registro nos documentos históricos.

A DANÇA DOS QUILOMBOS

No final da análise, aparece que a mobilização étnica observada durante o processo de regularização fundiária se fortalece na ocasião da reiteração das marcas identitárias tradicionalmente reivindicadas pelo grupo. A identidade coletiva que se inscreve numa estreita relação com o território tradicionalmente ocupado encontra-se reforçada com a reiteração da lenda da fundação de Boa Vista, a memória dos domínios fundiários dos seus ancestrais e, em particular, a perpetuação do culto a Nossa Senhora do Rosário. Assim, o sentimento que liga os quilombolas à terra, a narrativa de fundação, os laços de parentesco e a festa religiosa servem de referência tanto para os “quilombinhos” quanto para os “quilombos velhos”.

Mesmo se, entre os mais jovens, sobretudo os homens, há

pouco interesse para a história do grupo e para a discussão dos assuntos políticos, percebemos, no entanto, uma forte consciência étnica que se expressa nos cuidados com a aparência física e a preocupação em continuar a “dança do espontão”.³⁷ Apesar das mudanças sociais e econômicas ocorridas no final do século XX, as manifestações culturais e a memória não foram apagadas: ao sair do domínio sagrado, a narrativa de fundação e a dança aparecem como sinais de afirmação étnica e de mobilização política.³⁸ Constatamos ainda que, apesar dos homens deterem o poder econômico por serem os provedores do lar, as mulheres ocupam a cena política: são elas que estão à frente dos principais cargos de representação e têm responsabilidades, pois, além do tempo disponível e da disposição para enfrentar situações novas, existe uma disparidade entre homens e mulheres quanto ao nível educacional e profissional. As mulheres são professoras, enfermeiras, membros da associação comunitária que tem um trânsito facilitado nos órgãos municipais, representando ainda a Boa Vista nos eventos quilombolas em nível estadual ou nacional. Estão à frente das decisões coletivas e dos projetos comunitários, inclusive na discussão sobre o território a ser pleiteado. Porém a atuação das mulheres no campo político interno e externo não implica uma mudança radical das relações de parentesco – sobretudo na escolhas dos cônjuges – e na divisão sexual do trabalho.

Assim, sem menosprezar o fenômeno político na análise das dinâmicas sociais, é preciso que a dimensão simbólica e cultural esteja presente na análise dos grupos étnicos, pois essa tem um papel importante: são experiências religiosas, culturais e históricas compartilhadas – ainda que alguns de seus elementos sejam também utilizados parcialmente pelos grupos vizinhos. Assim, sabemos, desde Barth (1988) e outros autores, como N. Wachtel (1990) ou Galinier e Molinié (2006), que a identidade étnica é simbolicamente construída e acionada de modo diferenciado, dependendo dos contextos sociais e políticos em que os agentes a reivindicam. Aqui, o auto-reconhecimento como quilombola

37 Grande parte das mulheres adultas e vários jovens têm um cuidado especial com os cabelos, adotando a moda “afro” e contando com a ajuda de parentes que moram em São Paulo para trazer fios de cabelos que servirão para fazer os penteados.

38 A prova disso é que os “negros do Rosário” recebem constantemente convites para se apresentarem em eventos locais e foram incluídos como atração no roteiro do Seridó elaborado recentemente pelo Sebrae local. Com o auxílio da Prefeitura de Parelhas, foi formado um grupo de dança composto por crianças, os Quilombinhos, que se apresentam em eventos. Recentemente, as mulheres criaram o grupo de dança africana, as Perólas Negras, com referências claras a passos, figurinos e cabelos de inspiração africana.

passa pela reiteração da narrativa que conta história das famílias, a execução pública da dança do espontão, a devoção a Nossa Senhora do Rosário e o sentimento em relação à terra. Todos esses elementos apontam para uma identidade em constante reelaboração a partir de um fundo cultural comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marta. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*, 7, 14, p. 183-203, 1994.

ANDRADE, Mário de. *Danças dramáticas do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982, v. 2.

ARRUTI, José Mauricio. *Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da ilha de Marambaia, município de Mangaratiba (RJ)*. Rio de Janeiro: Koinonia, Fundação Cultural Palmares, 2003a.

AUGUSTINS, Georges. La perpétuation des groupes domestiques. Un essai de formalization. *L'Homme*, 38, 148, p. 15-45, 1998.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs.). *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1988, p. 187-227.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton, 1983.

CABRAL, João Pina; LIMA, Antónia Pedroso de. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. *Etnográfica*, IX (2), p. 355-388, 2005.

CARVALHO, José Jorge. A tradição mística afro-brasileira. *Série Antropológica*, UnB, 238, 1998, <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie238empdf.pdf>>.

CASCUDO, Luís da C. *Dicionário do folclore brasileiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, MEC, 1962, v. I, II.

_____. *História da cidade do Natal, Natal*, 2ª ed. Rio de Janeiro:

- Prefeitura do Município do Natal, Civilização Brasileira, 1980.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- CORD, Marcel Mac. Identidades étnicas, Irmandade do Rosário e Rei do Congo: sociabilidades cotidianas recifenses – Século XIX. *Campos*, 4, p. 51-66, 2003.
- GALINIER, Jacques. L'entendement mésoaméricain. Catégories et objets du monde. *L'Homme*, 39, 151, p. 101-121, 1999.
- GALINIER, Jacques; MOLINIÉ, Antoinette. Les néo-indiens. In: *Une religion du III^e millénaire*. Paris: Odile Jacob, 2006.
- GÓIS, Diego Marinho de. *Entre estratégias e táticas: enredos das festas dos negros do Rosário em Jardim do Seridó*. 2006. Monografia de fim de curso (História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ceres, mimeo.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LAMARTINE, Juvenal. *Velhos costumes do meu sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.
- LEENHARDT, Maurice. [1947] Do Kamo, la personne et le mythe dans le monde mélanésien. Paris: Gallimard, 1971.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: PUF, 1949.
- _____. A gesta de Asdiwald. In: *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970, p. 152-205.
- _____. *Anthropologie structurale deux*. Paris: Plon (rééd.), 1973.
- _____. [1950] Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*, 8^a ed. Paris, PUF, 1983.
- _____. *Minhas palavras*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. *Antropologia estrutural*, 6^a ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- LIMA, José Ayrton de. *A escravidão negra no Rio Grande do Norte*. Natal: Cooperativa dos Jornalistas de Natal, 1988.
- MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe – 1850-1890. Sertão do Seridó, um estudo de caso da pobreza*. 1985. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MATTOSO, Katia de Queirós. Les inégalités socioculturelles au Brésil à la fin du XIX siècle: Salvador de Bahia, vers 1890. In: MATTOSO, K. de Queirós; SANTOS, Idelette F. dos; ROLLAND, Denis. *Matériaux pour une histoire culturelle du Brésil*. Objets, voix et mémoires. Paris: L'Harmattan, 1999, p. 21-35.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimó. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Tarcisio. O negro na etnia do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte*, 70, 1978.

MEDEIROS FILHO, Olávo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

_____. *Cronologia seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2002, v. 1.268, coleção Mossoroense.

MELLO, Veríssimo de. *Ensaio de antropologia brasileira*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MENEZES, Marilda Aparecida de (Org.). *Histórias de migrantes*. São Paulo: Loyola, CEM, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

_____. O lugar (e em lugar) do método. In: *Série antropológica*, Brasília, 1995, <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie190empdf.pdf>>.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SIGAUD, Lygia. Des plantations aux villes: ambigüités d'un choix. *Études Rurales*, 131-132, p. 19-37, 1993.

WACHTEL, Nathan. Le retour des ancêtres: les indiens Urus de Bolivie, XXe-XVIe siècle. In: *Essai d'histoire regressive*. Paris: Gallimard, 1990.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília, Edunb, 1995.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In: NIEMEYER, Ana Maria; GODOI, Emília P. de. *Além dos territórios*. Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 167-200.

ZONABEND, Nicole. *La mémoire longue, temps et histoires au village*. Paris: PUF, 1986.

_____. Les maîtres de parenté. Une femme de mémoire en Basse-Normandie. *L'Homme*, 154-155, p. 505-524, 2000.

JULIE A. CAVIGNAC é do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, Convênio Inbra SR 19, <cavignac@interjato.com.br>.



A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A SUA REALIDADE

POR UM NOVO PATAMAR DE DISCUSSÃO

ANA LÚCIA VALENTE

RESUMO *Objetiva-se contribuir no debate sobre a educação no campo, procurando recuperar alguns conceitos elaborados pela ciência antropológica, na qual se acumularam conhecimentos sobre a diversidade cultural, e destacar análises produzidas na área da história da educação, que trazem à luz informações pouco conhecidas que permitem a compreensão de alguns processos em andamento. Parte-se da análise de documentos oficiais que reivindicam a especificidade dessa educação voltada para o alunado marcado pela diversidade cultural e que vive no espaço rural, para proceder à crítica de certo enfoque sobre a temática, sinalizando para a necessidade de tratamento teórico mais rigoroso.*

PALAVRAS-CHAVE *Educação no campo; crítica à razão dualista; diversidade cultural.*

ABSTRACT *A contribution to the debate over rural education is intended, seeking to recuperate some concepts elaborated by social anthropology, which has been producing studies over cultural diversity. This article aims highlight some analysis produced by history of education, that will clarify ongoing processes. It begins with an analysis of some official documents claiming educational specificity, concerning cultural diversity and rural students, and proceeds criticizing certain approach to this theme, signaling the need of a more rigorous theoretical treatment.*

KEY WORDS *Rural education; critique of dualism reason; cultural diversity.*

INTRODUÇÃO

Em abril de 2002, foram instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Dentre os artigos que compõem a Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2002), quatro merecem destaque. São eles:

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Art. 13º Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I – estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II – propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Evidencia-se na leitura desses artigos a preocupação com “a identidade da escola do campo, as questões inerentes à sua realidade, a diversidade do campo, as estratégias específicas de atendimento escolar do campo” e mesmo uma formação complementar de professores dessas escolas que contemplem essas “especificidades”. Portanto, chama-se a atenção para o que seria específico e/ou singular.

No atual governo, o Ministério da Educação propôs a construção de uma política nacional de educação do campo, a partir do “diálogo com as demais esferas da gestão do Estado e

1 Foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e em sua estrutura a Coordenação Geral de Educação do Campo, responsável pela mobilização capaz de gerar essa política.

com os movimentos e organizações sociais do campo brasileiro”¹. Entre os eixos teórico-políticos orientadores da política em construção (BRASIL, 2006b), tendo como “pano de fundo [...] a diversidade étnico-cultural como valor, ou, dito de outra forma, o reconhecimento do direito à diferença e a promoção da cidadania na vida da República”, merece destaque:

a) Construção de uma base epistemológica. Consiste na busca da construção de uma base conceptual de superação da dicotomia campo-cidade. Uma crítica ao que, no Brasil, tem orientado as políticas públicas, fazendo-as voltadas ao desenvolvimento econômico e social em franco privilégio ao espaço humano citadino ou, mais que isso, em detrimento da vida no chamado meio rural. A busca de nova base implica ações no sentido de se instalar nas instituições processos de apoio à pesquisa de base e aplicada que tenha como temática a questão do campo e da educação do campo, mormente, educação e desenvolvimento sustentável.

Embora esse eixo teórico-político sinalize a necessidade de superação do dualismo campo-cidade, causa estranheza que outros documentos ministeriais de mesma origem reafirmem que “a educação no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo no seu espaço cultural” (BRASIL, 2006a). Superado o dualismo, qual a razão da reivindicada “especificidade”?

O objetivo deste trabalho é contribuir para a discussão sobre a temática, na perspectiva de colocar em xeque a esquizofrenia teórica que parece abater-se sobre aqueles que se têm dedicado à questão. Procura-se, assim, estabelecer um diálogo crítico com esses documentos que foram escritos, tudo indica, a partir de idéias desconexas, em que são mencionados conceitos como “especificidade” e “identidade”, sem qualquer preocupação explicativa. E como oferecer diretrizes para a educação no campo se as problemáticas que os envolvem não são discutidas? Se os conceitos empregados podem revestir-se de significados diversos

em opções teóricas diferentes? Nem sempre são avaliadas as conseqüências dessas opções, que podem conduzir à defesa de idéias que contrariam as intenções de quem as defende.

Para isso, procura-se recuperar de maneira didática e acessível algumas contribuições do campo antropológico, no qual se acumulou conhecimento sobre a diversidade cultural, bem como formulações e análises produzidas no campo educacional que compartilham o mesmo aporte. Parte-se de um aporte teórico que não contrapõe o singular ao universal, cuja explicitação mesmo que sucinta permite recolocar o debate em novo patamar.

O SINGULAR E O UNIVERSAL

Advoga-se que o específico, o singular e o universal são níveis diferenciados e não-excludentes da produção do conhecimento. As relações e mediações entre essas instâncias são necessidade e desafio à compreensão científica e acadêmica. O específico, em geral, refere-se aos objetos de pesquisa; o singular, ao contexto social mais abrangente no qual o objeto está inserido; e o universal expressa as tendências históricas da organização social dominante, ou seja, do modo de produção capitalista (VALENTE, 1996). De maneira mais sistematizada, Alves (2003, p. 28) apresenta sua contribuição ao debate, explicando que

[...] o singular é sempre uma forma de realização do universal [sua expressão acabada é o modo de produção capitalista]. Logo, o singular refere-se, também, à escala adotada pelo pesquisador para realizar a abordagem da realidade humana: uma cidade, uma região, um país, um continente, etc. O singular é manifestação, no espaço convencional, de como leis gerais do universal operam dando-lhes uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis.

O autor assim conclui seu ensaio metodológico sobre a abordagem científica do regional, em que pese ter iniciado o

texto com um duro combate ao estudo da especificidade, do singular e da diferença. Para Alves, o debate centrado naquilo que nos singulariza perde de vista a unidade concreta da realidade humana e cita Martí – que afirma ser um pecado contra a humanidade tudo o que divide, especifica, afasta e encurrala os homens. Admite que a realidade humana possua caráter complexo e multifacetado e que, por isso, é um despropósito falar em realidade latino-americana, realidade brasileira, realidade sul-mato-grossense, realidade do índio, realidade do negro etc. Mesmo as especificidades das diferentes nações latino-americanas e mesmo de distintas regiões brasileiras não são excludentes ou intrínsecas porque são determinadas pelo capital.

Considerando-se que a referência a um universal tautológico tampouco faz avançar o conhecimento, o cerne do problema são as mediações entre esse nível de análise e o singular que nem sempre podem ser percebidas, captadas e discutidas em sua complexidade numa primeira aproximação com o objeto de reflexão. Disso decorre que o singular jamais será abandonado como ponto de partida das investigações científicas, máxima universalmente aceita por todos os campos do conhecimento. Mas só como ponto de partida.

Como foi destacado linhas acima, as discussões em torno da educação no campo trazem à baila questões relativas à diversidade cultural. Uma breve digressão conceitual permite precisar as relações da cultura e da educação, de maneira a facilitar a exposição das contribuições da antropologia no tratamento dessa temática.

O PROCESSO CULTURAL E EDUCACIONAL

A criação e a transmissão contínuas do conhecimento conformam o processo cultural que é inseparável da condição social humana. Ao implicar o conhecimento e o aprendizado, é um processo educacional. Porque se transforma ao longo do tempo, é histórico e, por ser comum a todos, é considerado universal. O

homem é sujeito desse processo. Desse modo, pode-se definir a educação como processo histórico universal, como a ação que procura reafirmar a condição do homem como um ser que se distingue de todos os outros no conjunto da natureza. Disso decorre que a educação é expressão do social e da cultura que caracteriza universalmente todos os seres humanos e, por ser histórica, transforma-se. Nessa perspectiva, processo educacional, produção cultural e “natureza” social humanos são experiências coincidentes.

Os homens não podem ser compreendidos como seres dissociados da sociedade, da cultura e da educação construídos historicamente por eles próprios. Isso porque o homem universal é ele mesmo histórico, transformando-se. Entretanto, para além do universalismo e da historicidade do homem, um aspecto aparentemente contraditório resgata uma perspectiva relativizadora de sua presença no mundo. A pluralidade de experiências interativas e reflexivas vividas pelos homens em diferentes meios e condições de sobrevivência faz com que a sociedade, a cultura e a educação ganhem contornos singulares. Na verdade, a singularidade não deixará de ser expressão da historicidade e universalidade humanas, mas por vezes esses aspectos vão aparecer na história como se estivessem dissociados.

Em diferentes meios os homens têm necessidades diferenciadas, buscam soluções diversas para atendê-las, que resultam em experiências e conhecimento singulares. Essa afirmação, desacompanhada de explicações devidas, poderia sinalizar o deslize para uma armadilha evolucionista: a perspectiva teórica que marcou o início da antropologia.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA

Essa ciência se constituiu historicamente com a preocupação de compreender as diferentes culturas humanas. Mas é, ela mesma, fruto de necessidades humanas, nascendo comprometida com o

contexto histórico que a originou e se transformou. Embora o homem tenha sempre buscado interrogar-se a si mesmo, o projeto de fundação da antropologia como ciência do homem é recente. Apenas no final do século XVIII é que o próprio homem começa a ser tomado como objeto do conhecimento antropológico. E, no século XIX, a antropologia define como objeto de estudo as populações que não pertenciam à civilização ocidental, as chamadas “sociedades primitivas”.

No século XVI são descobertos e explorados espaços desconhecidos. Já no século XVIII, o movimento iluminista procura organizar o discurso, até então veiculado pelos viajantes, sobre os habitantes do Novo Mundo. O século XIX, época em que a antropologia se constitui como disciplina autônoma, é o período de uma nova conquista colonial. Nesse movimento de conquista, os passos do antropólogo vão acompanhar os do colonizador. Os colonizados, possuidores de culturas diferentes, passam a ser vistos como “primitivos”, ou seja, os ancestrais dos civilizados e indissociavelmente ligados à origem da civilização. Assim, todas as formas de organização social evoluíram de formas mais simples em direção às mais complexas, rumo ao progresso.

O pensamento evolucionista, ao defender a existência de uma espécie humana idêntica que se desenvolveria em ritmos diferentes, passando pelas mesmas etapas até alcançar a “civilização”, aparece, hoje, como etnocêntrico e colonialista. Isso porque se procurou medir o suposto atraso das “sociedades primitivas” em relação aos critérios ocidentais, com o progresso técnico e econômico sendo considerado como “prova” da evolução histórica. Dessa maneira, o evolucionismo aparece como justificativa teórica do colonialismo. Associam-se também a ele a defesa de determinações do meio físico e as determinações raciais que explicavam o maior ou menor “avanço”, a inferioridade e a superioridade das culturas existentes.

Pelo menos três razões nos afastariam das concepções evolucionistas do século XIX, quando afirmamos que o homem em diferentes meios tem necessidades diferenciadas, busca

soluções diversas para atendê-las que resultam em experiências e conhecimento singulares. Não se podendo negar a existência de diferentes expressões da natureza, dificilmente se poderia dizer que os homens respondem da mesma maneira aos desafios colocados pelo meio. Considerando a universalidade humana, não acreditamos que as transformações produzidas na interação homem-meio possam sofrer qualquer tipo de medição capaz de avaliar seu avanço ou superioridade. Essas transformações são definidas na própria relação dos homens com meios diferenciados que resultam em respostas particularizadas. Por outro lado, se atribuímos importância primordial aos homens e à sua capacidade transformadora, não se pode pensar em apenas determinação do meio, mas também em determinações humanas, no atendimento de suas necessidades.

Do mesmo modo, defendida a universalidade humana – ou, se quiserem, uma espécie humana idêntica –, não se pode justificar que determinações raciais, isto é, biológicas, possam intervir no processo diferenciado de transformação do meio. Por fim, se, como dissemos anteriormente, a ciência se redefine, comprometida com o contexto histórico, nada justificaria que o nosso olhar sobre a diversidade cultural de nosso tempo fosse moldado com a perspectiva teórica elaborada no século XIX. Como já foi afirmado, o conhecimento produzido sobre a realidade se transforma porque essa realidade é transformada pela ação humana. Por isso, a nossa opção teórica deve ser compreendida com base no conhecimento acumulado e à luz da história da própria antropologia.

Representando um avanço em relação às perspectivas etnocêntricas e evolucionistas da antropologia, no início do século XX, a corrente de pensamento culturalista propôs uma nova forma de abordagem das chamadas sociedades primitivas. Propunha o esforço de compreensão da diversidade humana, negando que ela pudesse ser explicada por determinações biológicas ou geográficas. Para essa corrente, as fontes dessa diversidade estariam na cultura e no particularismo histórico. Dessa maneira,

as diferenças culturais apenas poderiam ser compreendidas no próprio contexto de sua constituição, sendo relativas às formas diferenciadas de organização social. No entanto, ao propor a análise de aspectos da cultura de sociedades diferentes do modelo ocidental, segundo sua lógica interna que seriam, então, relativos ao seu modo de funcionamento, os defensores do culturalismo incorreram nos mesmos equívocos que pretendiam superar. Isso porque logo se percebeu que o “relativismo cultural” não apenas eliminava a possibilidade de qualquer estudo comparativo, como dificultava a compreensão da possibilidade de qualquer mudança cultural nas sociedades pesquisadas, imobilizadas em certos modelos ou padrões construídos pelos pesquisadores. No limite, isso justificava o tratamento diferenciado, dominador e paternalista das sociedades “avançadas”.

No século XX, foi ampliado o campo de observação da antropologia que passou a ser definido antes por uma maneira de abordar o objeto, do que por um objeto específico, como foi o caso das “sociedades primitivas”. Não sendo imunes à transformação social, essas sociedades vão perdendo as características diferenciais que atraíram a atenção dos primeiros antropólogos. O enfoque da antropologia, tomando o homem em sua totalidade, dirige-se então para todas as épocas, todas as sociedades, em todos os recantos do mundo.

A antropologia manteve-se atrelada ao seu interesse pela diversidade cultural. E, na medida em que essa diversidade merece a sua reflexão, o conhecimento sistematizado sobre a diversidade é uma construção teórica: a experiência vivida pelos homens passa a ser pensada pelos antropólogos a partir de conceitos, idéias e formulações teóricas nem sempre concordantes.

Ainda hoje, o debate em torno da diversidade cultural é travado entre duas principais posições, recolocando em outras bases as questões apontadas pelas perspectivas evolucionista e culturalista. De um lado, a compreensão da diversidade cultural sendo informada pela universalidade humana. De outro, a diversidade cultural podendo ser compreendida

exclusivamente no contexto particular em que foi elaborada, sem qualquer determinação universal. A primeira perspectiva é chamada racionalista ou anti-relativista, por oposição à segunda denominada relativista, por defender o relativismo cultural.

NA ZONA DE TENSÃO

A perspectiva que adotamos para a compreensão da diversidade cultural quer inserir-se na zona de tensão entre as posições anti-relativistas e relativistas. Na verdade, isso não é muito evidente. O problema da posição relativista é que ela acaba sendo presa de uma análise redutora ao centrar-se apenas sobre o contexto particular no qual a diversidade é produzida. Mas perde-se de vista o contexto histórico global no qual essa e outras particularidades estão mergulhadas. Ao ser negada a possibilidade de compreensão da singularidade a partir da comparação com outras particularidades existentes, é inviabilizada a sua própria compreensão. Quando definimos algo como diferente, temos necessariamente um parâmetro de referência para fazer essa afirmação. Afinal, trata-se de algo diferente do quê?

A perspectiva anti-relativista ou racionalista, da qual aparentemente nos aproximamos, é vista como incapaz de explicar os particularismos, uma vez que esses são reduzidos a uma estrutura permanente, definida pelos universais da ação e dos pensamentos humanos. Mas, evitando os riscos de tomar a diversidade cultural como epifenômeno da universalidade humana, parece-nos possível unir à perspectiva racionalista e histórica a dimensão da singularidade.

Conceitos como homem, história, sociedade, cultura e educação possuem duas dimensões não-excludentes: uma universal e generalizada, outra singular e diferenciada. Mas o fato de serem dimensões intrinsecamente relacionadas não nos autoriza a afirmar que convivam harmoniosamente e sem conflitos. A indissociabilidade dessas duas dimensões muitas vezes só pode ser percebida através de mediações que levem primordialmente em

conta o processo histórico e a funcionalidade que, por exemplo, possa ter no presente uma manifestação cultural do passado, preservada pela tradição.

Além dos conflitos e mediações existentes entre o universal e o singular, deve-se considerar que, se qualquer atividade humana pode ser considerada como pertinente à cultura e à educação, nem sempre é reconhecida como tal. Para que essa relação se efetive, é preciso que o sujeito das práticas sociais a elas atribua significado cultural e educacional. Por várias razões, nem sempre isso ocorre no contexto em que tal sujeito vive. A principal razão que leva o homem a não atribuir significados cultural e/ou educacional às suas práticas ocorre quando ele não se reconhece como construtor do mundo e de seus significados. Aí a história, a sociedade, a cultura, a educação aparecem como entidades que pairam sobre as cabeças dos homens, sem qualquer relação com a sua vida e a sua história. Poderia ser dito que o processo de reflexão do homem sobre a realidade vivida e pensada escapa ao seu controle e parece ganhar vida própria. Com isso, as construções humanas reais ganham contornos irrealis e fantasmagóricos porque, mesmo sendo uma produção histórica do homem, nelas ele não se vê como produtor.

O DESCOMPASSO ENTRE O FAZER E O PENSAR HUMANOS

Dessa maneira opera-se certo descompasso entre o fazer e o pensar humanos. De um lado, a ação humana, sob a forma de trabalho que transforma o meio, não parece perder a sua agilidade e capacidade de atendimento às necessidades do próprio homem; de outro, a reflexão, o produto intelectual gerado por essa ação, quando dela dissociado, é como se cristalizasse, perdendo a perspectiva da possibilidade de sua transformação. O desconhecimento e o não-domínio momentâneo do meio pelo homem podem, por exemplo, levá-lo a elaborar respostas imaginadas para explicar suas dúvidas e incertezas.

Para que uma determinada ação humana possa ser justificada, torna-se insuficiente a reflexão sobre ela. Relações sociais que primam pela injustiça ou desigualdade, favorecendo alguns homens em detrimento de outros, para que sejam mantidas, devem continuar a escamotear o que de fato são: injustas e desiguais. Para os favorecidos, não interessa a reflexão dos meios que lhes permitem ocupar essa posição. Tanto quanto para os não favorecidos, essas relações construídas por homens são naturalizadas, ou seja, como pertencentes a um domínio que escapa à ação humana.

Assim, a cultura e o próprio processo educacional que se encarrega de transmitir os conhecimentos produzidos e acumulados na relação dos homens com o meio em que vivem aparecem como atividades estranhas e desprovidas de humanidade. Aparecem como atividades coisificadas e reificadas, como se tivessem vida própria. Essa dissociação, como não poderia deixar de ser em razão da indissociabilidade indicada, se expressa nas dimensões universal e singular da realidade.

O processo histórico capaz de nos fazer entender o porquê dessa dissociação entre o homem e suas obras remonta a épocas imemoriais. As características particulares dessas épocas fornecem conteúdo às nossas formulações abstratas que definem o homem como ser histórico, social e cultural. De qual homem falamos, de que tempo, quais as relações que estabelecem entre si e com o meio, qual o produto de sua ação prática e reflexiva? Essas são as questões que preenchem de conteúdo histórico, vivo, esse esquema teórico.

Mais recentemente, do ponto de vista desse descompasso entre ação e pensar humanos, além do acesso desigual à riqueza social e ao conhecimento, a modernidade e com ela o capitalismo impõem através da divisão social do trabalho a perda do controle total do processo de produção de mercadorias pelo trabalhador. No desenrolar desse processo, a impressão que se tem é que aquilo que não é produzido diretamente pelo homem, que não é mais produto da sua experiência concreta vai perdendo a riqueza de

significados atribuídos por outras pessoas, chegando a aparecer ante seus olhos como algo mágico e absolutamente dissociado de sua própria ação. Em que pese ser o trabalho humano o único trabalho capaz de acrescentar valor a qualquer matéria-prima por que a transforma.

O capitalismo como um modo de produção que determina relações entre os homens visando à sua sobrevivência e reprodução e que agudiza a dissociação do homem de suas obras, ao impor-se histórica e hegemonicamente sobre outras formas de organização da vida social existentes, passa a definir a dimensão da universalidade. A cultura e a educação como condição e produto dessas relações não poderiam constituir-se senão para atender aos seus interesses.

Assim, na modernidade, a cultura e a educação estruturam-se como universalização do fazer e pensar capitalistas. Universalização do pensar e fazer humanos dominantes, na qual nem sempre o homem se reconhece como produtor. Nos espaços sociais atingidos pelo capitalismo ao longo do desenvolvimento histórico, em sua forma mais avançada, a explicitação de suas características e contradições é mais evidente. No entanto, essas características vão merecer leituras singulares e diferenciadas em outros espaços sociais, sem que se possa perder de vista a imposição hegemônica do universal, do qual o próprio singular é expressão.

Nos primórdios da época moderna, sendo a Europa o espaço social de emergência do capitalismo, as relações entre os homens e suas manifestações culturais e educacionais expressavam-se como universalização do fazer e pensar europeus. Nesse momento, a europeização era sinônima de fazer e pensar capitalistas. O espaço social e singular europeu, ele mesmo pleno de particularidades, confundia-se com o universal definido pelas relações capitalistas. Entretanto, deve-se ter claro que o capitalismo ultrapassa os espaços sociais, porque define as relações estabelecidas e partilhadas em diferentes espaços, que possuem, por sua vez, diversa leitura dessas relações. A rigor, nem mesmo a Europa pode ser tomada

como um bloco homogêneo. Portugal e a Espanha, considerados os primeiros a se aventurarem na conquista do Novo Mundo, perdem progressivamente sua posição de destaque, assumida no século XIX pela Inglaterra, com o capitalismo consolidado. Dessa maneira, o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo, as transformações das relações sociais que engendra, percorre diferentemente os vários países europeus. Estes apenas podem ser tomados em conjunto para fins didáticos. A hegemonia européia foi mantida dos séculos XV ao XIX e apenas perdida no início do século XX. Por essa razão, há que se admitir que a matriz européia permaneceu como referência importante de universalidade para os demais espaços sociais singulares, que procuravam dar diferentes respostas aos crescentes desafios das relações dos homens com o seu meio.

No que se refere à especificidade da educação escolar ou do papel que a escola passa a desempenhar sob o capitalismo, não se pode furtar a reconhecer a sua característica permanente de universalização do pensamento capitalista. Por outro lado, pelas razões indicadas, esse pensamento se apresenta muitas vezes descompassado ou cristalizado em expressões de uma historicidade ultrapassada, mas paradoxalmente cumprindo funções que não podem ser consideradas anacrônicas nos diferentes espaços em que essa forma de organização dominante tem lugar.

Qual seria a razão de se defender, ainda hoje, uma educação para o campo?

AS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Citado anteriormente, Alves (2005a, p. 87) considera ser uma falácia, muito difundida no âmbito das ciências sociais e, por conseqüência, entre os educadores, “a pretensa oposição entre cidade e campo, que exigiria um ajustamento da proposta de educação para a zona rural, por força das peculiaridades de suas demandas, em especial das ligadas ao trabalho”. Para o autor, “o critério para o desvendamento dessa falácia só pode se radicar no

movimento da produção capitalista como um todo”. Segundo ele, é discutível todo o conjunto de elaborações teóricas que tem visto oposição entre cidade e campo, depois de instaurado o modo de produção capitalista e o domínio político do estado burguês. Por isso, não se sustenta mais em nossos dias qualquer elaboração que postule teoricamente a oposição entre campo e cidade.

Na versão provisória do texto “Discursos sobre educação no campo: ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro”, o mesmo autor detalha a sua crítica. A íntegra desse texto merece a leitura atenta pela contribuição oferecida à temática e à história da educação. Para os fins deste trabalho, importa reproduzir alguns trechos:

No caso da educação escolar, a própria reivindicação de uma peculiar formação das crianças e jovens da zona rural, de alguma forma, trai uma insistência nessa idéia de oposição entre cidade e campo. Essa seria a manifestação educacional de uma idéia anacrônica, pois nutriria, por assim dizer, uma tentativa, fadada ao fracasso, de perpetuação de algo já banido pela história.

Ainda hoje, sob formas diferenciadas, é proclamada a necessidade de se desenvolver uma educação no campo ajustada às suas peculiaridades. Há, ainda, aqueles que teimam em afirmar a necessidade de a educação escolar no campo exercer a função de fixar crianças e jovens à terra, visando conter a sua evasão para as cidades. A educação escolar da cidade é tida como fator de desajustamento, que ensejaria um desvio nas expectativas do jovem do campo atraindo-o para as seduções urbanas. Daí a necessidade de uma educação ajustada às necessidades da zona rural, inclusive envolvendo um componente de formação profissional pertinente ao trabalho no campo; daí a necessidade de a escola responsável por essa formação ser instalada, necessariamente, no próprio campo. Dessas cogitações derivam postulações que pleiteiam uma educação autônoma e específica para a zona rural (ALVES, 2005b, p. 38).

Para Alves, essa reivindicação ecoa a produção teórica dos estertores da República Velha, que caracterizou o movimento denominado *ruralismo pedagógico*. Entre os seus expoentes, Sud Menucci afirmava ser

[...] indispensável uma profunda modificação no aparelhamento escolar primário, normal e profissional, de maneira a estabelecer três quadros de professores inteiramente distintos, exercendo funções perfeitamente diferentes e apesar de tudo complementares. Temos de separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea. É mistér diferenciá-los quanto á sua orientação e ao seu alcance, cindi-los para que produzam três mentalidades absolutamente diversas e que, no entanto, reciprocamente se completem para o equilíbrio social do organismo nacional. Em ultima análise, temos de criar, com características próprias e intrínsecas, o homem da cidade, o homem do campo, o homem do mar. E criá-los sem que um inveje a sorte do outro e se julge (sic) em plano inferior na escala social (1934, p. 188 apud ALVES, 2005b, p. 39).

Com base em sua experiência pessoal, o principal ideólogo do movimento ruralista verificava

[...] o fracasso completo da escola rural comum, tal como ainda se organiza entre nós, fracasso decorrente do fato de ser ela uma simples escola de cidade transportada e enxertada nas atividades rurais, enxerto realizado sem a menor dose de inteligência e de observação e no qual dominou exclusivamente o simplista e traiçoeiro critério da analogia. Se a escola comum dava resultados apreciáveis na cidade, havia de dá-los também no campo. Tal era a maneira de pensar geral, esquecidos os seus propugnadores de que a escola da cidade estava em harmonia com as aspirações cidadinas, mas em oposição formal aos desejos dos meios campestinos. Teria bastado para condená-la, a verificação quotidiana de que o mestre era um estranho ao meio rural, que não conhecia e menos lhe com-

preendia as mais elementares necessidades. (idem, op. cit., p. 189 apud ALVES, 2005b, p. 39).

Segundo Alves, Sud Menucci representava os pecuaristas e cafeicultores da Primeira República e encarnou os interesses desses proprietários rurais, forças econômicas dominantes à época. Presentemente, aqueles que reivindicam uma educação adequada às necessidades do campo são outros:

[...] hoje repetem as mesmas idéias e os mesmos refrões os expropriados da terra, aqueles que, por meio do MST, pretendem uma reintronização à condição de proprietários. Empresários rurais, da mesma forma, mesmo os que reconhecem que a expulsão do trabalhador do campo vem ocorrendo como resultado de transformações materiais, sobretudo por força da modernização dos meios de produção, quando instados a discutir a manutenção de reservas de trabalhadores que lhes parecem essenciais, retomam a reivindicação de uma educação adaptada às necessidades específicas do campo. Também educadores e burocratas da educação não se cansam de repetir essa cantilena sobre a importância da educação pertinente às pretensas necessidades específicas do campo.

Esse anacronismo se deve ao fato de a organização do trabalho didático, que vige presentemente nas escolas, ter sido fundada por Comênio² no século XVII, sob a inspiração da organização manufatureira do trabalho (ALVES, 2001). A proposta era que as atividades de ensino seriam desenvolvidas de maneira controlada e submetida à divisão do trabalho pedagógico para a produção de resultados com economia de tempo, de fadiga e de recursos. O barateamento da escola era condição necessária para que fosse estendida a todos. Para isso, o instrumental de trabalho do professor foi transformado e a adoção do manual didático possibilitou a queda dos custos da educação escolar. Isso representou uma ruptura com o conhecimento culturalmente

2 Bispo morávio, cuja obra de maior expressão foi *Didactica magna* (1976).

significativo e a instauração do império do livro didático no espaço escolar, veiculando um conhecimento de segunda mão e de caráter vulgar.

Segundo Alves (2005b, p. 30), com a persistência extemporânea da organização do trabalho didático criada por Comênio se paga o preço da impossibilidade de ascender, através da educação escolar, ao conhecimento culturalmente significativo; da transmissão de conhecimento vulgarizado; da renitência com que professores se mantêm aferrados aos recursos do passado, porque formados segundo os mesmos condicionamentos. Entretanto, para o autor, “há condições objetivas já produzidas [...] para a *construção de uma nova didática*, que encarne as condições contemporâneas de existência da humanidade”. E ainda: “hoje o tempo é outro, marcado por novas necessidades sociais e dotado de recursos tecnológicos muito mais sofisticados para sanar as novas necessidades que lhe são próprias. Trata-se, então, repetindo, de *construir uma nova didática*”.

A CRÍTICA À ESQUIZOFRENIA TEÓRICA

Como foi discutido em outra oportunidade (VALENTE, 2005), em que pese a armadilha dualista ter sido criticada desde os anos 1960, constata-se, ainda hoje, a dificuldade de superação, no nível do pensamento, da dualidade “urbano *versus* rural”, impedindo que alternativas sejam buscadas para o atendimento de demandas reais das populações residentes no campo. Essa dualidade, em última análise, justifica a intervenção sobre o rural e explicita o compromisso desse conhecimento com as classes dominantes, utilizado como instrumento aplicado para explicar descontinuidades geradas pelo exercício da exploração entre classes (MARTINS, 1986).

A bipolaridade cidade e campo é um efeito secundário, por assim dizer, “superestrutural”, das relações entre as classes, em que pese o antagonismo substantivo entre classes sociais ser mascarado por diferenças mais imediatamente explícitas como as raciais,

religiosas, de “comunidade ecológica” e outras (SINGER, 1980). Mesmo porque as transformações no “mundo rural” (SILVA, 2001) tornaram obsoleta a divisão do trabalho entre campo e cidade. Nesse sentido, o “rural” e o “urbano” devem ser entendidos como faces de uma mesma moeda. Ou, em outros termos, resultam do mesmo processo histórico que tem na sociedade capitalista a base de sua explicação (CASTELLS, 1983).

O avanço tecnológico que retira o conteúdo das palavras urbano e rural não coloca a necessidade de uma alternativa operacional para substituí-las. Evidencia-se, simplesmente, a falta de sentido dessas categorias para promover o conhecimento desse momento histórico. Para Singer (1980, p. 28),

quando se pensa em urbanização numa sociedade que se industrializa, é preciso procurar pelo papel que as classes sociais desempenham nela, pois, em caso contrário, ela tende a ser tomada como um processo autônomo, fruto de mudanças de atitudes e valores da população rural, perdendo-se de vista seu significado para o conjunto da sociedade.

A necessidade de construção de novas mediações teóricas para o entendimento da realidade concreta, porque em constante movimento, não deve fazer-nos incorrer no erro de acreditar que a essência, ou significado da exploração sobre o trabalhador se tenha alterado. Por isso, a análise sobre a questão meridional³ realizada por Gramsci, que esboça sua preocupação com a possibilidade de as classes populares construírem uma contra-ideologia capaz de enfrentar a ideologia hegemônica, antes mesmo dessas classes assumirem o controle pleno da base material, pode iluminar essa discussão.

Para Gramsci, a oposição à sociedade capitalista deveria ser construída num longo e lento processo desencadeado sobre as formulações do senso comum, sobre as representações da cultura popular, caracterizada por sua heterogeneidade e fragmentação. Nesse processo, os intelectuais comprometidos com essas classes

3 A questão meridional na Itália, que marcou a década de 1920, dizia respeito às discussões políticas travadas na época, sobre as providências que deveriam ser tomadas para diminuir a distância e a diferença entre a região Sul, pouco desenvolvida economicamente, e a região Norte avançada.

teriam um papel fundamental a desempenhar para promover a atuação coletiva.⁴

Tudo indica que ainda hoje são muitas as dificuldades de superação do senso comum. No tocante à educação no campo, parte expressiva dos intelectuais comprometidos nesse debate defende concepção de mundo acrítica e incoerente. Nas palavras de Gramsci (1989, p. 12, ou 2001, p. 94),

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário.

Admitindo-se que o processo cultural é histórico e que, portanto, se transforma ao longo do tempo, não se sustentam as posições que reivindicam a preservação de manifestações culturais: rigorosamente apenas é possível “preservar” o que está sujeito à mudança que atenda necessidades humanas. A insistência tão-somente na “especificidade cultural”, quando levada às últimas conseqüências, representa a negativa da historicidade.

4 Esse tema será mais bem desenvolvido em estudos posteriores, escritos no cárcere, quando o teórico político italiano aponta os intelectuais como mediadores entre infra-estrutura e super-estrutura, capazes de estabelecer a organicidade entre teoria e prática.

Mesmo que a atribuição de significados aos produtos das relações sociais seja diferenciada, como de fato é diferenciada a apropriação da riqueza social, não se justifica insistir apenas na existência de uma “especificidade” ou se falar em “a identidade”, no singular, posto que a identidade é plural e articulada de diferentes maneiras, em diversos momentos e contextos. Embora seja idéia manipulada politicamente contra o processo de expropriação capitalista, assim como a adjetivação da cultura – “cultura popular”, “cultura escolar”, “cultura do campo” –, é preciso perceber os limites de sua eficácia na instância superestrutural.⁵

5 Na infra-estrutura – instância indissociável daquela – as contradições materiais do capitalismo são flagrantes.

O deslocamento para a esfera cultural/educacional do debate sobre condições materiais do capitalismo atual e das formas contemporâneas de exploração e dominação que o ideário neoliberal tenta justificar tem sido sistematicamente promovido por organismos internacionais, a partir da justificativa de que a exclusão é “cultural”. Sob a alegação de que as pessoas estão sendo expulsas do mercado de trabalho por não estarem qualificadas para as suas demandas, a educação passa a ser apontada como solução para a crise. Contudo, o avanço das forças produtivas torna cada vez menos necessário o trabalho vivo, incorpora trabalho morto nas máquinas e equipamentos eletrônicos, simplificando progressivamente o processo de trabalho. Mesmo que existam funções que demandem maior domínio dos trabalhadores, a qualificação exigida pelo mercado de trabalho é antes uma justificativa de sua expulsão e de sua não-absorção ao mercado.

Entretanto, a falta de compreensão de que também muitas das propostas para a “educação no campo” servem aos interesses de uma lógica societária excludente as tem mantido longe da crítica radical do processo educativo. Limitam-se aos efeitos secundários da “comunidade ecológica” e à determinação do fator da localidade da população no que se refere à oferta de oportunidades de escolarização. Além de reivindicarem como “especificidade” a diversidade cultural que, como foi dito, é característica universal da humanidade. A partir desses maldefinidos pressupostos, também são propostas a formação “específica” de professores

para as escolas do campo e a elaboração de materiais didáticos “específicos”, com destaque para os manuais, que deveriam, então, incorporar aspectos da “realidade do campo”.

Como se a escola tivesse por função mediar o conhecimento do espaço circundante que efetivamente se dá ao longo de outros processos formativos, no nível da socialização primária. Nessa perspectiva, em última instância, desvaloriza-se a importância desses processos não institucionalizados. Como se a presença de “imagens afetivas e do cotidiano” presentes nos livros didáticos pudessem contrapor-se ao processo de vulgarização do conhecimento a que foram historicamente submetidos. Como se através dos meios de comunicação de massa, especialmente através da televisão, viabilizada pela eletrificação rural, a população do campo não tivesse acesso a outras manifestações de cultura. Como se fosse possível protegê-la dos “males da civilização” e preservá-la em sua “pureza”, reatualizando teorias de séculos passados. Como se, num faz-de-conta, as idéias fossem o “motor” da história. Porém

não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir desse processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais (MARX e ENGELS, 1986, p. 37).

Corroborando a crítica ao idealismo promovida pelos autores clássicos, qualquer proposta que seja minimamente pertinente para a educação no campo “ascende da terra ao céu” (ibidem). Tem como referência o contexto histórico da sociedade capitalista.

Formar professores, construir escolas, garantir infraestrutura física e tecnológica são reivindicações indiscutíveis. Mas para ensinar o quê? Para quê? Para a formação de qual homem? Exemplo flagrante da falta de rumos é, entre as ações do governo federal em andamento ou em processo de definição teórico-prático, aquela que trata do transporte escolar. Segundo o documento que a divulga (BRASIL, 2006b):

Faz-se necessário uma revisão no modelo herdado em forma de lei, pelo qual parte significativa dos custos do transporte escolar são (sic) cobertos pelo Governo Federal. Esse apoio ao transporte tem resultado em estímulo à evasão do campo à cidade. O que vem sendo proposto no âmbito das organizações sociais do campo é que o transporte escolar se dê tão somente como política complementar à universalização da educação básica no campo. Ou, mais especificamente, que seja um recurso restrito ao transporte intra-campo, no ensino fundamental, bem como para excepcionalidades.

Qual campo? Qual cidade? Uma “cidade imaginária” (VEIGA, 2002) que não romperia com a dinâmica “intracampo” ou que reafirma o ultrapassado dualismo? Parafraseando esse autor, embora o Brasil seja mais rural do que se imagina, na ruralidade emergente, a oposição com o espaço urbano não faz sentido algum.

Revela-se a ausência de rigor teórico na abordagem da temática em palavras e ações, que perdem de vista o movimento da história. Assim, a reflexão sobre a dinâmica do “mundo rural”, como de outras temáticas e em outros campos do conhecimento, tem sido exposta aos riscos do ecletismo metodológico – o processo de extração de conceitos dos corpos teóricos de origem e de seu livre manejo – e pela falta de consenso no emprego de categorias iluminadas por diferentes opções teóricas, estabelecendo um conflito que não é falso (VALENTE, 2006).

Talvez por um envolvimento exagerado dos pesquisadores, por ingenuidade teórica e, certamente, pela falta de percepção das

diferenças entre o cientista e o político, os conceitos analíticos da militância e mesmo os conceitos pessoais incorporaram-se às análises. Isso dificulta a distinção dos fatos observados, objetos da reflexão científica, com as impressões, desejos e sonhos românticos de militantes e estudiosos: uma oscilação que não pode ser confundida com uma perspectiva “dialética”, que atenta para a indissociabilidade entre teoria e prática. A consequência tem sido a atribuição de significados a práticas e situações que só estão nas cabeças de ambos, transformando seu compromisso em mera retórica.

Entretanto, sofrer de esquizofrenia teórica pode ser uma opção... Pela não-discussão radical das questões envolvidas e pela incorporação desavisada de propostas incapazes de atender às necessidades daqueles que estão no campo. Isso posto, a proposta para a educação no campo tem de ser repensada em outros termos: a exigência prática e teórica é bem maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande: Editora UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ALVES, G. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande: Editora Uniderp, 2003, p. 17-29.

_____. Falácias sobre a educação no campo. In: SOUZA, Ana Aparecida Arguelho de; FRIAS, Regina Barreto (Orgs.). *O processo educativo na atualidade – Fundamentos teóricos*. Campo Grande: Editora Uniderp, 2005a, p. 83-97.

_____. Discursos sobre educação no campo: ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro. Campo Grande, 2005b (versão provisória digitada).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, Resolução CNE/CEB, n. 1, 3 de abril de 2002. *Diário Oficial*, Brasília, 9 de abril de 2002, seção 1, p. 32.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. *Educação do campo*. Disponível em: <www.mec.gov.br/secad>. Acesso em 28.3.2006a.

_____. Ministério da Educação. *Elementos para um plano nacional de educação do campo*. Disponível em: <www.mec.gov.br/secad>. Acesso em 28.3.2006b.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COMÊNIO, João Amós. *Didactica magna*: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos, 2ª ed. Intr., trad. e notas Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Concepção dialética da história*, 8ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Cadernos do cárcere*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1.

MARTINS, José de Souza (Org.). As coisas no lugar (Da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: *Introdução crítica à sociologia rural*, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*, 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, set./dez. 2001.

SINGER, Paul. À guisa de introdução: urbanização e classes sociais. In: *Economia política da urbanização*, 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional. *Proposições*. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. Agricultura familiar e recorte racial: desafio teórico e sócio-político no meio rural. *Cadernos do Ceam*, UnB, n. 17, p. 117-129, 2005.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Renovação analítica do “novo rural” e o ecletismo metodológico. *Cadernos do Ceam*, UnB, n. 25, p. 33-59, 2006.

VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias*. Campinas: Autores Associados, 2002.

ANA LÚCIA VALENTE é doutora em antropologia social (USP); professora associada I da Universidade de Brasília (UnB). Integra a linha de pesquisa voltada para o estudo da agricultura familiar no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (Propaga), <anavalente@unb.br>.



EDUCAÇÃO, GÊNERO E OS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS RURAIS DE BAIXADA DE SALINAS (RJ)

JORGE LUIZ DE GOES PEREIRA

RESUMO *O artigo discute a relação entre o projeto educacional da Escola-Família (Ibelga) e os projetos de vida de moças e rapazes de Baixada de Salinas (RJ). Trata-se de um estudo de caso realizado através de entrevistas com 46 jovens (20 moças e 26 rapazes), na faixa etária entre 14 e 20 anos. A partir dos relatos dos jovens, posso afirmar que os jovens de Baixada de Salinas desejam permanecer nas atividades agrícolas, mas isso não quer dizer que todos os jovens rurais desejam a mesma coisa. A educação técnica agrícola pode contribuir também para que os jovens do campo vislumbrem oportunidades de trabalho na cidade.*

PALAVRAS - CHAVE *Juventude rural; educação; projetos de vida.*

ABSTRACT *This article discusses the relationship between the educational project of the Escola-Família (Ibelga) and life projects of young girls and boys of the Baixada de Salinas, state of Rio de Janeiro. It is a case study with 46 interviews: 20 girls and 26 boys, from 14 to 20 years old. Through their answers it can be stated that youths from Baixada de Salinas wants to go on working in agriculture, but not all of them. Agricultural-technical education may contribute also for the rural young people to grasp working opportunities in the cities.*

KEY WORDS *Rural youth; education; life projects.*

INTRODUÇÃO

Os jovens têm sido foco de diferentes análises (GALLAND e LAMBERT, 1993; DURSTON, 1998; CARNEIRO, 1998; entre outros). Todos concordam que as transformações que se vêm processando no meio rural, com a diminuição das atividades agrícolas e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, têm colocado desafios para os jovens, principalmente em relação ao seu futuro que, cada vez mais, se apresenta como incerto. Por outro lado, com a ampliação dos seus espaços de sociabilidade, novos valores têm sido incorporados aos modos de vida dos jovens rurais, demonstrando uma grande capacidade de assimilar as novidades que chegam com a aproximação dos espaços rural e urbano.

Galland e Lambert (1993) colocam que, como resultado de fatores, como a aproximação dos espaços, através da penetração de culturas juvenis urbanas (*rock e blue jeans*), no meio rural francês, a ampliação dos espaços de sociabilidade, a melhoria do acesso à educação, ao mercado de trabalho, à informação, ao transporte e aos espaços de lazer (urbanos) e a diminuição das atividades agrícolas, os jovens rurais se tornaram mais pragmáticos nas suas decisões quanto ao seu futuro. Para os autores, esse “pragmatismo” estaria ligado às suas vantagens e desvantagens econômicas em relação ao contato com a cidade.

Os estudiosos franceses (GALLAND e LAMBERT, 1993) se perguntam se os jovens “rurais”, próximos às áreas urbano-industriais, apresentam ainda particularidades em face do declínio numérico dos jovens agrícolas, da generalização do ensino secundário, da onipresença da mídia e da diminuição dos espaços de produção agrícola camponesa. Apoiando-se nos trabalhos de Nicole Eizner, Galland e Lambert colocam que o que distingue, antes de qualquer coisa, os jovens de seus homólogos urbanos não são mais os valores, as formas específicas de interconhecimento, mas uma vontade de enraizamento, um desejo de viver mais calmo, tranquilo, com a condição, certamente, de poder combinar

o lugar onde vivem com as facilidades de lazer e de trabalho da cidade.

Em relação aos jovens da América Latina, Rodríguez (1996) e Durston (1998) se perguntam: A realidade em que os jovens rurais estão inseridos os ajuda ou os força a tomar decisões que, nem sempre, são aquelas que um dia foram pensadas ou planejadas? Os estudos de Carneiro (1998) e Pereira (2004) mostram que há, no caso dos jovens brasileiros, uma pluralidade de respostas, de caminhos possíveis, diante dos imponderáveis da vida. O lugar que o jovem ocupa numa determinada sociedade e as características dessa sociedade podem ajudar a definir suas respostas diante das condições ou possibilidades vividas.

Baixada de Salinas, localizada na região serrana do Rio de Janeiro, é uma região dominada pela agricultura familiar, os projetos de vida dos jovens estão direcionados para permanecerem no campo e são incentivados por uma educação técnica voltada para o mundo rural. Contudo, esses projetos representam uma mudança de comportamento em relação às formas tradicionais de produção. Os projetos de vida¹ dos jovens apontam para uma nova categoria no seio da agricultura familiar: o “administrador de negócios familiares”. Por outro lado, esse interesse de permanecer no campo, como agricultor ou administrador familiar, não representa o interesse de todos os jovens. Nota-se, também, que o ensino técnico possibilita mudanças nas relações de gênero e geração. Mas até que ponto uma educação técnica direcionada ao mundo rural contribui efetivamente para que moças e rapazes permaneçam no campo, principalmente, os das famílias de pequenos agricultores descapitalizados, de arrendatários e trabalhadores assalariados?

Neste artigo, discutirei a relação entre o projeto educacional da Escola-Família (Ibelga) e os projetos de vida de moças e rapazes de Baixada de Salinas (RJ). Busco identificar as possibilidades de transformação dos papéis, tradicionalmente vividos pelas moças, no campo, a partir da educação técnica, e o interesse daqueles jovens que não desejam ser agricultores.

1 O projeto de vida, segundo Hernández (2000, s.p.), é definido como “subsistema psicológico principal da pessoa em suas dimensões essenciais de vida [...], é um modelo ideal sobre o qual o indivíduo espelha o que quer ser e fazer, que toma forma concreta na disposição real e suas possibilidades internas e externas de realizá-lo, definindo sua relação com o mundo e consigo mesmo, sua razão de ser como indivíduo em um contexto e tipo de sociedade determinada”.

Trata-se de um estudo de caso, cujo objetivo consiste na observação detalhada de um contexto ou acontecimento específico, e incide sobre um grupo específico, durante um determinado período de tempo (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Esse método busca uma investigação empírica que mantenha características holísticas e significativas de eventos da vida real (ROTHMAN, 1994).

Entretanto, parafraseando Becker (1993), temos de considerar que, na realização de um estudo de caso, é utópica a proposição de se analisarem, em um único estudo, todos os aspectos existentes, ou mesmo, conseguir percebê-los em sua magnitude. Por isso, selecionei pontos de destaque, focando minha atenção nas questões mais relevantes que emergiram das entrevistas com os jovens rurais, alguns pais e com a direção da Escola Técnica Ibelga sobre o futuro dos jovens de Baixada de Salinas (RJ). Foram entrevistados 46 jovens (20 moças e 26 rapazes) na faixa etária entre 14 e 20 anos, que freqüentavam a Escola Técnica Ibelga no ano de 2002. Além das entrevistas com os estudantes, também entrevistei jovens que não freqüentavam a escola, mas residiam na região.²

2 Através do questionário socioeconômico, foi possível mapear a situação dos irmãos e irmãs, parentes, namorados(as) dos jovens entrevistados. Realizamos observações de campo em vários momentos da pesquisa, que foram transcritas e depois analisadas por categorias: projetos de vida, educação, família, trabalho e lazer.

3 É importante ressaltarmos que o rural definido aqui pelo IBGE está ligado às atividades agropecuárias, não levando em consideração as atividades não-agrícolas desenvolvidas nessas localidades.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO

Baixada de Salinas está localizada no 3º Distrito de Nova Friburgo (RJ). O distrito está a 48 km do centro do município. Sua população residente em 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 7.768 pessoas, a maior população rural³ do município, assim como de jovens vivendo no meio rural: 21,74% (872 rapazes e 817 moças).

Segundo dados obtidos no Mercado do Produtor da Região Serrana, o distrito é o maior produtor de olericultura do município e do estado do Rio de Janeiro. Basicamente, a região é constituída de médios e pequenos agricultores familiares, cujos produtos comercializados no Mercado do Produtor, próximo à Baixada de

Salinas, estão direcionados para os mercados consumidores dos grandes centros urbanos.

Há uma grande diferenciação social entre as famílias de Baixada de Salinas. Através das entrevistas, encontrei o seguinte cenário: 63,04% dos jovens colocam que seus pais são proprietários (46,24% podem ser considerados *consolidados*⁴ e 16,76% representam os pequenos produtores descapitalizados – *arrendatários*), 32,61% afirmam se tratar de filhos de meeiros ou parceiros e 4,35% são filhos de trabalhadores assalariados.

Nota-se que os pequenos produtores descapitalizados são aqueles com menores condições de reprodução, dependendo fortemente da participação de todos os membros da família e, em alguns casos, de parentes e vizinhos. Nessa situação, encontrei também os arrendatários, os que não conseguem realizar investimento e, portanto, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação socioeconômica (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

No caso dos arrendatários, geralmente só os homens são considerados os responsáveis pelo arrendamento, eles podem se utilizar das terras de outros familiares quando esses já não trabalham com agricultura. Seus filhos, assim como esposas, desenvolvem outras atividades financeiras no local (comerciantes, motoristas de caminhão, mecânicos, atravessadores, diaristas, faxineiras, balconista, entre outras) ou na cidade. Essa condição atinge, preferencialmente, a terceira geração (casais jovens), que, na condição de pequenos agricultores descapitalizados com pouca terra, se utiliza da relação de *meia* com seus parentes.

É importante colocar, ainda, que, segundo informações dos produtores rurais, a relação de *meia* tem diminuído na região devido aos baixos preços dos produtos agrícolas, à fragmentação das propriedades através da herança e à venda de lotes para pessoas da cidade.

Há, também, trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho para os agricultores consolidados e estes são os mais vulneráveis. Eles buscam, também, trabalhos nas localidades vizinhas e no centro do município.

4 A categoria *proprietários consolidados* se refere aos produtores agrícolas, donos da sua terra e com condições financeiras de reinvestimento na produção.

No caso dos proprietários familiares *consolidados*, suas condições de produção têm sido fortalecidas com políticas públicas, proporcionando aos filhos a oportunidade de continuarem na região. Para os filhos de pequenos produtores descapitalizados (arrendatários), de meeiros e de trabalhadores assalariados, as condições de reprodução social são menores. O que, muitas vezes, aparece como oportunidade de obtenção de renda são as atividades não-agrícolas, principalmente aquelas realizadas na sede do município ou através do turismo, pouco significativas na região, mas atraentes para os jovens.

Contudo, a Escola Técnica Ibelga (Escola-Família), com seu projeto educacional (projeto pedagógico), tem sido uma forte aliada das famílias, para que seus filhos possam permanecer na agricultura. Apontando para uma nova concepção de agricultura, com a adoção de práticas mais modernas (utilização de novas tecnologias) e, em alguns casos, mais ecológicas. A Escola-Família Ibelga procura fazer com que os jovens rurais rompam com práticas agrícolas arcaicas (usar fogo para formar pasto, utilizar arado manual, utilizar ferramentas manuais, entre outras).

Observei que a atuação da Escola Técnica Ibelga procura elevar a auto-estima dos jovens rurais, oferecendo um modelo de educação em consonância com a realidade local, procura fortalecer nos jovens a idéia de que filho ou filha de agricultor deve direcionar sua atenção para uma aprendizagem técnica rural. Mas será que filho de agricultor tem que ser necessariamente agricultor? Há espaço para decisões individuais? Quais as possibilidades de os jovens rurais trilharem outros caminhos?

EDUCAÇÃO RURAL: UMA PROPOSTA PARA MANTER OS JOVENS NO CAMPO

Pereira (2004) e Oliveira (2006) colocam que a juventude, no campo, está marcada pela falta de uma estrutura que venha favorecer a permanência ou consolidação dos espaços agrícolas diante do aumento do contato com a sociedade urbano-industrial.

Devido a essa falta de estrutura, Pereira (2004) ressalta que o investimento em educação e capacitação profissional dos jovens é uma forma de se evitar ou dar segurança na saída temporária ou permanente do campo, assim como amplia a participação dos jovens rurais nos espaços de decisão local.

Os programas de educação escolar tradicionais sempre tomaram como perspectiva a homogeneização na transmissão de conhecimento, isto é, não levavam em consideração os contextos socioculturais de crianças, jovens e adultos (FREIRE, 1983), e, ainda, dos diferentes “rurais”, como, por exemplo, aqueles que trazem no seu seio os movimentos sociais no campo (CALDART, 2000) ou a dinâmica da agricultura familiar. Por outro lado, a representação dominante da educação, no campo, sempre esteve associada à não-necessidade de se educar aqueles que trabalhavam com a agricultura.

Assim, os modelos oficiais de educação não estavam orientados para o desenvolvimento do sujeito, enquanto capaz de intervir na sua realidade social, mas apenas para a transmissão de saberes e habilidades demandados pela produção e pelo mercado. Essa situação apontava para o processo de exclusão contido na lógica do desenvolvimento capitalista (FRIGOTTO, 1996), cujo acesso à educação de qualidade e de ponta se destinaria a poucos, principalmente para os que apresentam as melhores condições de concorrer no mercado de trabalho.

De qualquer forma, as escolas capazes de ampliar as perspectivas de empregabilidade dos jovens rurais, geralmente, se localizavam na cidade. Assim, os projetos de vida dos jovens também apresentavam a possibilidade de se deslocarem para lá. A formação escolar, portanto, aparece como uma possibilidade de os jovens trilharem um caminho diferente dos seus pais, parentes e vizinhos, quando as condições de vida locais são difíceis. Nas entrevistas que realizei com jovens em São Pedro da Serra (PEREIRA, 2004), distrito pertencente também ao município de Nova Friburgo, ela aparece como símbolo de libertação. As famílias se esforçam, inclusive, aumentando a carga de trabalho

de alguns membros da família, para que os considerados mais inteligentes possam progredir na cidade.

Na verdade, o interesse dos jovens pela educação nas escolas da cidade vai depender das escolhas pessoais que estão subordinadas aos projetos familiares e das possibilidades que se vislumbram à sua frente. Por outro lado, quando se investe numa escola cujos programas curriculares levam em consideração a realidade dos produtores e trabalhadores rurais, não necessariamente o interesse de todos os jovens se destina a permanecer nas atividades agrícolas. A educação, no campo, é uma forte aliada dos jovens que desejam permanecer no campo como agricultores ou pecuaristas, porém há outros grupos de jovens no mesmo local que desejam uma educação direcionada para as atividades não-agrícolas, o que não significa que desejam transferir-se definitivamente para os centros urbanos, mas que buscam outras opções, mesmo estando no campo, de realização profissional.

Em 1993, segundo a direção da escola, a agricultura familiar na região de Baixada de Salinas ganha reforço com a fundação da Escola-Família Rei Alberto I, o Ibelga.⁵ Com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento dos produtores familiares, essa instituição escolar busca manter os jovens no campo. Por outro lado, esse interesse vem somar-se ao dos agricultores que buscavam ampliar seus negócios através da capacitação dos filhos. Além disso, para os filhos dos agricultores que tinham de se deslocar para fora da localidade em busca de completar os estudos, já era possível concluí-los numa escola rural local.⁶

Era preciso unir a educação à dinâmica da produção agrícola familiar e ao interesse de crianças e jovens, mesmo que, futuramente, eles viessem a decidir trilhar caminhos diferentes daqueles que marcavam a vida dos seus familiares. Na verdade, o ensino técnico oferecido pela escola não responde aos anseios de todos os jovens, já que alguns desejam trabalhar e morar fora do campo, mas amplia os horizontes daqueles que pretendem ficar no lugar de seus pais, quando chegar a hora, ou investir em outras atividades fora da agricultura. Para aqueles que desejam

5 Nos documentos oficiais da escola, consta que o Ibelga é formado pela parceria entre o Disop (uma organização não-governamental) e o Instituto Bélgica Nova Friburgo. Conta ainda com a participação do estado e da prefeitura para a contratação do corpo docente e funcionários auxiliares. As atividades da escola se iniciaram com 39 alunos, tendo, na época da pesquisa, mais de 180, entre crianças e jovens.

6 Informações obtidas através de entrevistas com a direção da escola.

permanecer no campo, como agricultores, apesar de reconhecerem as dificuldades que irão enfrentar (75,23%), pretendem adotar práticas diferentes dos seus pais, numa demonstração da influência do Ibelga e da realidade econômica dessa região, onde, aos poucos, vêm sendo inseridas novas atividades que ampliam as possibilidades de escolhas dos jovens.

Com a instalação do Ibelga no 3º Distrito, com um conteúdo programático e uma pedagogia que contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, a direção da escola espera que a educação se torne mais próxima da realidade local. Através dela, os filhos poderão investir seu tempo em algo que beneficie suas famílias e seu futuro.

Para os jovens menos favorecidos (arrendatários, meeiros e trabalhadores assalariados), a educação técnica surge como uma maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho dentro ou fora da localidade, nas atividades agrícolas ou não. Para aqueles cujo objetivo é chegar no nível superior, as possibilidades se tornam mais próximas também, visto que o ensino médio possibilita o concurso do vestibular.

Segundo informações que constam no material de propaganda da escola, o Ibelga é criado a partir das experiências dos camponeses franceses cuja preocupação é compartilhar com os brasileiros a necessidade de promoverem a fixação de seus filhos estudantes no campo, proporcionando-lhes educação moderna ao lado de conhecimentos de técnicas agrícolas atualizadas. Segue-se, assim, o modelo de escola-família francesa.⁷

Nesse modelo de escola, as crianças e os jovens permanecem parte da semana ou do mês na escola e outra parte junto a suas famílias, para que as atividades, na propriedade familiar, não sejam prejudicadas, principalmente nos momentos de plantio e colheita, e as crianças e os jovens recebam formação educacional.⁸

Seguindo o modelo da escola-família francesa, o Ibelga foi instalado em Baixada de Salinas por ter sido considerada uma região propícia à agricultura familiar. A escola trabalha com a pedagogia da alternância, que, segundo Pessotti (1981), consiste

7 A escola-família teve sua origem em 1935, na província de Lot-et-Garone, França. A denominação de "casas familiares" prendeu-se ao fato de que os pais, além de instrutores de seus filhos na propriedade familiar, também acumularam a responsabilidade de administrar esse novo tipo de escola (PESSOTTI, 1981).

8 Esse modelo de educação é chamado de Pedagogia da Alternância, muito utilizado nas escolas agrícolas.

em repartir a formação dos jovens em períodos de vivência na escola e na família. Eles permanecem na escola por uma semana em horário integral, retornando a suas casas, onde permanecem pelo mesmo período. Os que necessitam podem pernoitar durante esse tempo na escola, mas, na maioria dos casos, eles retornam todos os dias para suas casas. Esse ritmo alternado busca a conciliação entre a escola e a vida familiar, não permitindo ao jovem desligar-se de sua família. É uma pedagogia que considera que a pessoa se educa mais pelas situações em que vive do que, apenas, pelas tarefas que realiza na escola.

No último ano do nível profissional, é solicitado aos alunos, em grupo ou individualmente, que elaborem um projeto de atividades ligado ao meio rural local, como estratégia de aumentar os rendimentos familiares. Os projetos seguem diferentes direções dentro da localidade, como, por exemplo, agricultura orgânica, ecoturismo rural, criação de animais etc. Observamos, ainda, que a escolha dos projetos se dá, principalmente, pelas oportunidades financeiras e pelo apoio que cada jovem possui, seja através da família, dos parentes, dos vizinhos e, em alguns casos, dos empregadores.

Os projetos são acompanhados pelos professores da escola. Nas entrevistas, 13,4% dos jovens chamam a atenção para o sucesso dos ex-colegas de escola, que já conseguem bons lucros com o desenvolvimento dos seus projetos. Segundo a diretora da escola, o objetivo dos projetos é fazer da propriedade familiar uma extensão da unidade educacional. Ela afirma, ainda, que a escola trabalha com o espírito de solidariedade, onde todos os participantes (família, profissionais e entidades afins) estão diretamente envolvidos no processo educativo e na elaboração e execução dos projetos financeiros dos jovens. Portanto, a proposta educacional do Ibelga é “participativa”, cujas atividades buscam envolver todos os moradores de Baixada de Salinas e adjacências.

Nas entrevistas, fica evidenciada a importância que essa instituição possui no processo socializador dos moradores,

principalmente de crianças e jovens. Além de formadora profissional, ela também oferece um espaço de convivência juvenil e desenvolvimento de sua participação com as organizações dos produtores rurais. Ali, os jovens reafirmam seus laços de amizade, tornam-se mais próximos uns dos outros e estabelecem vínculos afetivos. Mas também aprendem a importância da participação na Associação dos Produtores Rurais, na qual observei jovens ocupando cargos administrativos.

Em entrevistas, moças e rapazes afirmaram que o futuro da agricultura na região depende da forma como os jovens a vêem hoje. As informações e a capacitação profissional proporcionada pelo Ibelga, segundo eles, ajudam a construir uma visão menos perturbadora quanto às incertezas do futuro para alguns deles. Contando com o apoio da família, uma parcela de terra e o conhecimento adquirido na escola, esses jovens se sentem mais seguros. Ao se considerarem rurais, eles informam que, na cidade, os jovens enfrentam mais dificuldades, entre elas, a de possuir um emprego remunerado. As incertezas aparecem mais no discurso daqueles cujo interesse não está nos estudos. Através de depoimentos informais que tive com jovens que não estudam no Ibelga e são filhos de meeiros ou parceiros, observei que, para eles, o mercado de trabalho é considerado a principal batalha a ser enfrentada, dentro ou fora da localidade.

Por outro lado, observei também que, mesmo aqueles jovens que afirmavam se sentirem mais seguros com a formação técnica e que gostariam de permanecer na agricultura, as trajetórias de vida podem apontar outros caminhos. É o caso de dois rapazes, os quais, depois de um ano que os entrevistei, me informaram que estavam trabalhando no comércio da sede do município. Afirmam que o Ibelga foi fundamental para a formação deles, mas permanecer no campo, nas atividades rurais, depende do interesse pessoal e das condições locais. No caso deles, essas duas condições levaram a optar pelo trabalho na cidade, mesmo morando no campo.

Portanto, o Ibelga é uma importante instituição que favorece a permanência dos jovens no campo, ao dirigir seu olhar para as possibilidades que existem na localidade, seja como agricultores ou técnicos agrícolas, ou para a valorização da identidade de produtor rural, mas não garante a permanência dos jovens no campo como agricultores. Diferentemente dos projetos de vida dos jovens de São Pedro da Serra, os projetos de vida dos jovens de Salinas e adjacências falam da permanência no campo, estão direta ou indiretamente relacionados ao mundo rural agrícola, não apenas como um destino, mas também como uma opção a ser trabalhada. Aqui, como em São Pedro, as imagens de rural e urbano também ajudam a construir tais projetos de vida e contribuem para fortalecer a identidade rural. Por outro lado, nem todo aluno do Ibelga quer ser agricultor.

PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS DE BAIXADA DE SALINAS

A construção de projetos de vida individuais dependerá da interação com outros projetos competitivos, como, por exemplo, os projetos familiares, e até mesmo antagônicos, de ordem individual ou coletiva (VELHO, 1994). Hernández (2000), seguindo a tradição dos estudos da psicologia, entende por projeto de vida, de uma parte, como a formação psicológica integradora da pessoa em direções vitais principais que, segundo o autor, envolvem suas relações sociais (trabalho, profissão, família, tempo livre, atividade cultural, sociopolítica, relações de amizade e afetivas, organizacionais, entre outras), de outra, como a expressão do funcionamento de diferentes mecanismos e formações psicológicas que integram todo o campo da experiência pessoal.

Segundo essa linha de raciocínio, procurarei discutir alguns dos interesses pessoais que ajudam a entender o sentido dos projetos de vida dos jovens e suas possibilidades reais de realização. Segundo Velho (1987), o projeto de vida está imbricado com a idéia de “campo de possibilidades”. Velho (1987), partindo do

pressuposto de que o indivíduo tem uma dimensão culturalmente construída, que é acrescentada ao agente empírico, afirma que a existência de projetos está vinculada a contextos socioculturais específicos, se lida com a ambigüidade fragmentação–totalização. Segundo o autor, o projeto de vida nunca é puro, mas existe referido ao outro, ao social.

Dentro de uma mesma localidade, há diferenciações sociais quanto às condições de reprodução das famílias rurais. Em cada uma delas, os filhos enfrentam diferentes possibilidades de realizar seus projetos quanto ao futuro, mas há também diferenciações entre os jovens ligadas ao gênero, etnia/raça, entre outras, que merecem ser consideradas na elaboração e execução dos projetos.

Em Salinas, os jovens, filhos de pequenos agricultores (proprietários) descapitalizados, podem ser representados com o caso de Raul.⁹ Com 19 anos, Raul está no segundo grau técnico. Da geração anterior, somente seus pais permaneceram na agricultura; o restante da família foi para a cidade, logo que as terras da região se valorizaram. Além de Raul, seus pais possuem ainda três filhos entre 8 e 17 anos, e sua irmã, com 17 anos, foi a única que terminou o ensino médio, mas não trabalha. Seus pais estudaram somente até a 4ª série.

Raul é um daqueles que dividem sua atenção entre a roça da família e a Escola-Família Ibelga. O pai não lhe cobra muito a ajuda no trabalho porque entende que é preciso estudar. Ele pretende concluir o ensino médio e ingressar na faculdade, um sonho compartilhado com o pai, que vê, na renda com a futura profissão do filho, a oportunidade de melhorar a produção ou a renda da família.

A busca por uma profissão técnica ou superior também é compartilhada com outros jovens cujas famílias apresentam dificuldades para se manter nas atividades agrícolas. Os jovens buscam carreiras ligadas ao campo, como veterinária, agronomia, biologia e zootécnica, mas há também quem prefira outras carreiras:

⁹ Todos os nomes aqui são fictícios.

10 Alguns jovens, como Carlos Henrique, fazem cursos fora da cidade, buscando ampliar seus conhecimentos. Não é uma regra, mas há jovens cursando inglês e informática, assim como lutas orientais no centro de Nova Friburgo.

Estou em dúvida entre telecomunicações ou análise de sistema. Não agora, porque estou fazendo eletrônica e já tenho umas propostas de emprego muito boa (C. H. B., rapaz, 18 anos).¹⁰

Fisioterapia, porque mexe com pessoas, ajuda pessoas, mexe com crianças e adultos (A. T. S., moça, 15 anos).

As condições de Raul informam que, necessitando trabalhar com o pai na lavoura, dificilmente conseguirá chegar à faculdade. Para que isso aconteça, terá que acionar uma rede de relações que, muitas vezes, significará a ida para a casa de algum parente ou conhecido da família na sede do município.

Além da busca por uma profissão, os jovens de Baixada de Salinas apontam a intenção de constituir família e ter filhos, no máximo dois (85% dos entrevistados). Raul coloca que, diferentemente dos seus pais e de outros parentes e moradores da localidade que, em alguns casos, chegaram a cinco filhos, o número pequeno de filhos pode diminuir os sacrifícios enfrentados pelas famílias com baixa capacidade de reprodução social. O matrimônio, segundo esses jovens, só é possível depois que se estabelecem na vida através de um emprego fixo ou do desenvolvimento de uma produção individualizada. Contudo, observa-se que os jovens, nessa localidade, contraem matrimônio na faixa etária entre 14 (mulheres) e 19 anos (homens), momento em que se estão preparando profissionalmente. Assim, mesmo que desejem profissionalizar-se, um casamento prematuro (uma gravidez não desejada) pode representar a não-realização do projeto profissional.

Outra questão é a escolarização das mulheres. No caso do Brasil, a escolarização das mulheres e as novas oportunidades de trabalho são apontadas como as principais causas desse decréscimo das taxas de fecundidade (DURSTON, 1998). A educação recebida na escola técnica (o Ibelga) aparece como um

importante fator nas estratégias das jovens de Baixada de Salinas. Ela amplia as chances de elas conseguirem melhores ocupações de trabalho e reorienta sua visão de mundo quanto à organização familiar.

Anteriormente, comentei que, no final do curso técnico, moças e rapazes são levados a elaborar um projeto de trabalho relacionado à sua realidade. Contudo, nem todos os jovens pensam em continuar trabalhando na área dos projetos de fim de curso. Um pequeno número de jovens, em torno de 15,16%, afirma que só está cursando o colégio técnico agrícola porque os pais insistem ou porque não existe outra escola próxima na região. A formação aparece como uma necessidade de possuir o nível médio, porque pode favorecer a aquisição de um posto de trabalho mais bem remunerado, ou porque os pais querem tal carreira para os filhos de forma que eles mantenham os negócios da família. Mas 84,84% dos jovens pretendem dar continuidade às atividades da família como um desejo, mesmo sabendo que, em alguns casos, outros irmãos é que poderão ser escolhidos para estar à frente dos negócios ou que isso só acontecerá com a divisão da propriedade entre os herdeiros: “Eu pretendo, a princípio, tocar a propriedade. Eu não sei se minhas irmãs vão querer tocar a propriedade depois de casarem. Na parte que ficar para mim, eu pretendo continuar. Eu pretendo administrar tudo” (A. F. B., rapaz, 17 anos).

Os filhos homens, de modo geral, são os mais preferidos para estar à frente dos negócios – “meu irmão vai ficar” (V. M. S., moça, 18 anos) –, mas não existe uma regra de sucessão. O que pude observar é que a realização do curso de técnico agrícola significa que tanto os rapazes quanto as moças estão preparados para levar à frente as atividades agrícolas da família, e isso dependerá de uma negociação com os pais e com os outros irmãos e irmãs. Assim, a obtenção do curso de técnico agrícola por parte das moças não quer dizer necessariamente que elas trabalharão com agricultura, mas estarão habilitadas caso a família precise ou ela deseje: “Talvez fosse bom. Eu nem sei se vou ficar aqui. Como os

meus irmãos casaram e foram embora, talvez eu tenha que ficar” (V. M. C., moça, 20 anos).

Além disso, os entrevistados colocam ser importante a identificação do sujeito com as atividades agropecuárias e que, na falta de filhos homens ou de rapazes que se identifiquem com essas atividades, as moças também podem assumir as atividades agropecuárias, principalmente aquelas com preparo técnico: “Minha irmã vai ficar no lugar do meu pai, porque ela é a que se identifica com ele (pai), faz tudo no sítio. Ela levanta cedo, vai pro curral com meu pai. Se tem que buscar o gado longe, é ela que vai. Ela entrega o leite e meu irmão trabalha fora com construção rural” (N. F. C., rapaz, 25 anos).

Portanto, os papéis de gênero não estão tão rígidos assim que não sejam capazes de se reformular para atender às necessidades familiares ou aos projetos de vida dos jovens. No último caso, o importante não é ser homem ou mulher, mas ter uma identificação com as atividades que podem vir a legitimar uma mudança de papel. Mas observa-se que a possibilidade de as mulheres assumirem a direção da agricultura, na verdade, está subordinada aos interesses/projetos dos filhos homens ou na falta destes.

Abramovay et al. (1998) colocam que as condições de trabalho e permanência no campo são mais favoráveis aos homens adultos. Os jovens e as mulheres enfrentam não somente a falta de oportunidades de trabalho, mas também a discriminação quanto à divisão da propriedade familiar. São as mulheres que menos herdam terras e a educação acaba sendo uma estratégia para se conseguir um emprego na cidade, o que faz com que elas migrem do seu lugar de origem.

Há também pais que afirmam que, com o estudo, seus filhos poderão “conseguir coisa melhor do que trabalhar na lavoura”. Entre os pais que foram entrevistados (18 pais entre homens e mulheres), 23,22% dos pequenos agricultores descapitalizados (arrendatários, meeiros e trabalhadores assalariados) declaram que o trabalho na roça tem pouco valor, porque o retorno

é pequeno, não vale a pena se sacrificar tanto. Segundo um agricultor entrevistado, de 56 anos, “é para aqueles que não sabem fazer outra coisa a não ser plantar e colher. Só vale a pena para os grandes produtores, que têm mais acesso a crédito e muita terra”. Como já informei, são essas famílias que enfrentam as piores condições de reprodução social, seja pela falta de espaço físico ou de capital para reinvestir na produção.

No caso de Raul, ele comenta que o que seus pais mais esperam dele é que continue estudando. Ele já pensou em parar, mas os pais insistem que continue. Ele afirma que os pais têm razão, visto que as melhores oportunidades de trabalho para jovens podem chegar com o nível superior. Por outro lado, ele acredita que as melhores oportunidades de trabalho estão fora da agricultura, mais diretamente ligadas à sede do município. Mas não pensa em sair do campo, principalmente porque deve ajudar os pais. O coletivo familiar se coloca como uma questão a ser levada em consideração na formulação de seu projeto de vida. Como nos demonstra sua entrevista, há um sentimento de lealdade e reciprocidade aos sacrifícios enfrentados pela família, para que ele estude e consiga se estabelecer na vida: “Eu vou fazer faculdade e, se eu tiver que ajudar financeiramente meus pais, eu vou ajudar. Eles me ajudam sem reclamar”.

Dos jovens entrevistados, 97% informaram que os pais têm um papel importante quanto às decisões sobre o futuro deles, mas deixam a cargo dos filhos a decisão final. Os filhos dos trabalhadores assalariados e, em alguns casos, meeiros, afirmam que a realidade deles representa um desestímulo para sua permanência na agricultura e na escola agrícola. Segundo eles, seus pais se mostram muito favoráveis ao fato de alguns deles optarem por carreiras longe das atividades ligadas à agropecuária. Para esses jovens, a principal preocupação dos pais, hoje, é que os filhos estudem e consigam um bom emprego, nem que para isso tenham que trabalhar na cidade.

Quando perguntados se gostariam de ficar no lugar dos pais quando eles pararem de trabalhar na roça, 40,43% afirmam que

gostariam, 15,22% gostariam de se dedicar a outras atividades, como aquelas não-agrícolas e desenvolvidas fora da localidade: serviço público, serviço técnico-administrativo, área industrial, área de turismo e lazer, entre outros; e 44,35% não souberam responder por que ainda não pensaram no assunto. São os mais jovens, entre 14 e 16 anos (39,13%), que demonstram maiores dúvidas quanto ao que pretendem fazer no futuro. Para 10,90% desses indecisos, isso vai depender do momento, porque existem outros irmãos e será o pai quem decidirá sobre o assunto.

Os que afirmam que gostariam de ficar no lugar dos pais apontam para outra perspectiva no trato com a produção agrícola, principalmente as mulheres, filhas de produtores consolidados, que estudam e não vêem no trabalho braçal a possibilidade de realização do seu projeto de vida. Falam de uma relação indireta com a agricultura:

P – Você pretender trabalhar com agricultura ou pecuária?

R – Acho que não. Como projeto de vida, não. Eu penso em administrar um terreno com meeiros, uma produção, mas trabalhar com agricultura, pegar na enxada, não. Não tenho afinidade e não é para mim. Eu não gosto. Gosto mais de usar a cabeça (V. M. S., moça, 18 anos).

Mas essa perspectiva não se limita a esse extrato social. Ela aparece também no interesse daqueles e daquelas que, mesmo possuindo as menores possibilidades de levarem à frente seus estudos, acreditam que poderão construir uma relação com o trabalho na terra diferente dos seus pais e parentes:

Não sei. Talvez por mais oportunidade da gente tá estudando, eu não ficaria. Eu penso assim: se eu vou fazer faculdade, eu não vou ficar trabalhando só na lavoura. Eu posso até administrar o que eles têm, mas não trabalhar direto na lavoura (M. G., moça, 14 anos).

Ficar no lugar trabalhando, não. Gostaria de ficar assim, tipo administradora. (A. S. F., moça, 16 anos).

Não. Produzindo, não. Eu pretendo mais dar assistência técnica (R. R., moça, 19 anos).

No caso desses jovens, a educação profissional e o acesso ao nível superior tornam-se estratégias fundamentais. A lógica é manter-se nas atividades agropecuárias, mas não necessariamente como trabalhadores diretos. Pensam em articular conhecimento, capacidade de gestão e propriedade, evitando o cansaço que representa o contato direto com a terra. Essa perspectiva que lhes possibilita um distanciamento da imagem do produtor rural, apenas como um trabalhador braçal. Como coloca uma jovem: “Se eu vou fazer faculdade, eu não vou ficar trabalhando ‘só’ na lavoura. Eu posso até administrar o que ‘eles têm’, mas não trabalhar direto na lavoura”. O trabalho braçal na lavoura aparece para essa jovem como uma atividade pesada e que pode ser transformada com a escolarização. Outras jovens colocam a questão do tipo de trabalho executado no campo com as aptidões individuais, considerando que também têm a ver com a formação intelectual:

P – Pretende continuar no lugar dos seus pais?

R – Acho que gostaria sim, mas modificando algumas coisas. Exemplo: modificando alguns pontos no modo de administrar (J. F. C., moça, 20 anos);

R – Preferia botar meeiro, camarada, mas que eu fizesse a administração (N. C. R., moça, 16 anos);

R – Queria, mas de uma forma indireta, não na enxada, aquela coisa de sempre, mas continuar de uma forma indireta (V. M. S., moça, 18 anos).

Observei que as moças são as que mais enfatizam a possibilidade de continuar no campo, mas não trabalhando

diretamente na terra. A imagem do trabalho do campo como algo pesado, cansativo, fala das diferenças de gênero, pois ao homem é atribuído o trabalho pesado, enquanto para as mulheres o trabalho é visto como leve. Para elas, a permanência no campo, de forma diferente dos pais, e quem sabe como os irmãos homens, pode ser possibilitada através de um investimento na formação técnica rural. Elas podem permanecer trabalhando com a agricultura sem que, com isso, exerçam o trabalho direto na terra.

Essa perspectiva também aponta para as diferenciações intergeracionais. Os entrevistados também procuram diferenciar-se dos seus pais, ao se referirem ao trabalho braçal como uma atividade para quem não tem estudo. Na entrevista, uma moça (A. S. F., 16 anos) confessa que “o trabalho manual da agricultura pertence aos pais, está dentro da realidade deles que não estudaram”. Para ela, o estudo é um divisor de águas, independentemente se são parentes, familiares ou amigos. Assim, longe de desejarem ser “lavradores” ou “lavradoras”, muitos jovens apontam a intenção de se tornarem “técnicos ou administradores”, seja por uma condição de gênero ou geracional. Não podemos esquecer-nos de que a formação escolar representa, para muitos jovens (74% dos entrevistados), uma questão de *status* social, principalmente para os filhos dos pequenos produtores que acreditam que poderão melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido pela sua família e que receberão um título de técnico agrícola, algo muito valorizado pelos moradores da localidade.

Outra questão são os possíveis conflitos geracionais que os diferentes saberes podem suscitar. Ter escolaridade não é condição suficiente para que os jovens se tornem verdadeiros empresários ou administradores do negócio familiar. Para aquele jovem que projeta “administrar o negócio da família”, a maior dificuldade está no embate dos diferentes saberes em relação à produção que gera conflitos entre as gerações. Em muitos casos, como aquele em que o pai ainda não se consolidou, este não abre mão do poder de decisão sobre os rumos dos negócios da família. Os jovens, entrevistados nessa condição, argumentam que é difícil fazer com

que os pais mudem sua forma de agir. Apesar do conhecimento adquirido pelos filhos na escola técnica, eles se mostram muito reticentes diante das propostas de mudança dos modos de gerir os negócios. É necessário negociar, porque são os pais que detêm os recursos financeiros e exercem uma grande autoridade sobre eles, e que, muitas vezes, essa autoridade está ligada à forma como está organizado o trabalho em família. Esses diferentes olhares sobre os modos de produção agrícola, em alguns casos, fazem com que os jovens se afastem do trabalho familiar, buscando emprego em outras atividades, inclusive fora da agricultura, já que, dessa forma, evitam os conflitos com os pais.

Dos jovens entrevistados, 38% vêm executando atividades não-agrícolas sejam na localidade ou fora dela (emprego informal), ao mesmo tempo em que trabalham com a família na roça e estudam no Ibelga. As atividades não-agrícolas possuem grande importância nas estratégias de sobrevivência dos jovens de famílias de pequenos agricultores, de arrendatários, meeiros e trabalhadores assalariados. Como nos coloca Durston (1998), na América Latina, hoje, grande parte deles trabalha fora da agricultura e vive em localidades rurais. Portanto, não são alternativas incompatíveis. Dessa forma, é preciso proporcionar ao jovem o direito da dupla possibilidade de aprender a ser agricultor ou empresário agrícola, e ao mesmo tempo desenvolver destrezas que podem ser utilizadas em atividades não-agrícolas, no campo ou na cidade. E é isso que apontam os interesses dos diferentes grupos de jovens entrevistados em Baixada de Salinas.

Assim, para aqueles cujas condições de reprodução social são ainda mais difíceis, a aproximação com a sede do município e o estudo no Ibelga podem também ampliar as oportunidades de conseguir uma vida melhor, seja permanecendo no campo com ou sem relações com a agricultura, trabalhando na cidade. De qualquer forma, não existe uma regra, o que existe, para cada jovem, é um campo de possibilidades, diferenciando-se segundo suas condições socioeconômicas e culturais, seus interesses pessoais, exigindo que suas estratégias sejam ao mesmo tempo individuais e coletivas.

Como ressalta Durston (1996), no caso dos jovens rurais, suas estratégias para a realização dos seus projetos de vida se fazem em um universo em que os obstáculos a serem vencidos são ao mesmo tempo seus condicionantes. Um dos principais obstáculos para que os jovens estabeleçam um pensamento estratégico está no peso que a tradição e a autoridade paterna, maior ou menor, dependendo dos pais, possuem. O pai tem sua própria idéia sobre qual deve ser a vida futura dos seus filhos e exerce monopólio sobre as decisões vitais dos filhos. Há, na verdade, uma mescla de elementos de controle sobre a força de trabalho dos filhos adultos com o elemento de responsabilidade para a perpetuação e o fortalecimento do grupo de descendência. Para o autor, mesmo exercendo um grande poder de decisão sobre a vida dos filhos, muitos jovens têm outras aspirações que nem sempre vão na mesma direção de seus pais.

Entretanto, temos que observar que esse monopólio sobre as decisões vitais dos jovens está diminuindo em muitos contextos rurais, como aponta o próprio autor e no estudo de caso aqui apresentado. Há duas razões que têm influenciado nessa diminuição. A primeira delas é a oferta, quase que universal, de três recursos que os pais não controlam: a educação, o emprego assalariado moderno e a migração. Eles dão aos jovens opções que fortalecem sua posição negociadora diante dos pais, fomentando sua reflexão sobre o futuro. A segunda razão diz respeito à percepção dos pais sobre as inovações e ao fato de seus filhos estarem mais bem preparados para manejar-se nesse âmbito. É o caso daqueles pais que, através da assessoria técnica, do contato constante com a escola e com melhores níveis de escolaridade, compreendem a importância da participação dos filhos nos espaços de decisão, mas ainda são muito poucos, segundo os jovens de Baixada de Salinas, os pais que se abrem para negociações. Estão dispostos não só a não ditar as estratégias de vida de seus filhos, como também a apoiá-los moral e materialmente nas estratégias renovadoras que estes elegeem.

Apesar de as relações de gênero, vividas no campo, descritas

por Durston (1996) se mostrarem pouco satisfatórias para as mulheres, em Baixada de Salinas, de modo geral, os jovens demonstram que as condições de trabalho são ruins para todos. Os jovens falam que o trabalho na agricultura é uma exploração da mão-de-obra e que existe pouco tempo livre para que as pessoas se cuidem. Por outro lado, eles também afirmam que, no campo, as formas de trabalho ainda contribuem para uma melhor qualidade de vida.

Esse reconhecimento sobre as dificuldades enfrentadas pelos que vivem no campo, que parecem contraditórias, é levado em consideração quando chega a hora de decidir sobre o futuro. Observei que a facilidade existente, hoje, em concluir os estudos e chegar à faculdade, de se manterem próximos aos seus familiares e amigos, demonstra que, se, por um lado, a cidade exerce influência sobre seus projetos de vida, por outro, ela não os determina. A relação entre trabalho e educação é uma estratégia que oferece aos jovens a oportunidade de continuarem trabalhando e morando no mesmo lugar. A imagem de rural, que aparece nos discursos dos jovens, ao mesmo tempo em que afirma que ali é lugar de trabalho “pesado” e “penoso”, por outro lado, demonstra também satisfação, porque, diferentemente da cidade, não há desemprego e violência. São essas representações de campo e cidade que afastam e aproximam os jovens do campo, influenciando também nos seus projetos de vida.

Os jovens de Baixada de Salinas não estão distantes de outras realidades brasileiras ou latino-americanas. A aproximação com a sede do município, a escolarização dirigida para a permanência no campo, que também possibilita a continuação dos estudos daqueles que pretendem fazer uma faculdade ligada a outras áreas do conhecimento, fora do universo rural, lhes abrem maiores oportunidades de trabalho e estudo de forma que não tenham que se afastar do seu local de origem. A melhoria da qualidade de vida desses jovens, principalmente daqueles em piores condições de reprodução social, parece depender de vários incentivos em que a família, as instituições de educação e assistência técnica exercem

papel fundamental, seja no sentido de mantê-los no trabalho no campo, seja mantendo-os no campo, mas trabalhando em outras atividades, inclusive na sede do município.

CONCLUSÃO

De modo geral, os jovens rurais atribuem novos sentidos ao campo e à identidade de agricultor familiar. Procuram afastar-se de uma imagem que os associem a um rural atrasado (pessoas analfabetas, desinformadas sobre assuntos gerais, sem acesso a novas tecnologias, entre outros). Eles buscam identificar-se com uma juventude moderna, em que se torna fundamental a incorporação de novos valores (por exemplo, relacionamentos abertos, como o “ficar” ao invés de namorar, que exige compromisso), novas tecnologias (uso da Internet, inclusive em *sites* de bate-papo e Orkut), inclusive no sentido de organizar a produção agrícola familiar. Nesse sentido, a educação do Ibelga é parte fundamental para esses jovens que estão em sintonia com os valores urbano-industriais proporcionados pela aproximação com a cidade. Eles desejam desvencilhar-se da imagem tradicional do agricultor familiar, daquele que coloca a “mão na terra”. Portanto, até que ponto a educação técnica desses jovens estaria contribuindo para uma ruptura com as formas tradicionais da organização da agricultura familiar e representaria uma nova imagem de agricultor, já que, na forma tradicional, aquele que domina o conhecimento sobre a produção agrícola familiar é, ao mesmo tempo, aquele que pratica o trabalho na lavoura? Muitos jovens de Baixada de Salinas desejam permanecer nas atividades agrícolas, mas isso não quer dizer que todos os jovens rurais desejam a mesma coisa. Para muitos, principalmente os filhos de meeiros, arrendatários e trabalhadores assalariados, as atividades urbano-industriais podem ser uma saída para a falta de perspectiva de trabalho bem remunerado no campo, principalmente para as moças.

Afirmo que a educação técnica rural colabora para que as famílias possam permanecer no campo, principalmente capacitando os jovens, filhos de pequenos agricultores consolidados. Os que afirmam que continuarão atuando na agricultura utilizam-se da categoria “administrador” (ou administradora) para se referir ao seu futuro.

Na verdade, as perspectivas dos jovens, quanto ao futuro, são alimentadas pelas diferentes possibilidades econômicas, mas também sociais, como as condições de gênero e geração. A escola, por sua vez, contribui para essa mudança de perspectiva quanto à forma de permanecer no campo, já que insere uma visão mais técnica, e por que não dizer mais “empresarial”, na formação dos jovens rurais, pois a propriedade familiar também pode ser vista como uma empresa familiar.

No que diz respeito ao projeto e às condições da escola, eles demonstram como a educação exerce um papel fundamental quanto ao futuro dos jovens rurais, mesmo para aqueles que não pretendem seguir a carreira de agricultor. A relação da escola com o município, com o estado e com uma instituição belga corrobora para que a população local participe, pois os recursos financeiros tornam a escola um local propício para novas experiências pedagógicas comunitárias, algo que precisa ser explorado em novos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* *Juventude e a agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1993.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Lisboa: Porto, 1994.
- CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARNEIRO, M. J. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos T. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 94-118.

DURSTON, J. Estrategias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In: *Juventude rural: modernidad y democracia en América Latina*. Santiago de Chile: Cepal, 1996.

_____. Juventude y desarrollo rural: marco conceptual y contextual. *Serie Políticas Sociales*, Santiago do Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, n. 28, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*, 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação básica, formação técnico-profissional, requalificação e empregabilidade. In: *Anais da 48ª Reunião Anual da SBPC*, PUC-SP, v. 1, 1996.

GALLAND, O.; LAMBERT, Y. *Les jeunes ruraux*. Paris: Inra/Éditions l'Harmattan, 1993.

HERNÁNDEZ, O. A. *El Desarrollo Profesional Creador (DPC) como dimensión del proyecto de vida en el ámbito profesional*, 2000. Disponível em: <www.clacso.org/>. Acesso em 12 nov. 2003.

OLIVEIRA, Edmar G. *O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista (MG)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Meio Ambiente e Sustentabilidade, Unec, Minas Gerais.

PEREIRA, Jorge L. G. *Juventude rural: para além das fronteiras entre campo e cidade*. 2004. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, UFRRJ, Rio de Janeiro.

PESSOTTI, Alda Luzia. Escola-família: a pedagogia da alternância no meio rural. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr./jun. 1981.

RODRÍGUEZ, E. Los desafíos de fin de siglo y la problemática juvenil rural en América Latina. In: *Juventude rural: modernidad y democracia en América Latina*. Santiago de Chile: Cepal, 1996, p. 33-54.

ROTHMAN, F. D. O estudo de caso como método científico de pesquisa. In: 1º Simpósio de Economia Familiar. *Economia familiar: uma olhada sobre a família nos anos 90*. Viçosa: Imprensa Universitária, 1994, p. 994.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

JORGE LUIZ DE GOES PEREIRA é doutor em desenvolvimento, sociedade e agricultura, CPDA, UFRRJ; professor do mestrado profissional em meio ambiente e sustentabilidade, Unec, Minas Gerais, <jolugope@uol.com.br>.



A IGREJA CATÓLICA, O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E O ESTADO

MEDIAÇÃO E CONFLITO NA REGIÃO ARAGUAIA PARAENSE*

AIRTON DOS REIS PEREIRA

RESUMO *Este trabalho analisa a atuação da Igreja católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Conceição do Araguaia, bem como a ação dos aparelhos de Estado nos conflitos de terra na região Araguaia Paraense, na Amazônia Oriental, entre 1975 e 1990. A ação da Igreja e do STR legitimou os direitos dos posseiros, fortaleceu a resistência deles nas áreas litigiosas e os encorajou para a luta. Essas instituições, embora não sendo um partido político, localizavam politicamente os conflitos e davam-lhes uma dimensão mais ampla, potencializando a presença desses trabalhadores no cenário político nacional. Mas, ao mesmo tempo em que apoiavam e defendiam os posseiros, confrontavam-se com os aparelhos de poder e detentores do capital. Assim, a problemática da terra não foi só o locus privilegiado do confronto entre posseiros e proprietários rurais, mas também entre os mediadores e os organismos de Estado na condução dos conflitos.*

PALAVRAS-CHAVE *Conflitos de terra; mediação; Igreja católica; Sindicato dos Trabalhadores Rurais.*

ABSTRACT *This article analyses the performance of the Catholic Church and the Peasants Trade Union of Conceição do Araguaia, and the action of State organs in the land conflicts in the Araguaia region, state of Pará – Oriental Amazonia – between the years 1975 and 1990. The role of the Church and of the Peasants Trade Union had legitimized the land users rights. In addition it has given them strength in disputed areas and it has encouraged their struggle. Even though those institutions were not political parties, they were able to politicized the conflicts and gave them a wider dimension, in the national political scenario. But, while those institutions were supporting and defending land users, they also had to face State organs and capitalists. In this way, the issue of land's rights was not only a locus of confrontation between land users and land owners, but also between mediators and State organisms during the process of conflict management.*

KEY WORDS *Land conflicts; mediation; Catholic Church; Peasants Trade Union.*

* Este trabalho é uma versão atualizada do capítulo 5 da dissertação de mestrado *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista, 2004 (UFV)*, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes). Marabá, junho de 2007.

INTRODUÇÃO

A emergência da questão agrária na pastoral da Igreja católica está relacionada diretamente com as transformações sociais e políticas que a envolveu. Foi no período em que a Igreja estava vivendo a “efervescência” dos “novos tempos” inaugurados pelas resoluções do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, e das Conferências do Episcopado Latino-Americano, realizadas em Medellín (Colômbia) e em Puebla (México), em 1968 e 1979, respectivamente (ROTHMAN, 1993). A Igreja vivia em tempos de uma “pastoral pós-conciliar”. Época em que houve maior aproximação dos clérigos com as situações locais, sobretudo, os da região amazônica, onde uma avalanche de empresários invadia as terras de posseiros e de povos indígenas, expulsando, prendendo, surrando, assassinando e escravizando trabalhadores (MARTINS, 1989). Na área urbana, o clima era também de medo e de tensão, devido à repressão política e policial do regime militar em caça aos “comunistas” e à violação aos direitos humanos. Diversas organizações nacionais e internacionais religiosas e de direitos humanos, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a anistia internacional, obtiveram provas de prisões, de torturas e de desaparecimento de presos políticos em quase todo o país nesse período. Segundo Alves (1989), a anistia internacional havia constatado que, em 1976, 2 mil pessoas tinham sido presas em todo o Brasil pelas forças repressivas do regime militar.

Essa situação geral atingiu também a Igreja. Diversos padres, bispos, seminaristas, freiras e cristãos engajados em trabalhos pastorais foram presos,¹ seqüestrados, intimidados, ameaçados de morte e assassinados (MARTINS, 1999).

A respeito dessa conjuntura em que a Igreja passou a desenvolver um trabalho mais sistemático no campo, dom Tomaz Balduino, ex-presidente da CPT, assim declarou:

1 Segundo Martins (1989 e 1999), entre 1968 e 1978, 122 religiosos, padres, seminaristas e bispos foram detidos ou presos; e 273 cristãos engajados no trabalho pastoral foram presos, a maioria deles lavradores. Durante esse período, também 34 padres, religiosos e seminaristas foram torturados, afora os seqüestros, ameaças de morte e atos de intimidação. Seis padres e um seminarista foram assassinados; 21 processos e inquéritos militares contra religiosos, inclusive contra bispos, foram abertos e 30 bispos (incluindo arcebispos e cardeais) sofreram algum tipo de repressão.

Havia uma situação de sufoco geral. A repressão que já vinha pegando lavradores começou a atingir os próprios agentes de pastoral, inclusive bispos, como Dom Pedro Casaldáliga. A ditadura tinha uma política equivocada da terra, de favorecimento do grande capital na Amazônia, que foi comprando pelo mapa enormes extensões de terras na mão dos governadores. Em seguida, eram os conflitos com as populações indígenas e camponesas e a devastação da floresta para a criação de gado (POLETTO e CANUTO, 2002, p. 30).

Em todo o Brasil, o processo era de concentração da terra. Entre 1970 e 1980, 94% das terras novas estavam ocupadas por grandes estabelecimentos agrícolas e apenas 6% por pequenos. Na Amazônia, esse processo se reproduziu de maneira mais ampla e mais agravante, onde efetivamente aconteceram os mais intensos e violentos conflitos de terra (MARTINS, 1989).

O propósito deste trabalho é fazer uma análise da atuação das instituições de mediação (Igreja católica e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia) e da ação de alguns organismos e pessoal do Estado (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins, Polícia Militar e juiz) na resolução dos conflitos pela posse da terra ocorridos na região Araguaia Paraense,² no estado do Pará, na Amazônia oriental. O enfoque será dado ao período que vai da segunda metade da década de 70 até o final da década de 80, quando ocorreu o processo de ocupações de imóveis titulados, sobretudo de grande empresa privada, por posseiros expulsos de imóveis da região e por trabalhadores rurais migrantes do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sudeste do país.

Segundo Novaes (1994), os mediadores se propõem a ser ponte, fazer meio de campo, “mediar”, traduzir e/ou introduzir falas, linguagens, comportamentos, conhecimentos, podendo existir tanto para o bem quanto para o mal, isto é, tanto para a reprodução quanto para o questionamento da dominação. A mediação pode ser exercida por atores e entidades diversas como

2 Caracterizo como região Araguaia Paraense uma área formada por 11 municípios (Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Pau D’Arco, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Xinguara, Rio Maria, Sapucaia, São Geraldo do Araguaia e Piçarra), que coincide com os limites da Diocese de Conceição do Araguaia, no sul do Pará, do lado esquerdo do rio Araguaia, compreendendo 52.569,07 quilômetros quadrados e uma população de 266.098 habitantes (IBGE, 2000). Até meados dos anos 80, essa área pertencia unicamente aos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia.

Organizações Não-Governamentais (ONGs), Igrejas e órgãos do Estado (os mediadores “externos”) e por representantes e dirigentes de sindicatos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (os mediadores de “dentro”). A estes são conferidos representação e poder.

Neste trabalho, reservamos a designação “mediadores” para a Igreja católica progressista,³ sobretudo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Conceição do Araguaia. As mediações dessas instituições, segundo Medeiros e Esterici (1994), “podem ser pensadas como ações que tiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionam a outras instâncias e grupos” (p. 19). São ações que potencializam as possibilidades de atuação política dos trabalhadores rurais. Elas estão presentes na constituição de novas identidades desses trabalhadores, na visibilidade de seus movimentos e na estruturação de suas demandas. Os desdobramentos das ações dessas instituições não se esgotam no âmbito das relações locais, mas se potencializam numa rede regional, estadual e nacional, permitindo, assim, que questões locais possam ser tratadas como algo mais amplo, que envolve interesses mais globais (MEDEIROS e LEITE, 1998).

Assim é possível entender as mediações no espaço agrário brasileiro, sobretudo na região Araguaia Paraense, as ações das entidades de apoio e de representação, que fazem e refazem no próprio acontecer dos movimentos. Elas estão presentes em alguns momentos e não em outros. A compreensão de seu perfil ocorre no aspecto das relações em que surgem e atuam e não em outro (MEDEIROS e ESTERCI, 1994). Elas influenciam nas organizações dos grupos, conformando a maneira como esses grupos se expressam e passam a ser reconhecidos, pois estão presentes na constituição de suas identidades e de suas linguagens, mas, ao “fazer movimentos”, os fazem impulsionadas por fatores econômicos e forças políticas e também pelas disputas com outros mediadores.

3 Estamos referindo a um setor da Igreja católica adepto da teologia da libertação formado por agentes de pastoral, padres, freiras e bispos “portadores de uma concepção sobre a relação fé e vida que não era necessariamente compartilhada pela Igreja como um todo” (MEDEIROS, 1989, p. 112). Sobre essa questão, cf. Boff e Boff (2001).

Este texto está fundamentado em fontes bibliográficas, documentais e orais. Para tanto, foram entrevistados posseiros, membros de partidos políticos, religiosos, advogados, representantes de STRs, da CPT e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) da região. Os depoimentos orais foram formas excelentes de complementaridade às fontes escritas dos diferentes tipos como cartas, ofícios, bilhetes, abaixo-assinados, panfletos, relatórios e declarações, além das fontes secundárias utilizadas. Como escreveu Vilanova (1998): “uma história para ser bem feita, para a qual, necessariamente, devem-se utilizar fontes orais, além de números, imagens, textos e sons. Se não for assim, corremos o risco de escrever histórias incompletas que silenciem aspectos essenciais de nosso viver” (p. 4). Concebemos a memória como processo de reelaboração e recriação das lembranças pelo qual é possível explorar significados subjetivos da experiência vivida das pessoas. Ela atua no presente para representar o passado. Ela não pode ser concebida como um mero depósito de dados, mas como uma atividade, um processo em contínua elaboração. O acontecido, os fatos, se mantém na memória dos informantes, embora possa sofrer alterações como resultados de experiências posteriores ou mesmo pela mudança de atitude. Assim, as fontes orais em diálogo com essas outras fontes possibilitaram perceber aspectos e detalhes até então não registrados e analisados a respeito da luta pela terra e atuação dos mediadores na região.

A QUESTÃO DA TERRA NA PASTORAL DA IGREJA CATÓLICA, O LUGAR DA MEDIAÇÃO

A situação em que passavam os posseiros – perseguidos, explorados, expropriados, expulsos, surrados – fez com que a chamada Igreja católica progressista, que, desde o início da década de 1970, se vinha constituindo em mediadora nos conflitos agrários na Amazônia, criasse, em 1975, a CPT,⁴ vinculada à CNBB, com o propósito de interligar, assessorar e dinamizar as atividades de

4 Atualmente, a CPT é composta por padres, bispos, pastores, freiras, leigos e trabalhadores rurais. Cada equipe de CPT ultrapassa os marcos divisórios dos municípios, das paróquias e, às vezes, de dioceses, conformando, no caso da Amazônia, muito mais com as zonas críticas de conflitos agrários, pois estes não se restringem a um município, a uma mesorregião ou mesmo a um Estado da federação. Isso possibilita maior mobilidade da estrutura operacional das entidades religiosas e acompanhamento, mais de perto, das tensões sociais e dos conflitos pela posse da terra.

apoio aos camponeses (POLETTI, 1997; MARTINS, 1999). O seu trabalho realizado diretamente nas comunidades de posseiros e as constantes denúncias dos conflitos e da violência pela posse da terra na região fortaleceram a resistência desses trabalhadores na terra (FIGUEIRA, 1986; MARTINS, 1999). Fortaleceram porque as lutas dos posseiros não nasceram no bojo de uma organização política de um partido, de uma instituição ou mesmo marcadas por um projeto histórico capaz de unificar os confrontos dispersos e locais. Elas surgiram “espontânea” e defensivamente como resistência à sua expropriação e expulsão de forma violenta por pistoleiros e policiais a serviço de proprietários e empresários rurais (PEREIRA, 2004). Na maioria dos casos, esses trabalhadores rurais se viram diante da falta de alternativas. Ou eles resistiriam ou seriam expulsos com as suas famílias da terra (MARTINS, 1984; PEREIRA, 2004). Até julho de 1981, a CPT havia registrado 916 conflitos fundiários em todas as regiões do país, envolvendo nada mais, nada menos que 261.791 famílias, um total de quase 2 milhões de pessoas. Somente no Pará ocorreram 151 conflitos envolvendo 208.272 pessoas, numa área com mais de 13 milhões de hectares de terra (CPT, 1983).

Para Martins (1989), a posição da Igreja católica quanto à questão fundiária não partiu do problema da propriedade, mas de questões éticas, sociais, políticas e pastorais, passando pelo problema da propriedade para terminar na dimensão do ético, do social, do político e da pastoral, ou seja, no problema da humanidade do homem. É na questão da concepção do humano, da pessoa, que está a chave, segundo Martins, para decifrar a concepção da propriedade que orienta a pastoral da Igreja. Na visão da Igreja, segundo esse autor, a propriedade privada impede o desenvolvimento do homem. Ela brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano, desumaniza a pessoa, e é justamente nessa questão que transparece a negação da sua humanidade. Nesse sentido, a questão agrária não é apenas uma questão econômica, mas também moral. E é justamente por ser uma questão moral que vai transformar-se numa questão política,

levando o confronto da Igreja com o Estado a partir do início da década de 70. Enquanto ela se aproxima do trabalhador rural, que tem a terra como trabalho, condição direta de sua sobrevivência, entra em conflito com o Estado e o capital.

Ainda segundo Martins (1989), expulsar o camponês de sua terra, que quase sempre foi de maneira violenta, compromete a sua sobrevivência, porque o priva não só de seu trabalho, mas de seu meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição como pessoa. É nesse plano que se dá o encontro moral e, muitas vezes, religioso entre o trabalhador rural e a Igreja. A concepção de pessoa está na doutrina social da Igreja⁵ e na ideologia camponesa.

Para Almeida (1993), na Amazônia brasileira, com o golpe militar de 1964, as organizações políticas e sindicais foram reprimidas e desorganizadas. Ao contrário, a Igreja católica, não obstante algumas perdas e defecções, manteve quase que intocada a sua estrutura de atuação no campo. Assim, a mediação externa, que contribuía para quebrar a dominação local e auxiliava os movimentos camponeses a se contrapor aos atos coercitivos dos aparelhos do Estado e dos proprietários de terra ora exercida por essas organizações, passou a ser efetivada pela Igreja. Segundo esse autor, os conflitos agrários na região “impuseram a necessidade de intermediações” e a Igreja católica, que vinha desenvolvendo a sua pastoral nas comunidades de posseiros, acabou suprimindo a lacuna deixada pela não-atuação e até não-existência dessas organizações no campo.

A atuação das instituições religiosas desenvolveu-se a partir do que estava à margem da cena política e sem possibilidades imediatas de representação. É por esta brecha que se insinua a ação mediadora, quando as reivindicações dos trabalhadores, quaisquer que fossem, não eram facilmente assimiladas por aparelhos de poder que se impuseram tão só pela representação e que tinham sua legitimidade contestada (ALMEIDA, 1993, p. 42).

5 Por exemplo, *Rerum Navarrum, Gaudium et Spes*, n. 66, *Popularum Progressio, Mater et Magistra*, n. 119, *Igreja e problemas de terra (CNBB)*. Cf. Martins (1999).

Segundo Almeida (1993), o acirramento da violência e a multiplicação dos antagonismos entre trabalhadores e proprietários rurais impuseram a necessidade de intermediações. Aqui também a Igreja acaba suprindo a lacuna, significando, de certa forma, a institucionalização dos conflitos agrários que não eram, até então, reconhecidos como tais pelos aparelhos de poder. Mas, na região Araguaia Paraense, a Igreja surgiu muito mais como um problema para o Estado e não como um interlocutor entre este e os posseiros. O seu credenciamento nas comunidades de posseiros desencadeou, durante as décadas de 70 e 80, um acirrado confronto com o Estado em torno da problemática da posse da terra. O Estado não aceitava o trabalho político da Igreja no campo. Ele a considerava subversiva e incitadora da luta de classe. Segundo Martins (1986), para o Estado, o problema não estaria na existência dos conflitos de terra na Amazônia, mas na sua manipulação por “subversivos”, pessoas “estranhas” à realidade do campo. Assim, é possível entender por que o governo fechou a rádio da Diocese de Conceição do Araguaia (Rádio Educadora do Araguaia), prendeu e torturou padres e freiras e, por várias vezes, implementou na região operações cívico-assistenciais, denominadas Aciso (Ação Cívico-Social), com comboios de carros, máquinas e helicópteros, fazendo estradas, consultas médicas e distribuindo remédios.

A mediação da Igreja católica “insinuaria em circunstâncias históricas que, objetivamente, a favoreceu, seja do prisma dos aparelhos de poder ou dos camponeses, seja mesmo em razão das necessidades intrínsecas à própria ação religiosa” (ALMEIDA, 1993, p. 46). A prática política da Igreja deu-se em virtude de fatores de ordem social, política e interna à própria Igreja. Ela não é uma ilha. O seu corporativismo foi-se mantendo, se modificando ou redefinindo pela mediação de processos da sociedade da qual ela faz parte.

O trabalho pastoral da Igreja foi, dessa forma, impondo-se com os trabalhadores rurais de regiões de tensão social da Amazônia, na medida em que se confrontava com os aparelhos de

poder e com os detentores do capital. Essa era a condição necessária para se manter como “confiável” aos olhos dos trabalhadores rurais. O documento O problema dos posseiros nos municípios de Conceição do Araguaia e Sant’Ana do Araguaia, de 20.11.1970, da Diocese de Conceição do Araguaia, a Carta pastoral, de dom Pedro Casaldáliga, de 10.10.1971, e os documentos de 1973 – Ouvi os clamores do meu povo, do nordeste; Marginalização de um povo, o grito das igrejas, do Centro-Oeste e depois para a área indígena Y-Juca-Pirama – O índio, aquele que deve morrer – reconhecem, explicitamente, a condição de confronto da Igreja com relação ao latifúndio e ao Estado, a respeito da situação dos trabalhadores rurais, ao mesmo tempo que politiza os conflitos agrários. Além do mais, agentes de pastorais, padres, freiras e bispos estavam desenvolvendo os chamados “trabalhos de base” nas famílias camponesas, como educação sindical, saúde popular, legislação, reuniões, cursos, assembleias, missas, celebrações e outros serviços político-pedagógicos: como melhor se organizarem em suas comunidades e exigir os seus direitos, partindo sempre da visão de que era possível que esses trabalhadores rurais se conscientizassem e se organizassem e, a partir de seus próprios problemas e dificuldades, buscassem alternativas para superar a situação de opressão e exclusão em que estavam vivendo (BOFF e BOFF, 2001).

Nesse ínterim, os membros da Igreja católica progressista passaram a incorporar objetos e modos da “cultura camponesa”, que simbolizavam a “íntima ligação” com os camponeses, como, por exemplo, sandálias, bebidas, comidas, bancos e mesas toscas, pilão de socar arroz, tronco e casca de madeira, tipiti,⁶ paineiro,⁷ chapéus de palha, mesmo que fossem para enfeites de suas casas e capelas, e certas palavras e expressões e outros, alçados à condição de vestes litúrgicas etc.; além de ocorrer a politização dos rituais como “missa da terra”, “romaria da terra”, as “caminhadas” e as “santas missões populares”, em que as leituras bíblicas, os cânticos, o “Credo”, o “Glória”, o “Ofertório”, a “Ladainha” e outros momentos nas liturgias faziam referência à cultura e à luta dos

6 Utensílio no formato de cesto cilíndrico extensível, de palha, com uma abertura na parte superior e duas alças, muito usado entre os povos indígenas e trabalhadores rurais da Amazônia para extrair, por pressão, o ácido hidrocianico da mandioca brava na fabricação da farinha.

7 Cesto de tala de palmeira com trançado largo, geralmente forrado de folhas.

trabalhadores rurais. Canções e poesias destes passaram também a ser incorporadas às celebrações, missas, reuniões e assembléias da Igreja, sobretudo nas comunidades de camponeses. Os ritos integravam o religioso e o político, momentos em que invocavam a proteção de Deus para participar da luta. Espaço este no qual se sacralizava a luta e se materializava o sagrado. Em algumas regiões da Amazônia, nesse período, nas ordenações sacerdotais, recitava-se a chamada “Ladainha dos mártires da terra”. Os instrumentos de trabalho dos trabalhadores rurais como foice, machado, enxada e os frutos da terra (colheitas dos camponeses) faziam parte do ritual litúrgico. Figueira, sobre a sua ordenação sacerdotal, em 1980, em Conceição do Araguaia assim escreveu:

Deito-me de bruços no piso frio da igreja, enquanto se reza a ladainha preparada por Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Felix do Araguaia: “Índios, peões, vaqueiros e garimpeiros, pais e mães de família, jovens e crianças que morrestes na paz do Senhor por estes sertões e matas; João Bosco, Rodolfo, Simão Borro, Raimundo, o Gringo, Dom Romero, Santo Dias, e todos os mártires da causa do Povo, que soubestes enfrentar a injustiça e amar os irmãos até a morte”. [...] A procissão do ofertório começa com os representantes das comunidades que vivem um compromisso religioso e social. João Canuto traz um mamão, Manuel Gago, de São Geraldo, a enxada, Belchior, o machado, Sinhozinho, uma chave de fenda. Instrumentos de trabalho e frutos da terra. Outros trazem a Bíblia, telha, esquadro, remo de pescador, livro, giz, candeia, pão e vinho. O índio Cantídio, tapirapé, que veio em nome da Prelazia de São Felix do Araguaia, carregava uma maracá e um pequeno banco de madeira, com valor ritual. Enquanto isso, Expedito, poeta mineiro, negro, magro, declama um longo poema feito para a ocasião (1992, p. 8).⁸

Nesse período, também os espaços da Igreja (capelas, salões, barracões, casas paroquiais e a casa episcopal) foram utilizados para reuniões, cursos e treinamento sindical, numa reapropriação

8 João Canuto, Manoel Gago, Belchior Martins da Costa, Francisco Jacinto de Oliveira, o Sinhozinho e Expedito Ribeiro de Souza foram assassinados por pistoleiros a serviço de proprietários e empresários rurais devido às suas lutas pela posse da terra.

e redefinição dos espaços sagrados. Os seus veículos contribuíam para o deslocamento de trabalhadores das áreas em litígios para acompanhar o desdobramento jurídico em questão nas cidades e para transportar sindicalistas para reuniões nas regiões de conflitos.

Segundo Martins (1989), sempre existiu no campo um acordo tácito entre a Igreja e o “povo”. Para ele, um se apropria da fala e da força do outro. “De ambos os lados, da Igreja e ‘do povo’, existe a tentativa recíproca de apropriação da fala do outro e da força do outro” (p. 59). Assim, ao mesmo tempo em que eram influenciados pelos trabalhadores, incorporando os modos da “cultura camponesa” para dessa forma se aproximar de suas maneiras de viver, compreender e denunciar, a partir de um serviço pastoral “engajado”, a marginalização dos trabalhadores rurais, influenciava, conforme Medeiros e Esterci (1994), nas organizações dos trabalhadores rurais, conformando a maneira de expressarem e serem reconhecidos, bem como na constituição de novas identidades. Segundo Gaiger (1987), a pedagogia da CPT provoca a imbricação entre os conteúdos religiosos e políticos. Nas reflexões sobre a Bíblia, por exemplo, segundo ele, a história do povo hebreu é transposta analogicamente à situação presente. As lutas atuais são apreciadas à luz dos julgamentos manifestados por Deus sobre as condutas do povo hebreu. A expressão “povo oprimido” refere-se não somente ao povo apresentado na Bíblia, mas também ao conjunto de trabalhadores despossuídos. A redenção dos pobres teria iniciado na história humana e deveria continuar na ação dos oprimidos de hoje. Assim, muitas comunidades de posseiros passaram a fazer uma releitura de suas situações à luz do trabalho bíblico-pastoral dos agentes de mediação da CPT. O senhor João do Motor, um dos posseiros da Fazenda Bela Vista, na década de 80, por exemplo, ao rememorar a luta deles pela posse da terra naquela área, assim falou:

A gente tinha que encontrar alguma alternativa. Até eu lembro que na luta de Moisés era em procura de uma terra pro-

metida e aqui nós não teria uma outra alternativa a não ser também o mesmo caso de procurar conquistar a terra para a libertação de um povo que precisava trabalhar e tirar o sustento para os seus filhos, porque naquele tempo existia Moisés, que nasceu de um povo e lutou para a libertação do mesmo povo, e aqui não seria um Moisés, mas seria todos Moisés em procura da libertação. Porque, se dissesse que alguém era o cabeça, aquele iria morrer. Assim nós era todas as pessoas a procura de uma só alternativa que era conquista da terra pra libertação de um povo que precisava de tirar o seu sustento (entrevista concedida em 1^o.8.2003).

De modo geral, os trabalhadores rurais tiveram um papel fundamental na “conversão” da Igreja à sua causa, a começar por suas comunidades. Assim escreve Almeida (1993): “A estrutura hierárquica começa a ser pressionada de baixo para cima, das paróquias que compõem as prelazias e dioceses para os centros de decisão, do localizado para o mais abrangente e superior circuito de poder eclesiástico” (p. 58). Quanto mais a Igreja passou a ter conhecimentos localizados e detalhados da problemática em que estavam envolvidos os trabalhadores rurais, coagidos, ameaçados e expulsos de suas terras, mais ela foi questionada e “convertida” por esses trabalhadores e mais se acirrou o confronto com o poder local, com as empresas privadas e com o Estado. Ou seja, na medida em que a Igreja se credenciava como mediação confiável aos olhos dos trabalhadores que viam o Estado e a classe patronal com desconfiança e apreensão, confrontava-se com uma poderosa coalizão de interesses que tanto abrangia os detentores do poder local, quanto das empresas privadas do Centro-Sul do país na região.

A mediação da Igreja, principalmente por meio da CPT, efetivou-se não no sentido de negociação, mas como canal de expressão, direção e significado mais amplo da luta dos posseiros na região (MARTINS, 1993). Os conflitos ora localizados passaram a ter dimensões políticas mais amplas. Segundo Medeiros e Esterci (1994), a mediação de instituições, como a Igreja e o

STR, permite que questões de âmbito local sejam tratadas como algo mais amplo, envolvendo interesses globais. Assim, mesmo não sendo uma organização política, a CPT, nas áreas de tensões sociais, localizava politicamente aquele conflito, seja em relação aos aparelhos de Estado, sobretudo àqueles responsáveis pelas questões agrárias, seja no que se refere à sociedade como um todo, por meio da imprensa e por intermédio de seus próprios canais, como cartas, panfletos, boletins, assembléias, conferências, missas, romarias, novenas, círculos bíblicos e outros. Dessa forma, a atuação dos mediadores propiciou maior visibilidade aos conflitos e à luta dos posseiros da região. Por esse motivo é mais fácil entender o porquê do envolvimento de organismos e pessoal do Estado nos conflitos pela posse da terra em determinado momento da história.

A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA, DO STR E DO ESTADO NO ARAGUAIA: MEDIAÇÃO E CONFLITO

Na região Araguaia Paraense, a CPT e alguns párocos passaram, cada vez mais, a registrar e relatar de forma mais detalhada os conflitos e a violência pela posse da terra. Assessorias especializadas de advogados, agrônomos, técnicos agrícolas e cientistas sociais foram acionadas, além das práticas localizadas e do acervo documental, rivalizando, muitas vezes, com “especialistas” dos órgãos públicos. Registros dos conflitos contendo fichas, tabelas e relatórios com os nomes dos imóveis, de proprietários, datas, nomes de trabalhadores assassinados, de executores, de mandantes e o número de famílias envolvidas eram elaborados, sobretudo sob a lógica da denúncia. O aparato de “especialistas” visava também desenvolver um trabalho eficiente nas comunidades de posseiros, com objetivo de qualificar os trabalhadores a reivindicar os seus direitos à terra e ao trabalho. Além da formação religiosa que se efetivava por meio de cursos bíblicos (o êxodo, os profetas e os evangelhos etc.), missas e celebrações, havia ainda a formação política (estudo sobre a estrutura sindical e agrária, participação

das mulheres e dos jovens, a organização etc.) sobre os direitos dos trabalhadores (os direitos garantidos no Estatuto da Terra, no Código de Processo Civil, na Constituição etc.) e sobre diversos temas ligados à situação vivenciada pelos posseiros.

Embora os dados e as informações acerca dos levantamentos dos conflitos agrários feitos pela CPT sejam incompletos, eles revelam a dramaticidade desses antagonismos na região amazônica e, de certa forma, contribuíram para que representantes de órgãos do Estado se pronunciassem e implementassem medidas em relação a eles. Por exemplo, o Incra instituiu, em 29.9.1981, o Cadastro de Áreas de Tensão Social; no mês seguinte, o seu presidente, Paulo Yokota, foi à imprensa contestar os resultados que a CPT tinha levado a público a respeito dos conflitos e da violência pela posse da terra (*Jornal do Brasil*, 25.10.81). Por outro lado, o governo já havia criado, no ano anterior, para a região conhecida como Bico do Papagaio, para atuar numa área de 40 mil quilômetros quadrados (parte do Mato Grosso, do Pará, de Goiás e do Maranhão), o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat),⁹ justamente quatro dias antes do início da 18ª Assembléia da CNBB, quando esta divulgou o documento Igreja e problemas da terra (MARTINS, 1984).

Segundo Almeida (1993), objetivava-se com a criação do Getat assegurar condições mínimas à implantação de projetos vinculados ao Programa Grande Carajás e neutralizar a luta dos trabalhadores rurais e dos povos indígenas da região. Por essa razão, esse órgão criou, nesse período, um Cadastro das Áreas Problemas em suas várias unidades executivas. Para Martins (1984), a criação do Getat fazia parte da estratégia do governo da ditadura militar de “militarização da questão agrária”, para desmobilizar e desmoralizar a atuação da Igreja no campo e proteger os interesses dos grandes proprietários e das grandes empresas. O Getat não só distribuiu títulos de terras, a maioria, aos grandes proprietários, mas também ofereceu as suas instalações como cárcere de trabalhadores e membros da Igreja, como foi o caso em São Geraldo do Araguaia, em 1981 (CHINEM, 1983),

9 O Getat passou a atuar, sobretudo, na área onde a CPT Araguaia-Tocantins desenvolvia os seus trabalhos, a partir da inserção de quatro equipes: norte do Mato Grosso, norte de Goiás (Tocantins), Araguaia Paraense (sul do Pará) e oeste do Maranhão, área esta com maior número de conflitos e tensão social em torno da posse da terra.

além de interferir diretamente nas eleições sindicais em Conceição do Araguaia, na década de 80 (FIGUEIRA, 1986).

A partir dos confrontos entre os aparelhos de poder e a Igreja, a consciência da generalização dos conflitos se foi consolidando e exigindo novos esforços institucionais em face da questão agrária. Ocorria, no plano institucional, um deslocamento no sentido da intermediação, a qual se transformou em disputa de poder. A Igreja enquanto mediação¹⁰ transformou-se em antagonista, inclusive nos primeiros anos da Nova República. O Ministério da Justiça e a Polícia Federal, no governo José Sarney, chegaram a denunciar que havia no campo, em áreas de conflitos e tensão social, uma inconveniente intervenção da Igreja. Paulo Brossard, ministro da Justiça, por exemplo, afirmou que a reforma agrária era um processo político de alçada do Estado e não da Igreja. Que esta “estaria querendo montar, cavalgar em cima do Estado” (*Folha de S. Paulo*, 15.6.86). Um representante do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), ao entregar oficialmente, no sul do Pará, títulos de propriedade a um grupo de posseiros que ocupavam durante muitos anos aquelas terras, recomendou-lhes que se precavessem com relação aos “elementos subversivos”, isto é, os padres e os agentes de pastorais da Igreja católica. “Estes”, afirmou ele, “estão sempre prestes a meter minhoca na cabeça de vocês, mas que na hora do pau cantar [...] não ficam à frente para morrer, para sacrificar” (HÉBETTE, 1991, p. 208).

Em São Geraldo do Araguaia, área de grande concentração da terra e de intensos e violentos conflitos entre proprietários e posseiros, desdobrou-se forte acirramento entre a Igreja e o Estado. Em outubro de 1976, ocorreu um confronto entre posseiros da localidade de Perdidos, técnicos do Incra e Polícia Militar. Estes últimos estavam a serviço da Fundação Brasil Central, do ex-presidente Jânio Quadros, para fazer os serviços de demarcação da área. No confronto, os soldados Êzio Araújo dos Santos e Claudomiro Rodrigues da Fonseca foram mortos, e outros dois, Máximo e Rui da Silva, saíram feridos. O seminarista Hilário Lopes e o padre Florentino Maboni, capelão militar,

10 Vale lembrar que o STR de Conceição do Araguaia se encontrava sob intervenção militar, assim como grande parte dos sindicatos dos trabalhadores do estado do Pará, bem como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetagri) (Relatório das Oposições Sindicais do Pará, maio de 1987).

recém-chegado do Rio Grande do Sul à Diocese de Conceição do Araguaia, que se encontravam na região, foram presos e torturados juntamente com alguns posseiros, acusados de incitarem o tal confronto. Devido à gravidade da situação, os bispos de Conceição do Araguaia e de Marabá, o arcebispo de Belém e o presidente da CNBB entrevistaram e fizeram severas críticas contra o governo federal, deteriorando ainda mais as relações entre a Igreja e o Estado (FIGUEIRA, 1986). No início da década de 80, os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, ambos franceses, desenvolviam os seus trabalhos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) dessa região de São Geraldo do Araguaia. A presença desses padres fortaleceu a resistência de diversos grupos de posseiros. Um dos episódios mais marcantes foi o do Cajueiro, em agosto de 1981, quando, num confronto armado, um pistoleiro foi morto e quatro agentes da Polícia Federal e um funcionário do Getat saíram feridos. A ação conjunta do Exército, da Polícia Federal e do Getat resultou em perseguição, prisões e interrogatório de diversos posseiros. O mesmo oficial do Exército, Sebastião Rodrigues Moura, o Curió,¹¹ que comandara as operações na região, no aniquilamento dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na chamada Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1975, e que tratou de desmobilizar a presença da Igreja junto aos trabalhadores rurais sem terra no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 1981 (ROTHMAN, 1993), agora conduzia as ações contra os posseiros e a Igreja no Araguaia. Os 2 padres franceses e 13 posseiros foram presos e torturados.¹² Nem o bispo da Diocese de Conceição do Araguaia, dom José Patrick Hanrahan, foi poupado dos interrogatórios e das campanhas de difamação na imprensa (CHINEM, 1983; FIGUEIRA, 1986).

Conforme mencionado, na Amazônia houve proximidade entre a visão da Igreja católica progressista e os trabalhadores rurais em luta pela posse da terra. Estes sabiamente souberam conquistar apoio e “converter” a Igreja a seu favor. Quando dom José Hanrahan, irlandês, da Ordem dos Redentoristas, chegou em Conceição do Araguaia, em 1979, para tomar posse da diocese,

11 Esse ex-oficial do Exército é atualmente prefeito da cidade de Curionópolis (o nome dessa cidade é em sua homenagem), localizada a 30 quilômetros de Eldorado dos Carajás, no sudeste paraense.

12 Enquadrados pela Lei de Segurança Nacional, foram condenados: padre Aristides Camio, a 15 anos de reclusão; padre Francisco Gouriou, a 10 anos de reclusão; e os 13 posseiros, a 8 anos de reclusão.

foi recebido em prantos por uma multidão de posseiros, do Lote 41, da região de Floresta do Araguaia, que acabava de ser despejada de sua terra por um grande proprietário, irmão do prefeito de Conceição do Araguaia, doutor Giovanni Queiroz.¹³ Em 21 de outubro daquele mesmo ano, aconteceu em Xinguara, organizado pela CPT e pelo Movimento de Educação de Base (MEB), uma grande manifestação motivada pelos violentos despejos de posseiros de três áreas, entre elas a Tupã-Ciretã. A PM e um oficial de justiça, com o auxílio de pistoleiros, queimaram casas e destruíram roças. O evento contou com a presença de 6 mil pessoas, repercutindo na grande imprensa nacional (CPT – Arquivo, 1985-1992 SCHMINK e WOOD, 1992). Desde 1978, conta Ricardo Rezende Figueira:

Centenas de lavradores procuravam as casas paroquiais de toda a Prelazia porque se viram sob uma avalanche de ameaças de despejos. Procuravam também antes, no entanto agora havia um aumento substancial. Não tinham a quem recorrer senão à Igreja. O Sindicato fazia questão de não entrar nesses problemas e quando entrava o fazia colocando-se contra os associados. A credibilidade do poder público local ia de mal a pior. Liminares apressadas, ineptas eram assinadas e o oficial de justiça, acompanhado por soldados da PM e por pistoleiros, percorria as posses lançando fora as famílias, queimando as casas com tudo que tinha dentro, destruindo as benfeitorias e espancando seus moradores (1986, p. 53).

Os STRs de todo o Brasil estavam submetidos aos critérios legais, regulados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Com a criação do Prorural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural),¹⁴ conferindo real existência ao Funrural (Fundo de Assistência do Trabalhador Rural), o governo acabou transformando vários sindicatos em núcleos de atendimento médico e odontológico. Por esse meio, os órgãos oficiais acabaram não só desmobilizando a atuação desses STRs, mas despolitizando os conflitos pela posse da terra em algumas regiões

¹³ Esse grande proprietário de terra, no sul do Pará, foi, nos anos posteriores, diversas vezes eleito deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), assim como nas últimas eleições. Desde então tem defendido os interesses dos proprietários e empresários rurais na Câmara dos Deputados.

¹⁴ O Prorural foi criado pela Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971.

do Brasil. Em Conceição do Araguaia, ao transformar o STR em núcleo assistencialista, os aparelhos de Estado conseguiam torná-lo em organismo de delegação de políticos clientelistas detentores do poder local, além de tentar quebrar, com isso, as possíveis mediações da Igreja católica na região (ALMEIDA, 1993; PEREIRA, 2004).

O STR de Conceição do Araguaia foi criado, em 1971, com 213 associados. Em 1972 contava com 900 filiados. Entre 1975 e 1985, esteve sob intervenção militar. O seu presidente, nesse período, foi Bertoldo Siqueira Lira,¹⁵ ex-sargento da Aeronáutica. O STR não se envolvia nos conflitos e, quando o fazia, nunca estava do lado dos posseiros. Assim, as reivindicações dos posseiros normalmente não passavam pelo sindicato, mas, às vezes, pelo bispo, pelo padre e pela CPT, os quais já vinham desenvolvendo trabalhos nas comunidades camponesas.

Em 1979, com o apoio da CPT, foi iniciada a organização da oposição sindical em Conceição do Araguaia. Em uma das primeiras reuniões para esse intento, fez-se um levantamento das áreas de conflitos e de tensão social. Foram realizadas diversas reuniões e encontros de capacitação de posseiros para esse fim, inclusive com a assessoria do sociólogo José de Souza Martins (FIGUEIRA, 1986). Uma das estratégias da CPT era a criação de delegacias sindicais¹⁶ em povoados e vilas localizadas nas zonas críticas de conflitos e a realização do “trabalho de base” com o objetivo de convencer os trabalhadores acerca da importância do sindicato e o seu controle. Esse trabalho ia desde estudos bíblicos e da legislação agrária a batizados e casamentos. Perguntado a um ex-presidente do STR de Conceição do Araguaia como a CPT, mesmo não sendo uma entidade de representação dos trabalhadores rurais, passou a ter tanta força e poder junto aos trabalhadores da região, ele respondeu:

Primeiro que o padre Ricardo era o coordenador da CPT. Além de ser padre era uma liderança que tinha um carisma muito grande. Ele fazia casamento, batizado, fazia reuniões,

15 Bertoldo Lira foi um dos dirigentes da Fetagri durante o mandato de Alberone Lobato, presidente da entidade (Relatório das Oposições Sindicais do Pará, maio de 1987).

16 As delegacias sindicais eram prolongamentos das estruturas de poder internas aos STRs numa determinada área ou região, ocupadas por lideranças dos trabalhadores rurais daquelas localidades, os quais possibilitavam encaminhar as reivindicações dos posseiros daquelas áreas em luta pela terra.

dava curso bíblico em tudo que era de comunidade nessa região aqui. Quer dizer, quando ele vem falar do sindicato aquilo caiu como uma coisa muito boa no meio de nós trabalhadores rurais, porque era o padre que estava falando, aí o mérito foi dele sim, fazia com que todos nós sindicalizássemos na época e, por isso, eu acho a força da CPT na região, porque o padre Ricardo fez um trabalho de base primeiro (entrevista concedida em 28.7.2003).

Os obstáculos, porém, pareciam praticamente intransponíveis. Em 29 de maio de 1980, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, que encabeçava a chapa 2 (da oposição), foi assassinado. Suspeita-se que esse assassinato teria sido praticado por José Antônio, a mando da família do fazendeiro Fernão Leitão Dinis (FIGUEIRA, 1986). Davi, da comunidade dos Perdidos, em São Geraldo do Araguaia, substituiu Gringo, candidatando-se à Presidência do sindicato. A eleição foi então realizada em 29 de julho daquele mesmo ano, cheia de irregularidades, e contou com a intervenção da Polícia Militar, da Polícia Federal e do Getat. Trabalhadores que viajaram quase 400 quilômetros não puderam votar, como ocorreu com os que vieram de São Geraldo do Araguaia. Os seus nomes não constavam na lista de votação do STR. No povoado de Xinguará, soldados da PM dispersaram votantes, ameaçaram fiscais e seqüestraram urnas. Em Conceição do Araguaia, dezenas de soldados estavam de prontidão dentro e fora da sede do STR. A oposição teve a maioria dos votos, mas a Delegacia Regional do Trabalho, alegando não ter atingido o *quorum* mínimo por lei, anulou a eleição (FIGUEIRA, 1986). A nova eleição só viria a acontecer em 25.5.1981. Novas irregularidades e novas intervenções do aparato legal. Trabalhadores das áreas das delegacias sindicais foram impedidos de quitar as suas mensalidades e não puderam votar no dia da eleição. Nessas eleições, o Getat havia colocado a sua máquina administrativa a favor da chapa 1. Tratores limparam estradas vicinais e caminhões transportaram eleitores. Pequenos comerciantes, pedreiros,

garimpeiros e motoristas sindicalizados pela chapa 1 também votaram. O tenente-coronel Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, realizou, em diversas regiões conflituosas, como Mata Geral, Rio Maria, Xinguara e Floresta do Araguaia, comícios prometendo títulos de terras e carteiras de garimpeiros para exploração de ouro em Serra Pelada para quem votasse na chapa 1 (ALMEIDA, 1993). No dia da eleição, em um helicóptero do Exército, percorreu todos os lugares onde existiam urnas de votação, pedindo voto para Bertoldo. As paredes da catedral de Conceição do Araguaia amanheceram revestidas de panfletos acusando a Igreja, a CPT, o Gringo e sua viúva de terroristas, subversivos e de pregarem a luta armada, além de acusações de aspecto moral. A chapa 1 saiu vitoriosa com 1.032 votos contra 684 (FIGUEIRA, 1986; ALMEIDA, 1993). Bertoldo só deixou a Presidência da entidade em 1985, após o enfraquecimento do aparato que o sustentava, quando finalmente a oposição composta por lideranças de CEBs, tendo à frente Felipe Alves Macedo, o Filipinho, venceu a eleição. Numa entrevista concedida para fins deste trabalho, em 26.7.2003, Filipinho assim falou:

Foi uma batalha muito grande. Já com nove anos que esse presidente [Bertoldo] estava no sindicato [...] e sempre a CPT, a Igreja batalhando para tirar essa pessoa. Eu fui o encabeçador da chapa, em 1984, não aconteceu, não registrou a nossa chapa, mas, quando foi no dia 28 de julho de 1985, a gente conseguiu a eleição, aonde eu fui eleito o presidente do sindicato [...]. Eu entrei no sindicato em 18 de agosto de 1985, quando foi no dia 12 de setembro eu já estava lá em Brasília, vendo o problema da Pecosá, o conflito da Fazenda Pecosá.

Os diversos STRs do Pará, apesar do “trabalho de base” da Igreja, com as chamadas oposições sindicais, as comissões Pró-Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a aproximação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) com essas oposições sindicais, só deixaram de ser órgãos

de colaboração do governo e dos proprietários e empresários rurais depois de 1985, quando houve uma mudança político-institucional com o advento da Nova República. A chamada oposição sindical do Pará, com o apoio da CUT, só conseguiu ganhar a direção da Fetagri em março de 1987, significando o fim dos 14 anos de mandato de Alberone Lobato, presidente da entidade (Relatório das Oposições Sindicais do Pará, maio de 1987, e ALMEIDA, 1993).

O confronto que ocorreu entre a Igreja e os organismos do Estado, com a realização das eleições do STR de Conceição do Araguaia, na década de 80, foi uma demonstração de choques de interesse e de disputa na condução dos conflitos pela posse da terra na região. A intervenção direta da burocracia militar nas eleições do STR de Conceição do Araguaia não foi um processo isolado, mas, como demonstrado por Martins (1984), de “militarização da questão agrária”. Em face dos conflitos agrários, cada vez mais crescentes, eram “justificáveis” tais manobras para desmoralizar a Igreja quanto à sua atuação na questão agrária e desmobilizar os grupos de trabalhadores envolvidos na luta pela terra, com o propósito de concretizar o consórcio da terra com o capital e manter as bases conservadoras do Estado.

Segundo Martins (1984), os governos militares pós-64 implementaram as suas ações no processo de centralização do poder. Para isso, a sua política econômica e fundiária foi pautada na federalização de amplos territórios às margens das rodovias, como os 10 quilômetros de cada lado da Transamazônica (BR 230) e da Cuiabá—Santarém (BR 163), em 1970, para a colonização, seguida, em 1971, da inclusão de 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais da Amazônia na área de interesse à segurança e ao desenvolvimento nacional, e a concessão de incentivos fiscais aos grandes grupos econômicos do Centro-Sul do país, para a implantação de projetos agropecuários. Com isso, um dos instrumentos de poder das oligarquias regionais, que era a terra, fora confiscado. Essas ações, segundo esse autor, destruíram ou comprometeram as bases de poder tradicional dos coronéis e dos chefes políticos.

Essas medidas, segundo esse mesmo autor, trouxeram para os militares o problema do vazio de poder no campo, abrindo espaço para a construção de um poder popular ocupado pela Igreja católica progressista e o movimento sindical. Assim,

a ação governamental não só tem procurado impedir a ocupação política desse vazio de poder, como esvazia o poder tradicional, como, principalmente, recria continuamente o esvaziamento do poder. Foi o processo de recriação do vazio de poder local, de repressão continuada e crescente no campo, que impôs aos militares o crescente envolvimento na questão agrária e nas lutas pela terra (MARTINS, 1984, p. 57).

Dessa forma, manifestaram-se claramente no combate à ação sindical, mesmo legal e supostamente garantida pelo próprio governo, no combate à ação político-partidária e à ação pastoral da Igreja católica, recriando o vazio de poder no campo. Por esse motivo, a omissão das autoridades nos casos de assassinatos de líderes sindicais, advogados, trabalhadores rurais e agentes de pastoral, e de prisões e expulsões de sacerdotes. Ainda segundo Martins (1984), os crescentes e acirrados conflitos entre a Igreja e o Estado tinham como um dos principais ingredientes a necessidade de o governo militar recriar e ocupar esse espaço vazio de poder no campo.

O confronto entre a Igreja e o Estado também acontecia, na região Araguaia Paraense, quando se tratava do entendimento legal sobre a terra. Além de defender a permanência dos posseiros na terra, com base em sua concepção de terra de trabalho, a Igreja desconfiava da veracidade dos títulos das terras dos grandes proprietários. Alegava que quase sempre os posseiros tinham precedência. Alegava também haver na área uma “confusão legal”, isto é, superposição de títulos de propriedade. O governo tinha pouco controle sobre as áreas as quais emitia títulos, às vezes, expedindo vários sobre a mesma área. Sobre essa questão, Ricardo Rezende Figueira, ex-coordenador da CPT na região, assim afirmou:

Ora os trabalhadores deveriam ter precedência no direito à terra e levantávamos suspeição a respeito dos títulos definitivos da região. Porque sabíamos de algumas áreas que tinham antigos ocupantes. Este foram preteridos e o Estado expediu documentação em favor de empresas que mal chegavam ao Pará e não possuíam qualquer benfeitoria anterior, como o Bradesco. Em outras áreas o caos era pior. A Fundação Brasil Central tinha recebido do estado do Pará 10 quilômetros ao longo da margem paraense do rio Araguaia. Como a Fundação não cumpriu com as cláusulas assinadas, a doação foi cancelada, mas o cancelamento não foi feito nos cartórios. Sobre essa área foram expedidos novos títulos em uma sobreposição de documentos. E, finalmente, ninguém sabia o que era legal. E, se fosse tudo “legal”, nós levantávamos ainda a suspeição ética. Divergíamos do Estado na concessão de títulos de terras para a grande propriedade. Achávamos que os privilegiados deveriam ser os “sem-terra”, os pequenos posseiros (entrevista concedida em 26.9.2003).

A transição do período autoritário para o regime democrático conferiu um novo contexto político e institucional para os mediadores da região quanto aos encaminhamentos dos conflitos pela posse da terra. Os trabalhadores rurais contavam agora não só com o apoio da CPT, mas também do STR para encaminhar as suas reivindicações. As ocupações de terras tituladas ociosas, que vinham acontecendo desde a metade da década de 70, foram realimentadas com a maior abertura política da Nova República, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a possibilidade de atendimento das demandas pelos organismos governamentais, mesmo porque representantes da Igreja e do movimento sindical passaram a ocupar diversos cargos no Incra e no Mirad (ALMEIDA, 1993; BRUNO, 2002). Se antes a conquista da terra passava, necessariamente, pela capacidade dos posseiros em resistir às pressões e à violência dos proprietários rurais e da polícia na área litigiosa, emergia agora a possibilidade de conquista da terra por “vias legais”. Foi nesse período que,

de fato, se deu início, na região, às desapropriações de terra por interesse social. Entre novembro de 1982 e fevereiro de 1985, o Getat havia desapropriado apenas seis imóveis nos 40 mil quilômetros quadrados em seu domínio. Destes, três (Fundação Brasil Central, Tupã-Ciretã e Colônia Verde Brasileira) ficavam na região Araguaia Paraense. Antes dessa data nenhum imóvel havia sido desapropriado (ALMEIDA, 1993).

A CPT, além de desenvolver um trabalho nas áreas de conflitos, passou a assessorar a nova Diretoria do sindicato, para que essa pudesse encaminhar as demandas dos posseiros, sobretudo das áreas ocupadas. Desde então essa Diretoria passou a agir influenciada diretamente pelos trabalhos dos agentes da CPT. Não só os seus membros participavam dos momentos de formação promovidos pela CPT, mas, às vezes, de diversas atividades desta com os posseiros, como visitas, reuniões e encontros.¹⁷ Ana de Souza Pinto, agente da CPT na região, falando do trabalho dessa entidade no sindicato, logo após a vitória da oposição sindical, assim descreveu:

A CPT passou a assessorar a Diretoria eleita e havia uma ação conjunta ao apoio a essas áreas em conflito. Como era esse apoio? Era fazendo estudos com a Diretoria sob o ponto de vista legal, sob o ponto de vista organizativo, político e como acompanhar os conflitos. E também realizando junto o trabalho na base, fazendo encontros, reuniões, discutindo formas de pressão, discutindo com os trabalhadores as formas mais eficazes (entrevista concedida em 23.7.2003).

A maior abertura política e a elaboração do PNRA trouxeram grandes expectativas não só para os trabalhadores rurais, que intensificaram as ocupações de terras na região, mas também para os mediadores, agora CPT e STR, de que as reivindicações dos posseiros fossem atendidas e suas demandas transformadas em desapropriações. É possível também que estes apostassem no fim do antagonismo entre Igreja e Estado, mas

17 Vale ressaltar que Felipe Macedo, o Filipinho, primeiro presidente do STR após a vitória da oposição sindical, era dirigente de uma CEB na localidade conhecida por Puçá, na região de Campos Altos, e Valter Peixoto, segundo presidente do STR após a vitória da oposição sindical, era dirigente de uma CEB, em Sítio Novo, também na região de Campos Altos. Ambos, assim como os demais membros da Diretoria, passaram pelo processo de formação da CPT.

a composição conservadora do novo Ministério de Assuntos Fundiários e a inviabilização do PNRA frustraram as expectativas dos mediadores. Ainda nos primeiros anos da Nova República, assim escrevia Martins (1991):

O novo regime civil apenas deu continuidade à execução do modelo econômico implantado pela ditadura militar, agravando enormemente os problemas sociais. Isso porque a elite política civil do país tem forte presença das velhas oligarquias rurais, cuja sobrevivência política se apóia no clientelismo, na corrupção, nas relações de dependência pessoal (p. 164).

Segundo Almeida (1993), os segmentos da burocracia estatal do Regime Militar, de 1964 a 1984, que haviam conduzido as ações fundiárias, foram racionados durante o governo de José Sarney. Os quadros especializados em “problemas agrários”, como advogados, agrônomos e oficiais militares do antigo Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (Meaf) e do Getat, encastelaram-se na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Segurança, urdindo uma contra-estratégia conservadora e contrária à proposta de reforma agrária encetada pelo Mirad. O PNRA, aprovado em outubro de 1985,¹⁸ nada mais era do que a décima primeira versão apresentada pelo Mirad ao presidente da República. Para cada versão o presidente e seus assessores exigiam uma nova modificação. O Estado tornou-se um campo de disputa na orientação do plano de ação agrária. Para Almeida (1993), “posições conflitantes passaram, desse modo, a permear os aparelhos de poder, revelando as próprias ambigüidades e níveis de contradição dos compromissos políticos que resultaram na chamada Nova República” (p. 260).

Para Martins (1999), na medida em que a pressão pela reforma agrária crescia, entre 1985 e 1986, e o Mirad encaminhava ao presidente da República as propostas de desapropriação, o Gabinete Civil estabelecia diretrizes, para evitar que decretos fossem assinados ou, mesmo, fossem colocados em prática. Não apenas diversas propriedades improdutivas foram evitadas do ato

18 Instituído pelo Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985.

desapropriatório, mas decretos assinados pelo então presidente não foram publicados no *Diário Oficial*. Em consequência dos constantes boicotes, caíram o ministro e seus auxiliares, inclusive, do segundo escalão praticamente em todo o país. Com referência a essa questão, Ricardo Rezende Figueira, em entrevista para fins deste trabalho, assim mencionou:

O ministro era uma pessoa interessante, mas a máquina do Incra não ajudava e nem o presidente Sarney ajudava. O presidente boicotava o tempo inteiro. O ministro Nelson Ribeiro passava o maior aperto. Eu me lembro de uma audiência com o presidente, realizada no último dia de abril de 1986, para denunciar a tentativa de homicídio que o padre Josimo Moraes Tavares havia recebido e solicitar a sua proteção. Eram cinco bispos e eu. Perguntei ao presidente sobre os diversos processos de desapropriação de fazendas no Pará que o ministro tinha mandado para o presidente assinar e estavam parados em seu gabinete. O presidente José Sarney respondeu que estava com uma pilha de processos, mas não assinava nada sem ler. E precisava de tempo. Ao sair dali, fui ao ministro Nelson Ribeiro, que sempre nos recebia sem criar obstáculos. O padre Josimo era recebido qualquer hora e muitas vezes os lavradores também. Uma vez deixou um governador na porta e nos atendeu primeiro. E eu falei: “Ministro, quero sugerir que o senhor renuncie”. Ele falou: “Por quê?” “Eu estou vindo agora da sala do presidente da República e ele disse que não assina nada sem ler. Por isso não assinou as desapropriações.” E continuei: “Ministro, o presidente não vai ler aqueles processos. Ele não pode ler. Ele não tem tempo. Quem lê é o senhor e sua assessoria. Se ele está dizendo que não vai assinar sem ler, é porque outro vai ler para ele, talvez o ministro Marco Maciel ou algum assessor. Alguém vai dizer para ele: isso pode assinar, isso não pode. Na verdade, o senhor está funcionando como um simples amortecedor de conflito. Nós confiamos no senhor, mas o presidente segura os processos de desapropriação e não confia no senhor”. Dias depois, a mesma sugestão de renúncia foi feita em uma manifestação pública realizada em Tocantinópolis por ocasião do

assassinato do padre Josimo, dez dias depois dessa audiência. Hamilton Pereira, conhecido como o poeta Pedro Tierra, que era assessor da CPT Nacional, no alto de um palanque, dirigindo-se ao ministro Nelson Ribeiro, convidou-o também, pela mesma razão, a renunciar. Logo depois, de fato, Nelson Ribeiro renunciou (entrevista concedida em 26.9.2003).

Mas isso não impediu que inúmeras manifestações e pressões fossem encaminhadas e algumas desapropriações concretizadas. A oposição sindical de Conceição do Araguaia, durante a campanha para tomada do sindicato, tinha como proposta apoiar os posseiros e a luta em favor da reforma agrária: “Quando nós estava fazendo a nossa campanha sindical”, conta Filipinho, “andando pelo município todo, nós dizia que o sindicato era para lutar a favor da reforma agrária. Era nosso primeiro ponto de pauta de discussão com os trabalhadores, era a reforma agrária” (entrevista concedida em 26.7.2003). Desse modo, o STR, que até então não se envolvia nas questões de terra, passou a ser o interlocutor dos trabalhadores diante das investidas da classe patronal e do processo de negociação com os organismos de Estado. Além das visitas, reuniões e encontros com os posseiros de áreas litigiosas, a direção do STR passou a negociar diretamente com os aparelhos de Estado as demandas dos trabalhadores e, com a CPT, a denunciar os conflitos e a violência dos fazendeiros. De início, a nova diretoria contribuiu com os posseiros das fazendas Pecosa e Joncon, onde os conflitos se arrastavam durante anos, fazendo reuniões e animando-os para luta, e encaminhou as suas reivindicações ao Mirad. “Eu entrei no sindicato em 18 de agosto de 1985”, conta Filipinho, “quando foi dia 12 de setembro eu já estava lá em Brasília, vendo o conflito da Pecosa [...]. Então a gente conseguiu uma permuta e logo no final de 1985 também estourou o conflito da Joncon/Três Irmãos com a desapropriação em 1986” (entrevista concedida em 26.7.2003).

Desse processo foram conspíquas as difamações, as agressões discursivas, as ameaças de morte e a violência física da classe

patronal (*Jornal do Brasil*, 18.9.85, *Correio Brasiliense*, 2.7.87 e Arquivo da CPT, 1985-1992). Segundo dados da CPT, de 1982 a 1992, na região Araguaia Paraense, houve um total de 840 ameaças de mortes contra trabalhadores rurais e seus apoiadores; 1.647 trabalhadores rurais foram espancados e feridos; outros 870 foram detidos; 4.352 famílias foram expulsas de suas terras; 884 casas foram queimadas ou destruídas e 28.439 famílias foram ameaçadas de despejos (CPT – Arquivo e CPT, 1985-1992).

Se antes a resistência dos posseiros era, quase que somente, no meio da mata, até com trincheiras se fosse o caso, no enfrentamento direto aos fazendeiros, aos pistoleiros, aos policiais e até mesmo aos funcionários do Getat, agora a tática, contando com assessoria e acompanhamento do STR e da CPT, passou a ser também de pressão direta aos órgãos do governo encaminhando abaixo-assinados, ofícios, fazendo reuniões com os representantes dos órgãos e até ocupando prédios públicos. O primeiro acampamento, na Unidade Avançada do Getat de Conceição do Araguaia, foi realizado em dezembro de 1985, com relação ao caso da Fazenda Joncon/Três Irmãos. Uma vez que o governo federal não havia cumprido o prazo acordado para a desapropriação dessa área, os trabalhadores ocuparam o prédio. A polícia interveio com violência, chegando a cortar a energia elétrica do prédio. A desapropriação e a emissão de posse foram concretizadas no início de 1986. O segundo acampamento aconteceu em junho de 1987, relacionado ao caso da Fazenda Bela Vista, também com assessoria direta do STR e da CPT. Trezentos posseiros ocuparam o prédio, exigindo a retirada da Polícia Militar de dentro da área litigiosa e a concretização do processo de desapropriação do imóvel (*O Liberal*, 17.6.87, *O Globo*, 18.6.87, e depoimentos de posseiros). A decisão de desapropriar essa área foi tomada numa reunião entre representantes do STR e do Mirad, em Brasília, no início de 1986, quando foi apresentada uma série de reivindicações dos posseiros de diversas áreas da região. O STR passou a ter uma “ação para dentro”, isto é, a presença de seus diretores nas diversas comunidades e áreas de conflitos fazendo

reuniões e discutindo os problemas com os posseiros, e uma “ação para fora”, que se constituía nas reuniões com diversas instâncias do poder público, em Conceição do Araguaia, e, sobretudo, em Belém e em Brasília, consolidando-se como interlocutor dos posseiros da região.

Isso, de certa forma, contribuiu para que os proprietários e empresários rurais da região se rearticulassem em torno de seus sindicatos e da UDR e passassem a pressionar os órgãos de Estado. O Incra da região, em fase de adaptação à proposta do PNRA, que era ainda composto por funcionários do tempo da ditadura militar, colaboradores da repressão e que viam os conflitos de terra como um problema de competência do Poder Judiciário e não como uma questão social, permaneceu conivente com a classe patronal e omissos às reivindicações dos trabalhadores rurais.

Se na esfera nacional os agentes de mediação conseguiam estabelecer certo diálogo com o Incra e com o Mirad, pelo menos ser atendidos em algumas questões, o mesmo não acontecia na região. Na medida em que cresciam as ocupações de terras e colocava-se em xeque o poder econômico e político dos proprietários e empresários rurais, alicerçados na propriedade capitalista da terra, acirrava-se o conflito entre os aparelhos de poder da região e os mediadores. O advento da Nova República não fez cessar o conflito entre a Igreja e o Estado, por exemplo. A problemática da terra continuou sendo uma arena de disputas entre esses dois atores.

Para Martins (1984), na Amazônia brasileira, nas regiões pioneiras, a ordem pública estava freqüentemente subordinada ao poder privado. Nomes de delegados de polícia, de soldados e de juízes têm sido, com freqüência, apontados pelos seus envolvimento com grileiros de terras, jagunços, grandes proprietários e empresários rurais que chegavam, do Centro-Sul do país, realizando despejos ilegais e violentos, aterrorizando as populações camponesas, tanto os trabalhadores rurais recém-chegados quanto os mais antigos, que supunham ter direitos adquiridos de permanência na terra que lavravam com o trabalho,

às vezes, de muitas gerações. Fatalmente, esses trabalhadores não tinham a quem recorrer senão à Igreja, conforme Martins (1989), “que agrega[va] o seu serviço pastoral o refúgio dos aflitos” (p. 86).

Na medida em que os aparelhos de Estado, na esfera local, se apresentavam como aliados dos grandes proprietários de terras quando qualquer imóvel era ocupado, o trabalho de mediação do padre, do agente de pastoral, do sindicalista destacava-se nas reuniões, nos encontros, nas assembléias, bem como no atendimento, em seus escritórios, aos trabalhadores rurais despejados, acossados e coagidos. Esses mediadores enfrentavam sob riscos, inclusive físicos, os proprietários rurais e seus aliados, tentando estabelecer posições diferenciadas e divergentes quanto ao uso e posse da terra.

Pode-se dizer que o reconhecimento e a mediação da Igreja e do STR ocorreram como demonstrado, em razão das circunstâncias de marginalização dos trabalhadores rurais em face da violência em que foram submetidos e de seus investimentos político-pedagógicos nas comunidades de camponeses, ao mesmo tempo em que enfrentavam publicamente, sob riscos, inclusive físicos, os proprietários rurais e os aparelhos de Estado, assumindo uma posição contestatória, não somente no que concerne à objetivação de seus pontos de vista, como também ao processo de construção de um ator contestador, capaz de produzir a sua história mediante a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Para isso, os agentes de mediação não só desqualificavam os proprietários rurais e os representantes dos aparelhos de Estado, sob a ótica da denúncia, mas também pressionavam estes últimos a atender as reivindicações e demandas dos trabalhadores.

Uma das táticas adotadas pelos mediadores era a desmoralização pública dos proprietários de terras e dos representantes dos aparelhos de Estado na imprensa. Grandes proprietários de terra nessa região eram políticos e, sobretudo, empresários no Centro-Sul do país. De repente poderiam aparecer os seus nomes na grande imprensa, associando-os às pistolas,

aos massacres e aos assassinatos de posseiros na Amazônia. Os agentes de mediação acreditavam que, com essas ações, poderiam inibir a violência dos proprietários e criar aliados em torno de uma luta mais ampla pela reforma agrária. Esse mecanismo legitimou as ações da Igreja e do STR enquanto mediadores e contribuiu para que a problemática da terra viesse para a esfera pública.

Por outro lado, os proprietários e empresários rurais procuraram desqualificar e desmoralizar, através dos meios de comunicação, a Igreja católica progressista, os trabalhadores rurais e a reforma agrária e, ao mesmo tempo, exaltar a figura do “produtor rural” (BRUNO, 1997). O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, por exemplo, ao argumentar que a Igreja não conhecia a realidade do campo, afirmou que não poderia “aceitar entidades que não sabem nem como se chama o homem do campo, colocando o apelido de sem-terra, isso não existe no setor rural” (*Zero Hora*, 30.11.87). Para a UDR, a CNBB “não plantou e nem gerou riqueza. Não faz parte das classes produtoras”, portanto, “é incapaz de fabricar uma reforma agrária que venha responder aos anseios daqueles que estão diariamente ligados à produção” (*Jornal do Brasil*, 7.8.87). Já Fausto Ribeiro Marques, um dos fundadores da Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará, qualificou os posseiros de “invasores” de terras alheias, que não têm “nenhum interesse em produzir e, sim, em obter ganho imediato roubando madeira e ocupando áreas para vender a terceiros” (*O Estado de S. Paulo*, 5.6.85).

Desse modo, no período da Nova República, na região Araguaia Paraense, enquanto os posseiros resistiam, nas áreas litigiosas, os pistoleiros e policiais a serviço dos proprietários e empresários rurais, conquistando o apoio do STR e da Igreja, travava-se um campo de batalha entre os agentes de mediação e o pessoal de organismos de Estado, embora os trabalhadores rurais não fossem passivos diante dessas ações. Ocorreram disputas, provocações, acusações e agressões discursivas entre esses dois atores na condução dos conflitos pela posse da terra na região. Os confrontos eram cada vez mais polarizados e ideológicos. O STR e

a CPT, ao mesmo tempo em que se firmavam enquanto mediação confiável aos olhos dos trabalhadores rurais, contribuíam para que estes colocassem em dificuldade a autoridade, o *status* e o prestígio dos grandes proprietários de terras (BRUNO, 1997), realimentando as ocupações na região. Isso demandava sempre mais as ações do Estado com atos desapropriatórios, suscitando as reações dos proprietários e empresários rurais, recrudescendo assim a violência no campo. Não foi por acaso que o governo considerou, em 1982 e 1986, que a região Araguaia Paraense ficava dentro do polígono da “área prioritária” para fins de reforma agrária.¹⁹

¹⁹ Decretos-Lei n. 87.095, de 16 de abril de 1982, e n. 92. 623, de 2 de maio de 1986.

Assim, a reforma agrária, na região Araguaia Paraense, durante o período que vai da segunda metade da década de 70 ao final da Nova República, deu-se dentro desse campo de disputa e de confrontos polarizados e ideológicos.

CONCLUSÃO

Os múltiplos conflitos, originários do confronto entre posseiros e proprietários rurais pela apropriação da terra eram localizados, heterogêneos e plurais, mas tomaram dimensões mais abrangentes, politizados, dado à frequência e à intensidade com que assumiram e, sobretudo, devido à mediação da Igreja católica progressista, principalmente através da CPT, e, mais tarde, também do STR. Esses mediadores tinham objetivos mais amplos – a reforma agrária –, que excediam os interesses locais e imediatos desses trabalhadores (ROTHMAN, 2001). Segundo Almeida (1993), a intermediação da Igreja católica nos conflitos agrários na Amazônia brasileira significou um certo grau de institucionalização desses conflitos que não eram até então reconhecidos como tais pelos aparelhos de poder.

Esses posseiros sabiamente conquistaram e negociaram o apoio da Igreja católica, como refere Martins (1989), atenta e vigilante aos direitos humanos, a qual desenvolvia um trabalho pastoral engajado por meio de seus agentes, portadores de

uma concepção sobre a relação fé e vida, e, mais tarde, do STR. Os trabalhadores rurais da região Araguaia Paraense não só conquistaram o apoio, mas também um espaço na Igreja durante o período do regime militar, de 1964 a 1984, e da Nova República, diante da hostilidade da classe patronal e do pessoal de organismos do Estado da região. A Igreja era talvez, naquela época, a única instituição da sociedade civil com projeção política nacional. Espaço este de manifestações religiosas e políticas em torno da problemática da terra. Desse modo, os posseiros despontaram na cena política dotados de capacidade de se fazer ouvir. Assim, a constituição dos trabalhadores rurais em sujeitos políticos deve ser vista também enquanto esforço destes pela constituição de entidades de representação e de apoio afinadas com suas demandas e capazes de viabilizá-las.

Foi demonstrado, neste trabalho, a utilidade do conceito de mediação para explicar o papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra, ocorridos na região Araguaia Paraense. Os resultados empíricos do caso estudado confirmam as interpretações teóricas de Novaes (1994) e Medeiros e Esterici (1994). Os mediadores são portadores de recursos humanos, financeiros, materiais e ideológicos para os trabalhadores rurais, estruturam demandas, dão visibilidade e potencializam a luta dos trabalhadores. Conforme essas próprias autoras sugerem, o perfil das mediações das entidades de apoio e de representação só pode ser compreendido no aspecto das relações em que as mediações surgiram e atuaram e não em outro. A mediação da Igreja católica e do STR de Conceição do Araguaia, na região Araguaia Paraense, não foi no sentido de negociação, “fazer meio de campo”, “estar entre”, mas como apoio, meio de expressão e significado mais amplo da luta dos posseiros da região através de seu “trabalho de base” e exercício da denúncia. Essas instituições legitimaram os direitos dos posseiros, fortaleceram a sua resistência e os encorajaram para a luta, na medida em que desenvolveram um trabalho político-pedagógico nas áreas litigiosas e denunciaram a existência dos conflitos e da violência praticada pelos proprietários

rurais e pela polícia. Igualmente denunciaram a convivência dos aparelhos de Estado com os proprietários, a omissão e lentidão desses órgãos na apuração dos crimes no campo e em dar respostas às demandas e às reivindicações dos trabalhadores.

Essas entidades, embora não sendo um partido político, localizavam politicamente aquele conflito e davam-lhe uma dimensão mais ampla, ou seja, tiravam os conflitos do isolamento e produziam denúncias sobre arbitrariedades e situavam-nos, conforme Medeiros e Esterci (1994), em relação ao contexto mais geral em que se inseriam, potencializando a presença desse segmento dos trabalhadores rurais, os posseiros, no cenário político nacional.

A problemática da terra não foi só o lócus privilegiado do confronto entre posseiros e proprietários rurais, mas também entre as instituições de mediação e os aparelhos de Estado na condução dos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense. Enquanto os mediadores apoiavam os trabalhadores rurais e defendiam a democratização das terras, sustentada nas pequenas unidades com trabalho familiar, os agentes e organismos de Estado defendiam o modelo de desenvolvimento para a região assentado na grande propriedade privada da terra para a criação de gado bovino. Segundo Bruno (1997), o modelo de desenvolvimento no Brasil “casou numa única figura” o capitalista e a grande propriedade fundiária, e as relações e alianças que são estabelecidas entre o capital e a propriedade capitalista. Ainda segundo essa autora, a força política dos grandes proprietários de terra são processos que expressam também a apologia da grande propriedade no país. As instituições políticas, as leis, os tribunais e o direito consubstanciam esse etos da grande propriedade fundiária. “Hoje”, afirma Bruno (1997), “a propriedade está mais protegida e cercada pelas leis, pela força, pelo capital territorializado e pelo Estado” (p. 11). Para essa autora, “a integração de capitais gerou, ao nível dos dominantes interesses muito mais amplos, e assim os grandes proprietários de terra se sentem mais seguros porque não contam apenas com aliados potenciais, mas com parceiros que têm interesses em comum” (p. 11).

Assim, de um modo geral, a mediação da Igreja católica e do STR, nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense, pode ser aqui entendida, conforme demonstrado ao longo do trabalho, enquanto contribuição e reafirmação de idéias, de valores e de modos de comportamentos e formas de saberes propiciadores da construção de novas posições e identidades dos atores sociais, bem como relações que estabelecem conexões entre grupos sociais. Pode ser entendida ainda como o exercício que tiram grupos de suas dimensões particulares e locais, relacionando-os a outras instâncias e grupos, propiciando, assim, que questões localizadas adquiram amplas dimensões. Através dos grupos de mediação, a luta dos posseiros ganhou dimensão extralocal, política e histórica, possibilitando que estes despontassem na cena pública, com capacidade de se fazer ouvir, demandando acesso a terra. Em consequência, o debate da reforma agrária ganhou visibilidade no espaço público nacional e diversas áreas ocupadas em situações de conflitos foram desapropriadas e milhares de famílias foram assentadas. Áreas que estavam em conflito como as fazendas Colônia Verde Brasileira, Centro da Mata, Ingá, Lontra, Pecos, Flor da Mata, entre outras, foram transformadas em Projetos de Assentamentos (PAs), significando a redefinição do espaço agrário regional. Não deixando de considerar que existem entraves que atrapalham a permanência do trabalhador na terra (BRUNO e MEDEIROS, 2001) e que as políticas de criação de assentamentos pelo governo federal devem ser vistas de maneira crítica, podemos de certa forma afirmar que as ocupações de terras e a transformação de maioria dessas áreas ocupadas em PAs significaram, pelo menos em parte, a redefinição da posse e do uso da terra na região. Entre 1975 e 1998, os trabalhadores rurais efetuaram 265 ocupações de terras: 122 entre 1975 e 1984 (média de 13,55% ocupações por ano), 89 entre 1985 e 1990 (média de 17,8% ocupações por ano) e 54 entre 1991 e 1998 (média de 7,71% ocupações por ano). Quase todas as áreas ocupadas foram transformadas em PAs. Até a data em que este artigo foi escrito, segundo o Incra, a região contava

com 155 PAs criados, beneficiando um total de 26.209 famílias em uma área de 1.202.588,4971 hectares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro).

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*, 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRUNO, Regina Ângela Landin. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

_____. *O ovo da serpente*. Monopólio da terra e violência na Nova República. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BRUNO, Regina Ângela Landin; MEDEIROS, Leonilde Servólo. *Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais*. Brasília: MDA/Incra, 2001.

CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Conflitos no campo*. Goiânia, 1985-1992.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Rio Maria: Canto da Terra*. Petrópolis: Vozes, 1992.

GAIGER, Luiz Inácio German. A participação da Igreja católica nos conflitos sociais pela terra. In: *Agentes religiosos e camponeses sem terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 29-125.

HÉBETTE, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, Fase, Naea, 1991, p. 199-214.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2000*. Acesso em 2 jun. 2007, <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servólo. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servólo; ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de et al. (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp, 1994, p. 11-26.

MEDEIROS, Leonilde Servólo; LEITE, Sergio Pereira. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: DASILVA, Francisco Carlos Teixeira; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 152-176.

NOVAES, Regina Reys. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 177-183.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, Luiz Flavio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 92-165.

PEREIRA, Airton dos Reis. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista*. 2004. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

POLETTTO, Ivo. A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da história da CPT. In: *Secretariado Nacional da CPT. A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

POLETTTO, Ivo; CANUTO, Antônio. *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Loyola, 2002.

ROTHMAN, Franklin Daniel. *Political process and peasant position to large hydroelectric dams: the case of the rio Uruguai Movement in Southern Brazil, 1979 to 1992*. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia), University of Wisconsin-Madison.

_____. A comparative study of dam-resistance campaigns and environmental policy in Brazil. *Journal of Environmental & Development*, v. 10, n. 4, p. 317-334, dez. 2001.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Contested frontiers in Amazonia*. Nova York: Columbia University Press, 1992.

VILANOVA, Mercedes. A história presente e a história oral. Relações, balanço e perspectivas. *Páginas de História*. Belém, Laboratório de História/UFPA, v. 11, n. 2, p. 1-15, 1998.

AIRTON DOS REIS PEREIRA é historiador (UFPA), mestre em extensão rural (UFV) e agente da Comissão Pastoral da Terra em Marabá, <airtonper@yahoo.com.br>.

AGRICULTURA ORGÂNICA, REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL E REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

OS AGRICULTORES ECOLOGISTAS DA ENCOSTA DA SERRA
GERAL EM SANTA CATARINA

TATIANA FERREIRA NOBRE DE LACERDA
PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES

RESUMO *Este artigo apresenta uma análise das estratégias de reprodução social de agricultores familiares vinculados a projetos de desenvolvimento rural alimentados por inovadores discursos sociais, ambientais e políticos. Nesse propósito, duas idéias podem ser assinaladas como chaves. De um lado, destaca-se a criação de novos espaços rurais, caracterizados pela diversificação de atividades e pela intensificação de relações entre diferentes atores, fundadas, notadamente, sobre a preocupação ambiental, cuja expressão pode ser ilustrada pelas idéias de busca de alimentos “saudáveis” ou de valorização da paisagem e do modo de vida rural. De outro lado, examina-se a elaboração de estratégias pelos agricultores familiares voltadas à garantia de reprodução da unidade e do patrimônio familiar, articulando diferentes oportunidades que emergem dessas novas configurações. O trabalho veicula igualmente uma interpretação sobre a noção de pluriatividade com o objetivo de tornar mais nítidos os sentidos que se forjam em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura.*

PALAVRAS-CHAVE *Agricultura familiar; pluriatividade; multifuncionalidade da agricultura; desenvolvimento rural.*

ABSTRACT *This paper presents an analysis of rural householders strategies for social reproduction. Those householders are linked to rural development projects informed by social, environmental and political innovative discourses. Two are the key ideas: on the one hand, the creation of new rural spaces is increasing; they are defined by the diversification of activities and by intensified dialog between different actors sharing similar environmental concerns, for example, the search of “healthy” food or the appreciation of the rural life and landscape. On the other hand, the elaboration of strategies by householders is also examined. They intent guarantee the unit of familiar heritage by the articulation of different opportunities emerging from these new configurations. Finally, the paper seeks to offer an interpretation regarding the notion of pluriactivity – clarifying the meanings and the role of the multifunctionality in agriculture.*

KEY WORDS *Rural households; pluriactivity; multifunctionality of agriculture; strategies of social reproduction; rural development and rural tourism.*

INTRODUÇÃO

No contexto da região Sul, em Santa Catarina, agricultores familiares se engajam em diferentes estratégias de reprodução social associadas ao projeto de produção orgânica coordenado pela Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral (Agrego). Graças à implementação de um projeto de desenvolvimento assentado em diversas parcerias,¹ a associação busca construir estratégias socioeconômicas alternativas para as famílias rurais, baseadas no tripé agroecologia, agroindústria e agroturismo. Esse projeto e esse arranjo social têm contribuído com a formatação de uma representação territorial da Encosta da Serra Geral, fundada na idéia de valorização do saber-fazer dos agricultores e de renovação do papel atribuído à agricultura, particularmente em relação à preservação ambiental, à qualidade alimentar e à manutenção do tecido social.

A opção pela produção orgânica se substancia com a criação da Agrego, em torno da qual são criadas condições favoráveis, como a garantia de mercado (graças a um acordo com uma rede de supermercado e políticas estatais), o acesso à assistência técnica e o apoio à diversificação das atividades. No início da década de 90, importante mencionar, a produção de fumo deixa de ser vista como uma alternativa “compensatória” em razão da queda nos preços do produto, da elevação dos custos de produção, do aumento da auto-exploração familiar (devido às dificuldades crescentes da prática de troca de serviço entre vizinhos e à migração dos jovens) e do aumento dos problemas de saúde causados pelo trabalho exaustivo² e pela aplicação intensa de agrotóxicos. Assim, o fumo perde terreno como única fonte de renda para os agricultores da região, deixando espaços para a construção de alternativas entre as famílias rurais.

1 Para um quadro mais detalhado do espaço intra-institucional e interinstitucional construído pela Agrego, ver Lacerda (2005).

2 A produção do fumo demanda muita mão-de-obra durante todo o seu ciclo, notadamente nas etapas de colheita e secagem, que exigem forte concentração de trabalho.

A partir da criação da Agreco, foi estabelecida uma rede de parcerias com vistas notadamente à captação dos benefícios das políticas e créditos públicos, que tiveram implicações na dinamização das interações produtivas e socioeconômicas e nas estratégias adotadas pelas famílias. Nesse quadro, a produção orgânica se vincula à constituição de uma rede de pequenas agroindústrias familiares, cuja implantação tem como objetivo a agregação de valor aos produtos *in natura*. Igualmente, a Associação Acolhida da Colônia nasce dessas parcerias, incentivando o agroturismo e a valorização do agricultor.

A implantação desse projeto de desenvolvimento gera significativas transformações nas estratégias de reprodução das famílias rurais, seja pelas modificações na organização do sistema produtivo das unidades e gestão das propriedades (práticas orgânicas, processo de industrialização em pequena escala, serviços turísticos), seja pela repercussão de novas atividades e de nova divisão de tarefas sobre a organização familiar. Efetivamente, essas transformações têm implicado novos arranjos em termos da gestão socioambiental das unidades familiares de produção.

O presente trabalho resulta de um estudo mais amplo, um *estudo de caso* que teve, como instrumentos de pesquisa, um estudo bibliográfico, “visitas” de campo e o material obtido graças a entrevistas com responsáveis por algumas famílias pré-selecionadas. Além disso, foi de grande valia os dados obtidos por um questionário elaborado pelo grupo de estudo coordenado pelo professor Renato Maluf, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e aplicado na região em estudo por um grupo coordenado pelo professor Wilson Schmidt, da Universidade Federal de Santa Catarina, durante o ano de 2001. Originalmente, esse questionário foi utilizado nas pesquisas realizadas no âmbito do projeto Estratégias de Desenvolvimento Rural, Multifuncionalidade da Agricultura e a Agricultura Familiar: Identificação e Avaliação de Experiências em Diferentes Regiões Brasileiras, apoiado pelo CNPq. Esse projeto leva em consideração três níveis de análise: as famílias rurais, o território e a sociedade. Elaborado para

responder principalmente aos objetivos do primeiro nível de análise, o questionário em questão tem o foco nas famílias rurais, os outros dois âmbitos foram e estão sendo tratados em etapas posteriores da pesquisa.

Assim foram consideradas quatro dimensões principais das famílias rurais, a saber:

- 1) dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais;
- 2) características técnico-produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola;
- 3) questões de identidade, integração social e legitimidade relativas às famílias rurais;
- 4) relações com o território e com a natureza.

Especificamente, a questão central sobre a qual este trabalho se debruça consiste em entender como as famílias agricultoras têm elaborado sua reprodução no âmbito econômico-produtivo (ocupações e rendas da unidade produtiva) e social (estratégias das unidades domésticas), diante da participação em um projeto de desenvolvimento rural ancorado num desenvolvimento territorial. Trata-se da construção de políticas e projetos comuns entre as localidades, fundados, sobretudo, na diversificação das atividades, na produção agrícola orgânica e na valorização da cultura local e tradicional.

Pode-se considerar que a análise das estratégias de reprodução das famílias rurais se inscreve no quadro das indagações e do debate sobre a persistência das explorações familiares diante do modo de produção capitalista, que se associa cada vez mais às recentes transformações do mercado de trabalho no meio rural, marcado pelo crescimento das atividades não-agrícolas.

O conceito de estratégia adotado permite a construção de um elo entre as famílias rurais, a sociedade (e o território), colocando em evidência as noções de escolha, interação e possibilidades. O conceito suscita ainda (segundo CROW apud SCHNEIDER, 2003) uma discussão sobre o tipo de ação, racional ou não-

racional, empreendidas por aqueles que tomam as decisões. Nesse sentido, as estratégias são elaboradas e concretizadas, na prática, pelas decisões dos atores em função da disposição do ambiente externo, não podendo ser simplesmente consideradas causais nem teleológicas. As estratégias refletem as escolhas e decisões dos indivíduos em relação às famílias e da família em relação aos indivíduos, ou da sociedade sobre as famílias e das famílias sobre a sociedade. Enfim, “[...] a ligação que parece superar a dicotomia sociológica em torno do problema da relação estrutura-agente ou processos micro versus macro” (SCHNEIDER, 2003, p. 108).

Portanto, nossa perspectiva com vistas à compreensão da unidade familiar em suas formas de inserção no território fundou-se na análise da construção das estratégias de reprodução. Construído em meio a um campo de disputas em torno de concepções distintas de desenvolvimento, o território da Encosta da Serra Geral forja-se, em grande medida, das opções de renda e ocupações das famílias rurais. Apesar de a Agreco ser um núcleo de convergência de iniciativas, outros projetos de desenvolvimento estão presentes no território, como aquele voltado ao crescimento das áreas de reflorestamento, aquele adotado por algumas famílias de continuar na cadeia agroindustrial do fumo e aquele de exploração turística sem vinculação à Associação Acolhida na Colônia ou à agricultura.

As estratégias de reprodução adotadas pelas famílias estudadas podem ser definidas por duas características:

- 1) referem-se a um conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas (trata-se, sobretudo, de valor agregado ao produto agrícola);
- 2) contribuem à construção de uma agricultura que vai além da função de produzir alimentos.

A primeira característica nos remete ao debate sobre a pluriatividade e a segunda ao debate sobre a multifuncionalidade da agricultura. Assim, evidencia-se que, no processo de gestão

das unidades produtivas estudadas, a reprodução das famílias é assegurada com a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, vinculadas, nas circunstâncias estudadas, com a construção de uma agricultura multifuncional.

Na próxima seção, apresenta-se uma interpretação das estratégias de reprodução elaboradas pelas famílias vinculadas ao projeto de desenvolvimento em questão. Posteriormente, desenvolvem-se idéias com vistas a alimentar o debate em torno das noções de pluriatividade e multifuncionalidade, ao mesmo tempo em que subsidiam o entendimento da realidade construída e vivida pelos agricultores da Encosta da Serra Geral.

AS ESTRATÉGIAS DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS

Enquanto vinculadas ao projeto de desenvolvimento articulado pela Agreco, as famílias estudadas têm elaborado um conjunto de estratégias que afirmam a identidade do agricultor como produtor de alimentos e garantem uma produção (econômica e social) em torno do patrimônio familiar. Em nossa interpretação, identificamos três conjuntos de estratégias abarcando os âmbitos social, produtivo, econômico e ambiental. Essas estratégias giram em torno de escolhas, em primeiro lugar, do espaço de desenvolvimento ecológico; em segundo lugar, da gestão da unidade e mão-de-obra familiar; e, enfim, da articulação entre atividades agrícolas e não-agrícolas.

As estratégias familiares apresentadas resumidamente a seguir estão inseridas num conjunto mais amplo de estratégias, vinculadas a um projeto social de desenvolvimento do território da Encosta de Serra Geral que aos poucos se define pelos indivíduos, famílias e sociedade. Apesar dos conjuntos de estratégias serem apresentados para fins dessa reflexão de maneira separada, a realidade observada é bem difusa, com articulações e conflitos nos diferentes âmbitos que envolvem a reprodução dos grupos sociais.³

³ Para uma compreensão mais detalhada das estratégias macro, meso e micro elaboradas em torno da Encosta de Serra Geral, ver Lacerda (2005).

Quanto ao espaço de desenvolvimento ecológico, essa escolha se refere notadamente ao pertencimento às associações e à rede de parcerias fundadas em torno da proposta ecológica. Essa filiação e as iniciativas de *produzir organicamente, realizar o beneficiamento do produto em pequenas agroindústrias rurais e oferecer serviços turísticos* constituem ademais uma estratégia territorial na medida em que se ancora na perspectiva de valorização das especificidades do território. Vale destacar que, para além do incentivo à produção orgânica e às atividades não-agrícolas, a associação em questão busca forjar uma representação do território – consolidada pela coerência entre as diversas intervenções locais (PAULILO e SCHMIDT, 2003) – como uma referência de identidade. Essa orientação é estimulada, notadamente, pelas ações e princípios da Associação Acolhida da Colônia, cujos objetivos destacam a idéia de valorização (social e produtiva) do agricultor.

Com vistas à formação dessa rede de parcerias, houve a ampliação do espaço da Agreco através da criação de um espaço *intra-institucional*, formado pela Cooperativa de Profissionais e Crédito, Centro de Formação da Encosta da Serra Geral, Fórum de Desenvolvimento (substituído gradativamente pela ADS – Associação de Desenvolvimento Sustentável) e Associação Acolhida na Colônia.

Cada uma dessas instituições busca consolidar espaços que garantam o processo de desenvolvimento rural e as estratégias de reprodução implementadas pela Agreco e pelas famílias rurais. A cooperativa de crédito propõe facilitar o acesso do agricultor às linhas de crédito oferecidas pelo poder público, além de atuar como intermediária na captação de recursos, visando ao desenvolvimento local. A Cooperativa de Profissionais visa suprir os projetos da Agreco e dos agricultores em orientação técnica relativa tanto às questões de produção, quanto àquelas mais amplas sobre o projeto de desenvolvimento. O Centro de Formação tem por objetivo a capacitação tanto dos técnicos envolvidos, quanto das famílias, promovendo, sobretudo, cursos relativos ao tripé agroecologia, agroturismo e associativismo. O Fórum

4 O Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede (Piamer), constituído nos moldes do Pronaf Agroindústria, objetivava alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário na região, pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e renda. Previa a implementação de 53 agroindústrias de pequeno porte, envolvendo 211 famílias de agricultores (LACERDA, 2005).

5 Nesse projeto, o governo estadual garante o fornecimento de alimento orgânico para merenda escolar das escolas estaduais e municipais. Constitui hoje o mais importante mercado da Agreco, atingindo 50% da venda total e estabelecendo uma importante parceria entre a associação e o Estado, com a construção de um mercado institucional.

6 O programa permite estabelecer parceria com o governo federal e estadual, fundado num acordo de cooperação técnica entre o CNPq e a Funcitec (Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina). Graças ao acordo, profissionais de diversas áreas engajaram-se no projeto por dois anos: quatro técnicos com atuação exclusiva (dois engenheiros agrônomos, um engenheiro de alimentos e uma engenheira química) e três técnicos esporádicos (um engenheiro civil, um engenheiro sanitário e um técnico de *marketing*). Esse projeto esteve vinculado à Agreco até 2001.

de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral, além de promover a identidade territorial articulando os projetos de desenvolvimento rural às especificidades dos municípios, favorece a captação de recursos. Essa instância funcionou bem durante dois anos, mas, muito marcada pelas administrações municipais e com pouca participação de organizações da sociedade civil, conheceu sucessivos impasses, que se agravavam com a aproximação de processos eleitorais. Criada em 2004, a Associação de Desenvolvimento Sustentável – ADS –, que substituiu o Fórum, articula as diversas organizações não-governamentais da região e mobiliza atores e competências externos ao território.

Por fim, a Associação Acolhida na Colônia implantou um projeto de agroturismo caracterizado por um conjunto de atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras. Desse modo, visando possibilitar a permanência dos membros dessas últimas em suas atividades, a associação se orienta pelos seguintes princípios: a hospedagem deve complementar – e não substituir – a atividade agrícola desenvolvida na propriedade; ela deve-se dar em habitações já existentes na propriedade, com adaptações para tal; deve haver a disposição dos agricultores para trocar experiências de vida, valorizar suas atividades agrícolas, garantir a qualidade de seus produtos e serviços, preservar o meio ambiente e oferecer preços acessíveis. Nesse sentido, o projeto de agroturismo busca criar atividades e rendas alternativas às famílias, tendo em vista a valorização do agricultor e do modo de vida tradicional, além de promover a conscientização da questão ambiental e a ampliação da interação social entre as pessoas locais e os “de fora”.

Além desses espaços, as famílias rurais, ao elaborar suas estratégias de reprodução, passam a conviver num espaço intra-institucional constituído por diferentes projetos e programas, com destaque, entre outros, ao projeto Piamer⁴ (Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede), à Merenda Escolar,⁵ ao Programa Desenvolver⁶ (Programa de Desenvolvimento da

Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção) e ao Programa de Certificação em Grupo⁷ (Ecoccert).

Assim, as famílias associadas à Agreco têm em comum a opção de transitarem em um novo espaço, que se difere muito dos âmbitos familiar e comunitário aos quais os indivíduos tradicionalmente pertenciam e pertencem. A esse novo espaço é atribuído um sentido que se materializa tanto na implantação de novas instalações como em novas relações, assentadas, notoriamente, em novas representações e concepções. Além do espaço físico da Agreco propriamente dito, as unidades familiares passam a construir novos espaços e relações em torno das agroindústrias de pequena escala, concebidas, na maioria das vezes, como uma extensão da unidade produtiva e envolvendo grupos de famílias. A organização de grupos em torno das agroindústrias é estimulada pela Agreco por um fator de ordem estrutural, relacionado à funcionalidade e ao menor custo no acompanhamento e orientação técnica das famílias. Também é resultado de exigências para a implantação do projeto Piamer, cujo financiamento foi assumido coletivamente, dado o alto investimento necessário diante das exigências sanitárias, técnicas e de escala mínima de produção. E um número reduzido de família ainda estabelece o espaço organizado em torno da proposta de agroturismo difundida pela Associação Acolhida na Colônia. Em todos esses espaços, germina um novo quadro de valores e entendimentos relacionados às técnicas produtivas e às questões ambientais, sociais e políticas.

Com atuação relevante, a associação de produtores ecológicos e a presença regular de turistas atraídos pelo agroturismo⁸ têm possibilitado a criação de uma consciência ecológica expressa na ampliação do número de agricultores que desenvolvem a agricultura orgânica ou, ao menos, procuram reduzir a contaminação de agrotóxicos em suas produções.⁹ Essa tendência é reforçada, sobretudo, por experiências negativas anteriormente vividas, tais como morte ou doença de familiares ou de vizinhos

7 Na certificação em grupo, a própria entidade representativa dos agricultores é certificada por um sistema de controle interno, através do acompanhamento das propriedades e agroindústrias, da documentação e pela inspeção obrigatória pelo menos uma vez ao ano de cada unidade. Cabe à certificadora realizar a inspeção direta de um determinado número de unidades selecionadas por amostragem e sorteio.

8 Agroturismo entendido como um turismo voltado especialmente a valorizar as atividades e produções agrícolas. Essa noção se opõe àquela de um turismo rural ou ecológico centrado, sobretudo, na idéia de uma natureza intocada (DIEGUES, 1996). A noção de agroturismo também se contrapõe àquelas vinculadas ao turismo de aventura que recentemente vem sendo implantado na localidade através do *rafting*.

9 Notável entre as famílias a percepção segundo a qual a agricultura que elas praticam ajuda a cuidar da natureza: “porque não usa veneno ou agrotóxico”, “pratica agroecologia”, “não faz queimadas e não usa químico”, “não usa agrotóxico e não desmata”, “não devasta o ambiente”, “preserva a água”, “faz plantio de cobertura”, entre outros.

causadas pela insalubridade da produção de fumo.

Conseqüentemente, as noções de paisagem e de natureza nesse novo espaço não se opõem à atividade agrícola, cujos efeitos maléficos são imputados de forma concentrada sobre a produção de fumo e a queima de madeira. Nesse sentido, identifica-se um conflito opondo, sobretudo, as unidades familiares integradas à cadeia do fumo e as unidades inseridas no projeto Agreco, uma vez que os agricultores estudados defendem uma agricultura que cumpra a função produtiva associada à preservação do meio ambiente, da qualidade dos alimentos e da cultura local. De outra forma, apesar de o conflito entre terra de trabalho e terra de proteção estar ausente no espaço constituído em torno do projeto Agreco e da Associação Acolhida da Colônia, pode-se constituir a partir dos outros serviços recentemente oferecidos (sobretudo, no município de Santa Rosa) ligados ao *rafting* e às águas termais, pois, nesses casos, a natureza é vista de forma dissociada da atividade agrícola.

No plano do trabalho familiar, a reflexão sobre estratégias leva à discussão sobre as concepções em torno da agricultura familiar. É pertinente para este trabalho concebê-la como unidade social que se reproduz em regime de economia familiar, no qual os membros compartilham um mesmo espaço, possuem um pedaço de terra e mantêm vínculos de parentesco ou consangüinidade (MALUF, 2003). Trata-se de uma concepção segundo a qual constitui ao mesmo tempo uma unidade doméstica e de produção, cujo objetivo último consiste na reprodução (social e econômica) do grupo graças à elaboração de estratégias individuais e coletivas. No seio das famílias rurais, articulam-se diferentes fatores, a fim de garantir a reprodução do grupo familiar enquanto agricultores familiares.

A afirmação e reprodução da unidade familiar estão no primeiro plano das diferentes estratégias elaboradas pelos agricultores. Apesar dos membros das famílias exercerem variadas atividades e apesar das unidades familiares da região serem predominantemente pequenas (compostas por pai, mãe e

dois filhos), a mão-de-obra permanece centrada na rede familiar. Quando muito, essas unidades se beneficiam da troca de dias entre parentes ou associados. Ademais, a rede familiar permanece efetivamente sendo a principal estratégia de obtenção de terra.

Como observado, tanto no espaço das agroindústrias como nas unidades que oferecem serviços turísticos, a mão-de-obra permanece familiar apesar da introdução de novas atribuições e, por vezes, dos conflitos advindos na desestruturação hierárquica familiar anteriormente constituída.

A organização das atividades varia entre as agroindústrias, podendo ser executadas por um ou dois membros de cada família associada ou por apenas uma parte das famílias reunidas, que assim beneficiam a produção dos sócios. No caso da agroindústria familiar, as atividades podem ser executadas de forma indiferenciada pelos membros. Não há uma divisão do padrão do trabalho de beneficiamento, no entanto é notória uma questão de gênero: as mulheres estão muito mais presentes (como se verificará adiante) e, geralmente, ocupam as funções de limpeza e organização do ambiente. Também, nota-se uma questão relativa no nível de escolaridade e de gerações: geralmente, os mais jovens se ocupam das funções de pesagem, registro de planilha e contabilidade. Especificamente quanto ao trabalho em cooperação, convém salientar a divisão de tarefas e de responsabilidade, a realização de atividades conjuntas e o reconhecimento do papel feminino.

As atividades vinculadas ao agroturismo vêm-se demonstrando viável a um número reduzido de famílias. Os motivos e as dificuldades são em parte de natureza social e cultural – amplitude das mudanças solicitadas, enquanto reorganização da propriedade e do modo de vida, com impacto no ritmo de vida familiar e comunitário e com o comprometimento dos dias de descanso (domingos e feriados); novos relacionamentos e novas posturas quanto aos hábitos alimentares e higiênicos, à forma de se vestir e à hospitalidade (o que implica superar a barreira da timidez) – e em parte de natureza econômica – falta

de infra-estrutura adequada quanto a equipamentos, instalações e comunicação; falta de recursos financeiros; aumento da jornada de trabalho da unidade familiar, uma vez que os mesmos se somam às atividades já realizadas, e fluxo limitado e sazonal de visitantes em razão de deficiência na infra-estrutura municipal voltada ao lazer e ao entretenimento, agravada pela pouca manutenção das estradas.

Contudo, nas unidades familiares que aderiram à criação desse novo espaço, observa-se a ampliação da oportunidade de trabalho e mudanças no seio da família quanto ao papel da mulher e filhos no gerenciamento e administração do empreendimento; o aumento da receita da família graças tanto à remuneração do serviço prestado, como à agregação de valor aos produtos da agricultura familiar consumidos nas refeições elaboradas para os visitantes (trata-se de uma sorte de “expansão do autoconsumo” da unidade familiar, reduzindo os custos operacionais); ganhos em termos de convívio, de aprendizado e de relacionamento pessoal e familiar; um reconhecimento do papel e do ofício do agricultor através da convivência com o outro num campo de relação campo–cidade; uma valorização da natureza enquanto paisagem graças à redescoberta da pujança da mata nativa, dos recursos hídricos, das formas de relevo ou à desaprovação do desmatamento e do reflorestamento com espécies exóticas.

Do mesmo modo, a família tem um peso considerável, quando, de um lado, uma proporção bastante expressiva de filhos e filhas se estabelece na propriedade familiar, e quando, de outro lado, os pais manifestam o desejo de que os filhos permaneçam agricultores, residindo no meio rural e preservando o patrimônio. Dessa maneira, apesar da diversificação de atividades e fontes de renda, essas unidades de produção permanecem atreladas à rede familiar, que lhes assegura acesso à terra, força de trabalho, além de fundamentar as expectativas e projetos futuros.

Quanto ao terceiro conjunto de estratégias, os membros das famílias de agricultores afiliados à associação têm, em grande parte dos casos, como ocupação principal a atividade agrícola.

Mesmo o universo de atividades não-agrícolas inseridos pelo projeto de desenvolvimento e parcerias vinculadas – agroindústria familiar, agroturismo, comercialização direta – é formado por ocupações que se originam na agropecuária ou, ainda, por ocupações relacionadas à manutenção direta da unidade familiar, como os serviços domésticos. De certa forma, essas unidades familiares poderiam ser consideradas pluriativas, na medida em que combinam mais de uma atividade e possuem mais de uma fonte de renda. Contudo, é importante frisar que as atividades não-agrícolas realizadas pelas famílias são desempenhadas dentro do estabelecimento rural e, por essa razão, poderiam ser denominadas de “para-agrícola”, idéia que será discutida mais tarde.

Em nosso estudo, essa distinção permite afirmar que as atividades não-agrícolas efetuadas pelos agricultores não se referem nem ao emprego refúgio – constatado por Graziano (2001) na região Sudeste (até porque os centros urbanos estão distantes e são de difícil acesso para as comunidades catarinenses consideradas) – nem às atividades industriais evidenciadas por Schneider (2003) e Sacco dos Anjos (1995) no Sul do país. Mesmo considerando que parte das atividades das famílias rurais em estudo se encontre ligada ao processo de beneficiamento dos produtos, esse fenômeno não pode ser comparado ao processo de consolidação de um dinâmico mercado de trabalho industrial a que fazem referência os autores citados.

De outra parte, pode-se ressaltar que as outras atividades efetuadas pelas famílias estudadas vinculadas à Agreco resultam da busca pela ampliação e valorização das noções de família, território rural e agricultura, paralelamente à promoção de outras atividades além das produtivas tradicionais (cultivos e criação de animais), como o turismo, a pequena agroindústria, comercialização via associação, bem como o transporte e a venda direta das mercadorias. Assim, práticas benéficas ao meio ambiente são favorecidas ao mesmo tempo em que se prioriza a agricultura como forma de uso do solo. Por essa razão, não se

constitui aqui uma oposição entre o *espaço consumido* e o *espaço produtivo* (ABRAMOVAY, 2003), como percebido em alguns países europeus onde o rural e o sentido de ruralidade são relacionados cada vez menos com um espaço fundamentalmente produtivo.

No âmbito das estratégias econômicas, a produção agropecuária é considerada, nas entrevistas realizadas, como a principal fonte de renda no seio das unidades familiares. Apesar de beneficiarem seus produtos e de colocá-los no mercado de forma transformada, para a maioria das famílias, a principal atividade remunerada e a garantia da reprodução social permanece sendo atribuída à atividade agrícola propriamente dita. Tal representação permite constatar a importância conferida a essa atividade, associada à afirmação e ao desejo de reprodução da identidade do agricultor enquanto produtor de alimentos.

A produção alimentar destinada ao consumo familiar foi considerada como fonte indireta de renda. Com efeito, se ela não existisse e caso fosse estimado o valor desses produtos no mercado, as despesas das famílias teriam um tamanho que talvez ameaçasse sua reprodução enquanto agricultoras. A produção para o autoconsumo envolve todos os membros da unidade familiar e integra tanto parte dos produtos que são comercializados, como alguns que são voltados especificamente para o consumo doméstico. Apesar de sua importância para a manutenção da família, essa atividade não é considerada prioritária por não ser reconhecida como produção agrícola e por não estar voltada para o mercado. Com isso, o trabalho investido também não é reconhecido como tal, mas sim como uma atividade integrada às demais que são desempenhadas no cotidiano da esfera doméstica, associada à família e realizada durante o “tempo livre”.

Contudo, algumas unidades familiares, principalmente aquelas voltadas à produção do melado e açúcar mascavo, estão cada vez mais se orientando para a produção exclusiva de um produto (no caso a cana), abrindo mão, muitas vezes, do cultivo de outras lavouras, destinadas ou não ao consumo da unidade. Essa tendência se deve, sobretudo, à reduzida força de trabalho

disponível nas unidades e à ausência de tecnologias apropriadas ao cultivo orgânico.

As famílias estudadas, nesse sentido, optaram pela diversificação de atividades em detrimento de uma diversificação da produção. Tal opção implica duas conseqüências diretas para as unidades familiares:

- 1) um aumento de compras no mercado local (mais especificamente, nos casos estudados, esse abastecimento se realiza graças a um caminhão pertencente a um estabelecimento comercial instalado no município que leva os produtos até as propriedades) ou de alimentos obtidos a partir de troca com os vizinhos (irregular, em função da sazonalidade);
- 2) uma dependência em relação à comercialização de um produto-chave no mercado. Em algumas circunstâncias, esta última pode significar uma grande instabilidade nas estratégias de reprodução, mas, no caso específico, é revertida pela segurança fornecida pelo beneficiamento do produto (tornando-o menos perecível) e pela existência da Agreco, o que de certa forma assegura uma estabilidade de mercado.¹⁰

Assim, verificamos que a diversificação de combinações de atividades não corresponde automaticamente à diversificação na produção. Esse fenômeno se explica em parte pela necessidade de atender a demanda em matéria-prima das agroindústrias e, em parte, pela estrutura familiar e pela estrutura tecnológica. Contudo, para os membros das famílias, a diversificação de atividades – acompanhada de uma maior importância atribuída à transformação agroindustrial ou à prestação de serviços – não acarreta a perda da identidade do agricultor (com a emergência de uma eventual nova categoria profissional), mas, pelo contrário, a afirma. Durante a permanência no campo, foi claramente percebido que essas outras atividades são inseridas no campo da profissão do agricultor, possibilitando um aumento da auto-estima, graças à construção de estratégias de reprodução na produção agrícola, além de favorecer a permanência no

10 A associação tem comercializado apenas produtos certificados pela Eccocert, cujo destino principal é o mercado institucional. Parte menos substancial é vendida em mercados convenientes. Ainda, outra pequena parte é vendida diretamente ao consumidor, em feiras, cestas e lojas especializadas.

estabelecimento dos membros familiares em razão da criação de novas ocupações no meio rural.

De qualquer forma, em outras unidades familiares – sobretudo, aquelas vinculadas à produção de conservas ou aquelas voltadas à merenda escolar – a produção agrícola é bem diversificada, o que exige uma relativização dessas análises, que se referem principalmente às unidades vinculadas ao beneficiamento de cana-de-açúcar. Cabe ainda ressaltar que unidades com uma maior diversificação da produção possuem uma maior flexibilidade (os produtos podem ser consumidos, vendidos *in natura* ou beneficiados) e também encontram uma maior capacidade de articular suas atividades agroindustriais a outras unidades familiares, adquirindo produtos destas últimas.

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA, PLURIATIVIDADE E ATIVIDADES PARA-AGRÍCOLAS

O debate brasileiro sobre a noção da multifuncionalidade da agricultura provoca, na maioria das vezes, a emergência da idéia de pluriatividade. Trata-se de indagações sobre similaridades entre as noções que distorcem, em boa medida, a reflexão sobre o tema. Com efeito, as fronteiras entre essas noções são pouco claras. Nesta seção, propõe-se uma interpretação visando contribuir com uma distinção mais precisa entre os dois termos. Assim, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são duas idéias que configuram diferentes perspectivas tanto de intervenção em termos de políticas públicas, quanto de análise interpretativa, implicando abordagem a partir de ângulos distintos sobre a agricultura e o mundo rural. Para desenvolver tal raciocínio, convoca-se um terceiro termo, aquele referente às atividades para-agrícolas, o que favorece a distinção entre os conteúdos das duas noções.

Partindo das elaborações no campo das ciências sociais relativas à pluriatividade, percebe-se que os autores engajados nessa reflexão destacam as estratégias de reprodução dos

agricultores familiares no contexto da modernização da agricultura brasileira (SCHNEIDER, 2002). Essas estratégias se desenvolvem a fim de ajustar as unidades familiares de produção agrícola às circunstâncias socioeconômicas que lhes são totalmente desfavoráveis. A pluriatividade não constitui em si uma ruptura com as lógicas produtivistas, lógicas que favorecem a concentração fundiária, a degradação ambiental e a exclusão social. Trata-se antes de uma acomodação desconfortável num terreno hostil.

A elaboração do quadro de referências em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura molda-se paralelamente ao debate sobre o desenvolvimento sustentável (RÉMY, 2005). De diferentes pontos de vista, a construção dessa noção visa instituir instrumentos de política pública que possam transformar as lógicas dominantes de produção e de consumo do sistema agroalimentar. Nessa perspectiva, procura-se considerar, num primeiro plano, os aspectos sociais e ambientais da atividade agrícola.

Assim, as idéias em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura convergem para uma reorientação da política agrícola. Trata-se de apoios aos agricultores a fim de que desempenhem papéis em favor da preservação do meio ambiente, da coesão social, do equilíbrio territorial, da qualidade dos alimentos, entre outros. Obviamente, a aplicação de políticas desse tipo exige uma profunda revisão dos valores relativos ao consumo e à produção, o que implica a superação do pressuposto segundo o qual produzir mais significa necessariamente produzir melhor.

No campo da análise de processos sociais em meio rural, a noção de multifuncionalidade pode favorecer um foco de análise sobre a implementação de dispositivos institucionais dirigidos à promoção de funções ambientais e sociais da agricultura e do meio rural. Efetivamente, trata-se de examinar os instrumentos de política pública destinados ao desenvolvimento rural, forjados num campo de disputa em torno de projetos para a agricultura.

Na medida em que as idéias em torno da multifuncionalidade

favorecem uma revalorização da agricultura como suporte de dimensões sociais e ambientais dos territórios rurais, convém conceber, com as devidas precauções, que a noção se refere, sobretudo, à atividade agrícola em tempo integral. As atividades agrícolas devem ser, nessa ótica, vistas de maneira mais vasta, o que é possível com a introdução nesta formulação da idéia de “atividade para-agrícola”. Trata-se da multiplicação de atividades internas, ou estreitamente associada, à unidade de produção.

No Brasil, alguns estudos, muito recentemente, se têm referido às atividades não-agrícolas realizadas dentro do estabelecimento rural como “para-agrícola”, tal como sugerido pelo programa de pesquisa do Arkleton Trust.¹¹ Contudo, essa idéia não é empregada com vistas a limitar a noção de pluriatividade, mas numa ótica de ampliar o sentido que anteriormente lhe era atribuído (empregos múltiplos ou atividade agrícola em tempo parcial).

De nosso ponto de vista, convém tornar esse campo de análise mais límpido, excluindo as atividades para-agrícolas daquelas consideradas como pluriativas. De tal modo, atividades em agroindústria, em turismo rural ou em preservação ambiental, desde que sejam associadas à unidade familiar de produção, podem ser interpretadas de maneira mais apropriada, caso identificadas como para-agrícolas. Nessa perspectiva, a pluriatividade se limita à atividade agrícola em tempo parcial associada, sobretudo, ao assalariamento em circunstâncias nas quais existam dinâmicos mercados de trabalho industrial ou de serviços. A propósito, em seus estudos sobre os agricultores franceses, Bernard Roux e Estelle Fournel (2003) não fazem referência à pluriatividade para os casos em que os agricultores exerçam suas (diversas) atividades em tempo integral em suas unidades. Aliás, os autores consideram que, nessas circunstâncias, a diversificação de atividades se inscreve claramente no âmbito da multifuncionalidade da agricultura.

11 Esse programa de pesquisa constitui um marco no estudo da pluriatividade, cobrindo 24 regiões da Europa, com *surveys* em 1987 e 1991 em uma amostra estratificada de 300 estabelecimentos e painéis com 70 estabelecimentos nos anos intermediários.

CONCLUSÃO

Como visto, os agricultores estudados optaram pela inserção num projeto de desenvolvimento orientado para a produção orgânica e para o beneficiamento em agroindústrias familiares. A análise empírica nos permite conceber um processo de implantação, no território em questão, de um projeto de desenvolvimento rural, alicerçado na idéia de garantir a reprodução econômica e, ao mesmo tempo, familiar, mantendo determinados significados culturais em torno da atividade agrícola. Trata-se do processo de consolidação de um projeto de desenvolvimento que articule diversos âmbitos: social, econômico, político e ambiental.

Com isso, apesar das dificuldades e dos conflitos identificados, as famílias reconhecem que passaram a se interessar e a se sentir responsáveis por produzirem, consumirem e ofertarem alimentos mais saudáveis, tornando-se aliadas da idéia de respeito ao meio ambiente. Nesse sentido, ao lado de uma racionalidade econômica (instrumental que orienta o processo produtivo), emergem outros valores subjetivos numa dimensão simbólica, construídos a partir da prática orgânica e da ampliação do convívio social. Com efeito, tal fenômeno gera um processo de valorização pessoal graças ao resgate da estima de ser agricultor e produtor de alimentos.

De fato, a afirmação da agricultura tem sido fundamental na construção das estratégias de reprodução social das famílias estudadas, na medida em que a agricultura responde pela geração de ocupações, pela segurança alimentar dos membros familiares e pela dinâmica do território. De outro modo, a coesão social, a vitalidade econômica e a preservação ambiental são funções atribuídas à agricultura que são promovidas pelas unidades familiares. A vinculação a uma associação de agricultores ecológicos constitui uma peça fundamental de tal arranjo.

Nesse sentido, as estratégias construídas pelas famílias em torno da Agreco e do projeto de desenvolvimento sustentável definem uma agricultura específica, *multifuncional*. A propósito, Paulilo e Schmidt (2003) destacam dois componentes da

multifuncionalidade na agricultura praticada pelos agricultores vinculados à Agreco: a econômica/social (componente expresso na agregação de valor e na geração de empregos pela agricultura orgânica, mais intensiva em mão-de-obra) e a ambiental/territorial (componente promovido pelo estabelecimento de redes e arranjos produtivos na consolidação do território e pelo impacto positivo sobre o conjunto de aspectos ambientais).

Esse processo ocorre graças à atribuição de valor a outras funções da agricultura além da produção primária, considerando profundamente as formas de inserção das unidades domésticas no território, com ênfase nas práticas não imediatamente produtivas. Dessa forma, concebe-se a agricultura em duas dimensões: a produtiva, que fornece alimentos de origem vegetal, animal ou transformados aos mercados ou ao autoconsumo, e a dimensão além da produção, que abarcam atividades recentemente valorizadas e inseridas no espaço rural, como aquelas relativas à preservação dos recursos naturais, conservação das paisagens, qualidade dos alimentos, dinamização e reprodução da agricultura familiar graças à criação de ocupações e à dinamização do território. Esse modelo multifuncional de agricultura constitui, então, uma ruptura com as lógicas produtivistas, reconciliando produção com papéis ambientais e sociais da agricultura (MORUZZI MARQUES, 2002).

Enfim, as estratégias destacadas acima, por um lado, consolidam uma agricultura que favorece a preservação dos recursos naturais (como a qualidade do solo e da água); a preservação da paisagem enquanto natureza e ruralidade; a reprodução socioeconômica das famílias (geração de empregos graças à diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas, além da dinamização local dos setores comercial, industrial e serviço) e a segurança alimentar (qualitativa e quantitativa). Por outro lado, elas se inscrevem no quadro do desenvolvimento de certa pluriatividade, que poderia, como visto anteriormente, ser mais bem definida no campo das atividades para-agrícolas, caracterizadas pela ampliação das ocupações na unidade

produtiva que permanecem diretamente vinculadas à atividade agrícola.

Em suma, essa conjugação de estratégias permite que as unidades familiares se reproduzam enquanto produtoras de alimento, reafirmando a identidade do agricultor. Porém, tornam-se também produtoras de bens imateriais (como meio ambiente, território, qualidade alimentar). Assim, o desencadeamento desse processo de construção de uma agricultura que vai além da produção favorece e reforça a elaboração de estratégias voltadas à criação de ocupações dentro das unidades de produção e à adoção de métodos produtivos que relevam as questões ambientais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, Série Estudos Rurais.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Nead, Mauad, 2003.

DIEGUES, A. C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: BRUHNS, Heloisa; SERRANO, Célia Toledo (Orgs.). *Viagens à natureza*. Turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1996.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, CNPq/UnB, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Textos para Discussão*, Brasília, Nead, CNDRS, n. 2, 2001.

LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre. *A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do território da Encosta da Serra Geral*. 2005. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MALUF, Renato S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John (Orgs.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq, Paralelo 15, 2002.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. *Agriculture familiale et participation au Brésil: les conseils municipaux de développement rural du Pronaf (acteurs, intérêts et pouvoir)*. 2002. Tese (Doutorado) – Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, la Sorbonne Nouvelle Paris III.

MULLER, Joviana Maria. *Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis.

PAULILO, Maria Ignes Silveira; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003.

RÉMY, Jacques. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, CPDA, v. 12, fasc. 1, 2005.

ROUX, Bernard; FOURNEL, Estelle. Multifuncionalidade e emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo das zonas montanhosas de Languedoc Roussillon. In: *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Nead, Mauad, 2003.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 1995.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n. 16, p. 164-184, 2002.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

TATIANA FERREIRA NOBRE DE LACERDA é mestre em desenvolvimento rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES é professor doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

A DIFICULDADE EM GERAR CAPITAL SOCIAL

A QUESTÃO DA FALTA DE CONFIANÇA NUMA ALDEIA PORTUGUESA

RENATO MIGUEL DO CARMO

RESUMO *Albernoa é o nome de uma aldeia alentejana situada na região do Baixo-Alentejo (Sul de Portugal). Esta se encontra num processo acentuado de despovoamento e de envelhecimento (ao longo das últimas quatro décadas). Essas tendências acompanham o decréscimo ocorrido na actividade agrícola. Ao mesmo tempo identificámos alguns indicadores de dinamismo relacionados com o aumento da mobilidade espacial e do acesso a novos modos de vida urbanos. Contudo, esses novos fenómenos não são suficientemente fortes para poder inverter as tendências regressivas. Internamente a população demonstra uma grande incapacidade em se organizar em torno de projectos mobilizadores que poderiam gerar formas de capital social. Existe um cenário geral de falta de confiança entre os aldeãos.*

PALAVRAS-CHAVE *Rural; capital social; desenvolvimento local; Alentejo.*

ABSTRACT *Albernoa is a Portuguese village situated in the region of Alentejo (South of Portugal). This village has suffered a progressive ageing, and continuous depopulation. These tendencies occurred simultaneously with the reducing of several agricultural occupations and activities. At the same time we identify some dynamic indicators connected with the increasing of spatial mobility and the adoption of urban habits. However these modern social factors are not strong enough to invert the tendency towards a progressive demographic depression. Internally the population of Albernoa shows a deep difficulty in reinforcing community ties which would allow collective projects – potentially leading to the formation of social capital. The villagers are highly divided in terms of collective trust.*

KEY WORDS *Rural; social capital; local development; Alentejo.*

INTRODUÇÃO

Na segunda metade da década de 70, o sociólogo português Afonso de Barros (1986) caracterizou o sistema latifundiário dominante na região do Alentejo¹ por intermédio de um estudo monográfico realizado em Albernoa.² Tal como a maior parte das aldeias alentejanas, de cariz mediterrâneo, naquela época a população de Albernoa trabalhava maioritariamente como assalariada nas herdades envolventes. A ligação a espaços mais urbanos era relativamente residual.

Ao longo dos últimos 30 anos, ocorreram profundas mudanças estruturais nos meios rurais que afectaram decisivamente essa imagem clássica. De facto, em 2003 revisitámos Albernoa³ e verificámos que a aldeia sofreu consideráveis alterações na estrutura social e nos modos de vida. A população diminuiu, envelheceu e a aldeia tornou-se mais dependente da cidade de Beja. Simultaneamente, Albernoa assistiu a uma efectiva regressão funcional, perdendo um conjunto de serviços.

Tendo em conta esses aspectos, é importante averiguar qual a capacidade associativa da aldeia e se esta é suficientemente consistente para promover formas diversificadas de capital social que contribuam para a mobilização da comunidade em torno de certas iniciativas locais. O objectivo deste texto é saber se uma aldeia que está a perder população e muitas das suas funções tradicionais tem condições sociais e económicas para empreender num tipo de dinâmica associativa que se reflecta no empenhamento da comunidade em tentar inverter a actual tendência regressiva.

Nesse sentido, iremos, num primeiro momento, enquadrar as componentes teóricas do conceito de capital social, seguidamente sintetizaremos quais os factores estruturais mais preponderantes que provocaram a mudança social na aldeia, e, na última parte, abordaremos a vida aldeã, tendo por base a análise de duas iniciativas locais de carácter associativo.

1 Região latifundiária localizada a Sul de Portugal.

2 Aldeia localizada no Baixo Alentejo a 20 km da cidade de Beja (capital de distrito).

3 Os dados apresentados sobre Albernoa resultam da aplicação de um inquérito a mais de metade dos agregados familiares e de entrevistas aprofundadas realizadas a 13 indivíduos.

CAPITAL SOCIAL

Dois sociólogos estão na origem do conceito de capital social, Pierre Bourdieu (1980) e James Coleman (1990). Embora as suas concepções sejam relativamente distintas, ambos conceberam o capital social como um recurso importante para indivíduos ou grupos relativamente circunscritos, decorrente do nível de interconectividade das relações e redes sociais. Bourdieu (1980) refere especificamente a posse de uma *rede durável de relações de interconhecimento e inter-reconhecimento*. Nesse sentido, o capital social tem por base a persistência temporal das redes que se alimentam por intermédio de relações de reciprocidade assentes na comunhão de determinadas normas e valores. Isto é, os indivíduos interagem segundo a expectativa de que em alguma altura poderão tomar partido (pessoal, social, económico etc.) da sua pertença a essa rede.

Ambos os autores consideram que uma das condições fundamentais do capital social advém da densidade das relações desenvolvidas no seio de um grupo particular. Ou seja, em certa medida o fechamento (*closure*) das relações em torno do grupo geraria as interconexões necessárias para a apropriação de determinada benesse (seja ela a concretização dum projecto, a obtenção de um serviço ou bem, o acesso a certos privilégios etc.).

O capital social pode ser entendido como um valor que resulta das relações de reciprocidade interpessoal, determinadas pelas redes sociais, para a concretização de objectivos mútuos em favor de um conjunto de indivíduos ou de uma comunidade (SHULLER et al., 2000). Como referem Robert Putnam (2000) e Lin Nan (2001), a ideia central da teoria do capital social é que as redes sociais têm valor, na medida em que propiciam contactos que podem afectar o aumento da produtividade e do bem-estar dos indivíduos e dos grupos.

As ligações (ou laços) sociais que se estabelecem entre os indivíduos podem ser caracterizadas em função da sua intensidade.

Mark Granovetter (1973) foi um dos primeiros autores a distinguir os laços fortes dos laços fracos. Os primeiros remetem para círculos sociais nos quais se estabelece um conjunto de relações próximas em termos sociais e de intimidade (como, por exemplo, o grupo de amigos, os vizinhos, os colegas de trabalho, a família etc.). Os segundos são laços mais ténues e esporádicos desenvolvidos com pessoas conhecidas, mas em relação às quais não se empreendem relações de proximidade.⁴

4 Em muitos casos as ligações fracas resultam do facto de os dois conhecidos desenvolverem um laço forte com uma mesma pessoa, aquilo que Granovetter (1973) designa de *local bridge*.

Numa análise sobre mobilidade social, esse autor chamou a atenção para a importância dos laços fracos na obtenção de um emprego, salientando que estes são um capital importante de ascensão social, contribuindo decisivamente para o alcance de determinados objectivos. Nesse sentido, os laços fracos tendem a ser mais heterogéneos que os laços fortes.

Para além das redes sociais, um outro aspecto determinante para o capital social é a *confiança*. A capacidade de gerar conectividade tendo como intuito o alcance de objectivos ou de realizações mútuas tem por base, necessariamente, uma relação de confiança. Segundo Anthony Giddens, a confiança pode ser definida como “[...] segurança na credibilidade de uma pessoa ou na fiabilidade de um sistema, no que diz respeito a um dado conjunto de resultados ou de conhecimentos [...]” (GIDDENS, 1992, p. 26). Sem essa plataforma de segurança não era possível os indivíduos alimentarem relações de reciprocidade, pelo menos a médio ou a longo prazo: as ligações tornar-se-iam efémeras e instáveis, propiciando o individualismo e não a mutualidade.

No entender de Robert Putnam (2000), o capital social pode assumir duas formas distintas: as *exclusivas* (*bonding*) e as *inclusivas* (*bridging*). As primeiras reforçam as identidades sociais e mantêm a homogeneidade entre pessoas que vivem situações similares (familiares, de amizade, de vizinhança etc.), as segundas tendem a atrair indivíduos e grupos de diferentes meios e contextos sociais com as quais não se estabelecem ligações fortes (FIELD, 2003).

A excessiva ênfase atribuída a cada uma dessas modalidades de capital social pode suscitar aspectos negativos. O forte investimento em capital de cariz exclusivista leva ao fechamento social em relação ao exterior, podendo, por isso, causar situações de auto-exclusão. Por outro lado, o excesso de capital social inclusivo, constituído essencialmente por laços fracos e heterogéneos, pode desencadear situações de crise identitária e de carência no nível das relações de intimidade e de proximidade social.

Para Putnam a dinâmica determinada pelo elevado nível de capital social depende, sobretudo, da capacidade associativa das populações. Contudo, determinados autores (EVANS, 1996; HARRISS, 2001; HELLER, 1996; WOOLOCK, 1998) defendem que, para além da existência ou não de uma base associativa consistente, a construção equilibrada de capital social poderá passar pela conexão transversal e vertical de redes sociais entre os cidadãos e um conjunto de organizações públicas e privadas.

Segundo essa óptica, o Estado (e respectivas agências) deverá ser encarado como um elemento central capaz de propiciar o ambiente necessário para a mobilização das acções particulares em torno de projectos mobilizadores e estruturantes. Por intermédio da interdependência público-privado, geram-se formas de sinergia suficientemente duradouras e consistentes para promover as condições necessárias para o desenvolvimento.

Relativamente aos estudos rurais, o conceito de capital social tem sido utilizado enquanto factor que pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento local. Nesse âmbito, referem-se as potencialidades resultantes das várias interacções que os diversos agentes (internos e/ou externos) podem gerar em diferentes níveis estruturais (micro, meso, macro), como um dos elementos a ter em conta para a dinamização das comunidades (FALK e KILPATRICK, 2000; SVENDSEN e SVENDSEN, 2004; DAVID e MALAVASSI, 2004).

Todavia, alguns autores consideram que a construção de capital social depende, em grande medida, da complementaridade estabelecida entre as políticas e os serviços públicos e a capacidade

das colectividades produzirem suficientes relações de confiança para se mobilizarem em torno de iniciativas locais (LEE et al., 2005).

Principalmente no caso das áreas rurais marginais, que têm uma base e uma rede associativa relativamente débeis, as instituições públicas deverão assumir um papel mediador entre a mera implementação de medidas políticas e a necessidade de envolver os actores locais nas opções a tomar e na aplicação concreta dos projectos (CECCHI, 2003). A noção de *embeddedness* (EVANS, 1996; WOOLOCK, 1998) é a que melhor define essa articulação entre as instituições e agências públicas e a implicação dos actores locais no futuro da sua comunidade.

Segundo Evans (1996), a existência de uma densidade de redes e de elevados índices de confiança em nível micro podem ser importantes, mas, na maior parte dos casos, são insuficientes para produzir novas modalidades de sinergia capazes de mobilizar as comunidades em torno de projectos concretos de desenvolvimento local e regional.⁵ Em certo sentido, essa capacidade passa pelo engajamento entre os programas e a acção das instituições públicas e o interesse das associações voluntárias e das organizações privadas.

Ao longo deste texto, iremos ver como uma aldeia, que sofre sérios processos sociodemográficos, enfrenta enormes dificuldades em conseguir mobilizar-se a partir de algumas iniciativas concretas que têm surgido devido à acção isolada de determinados actores ou grupos particulares. A inexistência de políticas públicas que enquadrem esses projectos poderá levar, a prazo, ao definhamento das iniciativas e ao esmorecimento de algumas vontades individuais em inverter o rumo regressivo da comunidade.

A ALDEIA NUMA ENCRUZILHADA

O sistema tradicional que dominou as estruturas e a vida social do Alentejo até 1974 pode definir-se a partir de duas ideias fortes,

5 Sobre as dificuldades de uma comunidade rural alentejana gerar dinâmicas de capital social, ver Carmo (2007).

apresentadas por dois autores que estudaram pormenorizadamente a região: Orlando Ribeiro e Afonso de Barros. O geógrafo no seu livro mais conhecido, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, apresenta uma imagem do povoamento concentrado do Alentejo, onde “as aldeias foram crescendo, ávidas de terra, afogadas no latifúndio, servindo-o com a sua população de ganhões ou trabalhadores assalariados, que se conta por milhares” (RIBEIRO, 1998, p. 96).

Em termos espaciais as aldeias podiam ser circundadas por pequenas hortas (designadas por courelas e ferragiais), mas, de uma forma geral, pode dizer-se que a área da grande propriedade começava assim que acabava o espaço da aldeia.

A outra imagem define o *latifundismo*⁶ como um sistema fortemente hegemónico que não proporcionava alternativas socioeconómicas para a maior parte da população. No entender de Afonso de Barros, este se caracterizava como um “sistema de agricultura fortemente concentrado, de base salarial e de carácter extensivo que se conjugava com a ausência de alternativas fora da agricultura de uma população desprovida de terra ou dispo de terra insuficiente” (1986, p. 181).

Aliada a essa hegemonia do sector agrícola, tornava-se também manifesta a predominância do assalariamento enquanto estatuto ocupacional da população (BARROS, 1986, p. 206).

Os homens e parte das mulheres que viviam nas aldeias trabalhavam nas herdades próximas e envolventes ao espaço da aldeia. O trabalho agrícola não era permanente para a maior parte dos aldeãos, havendo momentos de grande intensidade laboral (as ceifas, as mondas) e largos meses de inactividade e de desemprego, durante os quais não existiam quaisquer modalidades alternativas de trabalho.

Como bem identificou Afonso de Barros, na década de 70 Albernoa participava desse sistema tradicional no qual os residentes tendiam a viver e a trabalhar na área limítrofe da freguesia. Para além dos percursos pendulares que determinavam o trabalho agrícola, a mobilidade espacial da população era

6 Conceito utilizado por Barros (1986), Alier (1968) e Sevilla-Guzman (1980).

praticamente nula (poucos eram aqueles que exerciam uma actividade regular na cidade de Beja). Esse quadro se manteve quase intacto até aos primeiros meses de 1974. O único elemento de mudança, face à realidade das décadas anteriores, relaciona-se com o aumento exponencial dos fluxos (e)migratórios que provocaram um despovoamento contínuo da freguesia.

7 A 25 de abril de 1974 deu-se uma revolução política em Portugal que derrubou o sistema ditatorial vigente desde meados dos anos 30.

Nos anos imediatamente posteriores a 1974,⁷ a Reforma Agrária desenrolou-se de forma complexa e atribulada, representando uma mudança profunda que abateu os alicerces do latifundismo, levando, nomeadamente, à destituição dos mecanismos coercivos do poder económico, social e simbólico, exercidos pela classe dos grandes proprietários agrícolas.

Passados 30 anos sobre o estudo de Afonso de Barros, regressámos a Albernoa e observámos profundas alterações estruturais que definiremos de forma sucinta. O aspecto mais óbvio tem que ver com o progressivo envelhecimento (actualmente 36% dos residentes têm mais de 65 anos) e o despovoamento da freguesia, que desde 1940 perdeu cerca de 75% da sua população.⁸

8 Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1940 a 2001.

Outro factor de mudança refere-se à contínua perda de serviços, na medida em que, tirando três cafés e outras tantas mercearias (para além do lar de idosos e da escola do 1º ciclo e infantário), a aldeia perdeu um conjunto de serviços, nomeadamente, médico permanente, farmácia, comércio diversificado, alguma indústria, um posto da Guarda Nacional Republicana etc.

O desaparecimento, quase por completo, do trabalho agrícola na população activa de Albernoa representa uma das mudanças mais salientes ocorridas nestas últimas três décadas. Segundo o estudo de Afonso de Barros, em 1974 cerca de 61% dos activos eram trabalhadores agrícolas assalariados; essa percentagem decresce estrondosamente de tal modo que o recenseamento de 1991 só contabiliza 10% de indivíduos pertencentes a essa classe (em 2001 diminui para 6%).⁹

9 Esses valores são comprovados pelo inquérito que aplicámos em 2003.

Essa profunda alteração na estrutura ocupacional tem por base dois processos fundamentais: por um lado, a modernização

e a mecanização da agricultura que tornou prescindível a maior parte do trabalho assalariado, por outro, o facto da maioria da população não possuir propriedade agrícola inviabilizou a prática generalizada da agricultura familiar e a articulação com outras actividades não-agrícolas (situação que é dominante em algumas zonas de minifúndio).

Esses dois factores conjugados retiraram, quase por completo, a população do exercício da actividade agrícola. Actualmente a vida activa é estruturada por um fenómeno que constitui o outro grande factor de mudança e de dinamismo social: o aumento exponencial da mobilidade espacial. A procura de trabalho não-agrícola fora do espaço aldeão e as necessidades de consumo, que advêm da adesão aos novos modos de vida urbanos, são os aspectos preponderantes que contribuem para o aumento das deslocações pendulares estabelecidas entre a aldeia e a cidade de Beja.

A maior parte da população activa trabalha fora da freguesia, segundo os dados do inquérito aplicado em 2003, a proporção de pessoas a exercer uma actividade exterior é de 58%. Cerca de sensivelmente um terço dos activos trabalham na cidade de Beja e 26% noutras localidades.

Por outro lado, a regularidade de deslocações a Beja, por razões de consumo e/ou de procura de determinados serviços, é relativamente intensa: 57% dos inquiridos deslocam-se com alguma regularidade (pelo menos algumas vezes por mês) aos supermercados de Beja, nos quais fazem grande parte das compras para a casa, com a mesma regularidade, cerca de 48% frequentam os bancos, 48%, as farmácias e 44%, o centro de saúde.

Os números apresentados demonstram que o processo de despovoamento e de perda de algumas funções da aldeia é contemporâneo da intensificação dos níveis de urbanização e de dinamização socioeconómica (principalmente no nível do sector terciário) verificados na cidade de Beja. Na verdade, esta oferece uma diversidade de serviços, que não se encontram na maior parte das áreas rurais e, por isso, atraem um conjunto cada vez mais alargado de pessoas residentes nas aldeias.

Essas mudanças profundas representam uma efectiva *ruptura* em relação ao sistema tradicional, designado de *latifundismo* por Afonso de Barros. Nesse sistema a aldeia encontrava-se relativamente fechada à cidade e imune à vida urbana. As pessoas residiam na aldeia e trabalhavam nas explorações agrícolas das redondezas e poucos eram aqueles que se deslocavam regularmente à cidade. Em contrapartida, constituía-se uma forte interdependência entre a aldeia e os campos, na medida em que não só grande parte dos trabalhadores agrícolas eram recrutados na aldeia, como o próprio sistema latifundiário dependia do trabalho assalariado para manter os seus mecanismos de exploração e de opressão.

Esse sistema definiu totalmente e foi substituído por outro que se pode caracterizar de forma inversa ao anterior. Isto é, actualmente a aldeia tende a abrir-se à cidade – tornando-se cada vez mais dependente desta, em termos socioeconómicos e culturais – e fechar-se aos campos, pelo facto destes já não necessitarem de mão-de-obra assalariada em tão larga escala como antigamente.

Como vemos, a aldeia sofreu um conjunto de alterações profundas, transformando-se num espaço mais complexo no qual confluem processos distintos e contraditórios. De facto, apesar do contínuo envelhecimento, desenvolvem-se dinâmicas de cariz urbano que se manifestam não só na estrutura ocupacional, como nos modos de vida aldeãos.

A abertura ao exterior, nomeadamente à cidade, provocou uma alteração nos modos de vida relacionada pela adesão regular a hábitos de consumo de bens e de serviços massificados. Assim, embora a aldeia sofra uma regressão demográfica continuada, a população de Albernoa vive um conjunto de experiências diversificadas que variam em função de algumas características sociológicas.

A mais saliente relaciona-se com a diferença entre gerações, na medida em que os factores de modernidade tendem a penetrar no espaço e na vida aldeã, principalmente, por intermédio das

peças em idade activa. Os mais idosos não estão completamente arredados desses processos, mas encontram-se numa situação desvantajosa em relação à capacidade de mobilidade espacial.

Como se depreende, os factores de modernidade, característicos da vida urbana, não penetram uniformemente na estrutura e no quotidiano da aldeia. Estes são diferentemente apropriados e ganham diversos sentidos que, por vezes, se opõem. Desse modo, identificam-se distintas dinâmicas na aldeia que não só contrariam a evolução linear da estrutura demográfica (que caminha para um acentuado envelhecimento), como contribuem para a complexificação das práticas sociais.

A abertura da aldeia ao exterior não significa, por si só, uma adesão homogénea aos elementos essenciais que compõem a vida moderna e urbana. Por exemplo, em relação à divisão dos papéis sexuais no interior da aldeia, o homem continua a assumir uma postura mais pública e exterior, enquanto a mulher tende a circunscrever-se aos espaços mais recatados.¹⁰ De facto, no caso das mulheres, constata-se, em termos gerais, uma menor diversidade das práticas de mobilidade e de sociabilidade, quando comparadas com respectivo escalão etário da população masculina. Por sua vez, estas tendem a confinar e a direccionar as suas relações para espaços específicos: a casa (da própria ou das vizinhas), as mercearias. Por sua vez, o homem continua a dominar a apropriação de outros locais como é o caso dos cafés, que ainda detêm uma conotação fortemente masculina. Assim, apesar de a aldeia não deter muitos espaços de lazer, estes tendem a sofrer uma apropriação diferenciadora em termos das características sociais da população que os frequenta.

Nesse sentido, a dinâmica de urbanização não pode ser entendida como um fenómeno hegemónico e unilateral. Pelo contrário, ela comporta uma multidimensionalidade de factores e de relações a partir dos quais os vários actores (grupos e indivíduos) tendem a enquadrar diferentes práticas e posicionamentos sociais.

10 Tradicionalmente estabelecia-se uma forte divisão de papéis que se manifestava nos diferentes modos de viver a espacialidade nas aldeias. Estes resultavam, em grande medida, da aplicação e da contínua reconstrução de um código de *honra-vergonha* (PITT-RIVERS, 1971), que na maior parte das sociedades rurais tradicionais, principalmente em zonas mediterrâneas, “[...] tem representado uma forma de dominação dos grupos sociais mais providos e, em especial, dos homens desses grupos sobre as respectivas mulheres” (SILVA, 2003, p. 69). Embora, nos dias de hoje, essa situação já não seja tão vincada, ainda persistem alguns elementos de divisão de género no que diz respeito aos diversos modos de sociabilizar na aldeia.

Assim, se, por um lado, Albernoa assiste à erosão do sistema tradicional rural e, por isso, não resiste à penetração das estruturas e modos de vida urbanos, por outro, a mesma aldeia contempla certas práticas quotidianas que reconstróem factores tradicionais, e outras ainda que reformulam as representações e os modos de vida rurais e urbanos. Por esse motivo, estamos perante um determinado mundo rural que deve ser entendido, acima de tudo, como um espaço relacional que se define em função de aspectos dinâmicos e, por vezes, contraditórios.

A VIDA ASSOCIATIVA

A participação cívica é uma das modalidades mais importantes de capital social (PUTNAM, 1993, 2000). Dentro das várias formas de participação, considera-se a vida associativa um dos aspectos representativos da dinâmica e da coesão social de uma comunidade. Em Albernoa existem cerca de cinco organizações de carácter associativo.¹¹ Tendo em conta a quantidade de residentes, podemos dizer que o número de associações demonstra, à primeira vista, algum dinamismo.

No entanto, por intermédio dos dados do inquérito, verificamos que só em praticamente um terço dos agregados (37%) encontrámos elementos que são sócios de uma ou mais associações. Nos 145 agregados inquiridos, identificamos 74 pessoas; destas, 74% são sócios de associações/organizações localizadas em Albernoa. O clube e os centros de convívio são aqueles que recrutam mais associados.

O fraco nível de associativismo e de participação foi salientado pelas pessoas que fazem (ou fizeram) parte das direcções de algumas dessas organizações. Segundo os seus testemunhos, essa falta de envolvimento reflecte o estado de apatia e de desligamento por parte dos residentes em relação à vida social da comunidade.

Contudo, nos últimos anos assistiram-se a uma série de iniciativas no sentido de revitalizar associações já existentes ou de propor novos espaços de lazer e sociabilidade. A dinamização do

¹¹ Os dois centros de convívio (masculino e feminino), o clube de futebol, a associação de jovens e a Casa do Povo.

clube de futebol e a inauguração do centro de convívio feminino são os exemplos mais importantes. Iremos, por isso, debruçar-nos sobre esses dois projectos, de modo a entender as causas dos relativos insucessos, no entender dos dirigentes entrevistados.

O clube de futebol O Alvernoense encontrava-se numa situação de quase inactividade e em 2001 um grupo de pessoas formou uma lista com o objectivo não só de revitalizar a actividade desportiva do clube, como de desenvolver um projecto que pudesse envolver toda a freguesia através da dinamização de um conjunto diversificado de actividades. A ideia era transformar o clube numa colectividade que aliasse a área desportiva ao reforço da componente cultural.¹² Para concretizar os objectivos propostos, era necessário empreender esforços para adquirir algum equipamento fundamental para a prática desportiva e expandir as actuais instalações do clube.¹³

Relativamente ao primeiro requisito, a direcção conseguiu reunir um orçamento suficiente para adquirir, entre outras coisas, uma carrinha e equipamento desportivo para as equipas de futebol. Relativamente ao segundo, foi proposto à Junta de Freguesia e à direcção da Casa do Povo a doação das instalações dessa última organização ao clube, com o intuito desse poder dinamizar um espaço que se encontra praticamente desactivado.¹⁴

Durante o mandato a presente direcção¹⁵ sofreu a demissão do presidente, devido a desentendimentos pessoais com os restantes dirigentes, o que levou a uma certa estagnação em relação à concretização do projecto inicial. No entanto, este ainda está de pé, apesar do anterior e do actual presidentes considerarem que o projecto não mobilizou a população como estariam inicialmente à espera. Os investimentos realizados e os melhores resultados obtidos pelas equipas de futebol acabaram por não ser factores suficientes para envolver as pessoas e dinamizarem mais a aldeia.¹⁶

Na óptica do actual¹⁷ e do anterior presidente do clube, um dos motivos que levam à reduzida participação tem a ver com a falta de confiança:

12 Assim se previa dinamizar na parte desportiva o futebol juvenil e sénior e o tiro ao alvo, e na parte cultural formar um grupo de teatro infantil e um grupo coral.

13 Este está sediado no edifício do antigo posto da GNR.

14 Foi pedido um parecer ao Ministério Público com o intuito de activar os respectivos procedimentos legais.

15 O mandato estendia-se até junho de 2003.

16 Um indicador em relação a essa falta de participação é o número de sócios (63), que não sofreu aumento significativo.

17 Na altura em que foi entrevistado: março de 2003.

P – Mas por que é que acha que as pessoas não se associam?

R – As pessoas não se associam porque, se calhar, perderam um pouco a confiança, ou seja, há 10 ou 12 anos o clube foi fundado, mas parou, estagnou, deixou de haver direcção, deixou de haver reuniões, deixou de haver projectos, então as pessoas estão um bocado descrentes (presidente do clube, 42 anos).

P – Mas acha que as pessoas andam desmotivadas, já não acreditam muito nesses projectos?

R – É “pá”! Eu posso-lhe dizer isto, em termos do clube desportivo tomámos posse em setembro de 2001, organizámos, juntámos troféus, fizemos actas, precisámos de um espaço para reunir, para deixar de ser no café, arranjei o mobiliário aqui num armazém que a Câmara tinha e tal [...], conseguimos pôr aquilo mais ou menos funcional, vamos arranjar uma campanha de sócios, vamos incentivar e arranjar uma campanha de sócios. Houve muitas respostas, muitas respostas que era do género [...], é “pá”, avancem lá que depois [...], primeiro queriam ver para crer (anterior presidente do clube, 45 anos).

A confiança é um requisito imprescindível para se gerar algum capital social que desencadeie a associação das pessoas de maneira a envolverem-se em torno de um projecto comum. Esse caso ilustra bem a dificuldade que algumas comunidades têm em dinamizar projectos socioculturais que possam inverter a tendência de alheamento em relação à vida colectiva. Em parte essa situação se deve ao despovoamento e ao envelhecimento populacional, que necessariamente reduzem a capacidade de iniciativa, e ao acentuado processo de dependência em relação à cidade, que potencia a procura de espaços de lazer e de sociabilidade exteriores à aldeia.

Contudo, quando questionados sobre as causas que sustentam a falta de confiança, os entrevistados salientam o divisionismo reinante na aldeia. A desconfiança em face dos eventuais ganhos particulares de quem assume o protagonismo de dirigir uma

associação é um dos aspectos referidos pelos entrevistados. Segundo estes, essa falta de confiança só se resolve por intermédio de uma liderança forte que consiga demonstrar e convencer as pessoas dos intuitos bem intencionados dos dirigentes. Assim, através do exemplo pessoal é possível construir uma plataforma de confiança que leve as pessoas a mobilizarem-se em torno de um projecto comum.

Acho que o problema que há em Albernoa é falta de liderança, acho que um dos grandes problemas é falta de liderança, as pessoas até fazem, precisam de alguém que encabece projectos, que abra o peito, que vá para a frente, que os incentive e eu acho que consegui isso, acho que nesses 14 meses eu mais ou menos consegui fazer isso ali em Albernoa, portanto, uma boa relação com as pessoas, consegui motivá-las e tal [...], muitas vezes não é o fazer, porque, se a gente disser vamos fazer isto, até se consegue ir fazer, mas tem que haver alguém que puxe, é o mal que ali vejo (anterior presidente do clube, 45 anos).

A formação do centro de convívio feminino teve por base a constituição de uma associação composta a partir de nove mulheres que em 1995 concretizaram a ideia de criar um espaço de lazer vocacionado, principalmente, para as mulheres reformadas da aldeia. O centro já conheceu vários espaços, mas actualmente, à semelhança do que acontece com o clube, está sediado nas antigas instalações do posto da GNR. O espaço foi razoavelmente remodelado de modo a acolher um salão de chá e uma sala onde se desenvolvem um conjunto de actividades de lazer: costura, jogos etc. Os produtos gerados por essas actividades, principalmente pela costura, têm sido apresentados e vendidos na Feira do Idoso, que se realiza todos os anos em meados de junho.¹⁸

Entrevistámos a presidente e a secretária da associação, tendo ambas focado a questão da perda de dinamismo do centro resultante, principalmente, de dois factores: o desentendimento entre as associadas e o aparecimento de outros espaços de sociabilidade.

18 Esse evento é organizado pela autarquia e envolve também as restantes freguesias rurais do concelho de Beja.

De facto, a ideia de salão de chá nasceu de uma necessidade manifesta de espaços de convívio na aldeia, pois, anteriormente, existia apenas um café em Albernoa. Com a abertura de mais dois cafés (um dos quais designado de pastelaria), o salão de chá perdeu clientela.

Por outro lado, geraram-se algumas divisões entre as responsáveis da associação, motivadas essencialmente por questões relacionadas com o dinheiro obtido pela venda dos produtos de costura. Outro factor de divisão tem sido a incapacidade de manter o salão de chá aberto por razões de falta de disponibilidade.¹⁹

¹⁹ Durante o inverno de 2003, o salão de chá encontrava-se fechado.

Como podemos depreender por intermédio desses dois exemplos, nestes últimos anos concretizaram-se na freguesia um conjunto de iniciativas de carácter associativo, o que denota uma certa capacidade da comunidade aldeã gerar algum capital social. De facto, para além do clube e dos centros de convívio investiu-se na abertura de novos espaços de sociabilidade, como os cafés.

No entanto, actualmente esses projectos padecem de um certo imobilismo que se deve, entre outros factores, ao divisionismo e à demonstração de alguma falta de confiança. Como vimos, quer no caso do clube quer no centro de convívio feminino a questão da confiança teve como resultado o desentendimento entre os vários intervenientes e a consequente incapacidade de mobilizar a comunidade.

Como foi referido, o capital social assume duas formas distintas: *bonding* (capital exclusivo) e *bridging* (capital inclusivo). Tendo em conta os dados recolhidos, é possível enquadrá-las no modo como se organizam as dinâmicas e as interacções internas e externas da comunidade aldeã. Começando pelo último tipo de capital, que caracteriza a constituição de ligações e de redes sociais exteriores à comunidade, podemos dizer que a aldeia se abriu a outros espaços, com especial ênfase à cidade de Beja, detendo por isso todas as condições para gerar novas formas de capital social.

Contudo, a análise demonstrou que as relações desenvolvidas com a cidade são principalmente de carácter utilitário e

instrumental, com destaque para as relações burocráticas e de consumo. Por seu turno, as relações de sociabilidade tendem a ser mais esporádicas e afectam sobretudo os homens em idade activa e as gerações mais jovens.

Desse modo, podemos dizer que o capital social de tipo inclusivo é pouco dinamizado pela maior parte das pessoas que estabelecem uma relação regular com Beja. Por outro lado, o pouco capital que é gerado circunscreve-se a alguns grupos sociais (nomeadamente, os homens e os mais jovens) que não demonstram grande capacidade ou vontade de, no interior da comunidade, estabelecer pontes com outros grupos (as mulheres ou os mais idosos), de modo a gerar novas modalidades de participação cívica.

As redes sociais que se constituem no interior da aldeia formam uma espécie de “circuitos paralelos” entre grupos e espaços diferenciados. Esses circuitos de sociabilidade dificilmente se cruzam e se interrelacionam. Na verdade, identificamos uma forte divisão entre diferentes realidades sociais, de tal maneira que coexistem na mesma aldeia “mundos” muito distintos, determinados por um conjunto de factores sociológicos (as gerações, os papéis e as relações de género, a mobilidade espacial etc.).

Esses diferentes mundos geram uma fragmentação das redes sociais, revertendo-se na generalização da divisão social e da desconfiança²⁰ que, como salientámos, representam os maiores obstáculos à formação de capital social. Nesse sentido, o capital social de cariz exclusivo (*bonding*) não só é incapaz de rendibilizar as ligações estabelecidas com o exterior, como atrofia as iniciativas sociais que detêm objectivos mobilizadores e aglutinadores. Ou seja, se, por um lado, o capital inclusivo é canalizado para certos circuitos fechados (espaços restritos e sociabilidades específicas), por outro, o capital de tipo exclusivo fragmenta-se nesses mesmos circuitos, impedindo a partilha de valores e de acções conjuntas.

20 Essa divisão se aprofunda quando confrontada com os diferentes interesses políticos e filiações partidárias.

CONCLUSÃO

Quando se questiona sobre o futuro de Albernoa, a maior parte dos aldeões não vislumbra qualquer inversão profunda relativamente às tendências identificadas no presente. Isto é, segundo estes, o sintoma de desertificação demográfica tende a agravar-se nos próximos anos. O cenário mais provável é o de uma aldeia sem jovens e com uma população ainda mais envelhecida. Cerca de 76% dos inquiridos prevêem que a maior parte dos actuais jovens residentes na freguesia irão, no futuro, sair da aldeia e só 4% entende que Albernoa poderá atrair população jovem oriunda do exterior.

No que diz respeito ao futuro da economia local, o horizonte traçado é muito negativo. Na verdade, há uma enorme dificuldade em referir as potencialidades de desenvolvimento concretas que poderiam possibilitar a inversão da situação presente. Desse modo, 61% dos inquiridos consideram que a oferta de emprego local irá diminuir em todos os sectores de actividade. Só praticamente um terço da população prevê um aumento de postos de trabalho locais em certos domínios, dos quais se destaca o turismo.

O futuro de Albernoa é incerto, a aldeia encontra-se numa encruzilhada para a qual confluem processos contraditórios. Por um lado, é manifesto o seu envelhecimento acentuado e o elevado nível de regressão demográfica, mas, por outro, depreende-se algum dinamismo socio-económico provocado essencialmente pela abertura ao meio urbano. Dessa complexidade resulta, em parte, uma separação vincada entre diferentes “mundos” sociais. A mais determinante é a que distingue a situação dos jovens e dos activos, que se movem regularmente entre a aldeia e a cidade, da realidade dos idosos e inactivos, que correspondem à maioria da população e tendem a acantonar-se no espaço aldeão. Salientam-se também outras fronteiras, algumas de carácter relativamente tradicional, nomeadamente, aquela que separa o “mundo” dos homens mais propenso para a sociabilidade em espaços públicos e semipúblicos e o das mulheres mais confinado aos domínios do lar.

Numa aldeia com essas características, é muito reduzida a possibilidade de se gerarem formas dinâmicas de capital social capazes de congregarem os aldeões em torno de projectos associativos comuns.

A perda contínua de população e a divisão interna entre os vários grupos sociais são factores determinantes para impossibilitar o sucesso de algumas iniciativas locais. Nesse sentido, verificámos que a componente associativa não é suficiente para desencadear a mobilização da comunidade. Na verdade, Albernoa até detém um número razoável de associações voluntárias. O problema advém da dificuldade em criar um ambiente de confiança propício ao desenvolvimento dos diversos projectos.

É nessa linha que alguns entrevistados referiram a necessidade de articulação entre as políticas públicas locais, desenvolvidas sobretudo pela autarquia, e a acção mais ou menos particular e individual de certos elementos da aldeia. Ou seja, faria toda a diferença se os agentes públicos tivessem a capacidade de imergir nos verdadeiros dilemas locais, de modo a constituir um conjunto de conexões passíveis de congregar interesses comuns.

O associativismo é uma componente essencial do desenvolvimento rural. Ao longo do nosso estudo sobre Albernoa, vimos como um pequeno clube desportivo pode ter um impacto importante e potencialmente mobilizador. No entanto, iniciativas como esta carecem de apoio público (e também privado) que suporte algumas das condições básicas para o empreendimento de projectos mais amplos e dinamizadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, Juan Martínéz. *La estabilidad del latifundismo*. França: Ruedo Ibérico, 1968.

ALMEIDA, João Ferreira de. *Classes sociais nos campos*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BARROS, Afonso de. *Do latifundismo à reforma agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3, 1980.

CARMO, Renato Miguel. *De aldeia a subúrbio*. Trinta anos de uma comunidade alentejana. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

CECCHI, Claudio. Public goods and public services: the process of building capital in rural areas. ISSN: Sidea, set. 2003. Disponível em: <http://w3.uniroma1.it/cecchi/CC_SIDEA_2003.pdf>, 2003.

CUTILEIRO, José. *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

COLEMAN, James S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

DAVID, M. Beatriz; MALAVASSI, Laura. Social capital and rural development policies: starting point or finishing point?. In: ATRIA, Raul; SILES, Marcelo (Org.). *Social capital and poverty reduction in Latin America and Caribbean: towards a new paradigm*. Santiago: Eclac – Michigan State University, 2004, p. 421-464.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidence of synergy. *World Development*, v. 24, n. 6, p. 1.119-1.132, 1996.

FALK, Ian; KILPATRICK, Sue. “What is social capital?” A study of interaction in a rural community. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 1, p. 87-110, 2000.

FIELD, John. *Social capital*. Londres: Routledge, 2003.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora, 1992.

_____. *Modernidade e identidade*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1.361-1.380, 1973.

HALPERN, David. *Social capital*. Cambridge: Polity Press, 2005.

HARRISS, John. *Depoliticizing development*. The World Bank and social capital. Londres: Anthem Press, 2001.

HELLER, Patrick. Social capital as a product of class mobilization and state intervention: industrial workers in Kerala, India. *World Development*, v. 24, n. 6, p. 1.055-1.071, 1996.

LEE, Jo et al. Networking: social capital and identities in European rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 45, n. 4, p. 271-283, 2005.

McAREAVEY, Ruth. Getting close to the action: the micro-politics of rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 46, n. 2, p. 85-101, 2006.

MOLENAERS, Nadia. Associations or informal networks? Social capital and local development practices. In: HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind (Ed.). *Generating social capital*. Civil society and institutions in comparative perspective. Nova York: Palgrave MacMillan, 2003, p. 113-132.

NAN, Lin. *Social capital*. A theory of social structure and action. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (Org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 11-60.

PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in modern sociology. *Annual Review Sociology*, v. 24, p. 1-24, 1998.

PUTNAM, Robert. *Making democracy work*. Civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, Robert. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. Nova York: Simon & Schuster, 2000.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1998.

SEVILLA-GUZMAN, Eduardo. Reflexiones teóricas sobre el concepto sociológico de latifundio. In: BARROS, Afonso de (Coord.). *A agricultura latifundiaria na Península Ibérica*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1980, p. 29-46.

SHULLER, Tom et al. Social capital: a review and critique. In: BARON, Stephen; FIELD, John; SCHULLER, Tom (Ed.). *Social capital*. Critical perspectives. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 1-38.

SILVA, Manuel Carlos. Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo de mulheres?. In: PORTELA, José; CALDAS, João Castro (Org.). *Portugal chã*. Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 67-86.

SVENDSEN, G. L. H.; SVENDSEN, G. T. *The creation and destruction of social capital*. Entrepreneurship, co-operative movements and institutions. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

VAN DETH, Jan W. Measuring social capital: orthodoxies and continuing controversies. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 6, n. 1, p. 79-92, 2003.

WOOLOCK, Michael. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, v. 27, n. 2, p. 151-208, 1998.

RENATO MIGUEL DO CARMO é sociólogo, investigador auxiliar do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), Lisboa – Portugal, <renato.carmo@iscte.pt>.

CAPITAL SOCIAL E DILEMAS DE AÇÃO COLETIVA

ESTUDO DE CASO EM UM PEQUENO ASSENTAMENTO RURAL
DE MINAS GERAIS

ANA PAULA WENDLING GOMES
NEWTON PAULA BUENO

RESUMO *O objetivo deste trabalho é avaliar a importância de dilemas de ação coletiva como um fator de inibição à ação cooperativa em um assentamento rural – Assentamento Primeiro de Junho, Tumiritinga (MG) – em que o pequeno tamanho e a relativa homogeneidade econômica e social de seus membros sugeriria, de acordo com a teoria da ação coletiva, que eles não são muito relevantes. O principal resultado foi o de que, apesar da relativa disponibilidade de capital social que em princípio tenderia a favorecer a ação coletiva, persistem problemas que sugerem a presença de dilemas sociais de ordem superior no assentamento. Uma implicação importante da presença desse tipo de problema de ação coletiva para efeito de política de desenvolvimento é a de que, para romper a estagnação econômica vigente, uma das condições necessárias, embora não suficiente, é a substituição de instituições tradicionais de estímulo ao trabalho cooperativo por incentivos seletivos, como o pagamento por produtividade.*

PALAVRAS-CHAVE *Nova economia institucional; dinâmica de sistemas; dilemas sociais; Minas Gerais.*

ABSTRACT *The purpose of this article is to evaluate how collective action dilemma can be an inhibition factor to cooperative action in a rural community, Assentamento Primeiro de Junho, located in Tumiritinga, Minas Gerais state. The small size and the economic and social homogeneity of their members would suggest, in agreement with the theory of the collective action, that dilemma would not be relevant. However, the main result was that in despite of the availability of social capital, which in theory could favor collective action, there were problems suggesting the presence of social dilemmas of superior order in the community. Collective action dilemma have important implication on development policies. For instance, it has to be implemented selective incentives, such as payment for productivity to overcome economic stagnation.*

KEY WORDS *New institutional economics; system dynamics; social dilemmas; Minas Gerais.*

INTRODUÇÃO

Dilemas de ação coletiva são situações em que comunidades são incapazes de se desenvolverem economicamente não porque necessariamente lhes falem recursos físicos ou mesmo monetários, mas porque seus membros não conseguem organizar-se para realizar tarefas que não podem ser feitas por indivíduos isolados. O porquê disso freqüentemente acontecer em comunidades pobres é um dos temas de fronteira de uma das áreas mais promissoras em termos de pesquisas diretamente aplicáveis da economia moderna: a nova economia institucional. Este trabalho resume algumas das principais conclusões e prescrições mais recentes dessa área de estudo para o desenvolvimento de pequenas comunidades rurais pobres, aplicando a teoria, em caráter ilustrativo, para o assentamento rural Primeiro de Junho em Tumiritinga, município localizado no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Essa comunidade foi escolhida por apresentar uma série de características que a tornam um estudo de caso extremamente instrutivo para a teoria que iremos examinar. As principais são:

- 1) o assentamento resultou da ação coletiva de ocupação liderada pelo Movimento Sem Terra;
- 2) situa-se numa região em que recursos naturais como água e terra não se constituem em um impedimento óbvio para o desenvolvimento;
- 3) é uma comunidade pequena (83 famílias);
- 4) seus membros, apesar de em sua maioria terem participado da ação coletiva prévia de ocupação da terra, organizam o trabalho de duas formas distintas: parte coletivamente, como seria de esperar de pessoas que têm um histórico de cooperação, e parte individualmente.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira, esclarece-se os conceitos de capital social e de dilemas de ação

coletiva de primeira, segunda e terceira ordens, mostrando que em geral eles estão presentes em comunidades como a que está sendo estudada e que um dos principais fatores que permitem algumas dessas comunidades superar esses dilemas é a presença de capital social. Na segunda seção, procura-se verificar se a deficiência em termos desse fator – isto é, a deficiência de capital social – pode ser considerada um fator explicativo importante para a ausência de ações cooperativas relevantes no assentamento estudado. A terceira seção conclui o trabalho.

CONCEITUAÇÃO

Dilemas de ação coletiva e pobreza

Diz-se que existe um dilema de ação coletiva quando uma sociedade se encontra em uma situação em que cada um de seus membros poderia melhorar suas condições de vida sem que outros tenham de piorar. Em economia, denomina-se essa situação de uma posição pareto-ineficiente. Isso pode acontecer pela razão evidente de que as pessoas não percebem os potenciais efeitos benéficos da cooperação, mas também pela razão menos óbvia de que elas considerem pouco inteligente, de seu ponto de vista, participar efetivamente de ações coletivas. Cada um desses casos tem implicações muito diferentes para a formulação de políticas de estímulo a ações cooperativas. Para entender esse ponto, considere as duas situações de interação social abaixo, em que as letras em cada célula representam os *pay-offs* de cada agente para cada estratégia, de modo que, se, por exemplo, ambos os agentes cooperam um com o outro, ambos recebem como prêmio o valor (financeiro ou medido em termos de alguma outra unidade de utilidade) *a*.

1 Os desenvolvimentos teóricos obtidos pela nova teoria institucional nessa versão desdobram-se em duas direções principais complementares. Em uma delas, a preocupação central é analisar as mudanças no meio ambiente institucional geral das economias, isto é, no conjunto de regras políticas, sociais e legais fundamentais, por exemplo, nas regras regulando os direitos de propriedade e os contratos, que estabelecem a base para a produção, troca e distribuição de mercadorias em uma certa sociedade. A segunda corrente, por sua vez, ocupa-se basicamente do estudo da interação entre as unidades econômicas no processo de produção, troca e distribuição, enfatizando a forma como surgem e se desenvolvem instituições que asseguram a cooperação entre as unidades econômicas nesses processos. A primeira dessas correntes deriva fundamentalmente dos trabalhos de Douglass North, cuja principal preocupação é entender de que forma as macroinstituições de um país afetam seu desempenho econômico no longo prazo, identificando aquelas que são mais propícias ao desenvolvimento econômico e mostrando por que em alguns países as instituições mais adequadas não são adotadas, eternizando uma situação de subdesenvolvimento econômico; alguns dos trabalhos recentes mais representativos a respeito são de North (1991, 1994, 1996). A segunda corrente, que versa basicamente sobre o comportamento de firmas e indivíduos, origina-se com o famoso trabalho de Ronald Coase (1937), mas só vem a frutificar mais tarde com base nas contribuições de Oliver Williamson (1979, 1985, 1996). O objetivo principal dessa corrente é entender como se formam e como se modificam as estruturas de governança para determinadas transações; isto é, o conjunto de instituições que permite que um determinado tipo de transação se realize de forma contínua.

| | | Jogo da confiança | |
|-------------------------------------|-------------|-----------------------|-----------|
| | | Agente 2 | |
| Agente 1 | Coopera | <i>aa</i> | <i>bc</i> |
| | Não coopera | <i>cb</i> | <i>dd</i> |
| $a > d, d < c < a \text{ e } b < d$ | | | |
| | | Dilema do prisioneiro | |
| | | Agente 2 | |
| Agente 1 | Coopera | <i>aa</i> | <i>bc</i> |
| | Não coopera | <i>cb</i> | <i>dd</i> |

Na primeira situação, pode-se inferir que há uma boa probabilidade de que a cooperação entre os agentes se desenvolva espontaneamente, na medida em que eles percebam os benefícios mútuos, os quais podem ser alcançados e consigam coordenar suas ações para superar os obstáculos existentes à ação cooperativa. Observe-se, por exemplo, que, embora a solução cooperativa seja um equilíbrio de Nash, a confiança mútua é um pré-requisito indispensável ao processo, visto que, se apenas um dos agentes decidir cooperar, ele terá seu *pay-off* reduzido em relação à situação inicial, enquanto o outro terá seu *pay-off* aumentado. É razoável afirmar que a nova economia institucional em sua versão custos de transação enfatiza esse tipo de situação, denominada de dilema social de primeira ordem, ou seja, as condições necessárias para que os agentes superem os obstáculos macroinstitucionais à cooperação (como nos trabalhos de Douglass North), ou a resistência à cooperação no nível das estruturas de governança (como na obra de Williamson e seguidores¹). Mas a segunda situação, que representa o dilema do prisioneiro clássico, é bem diferente. A estratégia dominante para ambos os agentes é não

cooperar e assim a cooperação não deixa de ocorrer simplesmente porque os agentes não consigam coordenar suas ações, devido, por exemplo, aos elevados custos de transação envolvidos. Mas porque, se decidirem cooperar unilateralmente, o outro terá incentivos para deixar de cooperar. Isto é, a solução cooperativa não é um equilíbrio de Nash, e assim não tem a estabilidade da solução anterior; diz-se que, nesse caso, ocorre um dilema social de segunda ordem. Para confirmar esse resultado, observe que o *pay-off* do agente 1 será maior se ele não cooperar quando o agente 2 cooperar, do que se ele agir com reciprocidade (c contra a). Em grandes grupos, isso significa que será uma estratégia racional tentar “pegar carona” nos benefícios da cooperação, em vez de contribuir para alcançar essa situação. Nessas condições, em um mundo em que os agentes agem racionalmente (da forma como se define no presente trabalho), a estratégia dominante para cada agente será não cooperar (atuando como *free rider* ou *rent seeker*) e o equilíbrio ineficiente em termos de Pareto da não-cooperação prevalecerá. Estudos mais recentes por teóricos de jogos (ver, por exemplo, AXELROD, 1997, cap. 1) e autores neo-institucionalistas (ver entre outros PUTNAM, 1993; OSTROM, GARDNER e WALKER, 1999; OSTROM, 2000) têm demonstrado que em grupos relativamente pequenos, em que os agentes interagem repetidamente por longos períodos de tempo, esse tipo de obstáculo à cooperação pode ser superado por meio da confiabilidade interpessoal acumulada pelo grupo ou comunidade.

A confiança mútua que uma comunidade acumula ao longo do tempo – que se pode denominar de capital social – constitui-se assim em um insumo produtivo pelo menos tão importante como as máquinas, equipamentos e instalações do capital físico (COLEMAN, 1990) e expressa o grau de competência em se organizar para realizar empreendimentos cooperativos (BIALOSKORSKI NETO, 2003).

Mas nem todas as comunidades em que as pessoas interagem repetidamente conseguem agir coletivamente em

empreendimentos que exigem um comprometimento maior dos indivíduos. O motivo é que, após solucionar os dois primeiros dilemas, a comunidade precisa ainda desenvolver meios de garantir a aplicação das normas que punem os indivíduos que se esquivam de cumprir os acordos coletivos, isto é, insistem em se comportar como *free-riders* nas comunidades. Ela precisa, em outras palavras, não apenas desenvolver instituições (regras formais e sanções informais) a fim de dar os incentivos para os indivíduos agirem coletivamente, mas criar mecanismos que possam solucionar dilemas sociais de terceira ordem, isto é, determinar quem irá fiscalizar a obediência às normas estabelecidas. O que caracteriza essa situação como um dilema social é o fato de que, embora uma monitoração adequada das normas seja do interesse da comunidade, para cada indivíduo isolado interessa que os demais, e não ele próprio, façam o serviço. A literatura internacional demonstra que esse tipo de dilema é difícil de resolver em comunidades em que os agentes não participam da elaboração das normas institucionais e nem da concepção e da implementação das ações, como costuma acontecer, por exemplo, na implantação de projetos de irrigação por governos de países em desenvolvimento (BARDHAN, 2000; BECKER e OSTROM, 1995; TANG, 1991).

A conclusão é que, para que uma comunidade se envolva crescentemente em empreendimentos coletivos, ela precisa superar pelo menos três tipos de dilemas sociais. A acumulação de capital social pode ajudar a superar esses dilemas, mas a literatura internacional indica que, para que isso de fato aconteça, uma série de outras condições, como pequeno tamanho e condições de participação efetiva dos agentes no processo, têm que estar presentes. Na próxima seção, procura-se, em primeiro lugar, estimar a disponibilidade de capital social no assentamento Primeiro de Junho; em seguida procura-se avaliar em que medida essa disponibilidade parece suficiente para solucionar dilemas de ação coletiva de ordem superior.

Capital social

Atualmente, a Nova Economia Institucional tem ressaltado a relevância de uma maior cooperação entre os indivíduos e grupos como agentes importantes para promover o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. A ação coletiva é capaz de gerar novas possibilidades de integração e transformação econômica e social.

Para tanto, é preciso haver relações sociais que tornem possível a ação coletiva. Coleman (1990) chama de capital social o conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo de transação mais elevado. Entre os vários tipos de relações sociais geradoras de capital social, encontram-se a existência de grupos e redes formais e informais, as relações de confiança mútua, a presença de normas e sanções, as relações que envolvem autoridade ou capacidade e as relações que permitem aos indivíduos obterem informações por baixo custo.

Nessa linha de pensamento, o capital social é visto como um argumento adicional na função de produção, juntamente com os outros fatores. Como o capital físico, ele é produtivo (guardando evidentemente suas especificidades), gerando um fluxo de rendimento para os indivíduos ou sociedades que a ele obtêm acesso. Coleman (1990) considera que o capital social está sujeito a uma lógica de acumulação e reprodução, determinada por escolhas racionais dos atores sociais no estabelecimento de estruturas de relações, instrumentalmente associadas à eficácia da ação coletiva. Estruturas que podem ser criadas a partir da confiança mútua entre os indivíduos e que se traduzem na estabilidade das instituições, normas e obrigações recíprocas, garantindo a eficiência do esforço coletivo e a eficácia dos investimentos individuais.

O conceito de capital social como um fator de produção se tornou empírico e historicamente relevante, no momento em que

se deu a ruptura na teoria econômica clássica, que considerava como fatores de produção apenas as variáveis terra, trabalho, capital físico e humano. Nas últimas décadas, o capital social passou a ser incorporado aos modelos que buscam explicar o crescimento e o desenvolvimento econômico, tornando-se um objeto de estudo na comunidade científica. Porém, existem ainda várias reflexões em relação ao conceito no que tange às suas implicações no desenvolvimento socioeconômico.

O aspecto recente do tema está relacionado à própria evolução da teoria de crescimento e desenvolvimento econômico, em que novos fatores de produção foram continuamente adicionados, no intuito de explicar as causas do desenvolvimento. Foi assim com o capital humano, a tecnologia endógena e, agora, com o capital social. Embora as idéias que envolvem o conceito sempre tenham estado presentes na literatura econômica como na obra de Adam Smith, *The theory of moral sentiments*, e também em obras de grandes sociólogos, como Durkheim e Parsons.

A abordagem mais conhecida em estudos acerca do capital social refere-se à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas formais. Essa abordagem foi utilizada por Robert Putnam ao estudar as regiões da Itália, examinando questões fundamentais atinentes à vida cívica. Segundo Putnam (1993), o capital social entendido como o estoque de redes de engajamento cívico e de vida associativa nas comunidades, tem sido o elemento determinante para a *performance* dos governos regionais na Itália e, portanto, uma pré-condição para o desenvolvimento efetivo.

Em sua elaboração sobre desempenho institucional, eficiência governamental, democracia e participação cívica, Putnam (1993) procura confrontar a noção hobbesiana de que os indivíduos, numa comunidade humana, são incapazes de colaborar em benefício mútuo, sem que haja uma atuação coercitiva por parte de um terceiro ator, no caso o Estado. O autor procura demonstrar que alguns contextos históricos favoreceram o surgimento e amadurecimento de laços de confiança e

reciprocidade entre os indivíduos, o que os torna habilitados para a cooperação em benefício coletivo. Por outro lado, “quando os atores são incapazes de assumir compromissos entre si, eles têm que renunciar – pesarosamente, porém racionalmente – a muitas oportunidades de proveito mútuo” (PUTNAM, 1993, p. 174).

Levi (1996) reconhece a relevância do trabalho de Putnam para as ciências sociais ao mesmo tempo em que realiza uma crítica a esse trabalho sob o ponto de vista teórico. Para essa autora, Putnam levanta uma questão crítica para o debate sobre democracia: *Quais são as dinâmicas de construção e desconstrução do engajamento cívico democrático?* Porém, de uma maneira geral, a argumentação teórica de Putnam demonstraria uma visão romântica da comunidade, além de não oferecer uma explicação mais aprofundada sobre as origens do capital social e sobre a amplitude do conceito de confiança:

[...] Putnam never offers a precise definition of trust. He effectively treats a whole range of relationships and expectations under the one title of trust, but there are different kinds of trust: interpersonal, organizational, governmental. He has since clarified that he is not addressing trust in government or other institutions but only trust among persons. This is only a partial clarification, serving to restrict the domain but not elucidate the concept (LEVI, 1996, p. 46).

[...] we need a more complete theory of the origins, maintenance, transformation, and effects of capital social (LEVI, 1996, p. 52).

Ainda segundo Levi (1996), não haveria em Putnam uma explicação mais detalhada sobre a relação entre participação cívica e governos democráticos, já que as associações podem promover a defesa de interesses individuais e específicos que não necessariamente vão redundar em democracia. A preocupação da autora está voltada para um aprofundamento teórico das questões levantadas por Putnam.

Harris e Renzio (1997) também alertam para o fato de que o uso generalizado do conceito de capital social pode criar uma certa confusão, já que esse termo foi usado originalmente para se referir a redes e conexões inerentes à família e organização comunitária. Os autores identificam seis significados diferentes para o termo capital social, o que evidencia a referida confusão conceitual.

Já Fine (1999) fornece uma crítica ainda mais rígida, ao afirmar que, do ponto de vista conceitual, a contribuição de Robert Putnam é mínima e que seu estudo sobre a diferenciação do desenvolvimento econômico italiano de acordo com o contexto político local está aberto a questionamentos. Além disso, o autor alerta para a imprecisão com a qual as noções de “social” e “capital” vêm sendo utilizadas de forma combinada, demonstrando a ambigüidade e inconsistência da noção de capital social.

Outro aspecto criticado por Fine (1999) está relacionado com o uso do conceito de capital social por parte do Banco Mundial, no quadro das macrorrelações de poder no nível internacional, em que os Estados Unidos assumem uma posição hegemônica. Depois da implementação do chamado Consenso de Washington, o Banco Mundial teria escolhido o capital social como um elemento-chave de suas proposições acerca de uma segunda geração de reformas para os países em desenvolvimento.

What is good enough for the United States is good enough for the rest of the World. In short, as it is being deployed, social capital allows the World Bank to broaden its agenda whilst retaining continuity with most of its practices and prejudices which include neglect of macro-relations of power, preference for favoured NGOs and grassroots movements, and decentralized initiatives (FINE, 1999, p. 12).

Ao final de todas essas considerações, tem-se verificado nos últimos anos um crescimento de estudos enfocando o capital social como mais uma ferramenta teórica, para explicar

o desenvolvimento econômico e social. Eis a ótica que parece motivar muitas instituições, inclusive o Banco Mundial, a eleger o capital social como tema prioritário de estudos e publicações, como uma evolução da tendência anterior do planejamento participativo que empolgou os consultores e a cooperação multilateral de todo o mundo nas décadas de 70 e 80.

O fato é que a noção de capital social pode hoje ser entendida como o estoque de normas de reciprocidade e cooperação que pode existir em diferentes graus e nos contextos mais específicos, sendo este o enfoque principal do conceito na literatura sobre desenvolvimento.

Desse ponto de vista, segundo Nascimento (2000), o capital social constitui-se de características da estrutura social que equivaleriam a um “ativo social” de capital, ou seja, à capacidade coletivamente adquirida de poder mobilizar recursos sociais na ausência de outros recursos normalmente considerados (matéria-prima, insumos, capital bancário, capital humano etc.). Nessa formulação, o capital social pode ser adicionado na equação do desenvolvimento, ou seja:

$$D = f(K_e, K_n, K_h, K_s),$$

em que D = desenvolvimento, K_e = capital econômico, K_n = capital natural, K_h = capital humano e K_s = capital social.

ESTIMATIVA DO NÍVEL DE CAPITAL SOCIAL EXISTENTE NO ASSENTAMENTO

Metodologia de cálculo e de amostragem Cálculo do Índice de Capital Social

A disponibilidade de capital social nos dois grupos de produtores analisados – em que predominam o trabalho coletivo ou o trabalho

individual – foi estimada a partir dos seguintes indicadores:

- Participação em associações: em que se quantifica a participação do assentado ou algum outro membro da família em associações de produtores, sindicato de trabalhadores, movimentos políticos e associação de pais e professores.
- Percepções subjetivas de confiança: em que se avalia o grau de confiança entre o produtor entrevistado e outros assentados.
- Presença de redes de conexões e solidariedade: em que se procura captar a frequência na qual os assentados se ajudam entre si em casos de emergência.
- Inclusão social: em que se quantifica a frequência na qual os entrevistados conversam com seus vizinhos e desenvolvem atividades recreativas.
- Ação voluntária: em que se mede a frequência na qual o entrevistado ou outro membro de sua família participa de tais atividades.

A escolha desses indicadores deveu-se ao fato de o capital social estar relacionado a aspectos da organização social, tais como características dos grupos envolvidos, redes, normas e confiança, que facilitam a constituição e a cooperação para benefício mútuo. A concepção desses indicadores foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores do Banco Mundial. O trabalho original do Banco Mundial sugere adaptações às condições locais e características próprias de cada estudo, as quais foram realizadas visando atribuir especificações de assentamento rural.

Selecionadas e quantificadas as variáveis representativas de cada indicador de capital social, o próximo passo consistiu em calcular o índice que mede o capital social no assentamento. Esse índice permite identificar a participação relativa de cada variável em sua composição final.

Para construir o índice, foi necessário estabelecer um valor para cada resposta atribuída pelo entrevistado às perguntas. Em outras palavras, em uma pergunta qualquer o entrevistado

pode responder “sim”, “às vezes” e “não”. Com isso, foi necessário estabelecer qual o valor de cada alternativa para construir o índice. Optou-se por utilizar a seguinte classificação das respostas: zero para “não”; um para “às vezes”; e dois para “sim”.

O Índice de Capital Social das famílias assentadas será calculado da seguinte forma:

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{máx i}} \right] \quad (1)$$

A contribuição de cada indicador no ICS por sua vez dada por:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{n \left(\sum_{i=1}^m E_{máx i} \right)} \quad (2)$$

Em que:

ICS = Índice de Capital Social;

E_{ij} = escore do i -ésimo indicador, alcançado pelo j -ésimo produtor;

$E_{máx i}$ = escore máximo atingível pelo indicador i ;

$i = 1, \dots, m$ número de indicadores;

$j = 1, \dots, n$ número de produtores;

C_i = contribuição do indicador i no ICS do grupo.

Técnica de análise

No presente estudo, foi utilizada a técnica de análise discriminante para calcular esse impacto (ver, por exemplo, HUBERTY, 1994; MANLY, 1994; MALHOTRA, 2001). O objetivo da análise foi avaliar se os indicadores do capital social são importantes para classificar o indivíduo como participante de grupos que normalmente resolvem problemas de ação coletiva. Como

exemplo de problema típico de ação coletiva será considerado o grau em que os indivíduos se dispõem a economizar água, que é um recurso comum, em momentos de dificuldade de abastecimento. As variáveis explicativas utilizadas para discriminar os grupos serão as mesmas usadas na composição do Índice de Capital Social, exceto as relacionadas à participação em associações.

A análise estatística multivariada utilizando funções discriminantes foi inicialmente aplicada por Fischer (1936) para decidir à qual dos dois grupos pertenceriam indivíduos sobre os quais tinham sido feitas diversas e idênticas mensurações. De modo geral, podem-se definir os seguintes objetivos para a análise discriminante:

- Estabelecer funções discriminantes ou combinações lineares das variáveis que melhor discriminam as categorias da variável dependente.
- Verificar se existem diferenças significativas entre os grupos, em termos das variáveis independentes.
- Determinar as variáveis dependentes que mais contribuem para que os grupos sejam diferentes.
- Classificar os casos em grupos, com base nos valores das variáveis dependentes.
- Avaliar a precisão da classificação.

A análise discriminante, conhecida como Discriminante Linear de Fisher, reduz o número de variáveis para um número menor de parâmetros, que são funções discriminantes linearmente dependentes das variáveis originais. Os coeficientes das funções discriminantes indicarão a contribuição das variáveis originais para cada função discriminante.

Um método comum na análise discriminante é o Stepwise, que seleciona as variáveis para entrar na análise, baseando-se nas suas capacidades de discriminação. O processo inicia selecionando a variável que apresenta maior valor de discriminação. Essa variável é pareada com as demais variáveis, uma de cada vez, e o

critério de seleção é novamente comparado. A variável que, em conjunto com a primeira selecionada, produzir o melhor valor para o critério, é a segunda variável escolhida para entrar na análise. Essas duas variáveis selecionadas são combinadas com as demais remanescentes, e a combinação que apresentar o maior valor para o critério de seleção determinará a terceira variável a entrar na equação. Do mesmo modo, todas as demais variáveis são testadas através do critério de seleção, até que todas sejam ordenadas pelas suas capacidades de discriminação.

Formalmente, para o caso de dois grupos, o método de decisão estatística designa uma observação para o grupo 1, se

$$Z \geq \frac{\bar{Z}_1 + \bar{Z}_2}{2} + h \left[\frac{p_2 C(1/2)}{p_1 C(2/1)} \right] \quad (3)$$

E uma observação é classificada no grupo 2, se

$$Z < \frac{\bar{Z}_1 + \bar{Z}_2}{2} + h \left[\frac{p_2 C(1/2)}{p_1 C(2/1)} \right] \quad (4)$$

Em que:

Z = escore discriminante para uma dada observação;

Z_j = escore discriminante médio para o grupo j ;

p_j = probabilidade prévia do grupo j ;

$C(i/j)$ = custo de classificação incorreta dentro do grupo i de uma observação que pertence ao grupo j .

O método utilizado para identificar o poder de discriminar de uma variável é o teste de Lambda de Wilks (L^*). Esse teste considera como critério de seleção de variáveis o valor da Estatística F Multivariada para o teste da diferença entre os centróides dos grupos.

Fonte de dados

Para a realização da pesquisa, foram utilizados dados primários coletados por meio da aplicação de um questionário integrado desenvolvido pelo Banco Mundial para medir capital social. O questionário foi adaptado, sendo perguntas complementares inseridas, de acordo com os objetivos específicos do presente estudo.

A amostra foi escolhida aleatoriamente, em função da homogeneidade da população. O questionário foi aplicado em uma amostra de 39, em um total de 83 famílias, sendo 19 famílias do grupo de produtores que não trabalham coletivamente e 20, do grupo que o faz.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participação dos indicadores na composição do Índice de Capital Social

No Quadro 1, apresenta-se o Índice de Capital Social (ICS) para todo o assentamento, isto é, envolvendo tanto os produtores do grupo coletivo, quanto os da produção individual.

O ICS de 0,7077 pode ser considerado relativamente elevado, na medida em que seu valor máximo de 1 somente seria alcançado se todos os entrevistados respondessem “sim” a todas as perguntas. Conforme discutido anteriormente, existe a tendência de o entrevistado responder “às vezes” para perguntas pessoais. Com isso, apesar de não responder negativamente, esse tipo de resposta intermediária reduz o valor final do ICS.

Observando-se a participação individual de cada variável no ICS, percebe-se que as maiores freqüências de respostas positivas ocorreram nas variáveis “conversa com vizinhos” e “participação em sindicato de trabalhadores”, cujas contribuições foram de 13,41% e 13,04%, respectivamente. A elevada contribuição dessas variáveis no ICS explica-se pela trajetória de vida dos assentados. O longo convívio entre eles antes de serem assentados estabeleceu laços de amizade, os quais são refletidos em conversas freqüentes com os amigos (vizinhos). Além disso, a conquista conjunta da terra despertou a necessidade de união, refletida na elevada participação em sindicatos e similares.

De acordo com os dados, o nível de capital social no grupo coletivo (0,73) é maior do que na produção individual (0,6842). Além disso, o peso das variáveis na composição do ICS também é diferente. No ICS do grupo coletivo, a variável que teve maior participação foi “conversa com vizinhos”, com peso de 13,01%, seguida pela variável “participação em sindicato de trabalhadores”, com 12,33%. Já no sistema de produção individual, as variáveis “participação em sindicato de trabalhadores” e “conversa com vizinhos” tiveram influência idêntica no ICS final. De modo geral, os produtores que trabalham coletivamente, comparativamente aos que adotam o sistema individual, participam mais de movimentos políticos e de associações de pais e professores, têm mais confiança nas pessoas e participam um pouco mais de trabalho voluntário. Mas, estranhamente em vista da teoria, tendem a apresentar um comportamento menos solidário em situações de emergência. Retornaremos a esse ponto na subseção seguinte.

Quadro 1: Índice de capital social para cada grupo de produtores e da população total do assentamento Primeiro de Junho

| Indicador | Coletivo | | Individual | | População | |
|----------------------------------|----------|-------|------------|-------|-----------|--------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| 1) Participação em associações | | | | | | |
| Associações de produtores | 0,0850 | 11,64 | 0,0895 | 13,08 | 0,0872 | 12,32 |
| Sindicato de Trabalhadores | 0,0900 | 12,33 | 0,0947 | 13,85 | 0,0923 | 13,04 |
| Movimento político | 0,0800 | 10,96 | 0,0526 | 7,69 | 0,0667 | 9,42 |
| Associação de Pais e Professores | 0,0400 | 5,58 | 0,0263 | 3,85 | 0,0333 | 4,71 |
| 2) Confiança | | | | | | |
| Confiança entre as pessoas | 0,0525 | 7,19 | 0,0474 | 6,92 | 0,0500 | 7,07 |
| 3) Redes e solidariedade | | | | | | |
| Ajuda em caso de emergência | 0,0700 | 9,59 | 0,0711 | 10,38 | 0,0705 | 9,96 |
| Empréstimo de dinheiro | 0,0650 | 8,90 | 0,0711 | 10,38 | 0,0679 | 9,60 |
| 4) Inclusão e sociabilidade | | | | | | |
| Conversa com vizinhos | 0,0950 | 13,01 | 0,0947 | 13,85 | 0,0949 | 13,41 |
| Atividades recreativas | 0,065 | 8,90 | 0,0579 | 8,46 | 0,0615 | 8,70 |
| 5) Ação voluntária | | | | | | |
| Trabalho voluntário | 0,0875 | 11,99 | 0,0789 | 11,54 | 0,0833 | 11,78 |
| TOTAL | 0,7300 | 100,0 | 0,6842 | 100,0 | 0,7077 | 100,00 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Problemas de ação coletiva detectados no assentamento rural e percepções dos assentados quanto às atitudes coletivas

De acordo com os dados levantados, infere-se que os relativamente elevados indicadores de capital social não foram suficientes para resolver dilemas sociais de ordem superior na comunidade. Uma manifestação desse tipo de dilemas no assentamento refere-se ao abastecimento e uso da água. Ao investigar sobre as percepções dos assentados sobre o comportamento das pessoas, caso houvesse algum problema no abastecimento da água, constatou-se que os entrevistados, em sua maioria, achavam que poucas famílias economizariam água, conforme os dados do Quadro 2 abaixo. A análise a partir da opinião do indivíduo sobre o outro foi para não constranger os respondentes a dizer que eram *free-riders*.

Quadro 2: Percepções dos assentados sobre o comportamento das pessoas na possibilidade de problemas de abastecimento de água

| Especificação | Coletivo | Individual | Média |
|-----------------------------|----------|------------|--------|
| A maioria economizaria água | 35,00 | 50,00 | 42,11 |
| Poucos economizariam água | 65,00 | 50,00 | 57,89 |
| TOTAL | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados, verifica-se que, embora com estoque de capital social elevado, cerca de 58% dos entrevistados afirmaram que poucos economizariam água. Ainda mais surpreendente é a maior frequência de pessoas do grupo coletivo que acha que as outras não economizariam água (65%). Em outras palavras, apesar de maior Índice de Capital Social, as famílias do grupo coletivo têm maior desconfiança na solução de problemas de ação coletiva do que as da produção individual.

Segundo relatos dos entrevistados, a percepção negativa quanto ao racionamento de água procede de um problema

ocorrido no passado. De acordo com os depoimentos, no início do assentamento havia apenas um cano de água que abastecia todas as casas. Algumas famílias que moravam mais próximas à fonte não limitavam o consumo, ocasionando a falta de água para as famílias que moravam mais distante.

A explicação para o comportamento dessas famílias era que, caso as demais respeitassem o consumo da água, o fato de só ela não economizar não faria diferença na quantidade da água (o que claramente caracteriza uma situação de dilema do prisioneiro). Esse procedimento perdurou até a instalação do saneamento de água nas casas, realizado pela Copasa, a qual passou a cobrar pelo serviço. Somente após essa intervenção foi possível solucionar o problema da água. Assim, foi preciso adotar um incentivo negativo (a cobrança pelo consumo da água) para solucionar o comportamento oportunista das pessoas.

Para testar a existência de problemas de ação coletiva independentemente da presença de capital social, utilizou-se a técnica multivariada de análise discriminante. Tal técnica permite identificar se os indicadores que compõem o Índice de Capital Social discriminam os indivíduos como participantes de grupos que normalmente resolvem dilemas de ação coletiva de ordem superior.

A variável dependente utilizada foi o comportamento das pessoas diante do problema de abastecimento de água. Para se realizarem os testes, foram construídos dois grupos: no primeiro grupo estavam os entrevistados que achavam que a maioria das pessoas economizaria água; e, no segundo grupo, aqueles que acreditam que poucos ou ninguém economizaria água perante um problema de abastecimento. Para discriminar os grupos, as variáveis explicativas utilizadas foram aquelas que fizeram parte do cálculo do ICS, exceto as relacionadas à participação em associações.

As variáveis explicativas foram testadas individualmente para verificar sua capacidade de discriminar os grupos. Para isso, utilizou-se o teste de Wilks' Lambda, que varia de 0 a 1. Quanto

menor o valor do teste de Wilks' Lambda, maior é a probabilidade de que a variável explicativa em questão seja estatisticamente significativa para discriminar entre os grupos. Os resultados dos testes encontram-se no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3: Resultado do modelo de análise discriminante para o problema de abastecimento de água

| Indicador | Teste de Wilks' Lambda |
|----------------------------|------------------------|
| Trabalho voluntário | 1,000 |
| Conversa com vizinhos | 0,915 |
| Empréstimo de dinheiro | 0,965 |
| Ajuda em emergência | 0,983 |
| Confiança entre as pessoas | 0,996 |
| Atividades recreativas | 0,992 |

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o modelo utilizado, todas as variáveis possuem valor do teste de Wilks' Lambda superior a 0,9, ou seja, superior ao limite máximo de significância estatística de 0,1. Isso significa que nenhuma variável tem capacidade de discriminar os grupos de pessoas. Esses resultados indicam a hipótese de que os elevados Índices de Capital Social não são suficientes para resolver dilemas de ação coletiva de ordem superior.

Duas outras observações de campo parecem sugerir essa conclusão. A primeira foi a constatação de menor produtividade de alguns assentados, relativamente a outros. Esse problema parece decorrer do fato de que os trabalhadores recebem (alimentos ou dinheiro) por horas trabalhadas. A fiscalização ocorre somente no critério tempo trabalhado, mas não no volume produzido por cada trabalhador. Isso significa que uma pessoa que trabalhou o mesmo tempo que outra, porém produziu o dobro, receberá a mesma quantidade.

Nessas situações é racional para cada indivíduo adotar a postura de *free-rider*, esperando a contribuição alheia para a

provisão de um bem que beneficie o grupo como um todo, visto que, embora eles não produzam como deveriam, não contribuindo para a provisão dos bens, o fato de apenas cumprirem o horário de trabalho já os autoriza a usufruir dos benefícios.

A segunda situação detectada no grupo coletivo que parece refletir a presença de um dilema de ação coletiva é a patente falta de interesse dos trabalhadores em algumas atividades. Sendo a atividade leiteira a que mais exige esforço, pois é preciso trabalhar todos os dias do ano, além de “plantões” esporádicos para cuidar dos animais (parto de bezerros, animais doentes etc.), e a remuneração da mão-de-obra a mesma em todas as atividades, não é surpreendente que os produtores se esquivem dessa tarefa, se não houver outros incentivos para sua realização. No assentamento Primeiro de Junho, a presença de capital social em níveis razoáveis por si só não parece estar suprindo esses incentivos, já que os produtores contrataram um vaqueiro para realizar a tarefa.

CONCLUSÃO

Procurou-se neste trabalho identificar a presença de dilemas de ação coletiva em um assentamento rural, em que o pequeno tamanho e a relativa homogeneidade econômica e social de seus membros sugeriria, de acordo com a teoria da ação coletiva, que eles não são muito importantes. O principal resultado foi o de que, apesar da relativa disponibilidade de capital social que em princípio tenderia a favorecer a ação coletiva, persistem problemas que sugerem a presença de dilemas sociais de ordem superior no assentamento. Uma implicação importante da presença desse tipo de problema de ação coletiva para efeito de política de desenvolvimento é a de que, para romper a estagnação econômica vigente, será provavelmente necessário substituir práticas tradicionalmente adotadas pelos produtores que trabalham coletivamente, como a de definir remunerações por tempo de trabalho, por incentivos seletivos, como o pagamento

por produtividade. Observe-se, entretanto, que esta é apenas uma das condições necessárias; a literatura internacional tem acumulado evidências de que, para superar os obstáculos ao desenvolvimento em comunidades rurais, uma série de outras condições, como a definição de tecnologia apropriada e desenho institucional consistente com as realidades locais, têm que ser preenchidas simultaneamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXELROD, R. *The complexity of cooperation – Agent based models of competition and collaboration*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

BARDHAN, P. Irrigation and cooperation: an empirical analysis of 48 irrigation communities in South India. *Economic Development and Cultural Change*, v. 48 (4), jul. 2000.

BECKER, C. D.; OSTROM, E. Human ecology and resource sustainability: the importance of institutional diversity. *Annual Review of Ecology and Systematic*, v. 26, 1995.

BIALOSKORSKI NETO, S. *Capital social, governança e desenvolvimento da agricultura: um ensaio analítico*, 2003. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/bialoskorski.pdf>>.

COASE, R. [1937] The nature of the firm. *Economic*, 4, 16. Reimpr. In: WILLIAMSON, O.; WINTER, S. (Eds.). *The nature of the firm – Origins, evolution, and development*. Nova York: Oxford University Press, 1991.

COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.

FINE, B. The development State is dead – Long live social capital?. *Development and Change*, v. 30, p. 1-19, 1999.

FISCHER, R. A. The use of multiple measurements in taxonomic problems. *Annals of Eugenics*. 7, 1936, p. 179-188.

HARRISS, J.; RENZIO, P. Policy arena. "Missing link" or analytically missing?: the concept of social capital. An introductory bibliographic essay. *Journal of International Development*, v. 9, n. 7, p. 919-937, 1997.

HUBERTY, C. J. *Applied Discriminants*. Nova Yorque: Wiley-Intersciend, 1994.

LEVI, M. Social and unsocial capital: a review essay of Robert Putnam's *Making democracy work*. *Politics & Society*, v. 24, n. 1, p. 45-55, 1996.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANLY, B. F. J. *Multivariate statistical methods: a primer*, 2^a ed. Londres: Chapman & Hall, 1994.

MAYORGA, F. D. O.; KHAN, A. S.; MAYORGA, R. D.; LIMA, P. V. S. Capital social, capital físico e a vulnerabilidade do sertanejo: o caso das comunidades de Lustal e Sítio Lagoa no município de Tauá, Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 42, n. 1, p. 111-132, 2004.

NASCIMENTO, H. M. *Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente*. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas.

NORTH, D. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5 (1), inverno 1991.

_____. Economic performance through time. *The American Economic Review*, v. 84 (3), jun. 1994.

_____. *Institutions, institutional change and economic performance*. Nova York: Cambridge University Press, 1996.

OSTROM, E. Collective action and the evolution of social norms. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14 (3), verão 2000.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; J. WALKER. *Rules, games and common-pool resources*. Michigan: Michigan University Press, 1999.

PUTNAM, R. *Making democracy work* – Civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

TANG, S. Y. Institutional arrangements and the management of common-pool resources. *Public Administration Review*, v. 51 (1), 1991.

WILLIAMSON, O. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. *Journal of Law and Economics*, 22, out. 1979.

_____. *The economic institutions of capitalism*. Nova York: Free Press, 1985.

_____. *The mechanism of governance*. Nova York: Oxford University Press, 1996.

ANA PAULA WENDLING GOMES é economista doméstica, mestre em extensão rural – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – UFV, <anpaulawg@bol.com.br>.

NEWTON PAULA BUENO fez doutorado em economia – Unicamp, é professor de economia da UFV, <npbueno@ufv.br>.



GEOTECNOLOGIAS NO PLANEJAMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

PREMISSA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL *

JORGE LUÍS NASCIMENTO SOARES
CARLOS ROBERTO ESPINDOLA

RESUMO *Os projetos de assentamentos rurais em áreas de reforma agrária devem apresentar, na ordenação interna do espaço físico, os princípios básicos para as ações promotoras do desenvolvimento rural sustentável, ou seja, de adequação dos interesses ambientais, sociais e econômicos. O parcelamento desordenado ou locação inadequada da infra-estrutura pode inviabilizar as atividades econômicas e sociais de um projeto de assentamento, além dos danos ambientais que podem causar. O presente estudo aborda aspectos relacionados à aplicação da geociência na implantação de projetos de reforma agrária, com o propósito de direcionar as discussões para a importância das geotecnologias na preparação de ambiente favorável ao desenvolvimento rural sustentável. Discutem-se as perspectivas da geotecnologia no contexto dos assentamentos rurais, uma vez que são expressivos os recursos humanos e financeiros aplicados no processo, e os resultados nem sempre satisfatórios.*

PALAVRAS-CHAVE *Sustentabilidade; reforma agrária; organização territorial; agroecologia; geociência.*

ABSTRACT *Rural settlements in areas of land reform must present, in terms of the ordering of the physical space, the basic principles for sustainable rural development, which in other words are the adequacy of environmental, social and economical interests. The disorderly subdivisions or inadequate placement of any type of infrastructure can invalidate the economic and social activities of a settlement project, in addition to the environmental damage that it can cause. The present study approaches aspects related to the application of geoscience in the deployment of land reform projects, focusing on the importance of geotechnologies for the achievement of favorable environment conditions and sustainable rural development. Geotechnology perspectives in the context of rural settlements are discussed since despite the significant human and financial resources employed in the process, the results are not always satisfactory.*

KEY WORDS *Sustainability; land reform; territorial organization; agroecology; geosciences.*

* Este trabalho contou com a colaboração da Divisão Técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Pará Inkra SR 01, por intermédio dos setores de Implantação e Consolidação de Projetos, Meio Ambiente e Recursos Naturais e Cartografia, com informações importantes sobre a área estudada.

APRESENTAÇÃO

Os investimentos e as proposições de projetos de engenharia e uso de recursos naturais, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, têm deixado de ser analisados apenas pelo seu caráter tradicionalmente desenvolvimentista, passando a ser concebidos e avaliados sob a perspectiva de sua efetiva contribuição à sustentabilidade do sistema ambiental, social e econômica, tanto sob o ponto de vista local, quanto o regional ou global. As geociências vêm-se adaptando a essa tendência geral, dirigindo parte significativa de suas pesquisas e aplicações com o enfoque do desenvolvimento sustentável, procurando dar respostas às demandas correlatas (BITAR et al., 2000, p. 79-90). Entretanto, para corresponder aos compromissos assumidos em campanhas eleitorais, as verbas e as iniciativas na reforma agrária acompanham o ritmo e o local dos conflitos agrários, em detrimento de um eventual planejamento sustentável dos projetos de assentamento (SCOLESE, 2005).

Ainda que com o aporte significativo de recursos humanos e financeiros para os projetos de assentamento dotados pelo governo federal, não se tem garantido uma melhoria da qualidade de vida aos beneficiários, além do freqüente descumprimento da legislação ambiental (ARAÚJO, 2006, p. 35). Acredita-se que a origem desse quadro resida principalmente na organização territorial das áreas, quando é definido o posicionamento dos lotes agrícolas e da infra-estrutura. Quase sempre os procedimentos seguem modelos organizativos preexistentes, de difícil correção posterior. Logo, a nova ordem da paisagem dos assentamentos rurais deve atender a preceitos técnicos apropriados e ser definida na fase de implantação dos projetos.

O presente estudo tem por objetivo enfatizar problemas recorrentes nas áreas de reforma agrária na região amazônica, cuja origem pode estar relacionada a equívocos estruturais observados na implantação dos projetos de assentamento, de modo a

motivar discussões dirigidas à valorização das geotecnologias nos propósitos do desenvolvimento rural sustentável em assentamentos rurais.

SITUAÇÃO DO PROBLEMA

O desenvolvimento rural sustentável ganha notoriedade com o agravamento dos problemas sociais e ambientais no meio rural. Nas discussões cuja temática é a sustentabilidade dos projetos de reforma agrária, fica evidente o embasamento filosófico, sociológico, ecológico e ético, porém não há estudos que enfatizem a importância do uso inadequado das geotecnologias na insustentabilidade de muitos assentamentos. É evidente a ênfase atribuída às ciências humanas e aos conhecimentos tradicionais difusos, de reconhecida importância para o desenvolvimento local, no entanto, de aplicação condicionada à estrutura organizativa das áreas, que, dependendo do planejamento adotado, pode restringir as proposições ao campo teórico. Da mesma forma, a maioria dos debates referentes à infra-estrutura e benfeitorias nos projetos de assentamento em áreas de reforma agrária, incidem na valorização dos recursos alocados e na engenharia de construção, sem a devida importância espacial das obras e das implicações ambientais.

As políticas públicas, mesmo com inversões financeiras significativas e apropriadas, ao incidirem em projetos de assentamentos tradicionais (PA) mal planejados, têm os resultados comprometidos. Nesses casos são verificados baixos rendimentos dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates – e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera –; o crédito habitação é aplicado e muitas vezes as construções são abandonadas, e torna-se impraticável atender a maioria das famílias com energia elétrica, água potável e saneamento básico. Esse quadro torna os beneficiários relutantes aos apelos alternativos de desenvolvimento em favor da assistência imediata, o que sustenta a posição de Leite (2006, p. 154), quando

afirma: “na maioria das situações, mesmo naquelas precárias, a situação das famílias no momento anterior à entrada no projeto de assentamento era ainda pior”. Essa posição demonstra entendimento fundamentado, exclusivamente, na valorização social e econômica imediata das famílias assentadas e, dessa forma, não deve ser considerada nas proposições de interesse do desenvolvimento rural sustentável.

Nos projetos de assentamento em que o meio físico não é fator levado em conta na distribuição espacial da infra-estrutura e benfeitorias, é usual deparar com investimentos elevados e ineficazes, a exemplo de extensas áreas desmatadas para a construção de estradas vicinais com excessivas obras de arte (SOARES, 2007). Pode ocorrer de o assentamento das famílias incidir em solos muito arenosos ou alagadiços, em relevo desfavorável e até mesmo em áreas com cobertura florestal primária, o que é vetado pelo Código Florestal Brasileiro no seu artigo 37.¹ A perfuração de poços artesianos sem o necessário estudo geotécnico pode levar à captação de água contaminada, como é o caso de projetos em que a elevada concentração de ferro exige, para o uso doméstico, tratamento contínuo e oneroso. Quando as políticas públicas de educação e de assistência técnica não apresentam resultados condizentes com os investimentos, as justificativas costumam ser atribuídas à precária condição da infra-estrutura do projeto, o que pode nivelar a avaliação dos trabalhos das empresas prestadoras de serviço, com prejuízo para as mais eficientes.

A adequada inserção da variável ambiental nas ações de reforma agrária ainda é muito incipiente e tem habitado muito mais o campo do discurso do que o da prática (ARAÚJO, 2006, p. 192). A agropecuária da grande maioria dos assentados está mais voltada ao paradigma da “moderna” agricultura, não direcionada aos preceitos da agroecologia; os assentados, em sua maioria, conhecem a legislação ambiental no que se refere às Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, mas têm ocorrido muito desmatamento e muita exploração de madeira

¹ É proibida, em área com cobertura florestal primária ou secundária em estágio avançado de regeneração, a implantação de projetos de assentamento humano ou de colonização para fim de reforma agrária, ressalvados os projetos de assentamento agroextrativista, respeitadas as legislações específicas.

ilegalmente; por vezes as instituições de assistência técnica estão sendo remuneradas, mas sem estarem prestando um serviço adequado; por via de regra a situação econômica da maioria dos assentados é insatisfatória, o que gera pressão sobre os recursos naturais e compromete a viabilidade econômica da Política de Reforma Agrária; a maioria dos projetos antigos ainda permanece sem a licença ambiental, como também a maior parte dos assentamentos criados após a Resolução Conama n. 289 não foram licenciados.²

As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo, oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal. Consideram-se de preservação permanente, pelo referido Código, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja: 30 m para os cursos d'água de menos de 10 m – 50 m para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 m de largura; 100 m para os cursos d'água que tenham de 50 a 200 m de largura; 200 m para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 m de largura; 500 m para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 m. b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 m de largura; d) no topo de morros, montes, montanhas e serras; e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45, equivalente a 100% na linha de maior declive; f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 m em projeções horizontais; h) em altitude superior a 1.800 m, qualquer que seja a vegetação (Código Florestal Brasileiro).

2 A Resolução Conama n. 389, de 25.10.2001, estabelece as diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

O autor também afirma que a atenção focada em números (número de famílias assentadas, quantos hectares desapropriados, número de assentamentos atendidos pelo Programa de Ates e Pronera etc.) não permite estabelecer, por exemplo, quantas das famílias assentadas estão vivendo com qualidade e renda suficiente para atender às suas necessidades; quantos dos hectares desapropriados são terras adequadas para a produção agropecuária, ou, até mesmo, quantas das famílias estão recebendo uma adequada Assistência Técnica, Social e Ambiental.

Essa condição gera incapacidade de emancipação dos projetos, que acabam sendo transformados em sumidouros de recursos públicos, a exemplo de projetos de assentamentos criados nas décadas de 80 e 90 no estado do Pará, ainda dependentes dos recursos da reforma agrária. Mesmo com a marcada presença do governo federal nos projetos de assentamento, com medidas reparadoras da infra-estrutura e dos danos ambientais, ainda assim é usual a ineficácia das ações, o que pode ser atribuído a erros estruturais de difícil solução a exemplo do posicionamento inadequado de estradas e parcelas. Projetos de assentamento mal planejados favorecem o extrativismo predatório ao prover a área de infra-estrutura mesmo precária, mão-de-obra não qualificada e um “proprietário” cúmplice, condição facilmente observada no elevado passivo ambiental atribuído aos projetos de assentamentos de trabalhadores rurais. Para os projetos de assentamentos apresentados na Tabela 1, as imagens de satélite revelam desmatamento superior ao permitido pela legislação ambiental para a floresta amazônica, com 73% da área total desmatada, quando o permitido por lei não deve superar 20%.

Tabela 1: Cobertura florestal primária em PAs tradicionais implantados nas décadas de 80 e 90 pela Superintendência Regional do Incra (Pará) SR 01

| Data de criação | PA | Área total un | Reserva legal obrigatória 80% | Desmatamento autorizado 20% | Desmatamento realizado | Passivo ambiental* | % |
|-----------------|----|------------------|----------------------------------|--------------------------------|------------------------|--------------------|-------|
| | | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | | ha | ha | ha | ha | ha | % |
| 1986 | 1 | 17.399 | 13.919 | 3.480 | 17.399 | 13.919 | 80 |
| 1987 | 4 | 30.047 | 24.037 | 6.010 | 29.895 | 23.885 | 79 |
| 1988 | 1 | 7.485 | 5.989 | 1.496 | 7.485 | 5.989 | 80 |
| 1992 | 5 | 27.577 | 22.061 | 5.516 | 27.249 | 21.733 | 79 |
| 1993 | 2 | 10.509 | 8.407 | 2.102 | 10.509 | 8.407 | 80 |
| 1994 | 2 | 104.364 | 83.491 | 20.873 | 90.172 | 69.299 | 66 |
| 1995 | 3 | 79.127 | 63.303 | 15.296 | 78.228 | 62.404 | 79 |
| 1996 | 3 | 91.477 | 73.181 | 18.296 | 90.188 | 71.892 | 78 |
| 1997 | 7 | 92.860 | 74.288 | 18.572 | 88.478 | 69.906 | 75 |
| 1998 | 11 | 118.702 | 94.962 | 23.740 | 99.866 | 76.126 | 64 |
| 1999 | 2 | 3.208 | 2.566 | 642 | 3.208 | 2.566 | 80 |
| Total | 41 | 582.755 | 466.204 | 116.551 | 542.677 | 426.126 | 73 |

* Passivo ambiental – nesse caso refere-se à área desmatada superior ao permitido na legislação ambiental.

Fonte: Divisão Técnica – Setores de Cartografia e de Implantação de Projetos da SR 01 Incra (Pará). Imagem de satélite Landsat TM5 de julho de 2006.

Deve ser também considerada como um desserviço para a qualidade dos assentamentos rurais a rigidez das metas numéricas estabelecida para avaliação do Programa de Reforma Agrária. Essa exigência acelera a criação de projetos de assentamento muito mais focados em números do que na qualidade. O propósito quantitativo motiva o uso inadequado da terminologia “Projeto de Assentamento” para as ações em áreas de regularização fundiária e em ambientes de ilhas e várzeas de elevado contingente populacional.

GEOTECNOLOGIAS E PLANEJAMENTO

As demandas em geotecnologia estão hoje associadas, sobretudo, às necessidades de caracterização, avaliação e solução de problemas decorrentes das relações entre as intervenções humanas e o meio físico geológico. Em estudo realizado por Bitar et al. (2000), sobre as tendências e desafios das geociências para o estado de São Paulo, foram abordados aspectos relacionados ao uso da geotecnologia sob a perspectiva da sustentabilidade. No que se refere à recuperação de áreas degradadas, ficou evidenciado que a geotecnologia deve estar associada à avaliação detalhada das condições de degradação do meio físico, para auxiliar a definição da melhor alternativa tecnológica de remediação. Deve ser avaliada a disponibilidade de recursos hídricos e pedológicos para propiciar aos órgãos gestores e usuários, as informações técnicas sobre a oferta de água e proteção dos mananciais, bem como as condições do meio físico para a construção civil. O estudo evidencia o modo inadequado e insustentável da ocupação territorial do estado e a necessidade de tecnologias dirigidas ao monitoramento de impactos ambientais induzidos por diferentes formas de uso do solo.

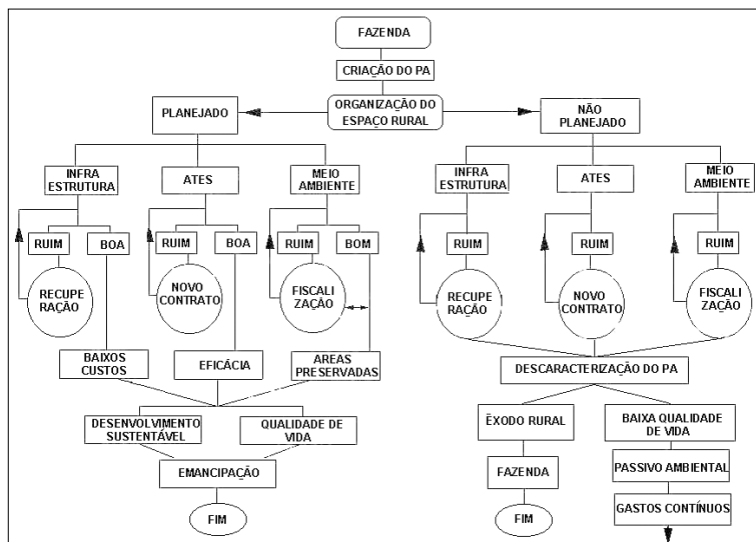
Os projetos de assentamentos humanos admitem comportamentos diferenciados, em conformidade com o planejamento da organização interna das áreas. Quando as intervenções têm o suporte de estudos ambientais e socioeconômicos, além da aplicação de conhecimentos técnicos apropriados, as iniciativas de desenvolvimento têm possibilidade de ocorrer sem ônus adicionais para o empreendimento. É possível a recuperação da infra-estrutura a custos baixos, quando necessário, ao se admitir terem elas sido locadas adequadamente, bem como corrigir a ineficiência das empresas prestadoras de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates. Nesse caso, os resultados são de responsabilidade exclusiva da empresa contratada. A materialização da reserva legal e das áreas de preservação permanente insere a preocupação ambiental

nos assentamentos e estabelece meios para atender a legislação ambiental, tanto preservando as áreas florestadas, quanto na recuperação das alteradas.

A falta de planejamento, no entanto, dificulta, e até inviabiliza, as ações reparadoras da infra-estrutura, de ajustes da Ates e de mitigação dos impactos ambientais. A construção de uma estrada vicinal pode significar grandes trechos construídos, com pontes e obras de arte numerosas, a requererem futuros reparos contínuos e dispendiosos. A Ates, mesmo exercida por empresas idôneas, demonstra que resultados satisfatórios exigem muita energia e capital, tanto pelo acesso naturalmente comprometido, quanto pelas características do meio físico, quase sempre desfavoráveis em parcelamentos efetuados sem critério. No tocante às questões ambientais, mesmo com todo o apelo atribuído ao tema, verifica-se que as áreas de Reserva Legal, quando não definidas no anteprojeto de demarcação topográfica, revelam resistência na preservação da vegetação nativa, com o agravante de elevar o passivo ambiental atribuído à reforma agrária. Sem o acompanhamento técnico eficiente e em tempo hábil, a tendência é a descaracterização do projeto de assentamento, resultando na concentração de lotes, baixa qualidade de vidas das famílias assentadas, êxodo rural, passivo ambiental e dependência contínua de recursos públicos.

A representação gráfica apresentada na Figura 1 sintetiza a tendência dos assentamentos rurais, em conformidade com o planejamento das intervenções no meio físico. As áreas submetidas a um planejamento adequado, com aplicação de geotecnologias apropriadas, possibilitam a eficácia das políticas públicas, vislumbrando a emancipação do projeto a curto ou médio prazo. No tocante aos assentamentos mal planejados, ou sem o planejamento apropriado das intervenções, as condições são favoráveis à concentração de lotes, ineficácia dos recursos aplicados e conseqüente insustentabilidade do empreendimento.

Figura 1: Fluxograma com a tendência dos Projetos de Assentamento de acordo com o planejamento das intervenções no meio físico



O PA VALE DO BACABA

A evolução do uso das terras no Projeto de Assentamento Vale do Bacaba, em Capitão Poço (PA), constitui bom exemplo da falta de planejamento na implantação dos projetos de assentamento na região amazônica. Em 1995, quando a então fazenda de 13.927 ha foi ocupada por agricultores sem terra, 5.260 ha (38%) apresentavam cobertura vegetal nativa preservada; 4.714 ha (34%) estavam cobertos com floresta descaracterizada, em razão da extração madeireira, e 3.953 ha (28%) desflorestados (Figura 2). O projeto foi implantado em 1996, para o assentamento de 574 famílias, em parcelas individuais de aproximadamente 25 ha, sendo parcelada toda a área envolvida. A Figura 3 revela a supressão completa da vegetação nativa no referido PA, após dez anos de sua implantação, demonstrando não ter havido planejamento tecnológico apropriado para definição da infra-estrutura e das áreas de interesse ambiental, reserva legal e áreas de preservação permanente.

Figura 2: Imagem de satélite Landsat TM5, WRS 223 61, RGB 543 de agosto de 1995 da então fazenda, futuro Projeto de Assentamento Vale do Bacaba

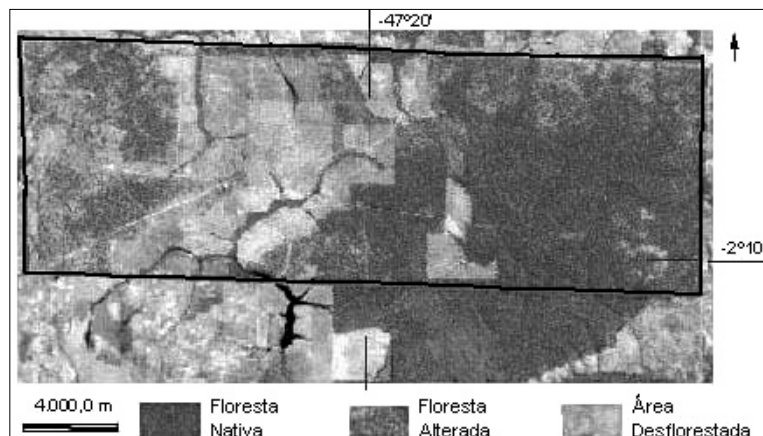
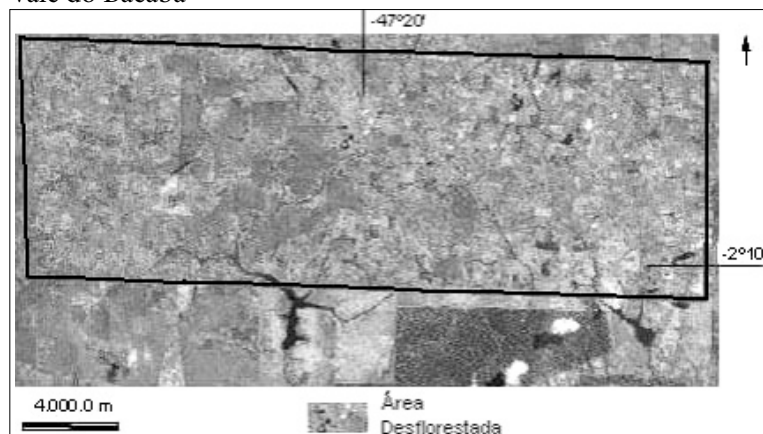


Figura 3: Imagem de satélite Landsat TM5, WRS 223 61, RGB 543 de julho de 2005, dez anos da criação do Projeto de Assentamento Vale do Bacaba



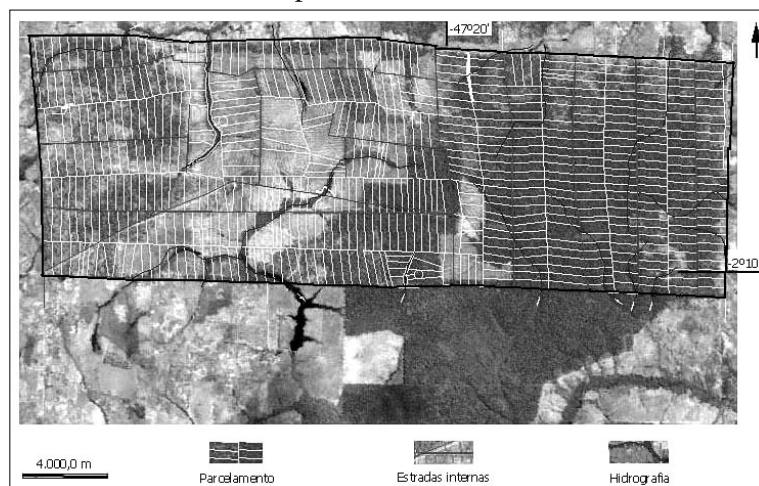
Essa falta de planejamento na fase de implantação do PA Vale do Bacaba fica evidente mediante exame do mapa temático do uso da terra em 1996, quando o projeto foi criado (Figura 4). A demarcação topográfica não levou em conta as estradas existentes e a rede hidrográfica da região, o que resultou em determinadas

parcelas com excesso de água, outras em áreas secas e algumas cortadas por estradas antigas que foram incorporadas ao projeto. Outro aspecto relevante é a regularidade das parcelas de 25 ha, demarcados em 250 m x 1.000 m, com traçado retilíneo e paralelo das estradas, além do parcelamento em área sob floresta nativa. Essas evidências permitem constatar que o PA Vale do Bacaba foi demarcado tendo como única referência o perímetro fixo da área. Não houve um diagnóstico das condições do meio físico (recursos naturais) ou mesmo uma interpretação de cartas planialtimétricas ou de imagens de satélite, antecedendo a elaboração do projeto de demarcação.

O Projeto de Assentamento Vale do Bacaba está posicionado no divisor de águas de duas bacias hidrográficas, e as imagens de satélite indicam diversas nascentes e pequenos cursos d'água entremeados no parcelamento. Para atender à legislação ambiental, o formato aplicado de parcelamento total da área determina que a Reserva Legal seja de responsabilidade individual nas parcelas, o que pulveriza as ações de preservação dos recursos naturais e dificulta a fiscalização.

As informações contidas no Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vale do Bacaba realizado pela Codessus (2003) revelam que sete anos após a implantação do projeto foram identificados: total supressão da vegetação primária, condições precárias de saúde e educação, ausência de saneamento básico e comunidades que não dispõem de sistemas de abastecimento e tratamento de água para as famílias. O parcelamento feito determina a construção de 120 km de estrada internas e o correspondente investimento em eletrificação rural, para que todos os 574 lotes demarcados sejam atendidos. No entanto, há registro da construção de 35 km pelo Inbra, o que corresponde a um *deficit* de 85 km de estradas internas. A falta de planejamento que torna o projeto excessivamente exigente em infra-estrutura pode ser a razão principal para as dificuldades de implantação de todo o investimento necessário.

Figura 4: Uso da terra no Vale do Bacaba em 1996: 3.953 ha com pastagem plantada; 4.714 ha com floresta alterada e 5.260 ha com floresta nativa; 570 parcelas demarcadas de 25 ha



O estabelecimento de um planejamento adequado ao referido PA, para efeito de comparação ao que foi implantado, é possível a partir do emprego dos recursos de sensoriamento remoto. O mesmo número de parcelas demarcadas poderia ter sido estabelecido nas áreas já alteradas pelo antigo proprietário, com redução dos custos de implantação, reduzindo o impacto ambiental nos setores florestados. A redução da área das parcelas implicaria o aumento proporcional da gleba coletiva a ser preservada, sem prejuízo da atividade agrícola prevista no projeto, com redução de estradas internas e dos setores parcelados. Para os lotes de 25 ha, a legislação ambiental admite, para a região amazônica, que sejam desmatados até 5 ha ou 20% da área total. Na proposta apresentada, haveria redução da área das parcelas individuais, permanecendo a área útil de trabalho em 5 ha, com a diferença para atingir os 25 ha, fazendo parte da reserva legal coletiva nos setores florestados. Assim, na estimativa feita para o Projeto de Assentamento Vale do Bacaba, um lote demarcado com 13 ha manteria a atividade agrícola tradicional em 5 ha,

com 8 ha preservados no lote como reserva legal individual e 12 ha, complemento para atingir os 25 ha, integrando a reserva coletiva para totalizar 80% de RL do assentamento. Dessa forma, haveria redução dos gastos de implantação do projeto, respeito à legislação ambiental e construção de um ambiente favorável às proposições do desenvolvimento rural sustentável.

Observe-se, nesse contexto, a importância do emprego da geotecnologia na elaboração dos projetos de assentamento rurais, especificamente no que concerne à preparação de ambiente sustentável e, por conseguinte, maior possibilidade de sucesso do empreendimento. A pedologia deve ser utilizada como recurso para o posicionamento adequado das parcelas, observando-se aspectos como a fertilidade e permeabilidade dos solos; os recursos hídricos são fundamentais na identificação dos setores apropriados para a construção de agrovilas, aterros sanitários e preservação ambiental. O emprego adequado da geomorfologia possibilita o traçado ideal das estradas de acesso, reduzindo custos com a redução dos trechos construídos com obras de arte e recuperação futura. A geologia da área deve contribuir para a indicação de locais apropriados para a construção de represas e perfuração de poços artesianos, com maior garantia de qualidade da água a custos reduzidos. Essas premissas devem ser atendidas como pré-requisito para as discussões no campo do desenvolvimento rural sustentável em áreas de reforma agrária.

LIMITAÇÕES E ALTERNATIVAS

A morosidade entre a obtenção das áreas pelo Incra e a criação dos projetos implica a ordenação espontânea das famílias interessadas, o que compromete uma organização planejada posterior. Quando o parcelamento é feito pelos ocupantes das áreas, geralmente os setores com vegetação nativa são os imediatamente ocupados, tanto pela fertilidade natural (solos sob floresta), quanto pelo interesse na exploração imediata da biodiversidade. Logo, a ordenação adequada do espaço físico de

projetos de assentamento exige agilidade e atitude dos executores no planejamento das intervenções: agilidade, para antever possíveis deformações quando o parcelamento é idealizado pelos beneficiários, e atitude, para efetivar algumas ações importantes para o desenvolvimento sustentável do projeto.

Na maioria das vezes, as áreas destinadas ao Programa de Reforma Agrária estão ocupadas por integrantes dos movimentos sociais, a exemplo do PA Vale do Bacaba, ou já habitadas por agricultores tradicionais. Nessas condições, é difícil estabelecer acordo para uma nova geografia do assentamento, sendo ratificado o formato existente, o que pode comprometer o investimento e até inviabilizar o empreendimento a curto ou médio prazo. Nesse caso, a alternativa é esclarecer as famílias assentadas sobre a importância da organização do espaço físico para a sustentabilidade do projeto.

A pressão dos movimentos sociais para solução dos graves problemas no meio rural e a necessidade do governo federal em atingir metas numéricas têm motivado a implantação de assentamentos sem um planejamento mínimo. A falta de planejamento está evidenciada no número expressivo de projetos insustentáveis, o que suscitou a criação do Programa de Recuperação Ambiental para solução do problema nos projetos antigos. No entanto, os procedimentos adotados para a implantação dos novos projetos de assentamento, tradicionais, seguem o formato antigo de implantação, de resultados previsíveis. A alternativa, nesse caso, é que sejam planejadas as ações com medidas preventivas ao verificado nos projetos antigos, exigentes em infra-estrutura para consolidação e em programas de recuperação ambiental. A equipe técnica de implantação deve adotar os procedimentos que permitam o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento a serem criados, evitando o caminho longo e pouco eficiente dos ajustes e de recuperação.

As ações do atual governo brasileiro no trato dos projetos de assentamento tradicionais podem ser dimensionadas pelo crescente investimento em infra-estrutura social e produtiva e

ampliação do número de famílias beneficiadas. Os programas de apoio aos beneficiários da Reforma Agrária – Ates, Pronera, Pronaf, crédito instalação (apoio e habitação), luz para todos, e de consolidação e recuperação de projetos antigos – foram ampliados. No entanto, a permanência do modelo antigo de implantação dos projetos ainda favorece a continuidade do quadro de insustentabilidade ambiental; por conseguinte, não garante eficácia aos referidos programas.

Apesar da mobilização da comunidade científica em prol do desenvolvimento rural sustentável e do interesse de executores, fazem-se necessários ajustes para que os entendimentos correlatos sejam eficientemente aplicados. Tem-se a convicção de que a solução reside na inclusão de profissionais da área técnica com sólida visão de sustentabilidade nos procedimentos de implantação de projetos de assentamentos do governo federal, para poder, assim, conferir real praticidade às teorias disponíveis, depois de estabelecidas as condições estruturais para o desenvolvimento rural sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação dos preceitos ora estabelecidos para o planejamento da organização interna dos projetos de assentamentos rurais, que define que os modelos de estruturação fundiária emanem das peculiaridades socioculturais e ambientais locais, afigura-se condicionante ao êxito das iniciativas promotoras do desenvolvimento rural sustentável.

A organização interna dos assentamentos, quando bem planejada, permite uma avaliação das políticas públicas na reforma agrária sem a interferência de fatores estruturais, comumente apontados para justificarem o desinteresse dos agricultores (dificuldades de acesso, solos exigentes, Ates ineficiente, degradação ambiental para suprir necessidades básicas, dentre outras). Uma nova diretriz de um assentamento deverá seguir preceitos técnicos e culturais para que o empreendimento venha

permitir ações em prol da sustentabilidade. A intervenção do governo federal nas áreas ocupadas deverá mostrar agilidade para evitar o ordenamento aleatório, de difícil modificação para um modelo planejado. O parcelamento das áreas, quando necessário, deverá ser instituído a partir de uma visão holística do meio físico, quando são abordados, além dos aspectos técnicos e científicos, fatores sociais, econômicos e culturais nas decisões.

O elevado número de projetos de assentamentos humanos em desacordo com os propósitos da reforma agrária acarreta comercialização indevida das parcelas, aglutinação de lotes e desrespeito à legislação ambiental. Isso pode estar diretamente relacionado à falta de planejamento da geografia interna dos projetos, visto que têm sido elevados os investimentos do governo federal em infra-estrutura social e produtiva. Da mesma forma, o programa criado especificamente para a recuperação ambiental dos projetos de assentamentos antigos não tem apresentado resultados satisfatórios ao serem implementados em áreas comprometidas em sua organização espacial.

Para Suzuki (2004), a avaliação dos resultados dos projetos de assentamento rurais no Brasil não tem sido consensual nos meios políticos e acadêmicos. Isso leva a ponderações exacerbadas como a de Graziano Neto (2007), ao apontar a inviabilidade da reforma agrária, com críticas à ação dos movimentos sociais e aos procedimentos políticos e administrativos nos assentamentos, supervalorizando a agricultura de exportação praticada pelas grandes propriedades rurais. Por outro lado, há autores, a exemplo de Leite et al., (2004, p. 81), que defendem a viabilidade dos projetos de assentamento como fundamento básico da reforma agrária, bem como necessária para a configuração de um novo espaço agrário brasileiro.

Supõe-se que posicionamentos contra o programa de reforma agrária do governo federal devem estar embasados em assentamentos rurais que não refletem os propostos em legislação específica, na qual estão definidos os critérios para a implantação de Projetos de Assentamento. De acordo com a

referida legislação, os assentamentos rurais devem promover melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias, o que associa valores ambientais, sociais e econômicos (princípios da sustentabilidade).

Posições antagônicas devem estar fundamentadas em projetos construídos com alheamento dos princípios do desenvolvimento sustentável, tanto pelo imediatismo em equacionar problemas sociais, quanto para atender à equivocada meta quantitativa estabelecida pelos governos. Os resultados, nesse caso, ratificam posições contrárias aos assentamentos com respaldo nos projetos mal planejados (a exemplo do PA Vale do Bacaba, notadamente insustentável), restando aos defensores do modelo praticado a justificativa da distribuição de renda e em alguns índices resultantes da economia por aglomeração geográfica de populações rurais.

A rotulação de algumas áreas como inaproveitáveis para o assentamento humano deve ser admitida exclusivamente quando não se vislumbra uma real possibilidade do emprego de geotecnologias. Todo ambiente, com raras exceções, é passível de ser aproveitado para o assentamento de trabalhadores rurais, desde que respeitadas as limitações impostas pelo meio ambiente. A capacidade de assentamento deve ser definida a partir de um estudo criterioso das características pedológicas e hidrográficas da área, fundamentais para a adequada implantação da infraestrutura e das parcelas. Com esses procedimentos, a ocorrência de possíveis insucessos deverá ser creditada à qualidade gestora, comportando, portanto, soluções rápidas e eficazes.

A filosofia do desenvolvimento rural sustentável não pode prescindir de geotecnologias para fazer valer os conceitos alternativos de desenvolvimento. A responsabilidade técnica deve ser obrigatoriamente considerada, pois, em muitas áreas, as intervenções impostas ao meio físico, com a implantação de projetos de assentamentos insustentáveis, têm inviabilizado as práticas alternativas de desenvolvimento local, com o agravante de potencializar as atividades predatórias oportunistas, ao dotar o ambiente com infra-estrutura precária e mão-de-obra

disponível. Esse quadro seria certamente minimizado com ações ligadas à aplicação adequada de geotecnologias, aqui inserindo notadamente a pedologia, a geologia e a geomorfologia, dentre outras atinentes ao desenvolvimento rural sustentável.

Em conclusão, além da demanda em infra-estrutura social e produtiva, uma igual atenção deve constituir a cobrança de responsabilidade técnica, para que as intervenções conduzam à sustentabilidade. Além da exigência em recursos financeiros para ampliação do programa de reforma agrária, os movimentos sociais devem ampliar suas demandas e incluir a qualidade dos assentamentos, com importância para as intervenções na paisagem. A meta quantitativa para avaliar a ação do governo federal na reforma agrária induz à construção de projetos de assentamentos insustentáveis, e, por isso, deve ser substituída por outras que valorizem os parâmetros de caráter ambiental e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Flávia Camargo. *Reforma Agrária e Gestão Ambiental: encontros e desencontros*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília.

BITAR, Omar Yazbek; IYOMASA, Wilson Shoji; CABRAL JR., Marsis. Geotecnologia: tendências e desafios. *São Paulo Perspec*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 79-90, jul./set. 2000.

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Vale do Bacaba*. Codessus, Mãe do Rio, 2003.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Tamanho não é documento*. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/colunistas/pg_detalle_coluna.asp?Cod=2124>. Acesso em 19.7.2007.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. *Revista Nera*, Presidente Prudente, Unesp, ano 9, n. 9, p. 144-158, jul./dez. 2006.

LEITE, Sérgio; HEREDA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Unesp, 2004.

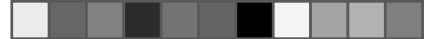
SCOLESE, Eduardo. *Reforma agrária*. São Paulo: Publifolha, p. 99, 2005.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. Disponível em: <http://www.icarrd.org/fr/icard_doc_down/others_nead2.pdf>. Acesso em 25.9.2007.

SUZUKI, Julio César. O significado dos projetos de assentamento rural no Brasil. *Agraria, Revista do Laboratório de Geografia Agrária*, São Paulo, v. 1, p. 96-98, jul./dez. 2004.

JORGE LUÍS NASCIMENTO SOARES é engenheiro agrônomo, perito federal agrário do Incra Pará SR 01, <jorgeincra@yahoo.com.br>.

CARLOS ROBERTO ESPINDOLA é professor de pedologia da Pós-Graduação em Geografia - IG/Unicamp, <cresp21@hotmail.com>.



RESENHAS
RES ENHAS





HISTÓRIAS SOCIAIS FEITAS À BEIRA-MAR AS PRAIAS E OS DIAS: HISTÓRIA SOCIAL DAS PRAIAS DO RECIFE E DE OLINDA

Rita de Cássia Barbosa de Araújo

Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007

CRISTIANO RAMALHO

As praias e o mar ainda são ilustres desconhecidos das humanidades, de seus trabalhos de pesquisas. Poucos foram, por exemplo, aqueles que buscaram singrar as águas da história ou das ciências sociais, navegando sobre temas relativos às práticas humanas (simbólicas e materiais) construídas à beira-mar ou no convívio direto com os oceanos, no avançar dos séculos. Dentre os insurgentes da escrita que enfrentaram esse saboroso desafio de nos apresentarem às águas marinhas e às praias, focando-as como temas centrais de suas pesquisas publicadas em livro, podemos citar o belo trabalho do historiador francês Alain Corbin – *O território do vazio*: a praia e o imaginário social, pela Editora Companhia das Letras – e o estudo do antropólogo brasileiro Antonio Carlos Diegues – *Ilhas e mares*: simbolismo e imaginário, editado pela Hucitec –; trabalhos esses, hoje, esgotados

nas prateleiras de nossas livrarias.¹

Parece que os aludidos ambientes naturais, a partir do silêncio que as humanidades lhes devotaram, foram levados praticamente à categoria de não-lugares sociais e, por isso, objetos de reflexão exclusiva de biólogos e oceanógrafos, sendo consagrados enquanto territórios inóspitos às pesquisas sociais. Talvez, para muitos, a fluidez do mar e o movimento das ondas vindas do oceano, no fluxo e refluxo das marés, que alcançam as areias da praia, tenham decretado a eliminação de provas, vestígios, indicadores, modos de existências (até mesmo simples pegadas) que pudessem oferecer ricos elementos referentes à presença de sociedades humanas, de grupos sociais, através de suas culturas materiais e imateriais ao longo dos séculos, nesses espaços.

1 Não publicado em livro, pode-se mencionar o precioso estudo dissertativo: Mariana Osue Ide Sales. *Imagens do mar a partir dos textos galego-portugueses: séculos XIII a XV*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas: História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas. Além dessa pesquisa, outra publicada em livro e que contribui para refletir sobre a temática, embora não tome como centralidade as representações e significados sobre o mar e as praias, vale ser lida: Paulo Miceli. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)*, 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

De certa maneira, o mar e as praias transformaram-se em quase desertos socioculturais para as várias ciências que compõem o campo das humanidades. Diante dessa amarga constatação, uma pergunta nos cabe: Será que o antigo medo medievalista que os grupos sociais tinham do mar não foi superado ainda pelos historiadores e cientistas sociais?²

Um fato, porém, pode ser constatado: embora seja um tema que fascine, poucos estudos têm voltado suas atenções para as sociabilidades praieiras e marítimas, ao longo dos séculos.

Caminhando na contramão desse sufocante silêncio vivido pelas humanidades e rompendo com os “medos”, “ignorâncias” e “receios” sobre o oceano e as formas de sociabilidades praieiras por parte das pesquisas sociais, surge o fascinante escrito da historiadora Rita de Cássia Barbosa de Araújo, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Todavia, cabe dizer que esse não é o único mérito do seu relevante trabalho recentemente publicado em livro.

Resultante de pesquisa de doutoramento em história social pela Universidade de São Paulo (USP), o estudo *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda* ganhou edição em livro em 2007, pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife, ao ter sido agraciado com o relevante Prêmio Jordão Emerenciano, do Conselho Municipal de Política Cultural da capital pernambucana.

Nele, uma bela estadia pelas praias de Olinda e do Recife, entre os séculos XIX e os primeiros decênios do XX (de 1840 a 1940), finamente mediada por uma arguta e excelente análise histórico-antropológica, é o que nos permite esse valioso escrito. Trata-se, sem dúvida, de um estudo de exitosas qualidades acadêmicas, que reúne em suas páginas inúmeras capacidades teórico-metodológicas interdisciplinares apoiadas numa vasta pesquisa documental e iconográfica que se articula a uma elegante e meticulosa escrita, de grande sedução intelectual; aspectos esses que tornam o presente livro uma obra de prazerosa referência obrigatória na área.

2 Em relação ao medo que existiu na sociedade européia sobre o mar, no período medieval, pode-se consultar o belo livro: Jean Delumeau. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 41-52.

Evidenciando a questão central do seu estudo, a autora escreveu:

As mudanças em torno das áreas de praia, nas formas de perceber e desfrutar o mar, tornam-se inteligíveis quando associados às transformações sociais, econômicas e culturais verificadas no Recife e em Olinda, bem como em relação ao crescimento e ao movimento de expansão territorial urbana dessas cidades, em período correspondente. Desse modo, interessa-nos saber como se processou a incorporação dos espaços litorâneos às áreas e ao modo de vida urbanos. Compreender, enfim, como, quando e por que a cidade passou a se interessar pelas praias e águas salgadas de um modo inteiramente novo até então (ARAÚJO, 2007, p. 17).

Assim, nas 547 páginas do escrito de Rita de Cássia Araújo, as praias do Recife e de Olinda (Boa Viagem, Pina,

Brum, Carmo, do Farol, por exemplo) nos são apresentadas (construídas e desconstruídas) a partir de interesses econômicos; dos discursos médicos e jornalísticos; de necessidades de consumo, lazer, modas e de cura; enquanto depósitos de lixo e de cadáveres, especialmente dos negros escravos; de importação de valores europeus; de resistências sociais e de perspectivas de classes; de preconceitos contra os pobres; de modernização.

De todos esses elementos societários mencionados, as práticas e os discursos científicos elaborados pela medicina-higienista assumiu papel estratégico, no terceiro decênio do século XIX em diante, para as autoridades públicas, a moral burguesa e a imprensa da época, principalmente na legitimação dos usos das praias e do mar e nas condutas sociais aceitas (ou não) para isso. Nas palavras da própria Rita de Cássia Araújo:

No Brasil, a ascensão da medicina-higienista, a partir de 1830, coincidiu com uma rede-

finição nos conceitos e regras de pudor, nos atos, gestos e palavras considerados honestos, decentes, indicadores de bons ou maus modos, tanto no interior do recinto doméstico quanto em relação aos espaços públicos da cidade. Modificavam-se as concepções morais visando aproximar a jovem nação dos padrões culturais e comportamentos vigentes nas modernas sociedades européias. Pretendia-se também disciplinar os espaços públicos urbanos, torná-los receptivos e seguros para os novos transeuntes: as famílias das elites. Determinados segmentos sociais politicamente influentes e instâncias de poderes públicos, identificados com os valores europeus e preocupados com a consolidação do Estado nacional brasileiro, revelaram-se, desde então, bem menos tolerantes no tocante a certas manifestações culturais tradicionais,

comportamentos e formas de sociabilidade que vigoravam firmemente durante o período colonial. Voltaram-se especialmente contra as práticas culturais e crenças das camadas populares, com ênfase naqueles que tinham curso nos espaços aberto e de usos comuns na cidade. [...] A polícia urbana recaiu severamente sobre os pretos, que sobre qualquer outro segmento social ou étnico, sendo os cativos os mais penalizados dentre todos. [...] A rede repressiva da lei alcançava o espaço público das praias, proibindo não apenas a realização de jogos populares no seu território, mas também os banhos nus de que costumavam usar, principalmente, os homens livres pobres e os escravos (*idem*, *op. cit.*, p. 365-366).

Dessa maneira, os vários sentidos e sentimentos conferidos ao mar, aos rios e às praias mostram os diversos embates que os incorporaram

a um projeto societário, com seus conteúdos de época, suas ambivalências, suas formas de ver e de vivenciar as praias e os dias, que não só existiram em Pernambuco, por ser um componente universal, como bem frisou Rita de Cássia, inclusive ao referir-se ao emblemático trabalho de Alain Corbin, no qual buscou grande inspiração.

Araújo nos lembra que, antes da forte ascensão do discurso médico e das necessidades de consumo difundidos pela elite, apenas pescadores, canoieiros e outros segmentos populares faziam uso do mar, para banhos.

O homem da cidade era um ignorante do mar, e, ao desconhecimento que dele se tinha, sobrevinha o pavor que a aparência bravia inspirava. No geral, julgavam-no traíçoeiro, selvagem, indomável. Eram poucos os que possuíam alguma noção de como se portar dentro d'água sem ir ao fundo. A maioria não sabia nadar, boiar, ficar parado em um mesmo

local estando dentro d'água, sem se deixar arrastar pela corrente, ou mesmo evitar que a água penetrasse no nariz e ouvidos (idem, op. cit., p. 352).

Explicitar essas poucas passagens revela, em várias medidas, a riqueza que compõe o olhar acurado lançado pela autora em relação ao mar e às praias, buscando os temas sociais que lhes dão importantes significados e razão de ser. De fato, o livro de Rita de Cássia Araújo coloca-nos diante da grandeza e do instigante desafio que é estudar esse tema na área das humanidades, ao nos mostrar, de maneira exemplar, que as praias e o mar têm profundas e inelimináveis marcas socioculturais oriundas de silenciadas histórias humanas, que necessitam ser ouvidas.

O que resta às ciências das humanidades, então, é saber olhar e escutar o que vem e o que existe nas regiões costeiras e no oceano, ao irmos além do bojador, assim como fez brilhantemente Rita de Cássia.

Tal escrito é, sem dúvida, uma bela e rara oportunidade de aprendermos a singrar o mundo fascinante das praias e das águas marinhas sem receios intelectuais de avançarmos mar adentro, deixando que os ventos das humanidades enfunem nossas velas, para que possamos compreender as ricas histórias sociais feitas à beira-mar.

CRISTIANO RAMALHO é doutor em ciências sociais (Unicamp), pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), na qualidade de bolsista DCR - CNPq-Facepe e pesquisador associado do Ceres <cristianownramalho@gmail.com>.

CONTENTS

ARTICLES

- THE "OLD TRUNKS" AND THE "QUILOMBINHOS": 11
GENEALOGICAL MEMORY, TERRITORY AND ETHNIC AFFIRMATION IN BOA VISTA DOS
NEGROS (RN)
Julie A. Cavignac
- RURAL EDUCATION AND IT'S REALITY: 43
TOWARDS A NEW DEBATE
Ana Lúcia Valente
- EDUCATION, GENDER AND LIFE PROJECTS OF RURAL YOUNG
PEOPLE OF BAIXADA DE SALINAS, STATE OF RIO DE JANEIRO .. 71
Jorge Luiz de Goes Pereira
- THE CATHOLIC CHURCH, THE PEASANTS
TRADE UNION AND THE STATE: 99
MEDIATION AND CONFLICT IN THE ARAGUAIA PARAENSE REGION
Airton dos Reis Pereira
- ORGANIC AGRICULTURE, TERRITORIAL REPRESENTATION AND
SOCIAL REPRODUCTION OF RURAL HOUSEHOLD: 137
THE ECOLOGICAL HOUSEHOLDERS OF ENCOSTA DA SERRA GERAL, SANTA CATARINA STATE
Tatiana Ferreira Nobre de Lacerda
Paulo Eduardo Moruzzi Marques
- THE DIFFICULTY IN GENERATE SOCIAL CAPITAL: 159
THE LACK OF TRUST IN A PORTUGUESE VILLAGE
Renato Miguel do Carmo
- SOCIAL CAPITAL AND DILEMMAS OF COLLECTIVE ACTION: 181
A CASE STUDY IN A SMALL RURAL COMMUNITY OF MINAS GERAIS
Ana Paula Wendling Gomes
Newton Paula Bueno
- GEOTECHNOLOGIES IN THE PLANNING
OF RURAL SETTLEMENTS: 207
ASSUMPTIONS FOR SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT
Jorge Luís Nascimento Soares
Carlos Roberto Espindola



PROCEDIMENTOS PARA PUBLICAÇÃO

Serão publicados resenhas, traduções e artigos e/ou ensaios inéditos em língua portuguesa e espanhola que cumpram com os procedimentos aqui especificados.

- Os *artigos e/ou ensaios* e as *traduções* não devem ultrapassar o limite de 25 (vinte e cinco) laudas (incluindo imagens e bibliografia) apresentando a seguinte formatação: fonte Arial; tamanho 12; entrelinha 1,5; margens: superior = 3.0 / inferior = 2.5 / laterais = 3.0.

As traduções devem vir acompanhadas da respectiva autorização do autor do artigo e/ou do periódico.

- As *resenhas* devem conter entre 3 (três) e 5 (cinco) laudas, sendo que o livro resenhado deverá ter sido publicado (ou reeditado) no máximo até dois anos, no caso de edição nacional, e no máximo cinco anos, no caso de edição estrangeira.
- Cada *artigo e/ou ensaio* deverá conter o título e resumo em português (ou, se for o caso, em espanhol) e inglês (*abstract*), com aproximadamente 100 (cem) palavras e título em inglês; e de, no máximo, 4 (quatro) palavras-chave em português (ou espanhol) e em inglês (*key words*). Os títulos deverão aparecer em caixa alta e os subtítulos sem numeração e com a primeira letra em maiúscula.
- Na primeira página deverá constar informação sobre a formação, filiação acadêmico-institucional e endereço eletrônico do autor, em rodapé e indicação em asterisco.

- As notas devem vir em tamanho 10 (dez) ao final de cada página, não podendo consistir em simples referências bibliográficas. Estas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato entre parênteses: sobrenome do autor em letras maiúsculas, ano de publicação, páginas, conforme o exemplo: (WEBER, 1977, p. 160-162).
- A bibliografia deve aparecer no final do texto, em ordem alfabética de sobrenome e deve respeitar o formato da ISO (International Standart Organization) ou da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 6023, 2002), tal como aparece nos exemplos seguintes:

Livro

WOLF, Eric. *Figurar el poder*. México: Ciesas, 2001.

Coletânea

GROSSI Miriam; MOTTA, Antonio; CAVIGNAC, Julie Antoinette (Org.). *Antropologia francesa no século XX*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.

Capítulo de livro

PONTES, Heloisa. Elias, renovador da ciência social. In: WAIZBORT, L. (Org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 17-36.

Artigo em periódico

BERGAMASCO, Sonia. A realidade dos assentamentos por detrás dos números. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-50, set./dez. 1997.

Monografias, dissertações e teses acadêmicas

- ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Documento eletrônico

RIO 500 anos de Brasil: O Rio de Janeiro no século XVI. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade/Secretaria Municipal de Cultura; Arquivo Geral da Cidade, 1994. 1 CD-ROM.

Homepage institucional

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. ISSN: Número Nacional Normalizado para Publicações Seriadas. Brasília: IBICT/Ministério da Ciência e Tecnologia, maio 2002. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em 3 fev. 2003.

- Os anexos, gráficos, quadros e mapas devem ser encaminhados em folhas separadas numerados e titulados corretamente, com a devida referência (se reproduzidos de outra fonte) e com indicação do local de sua inserção no texto. Devem estar confeccionados de maneira a permitir sua reprodução direta. As imagens podem vir em mídia digital também, vertidas para o preto-e-branco, preferencialmente em formato TIF ou EPS, com resolução mínima de 260 dpi no seu tamanho final, fontes convertidas. As imagens, fotografias, gráficos, quadros, mapas etc. serão publicados em preto-e-branco.
- O envio de textos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista. Esta não se compromete a devolver as colaborações recebidas.
- Cada autor de *artigo, ensaio, tradução e resenha* receberá dois exemplares da edição.
- Os originais devem ser encaminhados em CD-ROM, programa Word for Windows com 2 (duas) cópias impressas, com endereço completo, telefone e email. Também deverá ser enviada uma cópia em versão eletrônica para o email: <ruris@agr.unicamp.br>.

- Os artigos que não se adequarem às normas de publicação da *Ruris* não serão encaminhados para pareceristas.
- Os autores devem enviar seus textos para:
Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp
Rua Cora Coralina s/nº, CEP 13081-970
Caixa Postal 6110
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Barão Geraldo, Campinas – SP, Brasil

Para maiores informações consultar os editores no Centro de Estudos Rurais – IFCH – Unicamp
Tel.: 55-19-3521-1636
ruris@feagri.unicamp.br

- Aceita-se permuta.



